JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Câmara Municipal de Matupá 6
Camara Municipal de Ponte Branca 6
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 8
Prefeitura Municipal de Água Boa 9
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 16
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 16
Prefeitura Municipal de Araputanga 52
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 52
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 53
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 53
Prefeitura Municipal de Cáceres 54
Prefeitura Municipal de Campinápolis 85
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 86
Prefeitura Municipal de Campo Verde 87
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 95
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 95
Prefeitura Municipal de Canarana 100
Prefeitura Municipal de Carlinda 102
Prefeitura Municipal de Cláudia 103
Prefeitura Municipal de Cocalinho 103
Prefeitura Municipal de Colíder 103
Prefeitura Municipal de Colniza 104
Prefeitura Municipal de Comodoro 107
Prefeitura Municipal de Confresa 111
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 118
Prefeitura Municipal de Curvelândia 118
Prefeitura Municipal de Diamantino 119
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 120
Prefeitura Municipal de Indiavaí 120
Prefeitura Municipal de Itanhangá 120
Prefeitura Municipal de Itiquira 130
Prefeitura Municipal de Jauru 131
Prefeitura Municipal de Juara 132
Prefeitura Municipal de Juruena 132
Prefeitura Municipal de Juscimeira 132
Prefeitura Municipal de Luciara 133
Prefeitura Municipal de Marcelândia 133
Prefeitura Municipal de Matupá 141
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 149
Prefeitura Municipal de Nobres 153
Prefeitura Municipal de Nortelândia 154
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 154
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 155
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 156
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 156

Prefeitura Municipal de Nova Maringá 156
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 158
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 158
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 159
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 160
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 160
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 162
Prefeitura Municipal de Paranatinga 162
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 166
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 171
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 172
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 173
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 174
Prefeitura Municipal de Poxoréu 176
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 177
Prefeitura Municipal de Rondolândia 178
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 335
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 336
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 337
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 338
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 340
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 341
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 348
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 349
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 349
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 355
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 357
Prefeitura Municipal de Tesouro 358
Prefeitura Municipal de Torixoréu 358
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 359
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 360
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 364

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA N.º 022/2019

DESIGNAR SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 004/2019.

ILÍDIO DA SILVA NETO, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidora SUELI PETRELI NUNES DA COSTA, do quadro efetivo da Câmara Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 004/2019:

Contrato nº 004-2019 – NADIA F. M. ESSI – CONSTRUÇÕES - ME inscrita no CNPJ nº 19.948.145/0001-47.

Art. 2° - Fica nomeada a servidora para acompanhar e fiscalizar o objeto requisitado pela Câmara Municipal, firmado entre a Câmara Municipal de Araputanga – MT e a empresa ora contratada.

Art. 3º - A servidora supramencionada será responsável por analisar os andamentos tomando as medidas cabíveis, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 67, § 1°, Lei 8.666/93).

Art. 4° As decisões que ultrapassarem a competência do servidor deverão ser solicitadas ao seu superior em tempo hábil para que tome as providências cabíveis (Art. 67, § 2°, Lei 8.666/93).

Art. 5° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatro (04) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

ILÍDIO DA SILVA NETO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
TOMADA DE PREÇOS NO 001/2019

INTERESSADA: NADIA F. M. ESSi – CONSTRUÇÕES - ME

CNPJ: 19.948.145/0001-47

END: Rua Presidente Castelo Branco, 510.

Cuiabá- MT

CEP: 78.043-430

Representante Legal: Sr. Alã Assunção Charanek, inscrito no CPF nº 513.421.381-04 e no RG nº 795.160 SSP/MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Limiro Rosa Pereira, Nº. 635, Centro, ARAPUTANGA-MT, inscrito no CNPJ 15.023.682/0001-25, neste ato representado pelo Presidente Sr. ILÍDIO DA SILVA NETO, brasileiro, casado, portador do RG sob nº 600121 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 135.112.381-53, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o contrato acima citado, a empresa NADIA F. M. ESSi – CONSTRUÇÕES - ME, CNPJ nº 19.948.145/0001-47, estabelecida à Rua Presidente Castelo Branco, 510, Quilombo, na cidade de Cuiabá – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.043-430, que inicie dentro do prazo legal na data da expedição desta Ordem de Serviço (O.S.) os serviços referentes ao contrato acima citado.

Araputanga/MT, 04 de outubro de 2019.

ILÍDIO DA SILVA NETO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NADIA F. M. ESSi – CONSTRUÇÕES - ME

CNPJ nº 19.948.145/0001-47

Alã Assunção Charanek

RG nº 513.421.381-04 e no RG nº 795.160 SSP/MT.

CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 004/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 004/2019

Pelo presente Instrumento Público de Contrato de Serviço, que se regula pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, de conformidade com as seguintes Cláusulas:

A) CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede a Rua Limiro Rosa Pereira , inscrita no C.N.P.J sob Nº.15.023.682/0001-25, representado neste ato, pelo seu primeiro mandatário o Excelentíssimo Sr. ILÍDIO DA SILVA NETO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 600121 SSP/MT, CPF Nº 135.112.381-53, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

B) CONTRATADO: NADIA F. M. ESSI – CONSTRUÇÕES - ME, CNPJ n. 19.948.145/0001-47, com sede na R. Presidente Castelo Branco, nº 510, do Quilombo, Cuiabá – CEP 78.043-430, representada neste ato pelo seu Sr. Alã Assunção Charanek, brasileiro, portador do RG: 795.160 SSP/MT e do CPF Nº 513.421.381-04, residente à Rua Jundiai, 152, Bairro Coophema, Cuiabá, doravante denominado CONTRATADO.

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Obra de Revitalização e Adequação da Câmara Municipal de Araputanga-MT.

Dotação: (7)01.001.01.031.1017.1106 - 4.4.90.51.F.R. 01.00

Valor Global do Contrato: R$ 295.409,48

Vigência: O prazo de vigência do presente Contrato será de 270 (duzentos e setenta) dias à contar da data de assinatura do mesmo.

Data do Contrato: 04/10/2019

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO N° 001/2019

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/19

ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 003/19

ITENS 01 A 09 DO TR, É EXCLUSIVO À MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

ITEM 10 DO TR, É DE AMPLA CONCORRÊNCIA

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, DE CONSUMO E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT. ".

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE EXECUÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8.666/93, LEI 10.520/02, DECRETO 5. 450/05, DECRETO 7.892/13, DECRETO MUNICIPAL Nº.157/19.

PROCESSO: PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/19, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019.

INFORMAÇÕES: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

TELEFONE: (65) 3223-1707

E-MAIL: cpl.pregao@caceres.mt.leg.br

HORÁRIO: 07 HORAS ÀS 13 HORAS

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: **ÀS 07:00 HORAS DO DIA 08/10/2019**

FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: ÀS 14:00 HORAS DO DIA 18/10/2019

INÍCIO DA DISPUTA: 18/10/2019 AS 15:00 HORAS

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"

EDITAL DISPONÍVEL NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES PELO LINK https://www.caceres.mt.leg.br/

OBS: SALVO RESSALVA EXPRESSA, OS HORÁRIOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL OBSERVARÃO O HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF)

CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA

Pregoeiro Oficial

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 07 de outubro de 2019, no horário das 19h:

ORDEM DO DIA:

Discussão e Votação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 044/2019.

De 09 de setembro de 2019

Mensagem de Veto Total ao Projeto de Lei nº 044/2019.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 049/2019.

De 27 de agosto de 2019

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Canarana – MT, para o exercício de 2020.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 055/2019.

De 13 de setembro de 2019

Autoriza a Realização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado a fim de atender à necessidade temporária e de excepciona interesse público, e dá outras providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 056/2019.

13 de setembro de 2019.

Institui o programa Jovem Aprendiz no âmbito do Município de Canarana – MT e dá outras providências.

Autoria: Executivo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação.

Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 057/2019.

De 16 de setembro de 2019.

Autoriza o Poder Legislativo a conceder apoio cultural a Associação Comunitária Vida Nova de Canarana na forma de subvenção social.

Autoria: Legislativo.

Regime de Tramitação: Ordinário

Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Processo de Votação: Nominal

Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Sala de Sessões, 04 de outubro de 2019.

Gilmar Miranda de Almeida

Presidente

RELATÓRIO CONTÁBIL

RELATÓRIO CONTÁBIL			
(Fluxo de Caixa período: setembro/2019			
DESPESA			***No Mês***
(I)	***Pessoal e Encargos Sociais***	***R$***	***159.634,51***
	Pessoal Civil:	***R$***	**101.060,95**
	Subsídio dos Vereadores	*R$*	50.724,03
	Folha de Pagamento dos Funcionários	*R$*	44.229,34
	Férias/licença premio e 13º Salario	*R$*	6.107,58
	Encargos Sociais e Impostos	***R$***	**58.573,56**
	I.N.S.S.	*R$*	21.288,25
	PREVICAN	*R$*	14.084,89
	IRRF	*R$*	11.320,50
	ISSQN	*R$*	87,27
	Mensalidade sindical	*R$*	50,84
	Pensão Alimentícia	*R$*	1.247,50
	Emprestimos Consignados em Folha	*R$*	10.494,31
(II)	***Diárias***	*R$*	280,00
(III)	***Material de Consumo:***	***R$***	**3.341,84**
	Expediente, Limpeza, Copa e Cozinha	*R$*	2.548,43
	Material para manutenção de bens imoveis	*R$*	793,41
(IV)	***Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física:***	***R$***	**45.079,32**
	Verbas Indenizatorias (Vereadores)	*R$*	45.079,32
	Outros Serv. De Terceiros-Pessoa Fisica-Vigilante	*R$*	0,00
(V)	***Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:***	***R$***	**8.400,48**
	Serviços: Energia Eletrica, Água, Telefone Fixo e Internet	*R$*	3.323,55
	Serviços manutenção e Conservação do Prédio	*R$*	501,00
	Manut. e conserv. equip. de processamento de dados	*R$*	0,00
	Serviços de Audio Video e Foto	*R$*	0,00
	Assinatura periodicos e anuidade	*R$*	0,00
	Locação de Software's (Sistemas para gestão publica)	*R$*	3.922,05

	Serviços Postais/Judiciais	*R$*	486,68
	Serviços Bancarios	*R$*	167,20
	Serviços de qualificação e aperfeicoamento de servidores	*R$*	0,00
	Serviços Graficos	*R$*	0,00
(VI)	***Despesas com publicidade:***	***R$***	**4.974,73**
	Rádio	*R$*	4.254,73
	Jornal	*R$*	720,00
	Equipamento e Material Permanente	*R$*	**24.930,00**
(VII)	Devolução de Duodécimo	*R$*	0,00
(VIII)	***TOTAL DAS DESPESAS PAGAS=(I+II+III+IV+V+VI-VII)***	***R$***	**246.640,88**
(IX)	***Saldo Anterior***	***R$***	***633.692,28***
(X)	***Repasse recebido***	***R$***	***304.158,33***
(XI)	***Disponível BB Agência: 1319-6 C/C 10.220-2 =(IX+X-VIII)***	***R$***	***691.209,73***

Francisco Braz das Neves Costa
Contador CRC/MT nº 016138/O-7

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 006/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO

A Câmara Municipal de Matupá/MT celebra o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 006/2018, conforme Processo licitatório nº. 001/2018, tendo de um lado a **CAMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 36.889.921/0001-02, situada na Rua 2 nº 336 Bairro ZC1-001 neste ato representado pela Presidente **WANIA GONÇALVES DE OLIVIERA**, portador da CIRG n° 10955909, SSP/MT inscrito no CPF sob n° 898.620.151-87, residente e domiciliado na Rua 04, n° 448, Bairro Zona Regional, na Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CENTI SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.419.896/001-52, Avenida Joao Leite, 482,Quadra 73 lote 14, bairro Santo Genoveva, Cep: 74.670.040 no município de Goiânia Estado de Goiás, neste ato representado por **MAURICIO CONSTANTE ITAGIBA**, portador da carteira de identidade nº 4363115-DGPC-GO CPF: Nº 007.196.061-95, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, aditam o presente contrato, como segue:

01 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO - O presente termo de aditivo é celebrado de acordocom**o contido na Cláusula 4.0 do item 4.2 do Contrato nº. 006/2018 e com fundamento na Lei 8.666/93** Art. 57. Inciso II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

02 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE – Este Termo tem por finalidade, alterar a Cláusula QUARTA– PRAZO do Contrato 006/2018, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO, LOCAÇÃO DE SISTEMAS DISPONIBILIZADO EM PLATAFORMA 100% WEB, BEM COMO MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE ATENDAM ÀS LEGISLAÇÕES ESPECIFICAS, DEVENDO OS MESMOS, ATENDER AS SEGUINTES ÁREAS: CONTABILIDADE PÚBLICA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – FOLHA DE PAGAMENTO, ALMOXARIFADO, CONTROLE DE VEÍCULOS (FROTAS), TESOURARIA, CONTROLE DE PROCESSOS (PROTOCOLO E PROCESSOS DIGITAIS), COMPRAS, PATRIMONIO, LICITAÇÃO, CONTROLE INTERNO, PORTAL DA TRANSPARENCIA E O SITE.**

03 – CLÁUSULA TERCEIRA- PRAZO

03.1. O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de seu vencimento até **31** de dezembro 2019.

04– CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original.

Matupá/MT, 01 de OUTUBRO de 2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CONTRATADA: CENTI SOLUÇÕES LTDA

CAMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA/MT

CONTRATADO: UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

OBJETO: O objeto do presente é a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Ponte Branca/MT, junto a União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT, e, por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto

VALOR: R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais)

PRAZO: 03 meses

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2019

VIGÊNCIA: 01/10/2019 a 31/12/2019

Ponte Branca/MT, em 04 de outubro de 2019

HUGO MARTINS DE BARROS

Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA PORTARIA N.º 91/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Tornar pública a Errata à Portaria n.º 91/2019.

Onde se lê:

Membro: Alinor Alves do Nascimento.

Leia-se:

Suplente: Alinor Alves do Nascimento.

Gabinete da Presidência, 04 de outubro de 2019.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Verª Gisele Aparecida de Barros

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 119/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear **Anthoniel Gomes Martins**, fiscal, e **Maria Aparecida de Arruda**, como suplente, para fiscalizar o Contrato n.º **14/2019**, da Empresa **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO, UNIÃO E NEGOCIOS -** SICOOB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EVENTOS OFICIAIS, ATOS E SOLENIDADES A FIM DE ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT.

Vigência: **INÍCIO EM 30/08/2019 E TÉRMINO EM 30/08/2020**

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 04 de outubro de 2019.

Fábio José Tardin

Presidente

Gisele Aparecida de Barros

1.ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE POSSE

A começar no primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, toma posse o presidente eleito da Câmara de Vereadores de Várzea Grande o Vereador Fábio José Tardin e sua Diretoria para o biênio 2019/2020, convalidando a solenidade de posse do dia vinte de dezembro de dois mil e dezoito na Sala da Presidência às 14:30, conforme a Portaria nº 97/2018, na presença do Presidente da Câmara Vereador Benedito Francisco Curvo do Biênio 2017/2018, onde compareceu a Nova Mesa Diretora e reuniram-se em Ato de Solenidade de Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande para o biênio de (1º/01/2019 à 31/12/2020). Perante a Câmara Municipal de Várzea Grande, após as formalidades de estilo, são empossados para entrarem em exercício a partir de 01/01/2019 no cargo de Presidente o Vereador Fabio José Tardin, Primeiro Vice-Presidente o Vereador Claido Celestino Batista, Segundo Vice-Presidente o Vereador Rogério França Martins, Primeiro Secretária a Vereadora Gisele Aparecida de Barros e o Segundo Secretário o Vereador Valdemir Bernardino de Souza, após o compromisso legal de bem e fielmente cumprirem seus mandatos. E para constar eu Célia Ribeiro Amorim, Secretária Geral, lavrei o presente Termo, que vai assinado por mim, pelo Presidente da Câmara da Gestão Biênio 2017/2018 e pelos empossados. Ver. Fabio José Tardin Presidente Eleito Gestão Biênio 2019/2020 Ver. Claido Celestino Batista 1º Vice-Presidente Eleito Gestão Biênio 2019/2020 Ver. Rogério França Martins 2º Vice-Presidente Eleito Gestão Biênio 2019/2020 Verª. Gisele Aparecida de Barros 1ª Secretária Eleita Gestão Biênio 2019/2020 Ver. Valdemir Bernardino de Souza 2º Secretário Eleito Gestão Biênio 2019/2020 Ver. Benedito Francisco Curvo Presidente da Gestão Biênio 2017/2018 Célia Ribeiro Amorim Secretária Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 120/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear **Daniel Costa Lepre**, fiscal, e **Diego Gonçalves de Souza**, como suplente, para fiscalizar o Contrato n.º 15/2019, da Empresa **ATIVA LOCAÇÃO SERVIÇOS E EVENTOS EIRELI – ME**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EVENTOS OFICIAIS, ATOS E SOLENIDADES A FIM DE ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT.

Vigência: TENDO INÍCIO EM 19/09/2019 E TÉRMINO EM 19/09/2020

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 04 de outubro de 2019.

Fábio José Tardin

Presidente

Gisele Aparecida de Barros

1.ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 118/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear **José Walison Alves de Lima Filho**, fiscal, e **Kelvy Saldanha Figueiredo,** como suplente, para fiscalizar o Contrato n.º 13/2019, da Empresa TÁRCILA ADRIANA FARIAS DE OLIVEIRA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFÓRMATICA (COMPUTADORES E IMPRESSORAS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, SOFTWARES DE GERENCIAMENTO, MATERIAIS E INSUMOS UTILIZADOS NA OPERAÇÃO, EXCETO PAPEL E MÃO DE OBRA OPERACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE3 VÁRZEA GRANDE/MT.

Vigência: 19/08/2019 A 17/12/2019.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 04 de outubro de 2019.

Fábio José Tardin

Presidente

Gisele Aparecida de Barros

1.ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

RESOLUÇÃO Nº 008/2019 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 008/2019 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), EM FAVOR DO CIDESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, ULSON JOSE DA SILVA, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas e autorização contida na Resolução n.º 12/2018 de 21 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1°. - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 153.000,00 (Cento e Cinquenta e três mil reais), destinados ao reforço da dotação orçamentária abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	FONTE RECURSO
2.003	3.3.90.30.00	100.000,00	2301
2.003	3.3.90.39.00	50.000,00	2301
2.002	3.3.90.36.00	3.000,00	3000
TOTAL		153.000,00	

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial da dotação orçamentária abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	FONTE RECURSO
2.003	3.1.90.04.00	150.000,00	2301
1.001	4.4.90.52.00	3.000,00	3000

TOTAL	153.000,00	

Art. 3°. - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 02 de setembro de 2019.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Presidente do CIDESA

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2019

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2019

O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé, torna público que fará realizar Pregão Presencial 10/2019.

ABERTURA: 16 de outubro de 2019 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:45 ás 08:00 horas;

OBJETO: **Registro de peço na aquisição de ração de peixe para apoio na produção de pescado no fortalecimento inicial da cadeia piscicultura nos Municípios do Consórcio Desenvolvimento Sócio Econômico e Ambiental Vale do Guaporé (MT) Convênio nº 831111/2016 Proposta n° 018195/2016.**

Os interessados em adquirir o Edital completo no site www.cidesa.com.br/ email: cidesa_afc@outlook.com e maiores informações (65) 3259-4375

Nova Lacerda-MT 03 de outubro de 2019.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº026/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 026/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº11/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019

CONTRATO Nº 062/2019

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA

CONTRATADO: Gente Seguradora S.A.

OBJETO: Contratação de Seguro para veículo de propriedade do CISRGA – Patrimônio, Renault Master Furgão – Ambulância de Placa QCF-3110.

VALOR GLOBAL: R$ 9.300,00 (Nove mil, e trezentos reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 meses.

VIRGINIA PATRÍCIA SANTOS ROCHA DE OLIVEIRA

Secretária Executiva CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO RH Nº 115/2016

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO RH Nº 115/2016

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: DAIANE BRITO FARIAS

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo indeterminado na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “0036”

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2019 DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2019 DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 deste consórcio, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017;

RESOLVE

Art. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto situado a Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, para contratação funcional.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo e a entrega dos documentos exigidos no Anexo I, deste Edital, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / HRPA			
Col.	Código	Candidato	Identif.
26º	0136	JAQUELINE NOGUEIRA MORAES	050.173.021-40
27º	0161	ALINE ALVES DA SILVA	031.711.201-51

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

- Certidão de Casamento ou Nascimento;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF;

- Carteira de Vacinação completa e atualizada do candidato e dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

- Cartão do PIS/PASEP;

- Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

- Título de Eleitor;

- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo;

- Exames exigidos para admissão: - PSA para homens acima de 40 anos; - PCCU – Preventivo do Cancer Cervico Uterino (último exame realizado); - Uréia; - Creatinina; - EAS; - Raio X de Tórax AP/P; - Eletrocardiograma; - Glicemia em jejum; - Grupo Sanguíneo (fator RH); - VDRL; - HIV; - HBsAg – anti HCV (Hepatites); - Urina tipo I; Hemograma completo.

- 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo- se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

- Declaração contendo endereço residencial;

- Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

- Declaração de Bens;

- Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

- CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

- CPF do Pai e da Mãe;

- Conta Corrente no Banco do Brasil S/A;

- Carteira de Trabalho CTPS.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 014/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 014/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe de Pregoeiro, torna-se público que realizou no dia **03 de outubro de 2019, às 08:00 horas**, na Sede do Consórcio, o **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2018,** com objeto de "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ÓRTESES E PRÓTESES MÉDICAS, EM ATENDIMENTO AO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO", CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,** localizado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, Cep: 78.530-000, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT,conforme **EDITAL do pregão presencial Nº 014/2019**,onde sagrou-se vencedora A empresa **KRAUSE COM. DE ART. ORTOPEDICOS E IMPLANTES LTDA**, inscrita no CNPJ n° 03.219.062.0001.87**,** sagrou se vencedora para os itens conforme Termo de Referencia, valor global de ***R$ 203.508,39*** **(Duzentos e Três Mil e Quinhentos e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos).** Demais informações poderão ser solicitadas diretamente na sede do Consórcio de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial, ou pelo Fone: (66) 3575-2489 ou pelo e-mail: cisvaledopeixoto@gmail.com.

Peixoto de Azevedo MT, 04 de outubro de 2019.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Pregoeiro Oficial do CISVP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DO SORTEIO DOS INTEGRANTES DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA JULGAMENTO DE PROPOSTAS TÉCNICAS TOMADA DE PREÇO Nº. 010/2019.

Em conformidade com o disposto nos §2º e §4º, Art. 10, da Lei nº. 12.232/2010, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, comunica o resultado do sorteio realizado para seleção da subcomissão técnica que fará a análise das propostas técnicas na Tomada de Preço nº. 010/2019:

Membros Internos:

1 – Gilnei Macari

Água Boa, 04 de outubro de 2019.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 054/2019.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº. 3.273/2019; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 04/10/2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 054/2019, teve como vencedora a empresa: L. A. DE SOUZA DISTRIBUIDORA CONVENIENCIA E ATACADISTA-ME, CNPJ: 27.418.910/0001-45.

Água Boa - MT, 04 de outubro de 2019.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 027/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 23/09/2019, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 027/2019 que teve como vencedoras as empresas: Gabriela Bresolin, CNPJ: 33.578.868/0001-22 e Art Placas Comunicação Visual - Ltda, CNPJ: 08.636.629/0001-34.

Água Boa, 04 de outubro de 2019.

Marcos da Silva

Pregoeiro

GEOOBRAS
EXTRATO DE CONTRATO 143/2019

PROCESSO: 107/2019.

LICITAÇÃO: TP 011/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: L F PEREIRA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para Elaboração de Projetos Executivos de Pavimentação Asfáltica e Drenagem no Município de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia.

Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial e Profunda do Prolongamento da Av. Roncador.

Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica de Continuação da Rua Buritis.

Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Rua 23 encontro com a Rua D-6 no Bairro Guarujá.

Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Rua 06 no Bairro Industrial.

VALOR: R$ 29.300,70 (Vinte e nove mil, trezentos reais e setenta centavos).

Para a Execução total do Projeto Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial e Profunda do Prolongamento da Av. Roncador fica contratado o valor de R$ 15.914,20 (Quinze mil, novecentos e quatorze reias e vinte centavos).

Para a Execução total do Projeto de Pavimentação Asfáltica de Continuação da Rua Buritis fica contratado o valor de R$ 2.707,20 (Dois mil, setecentos e sete reais e vinte centavos).

Para a Execução total do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Rua 23 encontro com a Rua D-6 no Bairro Guarujá fica contratado o valor de R$ 1.354,50 (Um mil, trezentos e cinquenta e quarto reais e cinquenta centavos).

Para a Execução total do Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Rua 06 no Bairro Industrial fica contratado o valor de R$ 9.324,80 (Nove mil, trezentos e vinte e quarto reais e oitenta centavos).

DATA: 04/10/2019

VIGÊNCIA: 02/03/2020

MAURO ROSA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

EDITAL Nº 001/2019 INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE PROFICIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

DATA: 04 de outubro de 2019

Dispõe sobre as inscrições e seleção de profissionais da educação a serem designados para a função gratificada de Diretor das unidades escolares da rede municipal de ensino, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº. 9.394/1996 – LDB, da Lei Federal 13.005/2014 (PNE), do Decreto Federal nº. 6.094/2007 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação), da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 600/2004 e Lei Municipal nº 1.033/2015 (PME).

A Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, no Decreto Federal nº. 6.094/2007(Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação), na Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 600/2004 e Lei Municipal nº 1.033/2015 (PME), Decreto municipal nº 065/2019, torna público o processo de seleção para eleição de Diretores, nas unidades escolares da rede municipal de ensino e dá outras providências.

1 - DAS INSCRIÇÕES:

1.1. As inscrições estarão abertas nas Unidades Escolares entre os dias 21/10/2019 à 19/11/2019, das 07:30 h as 10:30 h e das 13h às 16:30h. 1.2. Nas datas de 21/10/2019 a 31/10/2019 os candidatos que preencham os requisitos nas alíneas 2.1, 2.2 e 2.3; 1.3. Caso não haja inscrições de candidatos que preencham os requisitos das alíneas 2.1, 2.2 e 2.3, nas datas de 01/11/2019 a 11/11/2019 para os candidatos que preencham os requisitos das alíneas 2.4;

2 – DOS CRITÉRIOS:

2.1. Ser ocupante de cargo de professor efetivo ou estável do quadro dos profissionais da educação básica da rede municipal e haver concluído o estágio probatório;

2.2. Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;

2.3. Ter no mínimo dois anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição, prestado na escola que pretende dirigir;

2.4. Caso não exista professor efetivo interessado a candidatar-se poderá inscrever-se outro profissional da educação da unidade escolar, com habilitação exigida;

§ 1º - Caso não haja candidato o diretor será nomeado sem indicação da unidade escolar pelo Executivo Municipal a seu livre critério.

§ 2º - O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola em cada pleito.

3 -DAS PROIBIÇÕES

3.1. É vedada a participação, no processo seletivo, do profissional que:

a) Responda a processo administrativo disciplinar;

b) Esteja sob licenças médicas contínuas;

c) Esteja usufruindo de licença por interesse particular ou permuta.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) preencher a ficha de inscrição, na qual identifica a UNIDADE ESCOLAR da rede municipal que pretende ser candidato(a), (Anexo I);

b) cópia da Carteira de Identidade (RG) e CPF, apresentando os originais para conferência;

c) declaração de que está de pleno acordo com as condições deste Edital e da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 600/2004, apresentando e assinando os seguintes documentos, (Anexo II):

d) declaração expedida pelo(a) secretário(a) escolar, de efetivo tempo de serviço na unidade escolar, (Anexo III);

e) termo de dedicação exclusiva, (Anexo IV);

f) declaração de não acúmulo de cargo, (Anexo V)

g) Cópia do Diploma de Graduação;

h) apresentar Certidão Negativa emitida pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Alto Garças;

i) apresentar declaração emitida pelo setor de Recursos Humanos comprovando que não foi penalizado ou se encontra sob processo administrativo disciplinar ou de sindicância administrativa;

j) certidão negativa civil e criminal das esferas estaduais e federais;

k) Estar apto a movimentar conta bancária mediante declaração do próprio candidato.

5 - DAS ETAPAS:

5.1. A seleção do profissional da educação para o exercício da função de diretor de escola pública municipal, biênio 2020/2021, será efetivada em três etapas:

5.1.1. -1ª etapa:

A 1ª Etapa constará de ciclos de estudos para os candidatos a diretor das unidades escolares da rede municipal.

a) O Ciclo de Estudos realizar-se-á no período de 25/11/2019, sob a coordenação e orientação da Secretaria Municipal de Educação.

b) Serão considerados aptos da 1ª etapa os candidatos com 100% (cem por cento) de frequência.

5.2. -2ª Etapa - Será a apresentação da proposta de trabalho dos candidatos a diretor à comunidade escolar, constando em suas propostas de trabalho, dentre outros:

a) objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino.

b) estratégias para preservação do patrimônio público.

c) estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da unidade escolar, na gestão dos recursos administrativos e financeiros enquanto ao acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

5.2.1. – A apresentação das propostas de trabalho pelos candidatos à comunidade escolar no período de 28/11/2019 à 29/11/2019, no horário estabelecido pela comissão local e lavrado em ata.

5.2.2. - O candidato a Diretor que não se submeter à apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral em data e horário marcados pela Comissão Local, estará automaticamente desclassificado.

5.3. - 3ª Etapa - Será a escolha por meio de votação dos candidatos a diretor, na própria unidade escolar, no dia 06/12/2019, das 08:00 às 17:00 h.

6 - DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO ELEITORAL MUNICIPAL

6.1. Haverá em cada unidade escolar uma Comissão constituída em Assembleia Geral, convocada pelo dirigente da escola, para conduzir o processo de seleção dos candidatos.

§ **1º -** Devem compor a comissão 01 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:

a) Representantes dos Profissionais da Educação Básica da unidade escolar;

b) Representante dos professores da unidade escolar;

c) Representantes dos pais;

d) Representantes dos alunos maiores de 12 (doze) anos quando houver.

§2º - O representante e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e local amplamente divulgado.

§ 3º - A Comissão de escolha, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§4º - O membro da Comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo, será substituído pelo seu suplente após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º - Não poderá compor a Comissão:

a) Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge ou parente até segundo grau;

b) O servidor em exercício na função de diretor;

§ **6º -** O diretor da escola deverá colocar à disposição da comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

6.2 - A Comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

a) Planejar, organizar, coordenador e presidir o processo de seleção do candidato analisando na unidade escolar e recorrendo caso necessário junto a Comissão Principal do Processo da eleição constituída na Secretaria Municipal de Educação, deferindo as inscrições ou não;

b) Divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao Processo de escolha do candidato;

c) Convocar a Assembleia Geral para a exposição de propostas de trabalhos do Candidato aos alunos, aos pais e aos Profissionais da Educação;

d) Providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

e) Credenciar até dois fiscais de votação e escrutinação indicados por cada candidato, identificando-os através de crachás;

f)Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

g) Receber os pedidos de impugnação por escrito relativo ao Candidato, ou ao processo para análise junto à Comissão da SME e emitir parecer no prazo máximo de 24 horas, após o recebimento do pedido;

h) Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os membros das mesas receptoras e escrutinadoras;

i) Acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelopes lacrados, e rubricados por todos os seus membros, arquivando-os na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após os quais procederá a incineração.

j) Divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria Municipal de Educação em 24 horas.

6.3 - A Assembleia a que se refere ao item 6.2, letra “c”, deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição do plano de trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado tanto no interior da Escola como na Comunidade.

6.4 - Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada Candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

6.5 - É vedado ao Candidato e à Comunidade:

a) Realizar festas na escola, que não estejam previstas no calendário da mesma;

b) Praticar atos que impliquem no oferecimento, promessas ou vantagens de qualquer natureza;

c) Utilizar símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do Município.

6.6 - Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à Comissão, o Candidato que praticar quaisquer dos atos no item 6.5 deste edital.

Parágrafo Único – Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para a divulgação de sua candidatura junto à Comunidade Escolar.

6.7 - Podem votar:

a) Profissionais da Educação em efetivos exercício na escola;

b) Alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo, 10 (dez) anos ou estejam cursando o 5º ano (antiga 4ª série) em diante;

c) Pai, mãe (dois votos por família) ou responsável legal (um voto por família), pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos, que tenham frequência comprovada.

§ **1º -** O profissional da Educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.

§ **2º -** O profissional da educação com filhos na escola, votará apenas no seu segmento.

6.8 - No ato de votação, o votante deverá se identificar à mesa receptora através de documento que comprove sua legitimidade (identidade ou outros).

6.9 - Não é permitido voto por procuração.

6.10 - O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

6.11 - O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão de eleição.

6.12 - Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora, apenas os seus membros e os fiscais.

6.13 - Nenhuma autoridade estranha à mesa poderá intervir, sob pretexto algum em seu regular funcionamento, exceto o presidente da comissão, quando solicitado.

6.14 - Cada mesa será composta por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes, selecionados pela comissão entre os votantes e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

6.15 – Não será permitida a entrada de eleitores portando celulares ou similares na urna de votação.

Parágrafo Único – Não podem integrar à mesa os candidatos, seus cônjuges **e** parentes até segundo grau.

6.16 - Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único – O candidato que não pedir a impugnação ficará impedido de arguir, sob este fundamento, a nulidade do processo eleitoral.

6.17 - O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola municipal, devidamente assinado pelo presidente da comissão e por um dos mesários.

6.18 - O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada pelo presidente e 1º mesário.

6.19 - Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em Ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo eleitoral.

6.20 - As mesas receptoras, uma vez encerradas, a votação e elaborada a respectiva Ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º **-** Antes da abertura da urna, a Comissão deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para decisão cabível.

§2º **-** Caso o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar se julgue incompetente, deverá recorrer à comissão da SME.

§3**º -** Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, anulando – os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais, preservando o sigilo.

6.21 - Não havendo coincidência entre o número de cédulas existentes na urna e o número de votantes, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso adota-se o mesmo procedimento citado nos parágrafos 2º e 3º do artigo anterior.

6.22 - Os pedidos de impugnação fundados em violação de urnas somente poderão ser apresentados até a abertura das mesmas.

6.23 - Serão nulos os votos:

a) Registrados em cédulas que não correspondem ao modelo padrão;

b) Que indiquem mais de um candidato;

c) Que contenham expressões ou qualquer outra manifestação;

d) Dados a candidatos que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo, conforme o item 5.1 deste edital.

6.24 - Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo o material será entregue ao Presidente da Comissão que se reunirá com os demais membros para:

a) Verificar toda a documentação;

b) Decidir sobre eventuais irregularidades;

c) Divulgar o resultado final da votação;

Parágrafo Único – Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do item 6.28 deste edital.

6.25 - No momento de transmissão de cargo ao Diretor selecionado pela Comunidade, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar a avaliação pedagógica, de sua gestão, fazer a entrega do balanço do acervo documental, o inventário do material e equipamento, do patrimônio existente na Unidade Escolar.

6.26 - O profissional da educação que esteja exercendo a direção da escola, caso seja novamente escolhido, deve apresentar ao CDCE a prestação de contas da Gestão anterior, no momento da posse.

Parágrafo Único – A Transmissão do cargo deverá ocorrer junto ao CDCE da Unidade Escolar.

6.27 - Das decisões da Comissão da Secretaria Municipal de Educação cabem recursos dirigidos a(o) Secretária(o) Municipal de Educação.

Parágrafo Único – O prazo para a interposição de recurso é de 72 (setenta e duas) horas improrrogáveis, contadas do dia seguinte ao do recebimento do despacho desfavorável à apresentação.

6.28 - Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Único do item 6.27, e não havendo recursos, o candidato escolhido assumirá a função, sendo nomeado e empossado pelo Prefeito.

Parágrafo Único – O profissional de educação poderá candidatar-se 01 (uma) vez, podendo ir à reeleição para o cargo de diretor.

6.29 - A vacância da função de diretor ocorre por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou falecimento.

Parágrafo Único – O afastamento do diretor por período superior a 01 (um) mês, excetuando-se os casos de licença de saúde, licença gestante e licença saúde família, implicará na vacância da função.

6.30 - Ocorrendo vacância da função de diretor será designado pela Secretaria Municipal de Educação novo diretor até o final do referido mandato.

6.31- A destituição do Diretor ocorrerá somente motivadamente:

a) Após inquérito, assegurado amplo direito de defesa;

b) Por descumprimento desta lei;

c) Pelo voto destituinte da comunidade escolar;

§ 1º - O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada pela maioria absoluta de seus membros, proporá ao Secretário Municipal de Educação a instauração de sindicância para fins previstos neste artigo.

§ 2º - O Secretário Municipal de Educação determinara afastamento do indiciado durante a realização do processo de sindicância.

§ 3**º** - A destituição de que se trata a letra "c" será proposta em documento destinado ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, onde conste a assinatura de ¼ (um quarto) da totalidade da comunidade escolar.

§ 4º - O CDCE procederá a conferência das assinaturas, e elaborará parecer dando conta da validade do requerimento, encaminhando o processo à Secretaria Municipal de Educação .

§ 5º - A Secretaria Municipal de Educação, recebendo os autos, constituirá comissão verificadora que deverá **in loco** e no prazo de 72h (setenta e duas horas) procederá a data para os debates e para a realização do plebiscito destituinte.

§ 6º - Será necessária a anuência destituinte, equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) da totalidade dos votos apurados no plebiscito.

§ 7º - Por ato do Poder Executivo, se comprovado improbidade administrativa, publicará a destituição.

7 - DA POSSE:

7.1. O candidato eleito tomará posse no dia 02/01/2020, com direito ao exercício das funções a partir desta data.

8 – DAS VAGAS POR UNIDADE ESCOLAR

8.1 – Relação das Unidades Escolares e respectivas vagas:

Unidade Escolar	Quantidades Vagas
Escola Municipal Carlos de A. Couto	01 (uma)
Escola Municipal Cézar Borges	01 (uma)
Escola Municipal José David Dias Campos	01 (uma)
Escola Municipal Agrícola Dr Tancredo de A. Neves	01 (uma)
Creche Municipal Clemência M. de Oliveira	01 (uma)

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. A confirmação da inscrição será feita através de divulgação pela Comissão Eleitoral da unidade escolar.

9.2. É vedada ao candidato a inscrição condicional, por procuração ou por correspondência.

9.3. As inscrições que não atenderem os requisitos para o cargo desejado pelo(a) candidato(a) serão indeferidas.

9.4. Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrições.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal para a realização das eleições para Diretor das Unidades Escolares, que atenderá na Secretaria Municipal de Educação/SME.

9.6 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças/MT, 04 de novembro de 2019.

Presidente da Comissão Eleitoral

Portaria Nº 194/2019

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DE DIRETOR

Escola Pretendida: _____

Candidato: _____

_____ Formação: _____

_____

RG nº: _____Órgão Expedidor:_____Data Exp. _____/_____/____

CPF nº: _____Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____ Cargo/Função: _____

__ Situação Funcional: _____

Tempo de serviço na unidade escolar:_____, e no Município: _____ Endereço: _____

_____ Telefone(s): _____

E-mail: _____

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACORDO

Eu _____, portador(a) do RG nº:_____, inscrita no CPF sob nº:_____, residente e domiciliado(a) à _____, exercendo minhas atividades na Escola: _____ do Bairro _____, no cargo/função de:_____, com_____ anos de trabalho na unidade escolar, e _____ anos na rede municipal, declaro estar de pleno acordo com as condições que consta nas Lei Complementar Municipal nº 600/2004, Decreto 065/2019 e Edital nº 001/2019 de 04 de outubro de 2019, os quais regulamentam o processo da Gestão Democrática.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Eu _____, portador(a) do RG nº:_____, inscrito(a) no CPF sob nº:_____, nomeado (a) pela Portaria SME nº. _____, na função de Secretário (a)Escolar_____, DECLARO que o(a) funcionário(a) público(a) _____. RG nº. _____, e CPF nº. _____, no cargo de professor(a) efetivo possui _____ anos de efetivo trabalho na unidade escolar.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura Secretário(a)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu _____, brasileiro (a), portador (a) da cédula de identidade nº: _____, inscrita no CPF sob nº: _____, candidato (a) a _____ (a) da unidade escolar_____

_____, comprometo-me (se eleito for) dedicar-me exclusivamente as funções inerentes ao cargo de _____, observando o disposto nas Lei Complementar Municipal nº 600/2004 e Edital nº 001/2019 de 04 de outubro de 2019, as quais regulamentam o processo da Gestão Democrática, e dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais de Educação Básica, do nosso município.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO

Eu _____, _____, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade nº: _____, inscrito(a) no CPF sob nº: _____, residente e domiciliado(a) à_____, nesse município de Alto Garças-MT, exercendo minhas atividades na escola:_____ _____ no cargo/função de: _____, DECLARO, sob as penas da lei, que não acumulo, nem acumularei cargo, emprego ou função pública de qualquer natureza.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente termo.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA

ANEXO VI

FICHA DE RECURSO PARA ELEIÇÃO DE DIRETOR

Escola Pretendida: _____ Candidato: _____ _ Cargo/Função pretendida: _____ RG nº: _____ CPF nº: _____ Cargo: _____ _____ _Endereço: _____ _____ Telefone(s): _____ E-mail: _____

JUSTIFICATIVA

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Observação: Caso necessário anexar documentos comprobatórios.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

DECRETO N° 065 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019

"**Conselho Municipal de Educação, Eleição diretores das escolas municipais da cidade de Alto Garças, estado de Mato Grosso".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na constituição federal, estadual e lei orgânica municipal, considerando também a manifestação do conselho municipal de educação, decreta:

1 – Fica estabelecida o rol de documentos a ser apresentado, no ato da inscrição, por candidatos a diretores das escolas municipais da cidade de Alto Garças, estado de Mato Grosso

a) preencher a ficha de inscrição, na qual identifica a UNIDADE ESCOLAR da rede municipal que pretende ser candidato(a), (Anexo I);

b) cópia da Carteira de Identidade (RG) e CPF, ou CNH, apresentando os originais para conferência;

c) declaração de que está de pleno acordo com as condições deste Edital e da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 600/2004, apresentando e assinando os seguintes documentos, (Anexo II):

d) declaração expedida pelo(a) secretário(a) escolar, de efetivo tempo de serviço na unidade escolar, (Anexo III);

e) termo de dedicação exclusiva, (Anexo IV);

f) declaração de não acúmulo de cargo, (Anexo V)

g) Cópia do Diploma de Graduação e original para conferencia;

h) apresentar Certidão Negativa emitida pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Alto Garças;

i) apresentar declaração emitida pelo setor de Recursos Humanos comprovando que não esta cumprindo pena ou se encontra sob processo administrativo disciplinar ou de sindicância administrativa;

j) certidão negativa civil e criminal das esferas estaduais e federais;

k) Estar apto a movimentar conta bancária mediante declaração do próprio candidato.

Artigo 2º Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 03 de Outubro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DE DIRETOR

Escola Pretendida: _____

Candidato: _____ _____ Formação: _____ _____

RG nº: _____Órgão Expedidor:_____Data Exp. _____/_____/____

CPF nº: _____Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____ Cargo/Função: _____

__ Situação Funcional: _____

Tempo de serviço na unidade escolar:_____, e no Município: _____ Endereço: _____

_____ Telefone(s): _____

___

E-mail:

_____

_____

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACORDO

Eu

_____

_____, portador(a) do RG nº:_____, inscrita no CPF sob nº:_____, residente e domiciliado(a) à _____

_____, exercendo minhas atividades na Escola: _____

_____ do Bairro _____, no cargo/função de:_____,

com_____ anos de trabalho na unidade escolar, e _____ anos na rede municipal, declaro estar de pleno acordo com as condições que consta nas Lei Complementar Municipal nº 600/2004 e Edital nº 001/2019 de xxx de 2019, os quais regulamentam o processo da Gestão Democrática.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Eu

_____

_____, portador(a) do RG nº:_____, inscrito(a) no CPF sob nº:_____, nomeado (a) pela Portaria SME nº. _____, na função de Secretário (a)Escolar_____

____, DECLARO que o(a) funcionário(a) público(a) _____. RG nº. _____, e CPF nº. _____, no cargo de professor(a) efetivo possui _____ anos de efetivo trabalho na unidade escolar.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura Secretário(a)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu

_____

_____, brasileiro (a), portador (a) da cédula de identidade nº: _____, inscrita no CPF sob nº: _____, candidato (a) a _____ (a) da unidade escolar_____

_____, comprometo-me (se eleito for) dedicar-me exclusivamente as funções inerentes ao cargo de _____, observando o disposto nas Lei Complementar Municipal nº 600/2004 e Edital nº 001/2019 de xxxx de 2019, as quais regulamentam o processo da Gestão Democrática, e dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais de Educação Básica, do nosso município.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURADO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO

Eu

_____

_____, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade nº: _____, inscrito(a) no CPF sob nº: _____, residente e domiciliado(a) à_____, nesse município de Alto Garças-MT, exercendo minhas atividades na escola:_____

_____ no cargo/função de: _____, DECLARO, sob as penas da lei, que não acumulo, nem acumularei cargo, emprego ou função pública de qualquer natureza.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente termo.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA

ANEXO VI

FICHA DE RECURSO PARA ELEIÇÃO DE DIRETOR

Escola Pretendida: _____ Candidato:

_____

_ Cargo/Função pretendida: _____ RG nº: _____ CPF nº: _____ Cargo: _____

_____ _Endereço: _____

_____ Telefone(s): _____ E-mail: _____

JUSTIFICATIVA

_____

_____

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Observação: Caso necessário anexar documentos comprobatórios.

Alto Garças – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 327/2019

PORTARIA 327/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 120 (cento e vinte) dias, de gozo da **Licença Maternidade,** período compreendido entre 01/10/2019 a 29/01/2020, á Servidora **GREICIANE ALMEIDA MARQUES RONDON,** portadora do **RG N° 14169134 SSP/MT** e do **CPF N° 007.502.291.52, TEC. ADM EDUCACIONAL- TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL TDI,** conforme Artigos 127 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, conforme atestado médico em anexo a esta portaria.

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Outubro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2019/PMAT/MT

Dispõe sobre abertura de inscrições para processo seletivo simplificado para contratação temporária de trabalhadores em caráter excepcional de interesse público.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Sr. Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais, comunica o período para realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Agentes de Serviço Público e Eletricista de Veículos, Caminhões e Maquinários para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação por tempo determinado de trabalhadores em caráter excepcional para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprir a falta de profissionais, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

a) PERÍODO GERAL DE REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: do dia **07/10 a 07/11/2019, das 07h às 10horas e das 13h às 16horas (horário MT) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari MT,** localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, CEP: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

b) **PUBLICAÇÃO DA LISTA COM OS NOMES DOS CANDIDATOS INSCRITOS**: no dia **14/11/2019 a partir das 13horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

c) **PERÍODO DE APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA**: dia **24/11/2019, das 7h30min as 10h30min (horário MT), nas dependências da Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes**."

d) PUBLICAÇÃO DO GABARITO DA PROVA ESCRITA: 1º dia útil após aplicação das provas escritas a partir das 16:00 horas, fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

e) **PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA** : dia **04/12/2019, a partir das 17horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br.

f) PREVISÃO de Publicação do Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado: dia **08/12/2019, às 13horas (horário MT), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

g) PREVISÃO de Publicação do Resultado FINAL do Processo Seletivo Simplificado: dia **11/12/2019, às 13horas (horário MT), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 Inscrições serão realizadas **na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari MT,** localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, no período do**dia 07/10 a 07/11/2019,** até as 16horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso), com isenção de taxas **e divulgado na imprensa oficial conforme determina o Art. 6.º da Lei Municipal n.º 542/2009.**

2.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente no **endereço, horário e prazos indicados no item 2.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato, com poderes especiais para realiza**ção de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, apresentando em ambos os casos a seguinte documentação:

I - Documentos exigidos no **ATO DA INSCRIÇÃO** do Processo Seletivo:

a) Cópia do documento comprobatorio de escolaridade;

b) Cópia dos documentos pessoais;

c) Declaração de participação em conselhos.

2.3 Depois do encerramento das inscrições, somente poderão ser alterados os dados pessoais do candidato em caso de incorreção, mediante protocolo de requerimento endereçado à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, ou no dia de realização da prova escrita, mediante a apresentação do documento original e do registro na Ata de Ocorrência de Sala.

2.4 Ao inscrever-se o candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, não podendo delas alegar desconhecimento.

2.5 No ato da inscrição **o candidato que necessite de tratamento diferenciado no dia da prova escrita**, deverá preencher os campos específi-

cos do formulário de inscrição discriminando o tipo de tratamento diferenciado que necessita.

2.6 Caso não expresse sua necessidade de tratamento diferenciado ou a deficiência

2.7 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT do direito de excluí-lo do Processo Seletivo Simplificado se for constatado posteriormente, que o mesmo usou de logro e/ou má fé.

2.8 A Comissão Examinadora publicará aviso de homologação das inscrições no Órgão Oficial de Imprensa do Município, e divulgará a relação das inscrições homologadas no Mural da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT e no site www.altotaquari.mt.gov.br

3 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

3.1-Realização da prova escrita será dia **24 de Novembro de 2019, das 07h30min às 10h30min (HORÁRIO MT)**, nas dependências da Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes"

3.2 – Dos conteúdos programáticos

a) Os conteúdos da prova escrita serão retirados das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e conhecimentos gerais e específicos da área de atuação, conforme especificado abaixo:

Português:

- sílabas: número e separação;

- gênero: masculino e feminino;

- sinônimos e antônimos das palavras;

- ortografia: escrita correta das palavras;

- interpretação de texto;

Matemática:

- operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão;

- problemas de **raciocínio lógico**

Conhecimentos gerais:

- aspectos sobre o município e sobre o estado: autoridades municipais e estaduais;

- datas comemorativas;

- população do município;

- economia do município;

- fundação do município;

Conhecimentos específicos.

- Noções de higiene e limpeza.

- Noções de segurança individual, coletiva e de instalações;

- Equipamentos para a segurança e higiene;

- Normas de segurança;

- Uso de equipamentos.

b) As provas escritas serão de múltipla escolha, com caráter classificatório e eliminatório, contendo questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas, sendo que apenas uma responderá à questão, obedecendo ao seguinte quadro de pontuação:

Função	Tipo prova	Questões	Peso	Total
Agente de Serviço Público	Língua Portuguesa	06	0,5	100
	Matemática	06	0,5	
	Conhecimentos Gerais e Específicos	08	0,5	
Eletricista de Veículos, Caminhões e Maquinários	Língua Portuguesa	06	0,5	100
	Matemática	06	0,5	
	Conhecimentos Gerais e Específicos	08	0,5	

3.3 Do tempo de duração:

3.2.1 Prova escrita: 03 (três) horas ininterruptas.

3.4 Os candidatos se submeterão à prova do Processo Seletivo Simplificado exclusivamente no local e horário determinado pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari/MT, conforme definido no item 3.1 deste Edital.

3.5 Para a realização da prova escrita o candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original e caneta esferográfica azul ou preta.

3.6 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar no dia de realização das provas documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar uma cópia do documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em, no máximo, trinta dias antes da realização da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital.

3.7 Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

3.8 Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

3.9 Em hipótese alguma a prova será realizada fora do local e horário determinado, exceto por caso excepcionais amparados por Lei .

3.10 A ausência do candidato no Processo Seletivo implicará em sua **ELIMINAÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

3.11 Será sumariamente **eliminado** do processo seletivo simplificado, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução da prova; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a mesma; for surpreendido, durante a prova, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, bonés ou óculos escuros, ou, após a prova, a utilização de processos ilícitos para a realização da mesma, constatado por meio de perícia.

3.12 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim no momento da inscrição, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

3.12.1 Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

3.13 Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 30 (trinta) minutos do seu início por motivo de segurança.

3.14 O candidato que por qualquer motivo retirar-se da sala antes do tempo mínimo estabelecido no item anterior terá seu nome registrado na Ata de registro da sala, podendo inclusive ser excluído do Processo Seletivo Simplificado.

3.15 Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas.

4 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:

- Contagem de Pontos e Títulos;

- Prova Escrita;

4.1 Para a **contagem de pontos e títulos**, a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, constituída pela Prefeitura Municipal deverá considerar os seguintes critérios:

a. Por participação efetiva em Conselhos, 0,5 (meio) ponto para cada Conselho, comprovada através de DECLARAÇÃO assinada pelo presidente do referido Conselho. **b.** Tempo de experiência para o cargo de **Eletricista de Veículos, Caminhões e Maquinário.**

Tempo de Experiência na função	Certificado ou Atestado que comprove a atuação na função pretendida, em razão da necessidade de atualização do profissional a ser contratado.	0,5(meio) ponto para cada ano de serviço com limite de 10 (dez) pontos no total.

c. Quanto aos **títulos**, deverá ser considerado:

FORMAÇÃO		PONTUAÇÃO
Graduação		5,0 (cinco) pontos
Ensino Médio	Técnico Profissionalizante	2,0 (dois) pontos
Ensino Médio	Completo	1,0 (um) ponto
Ensino Fundamental	Completo	0,5 (meio) ponto

Obs.: Deverão ser considerados os pontos da maior titulação que o profissional tiver concluído, sendo vedado o cômputo cumulativo dos pontos referentes aos títulos.

4.2 - Da prova escrita de **caráter classificatório/eliminatório**

4.2.1 Prova escrita será executada em caráter classificatório e eliminatório, tendo como média exigida para classificação nota mínima de **05(cinco)pontos** e de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal de Alto Taquari a quem cabe planejar, realizar e divulgar todos os atos relativos ao Processo Seletivo 2019.

4.2.2 A Prova escrita terá valor total de **10 (dez) pontos**, sendo 20 questões de múltipla escolha, valendo 0,5 (meio) ponto para cada questão, tendo como média exigida para classificação **nota mínima de 05 (cinco) pontos**.

4.2.3 O candidato que não atingir a média exigida para classificação na prova escrita **será automaticamente eliminado** do Processo Seletivo Simplificado.

4.3 Classificação Final: A classificação final dos candidatos será feita pelo somatório da pontuação total obtida, na nota da prova escrita e contagem de pontos por titulos, conforme estabelecido neste Edital da Prefeitura Municipal de Alto Taquari.

4.4 A classificação final será realizada pela ordem decrescente da pontuação final atribuída a cada um dos candidatos em lista única para inscrições conforme os cargos definidos neste Edital.

5 – CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

5.1 Verificando-se ocorrencia de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferencia na ordem classificatória, sucessivamente o candidato que apresentar idade mais avançada.

6 - DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO:

6.1 A divulgação do gabarito da prova escrita será feita no 1º dia útil após a aplicação das provas, no mural da Prefeitura Municipal de Alto Taquari e no site www.altotaquari.mt.gov.br

6.2 **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado.**

7 - DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

7.1 Após a divulgação do resultado final, o Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal, mediante publicação de aviso no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8 - DA CONVOCAÇÃO:

8.1 O processo de convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será realizado observando-se os dispositivos da legislação vigente.

8.2 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados através de Edital publicado pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari para entrega dos comprovantes dos requisitos exigidos para contratação na função pleiteada, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

8.3 A convocação dos candidatos aprovados processar-se-á de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT.

8.4 A contratação de candidatos, que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos será efetivada por ato do Prefeito Municipal de ALTO TAQUARI/MT, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, e Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Taquari / MT .

8.5 Para efeito de contratação, o candidato aprovado, classificado e convocado, **FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL, caso seja considerado não apto para exercer a função, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga**.

8.6 Poderá não ser contratado, os candidatos com necessidades especiais, aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício da função.

8.7 Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para a contratação na função.

9 – **DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO:**

9.1 Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n.º 70.436 de 18 de abril de 1972;

a) Ter no, ato da convocação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos; b) Prova de quitação ou inserção do serviço Militar (se o candidato for do sexo masculino); c) Comprovar por ocasião da convocação, o nível de escolaridade e os requisitos específicos exigidos para a Função; d) Título de eleitor e prova de estar em dia com as obrigações eleitorais; e) Ter aptidão física e mental, comprovada por junta médica promovida pela Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT, para o exercício das atribuições da função, e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da função; f) Apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF); g) Apresentar Declaração se exerce ou não outro cargo ou função pública remunerada inclusive emprego em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

9.2 Os Contratos Temporários para os cargos mencionados neste edital serão considerados como base salarial a formação inicial Classe A, conforme Regime Geral da Previdência Social, e Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Taquari / MT .

9.3 A previsão aproximada de vagas será condicionada e preenchida de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Taquari:

Cargos	Requisitos	Números de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimentos Mensais (R$)
Agente de Serviço Público	Ensino Fundamental Incompleto	01 + CR*	40	1.052,64
Eletricista de Veículos, Caminhões e Maquinários	Fundamental Completo com experiência comprovada de 02 (dois) anos, no cargo.	01 + CR*	40	1.747,76

Cadastro de Reserva

9.4 Das funções:

Cargos	ATRIBUIÇÕES
Agente de Serviço Público	• Executa serviços de zeladoria nos prédios públicos, promovendo a limpeza e conservação, vigiando o cumprimento do regulamento interno para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem-estar de seus ocupantes.

	• Providencia serviços de manutenção em geral, como pequenos reparos ou consertos de instalações elétricas, bombas, caixa d'água, extintores, visando assegurar condições de funcionamento e segurança das instalações. • Efetua a podagem das plantas e árvores, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras e instrumento apropriados para assegurar o desenvolvimento adequado das mesmas. • Efetua a carga e descarga de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e ferramentas manuais, para possibilitar a utilização ou remoção daqueles materiais. • Auxilia nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral. • Efetua limpeza e conservação de áreas verdes, praças terrenos baldios e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos visando melhorar o aspecto do município. • Auxilia o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforço físico e/ou outros recursos, visando contribuir para a execução dos trabalhos. • Auxilia nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações. • Zela pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados. • Auxilia nos serviços de armazenagem de materiais, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos. • Reúne ou amontoa a poeira, fragmentos e detritos, empregando ancinho e outros instrumentos para recolhê-los. • Recolhe os montes de lixo, despejando-os em latões, cestos e outros depósitos apropriados, para facilitar a coleta e o transporte. • Obedece as escalas de serviços estabelecidas, atendendo às convocações para a execução de tarefas compatíveis com a sua habilidade. • Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.
Eletricista de Veículos, Caminhões e Maquinários	• Executa trabalhos rotineiros de eletricista, utilizando ferramentas manuais, comuns e específicas, para estruturar a parte geral da instalação elétrica. • Efetua a ligação de fios à fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e materiais isolantes, testando posteriormente a ligação, para completar o serviço de instalação. • Realiza instalação e manutenção elétrica preventiva e corretiva em veículos, analisa as necessidades de troca e regulagem, monta sistemas e aplica testes de funcionamento. • Supervisiona as tarefas executadas por seus auxiliares, acompanhando as etapas de instalação, manutenção e reparação elétrica, para assegurar a observância das especificações de qualidade e segurança. • Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

10 **– DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO:**

Compete ao candidato:

10.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial do Estado, no Mural da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT e no site www.altotaquari.mt.gov.br, em especial datas, locais, horários, prazos e demais informações.

10.2 Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, função e endereço da localidade específica para qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato com a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

10.3 O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

11 - DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:

11.1 Em obediência ao disposto no § 1º do artigo 21º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, serão destinadas as pessoas com necessidades especiais 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas sejam compatíveis com a sua deficiência .

11.2 Os candidatos com necessidades especiais concorrerão apenas nas vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos para o cargo ao qual optar.

11.3 Ao candidato com necessidades especiais, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência física que possui, submetendo-se, se convocado, à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI, que dará decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com deficiência e/ou o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

11.4 A não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

11.5 Para efeito deste processo seletivo simplificado consideram se deficiências, que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos.

11.6 O candidato com necessidades especiais deverá declarar, no ato da inscrição, no campo próprio, o tipo da deficiência que possui o código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas.

11.7 O candidato que não atender ao solicitado no item anterior não será considerado como necessidade especial, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

11.8 O candidato com necessidades especiais participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das provas, bem como à pontuação mínima exigida.

11.9 As vagas reservadas as pessoas com necessidades especiais, não preenchidas por reprovação no processo seletivo simplificado ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

11.10 **Os Candidatos com Necessidades Especiais deverão protocolar até as 16:00 horas (Horário Oficial de MT) do dia 07/11/2019** na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito a Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, CEP: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, **em envelope constando:** Nome, Cargo, CPF, Endereço e Telefone do Candidato e endereçado à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, o **REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, conforme o **modelo do Anexo II deste Edital**, acompanhado de laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID, com a provável causa da deficiência, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 114/2002. Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos.

11.11 Os candidatos que no ato da inscrição se declararem com necessidades especiais e atenderem ao disposto no subitem anterior, se classificado no Processo Seletivo Simplificado, além de figurarem na lista geral de classificação, **terão seus nomes publicados em relação à parte**, observada a respectiva ordem de classificação.

12 - DOS RECURSOS:

12.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a aplicação da prova ou contra o Processo Seletivo Simplificado disporá de 02 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do mesmo, devendo ser protocolizado diretamente na Secretaria Municipal de Educação, situada à Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060, Centro, nesta cidade, no horário das 7:00 horas do primeiro dia às 16:00 horas do último dia, ininterruptamente, observado o horário oficial de Mato Grosso/MT.

12.2 Não será aceito recurso encaminhado via fax, via e-mail ou telefone.

12.3 **A interposição de recursos poderá ser feita somente, através de Requerimento Escrito de Interposição de Recursos**, pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, devendo o candidato seguir as instruções:

12.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.5 Caberá recurso à Comissão contra omissões ou erros materiais de cada etapa, constituindo-se das etapas: divulgação da lista de candidatos inscritos; publicação de gabaritos de provas; resultado da análise e julgamentos de Títulos; e resultado final do processo seletivo simplificado, até 02 (dois) dias úteis após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

12.6 Os recursos julgados serão divulgados na imprensa oficial, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

12.7 O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

12.8 Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa conforme estipulado este edital, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados por fax, e-mail, ou via telefone.

12.9 A decisão da Comissão Examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior.

12.10 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

12.11 O recurso cujo teor desrespeite a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado será preliminarmente indeferido.

12.12 Se do exame de recursos resultarem anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

12.13 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

13 – DA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

Ficará instalada na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de ALTO TAQUARI, localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado de provas e títulos será até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual periodo a contar da data da homologação do seu resultado.

14.2 Durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, serão aproveitados os candidatos classificados no cadastro de reserva, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.

14.3 A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.

14.4 O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do Processo Seletivo Simplificado, em especial o endereço residencial.

14.5 Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado, valendo para esse fim, a publicação no Diário Oficial, ou em outros órgãos da imprensa.

14.6 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à convocação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração da Prefeitura Municipal.

14.7 A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

14.8 Não será efetivada a contratação do candidato aprovado quando, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público do Município de Alto Taquari, observado o prazo de prescrição.

14.9 A Prefeitura Municipal, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, fará divulgar, sempre que necessários editais complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar tais publicações.

14.10 Não haverá segunda chamada para a prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

14.11 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Processo Seletivo Simplificado que se acham estabelecidas neste Edital.

14.12 Em hipótese alguma, haverá na via administrativa, vista ou revisão deprovas.

14.13 Não será permitida a entrada no local de aplicação da prova, de candidato que não estiver em condições para realização da mesma tais como: Candidato alcoolizado, com trajes inadequados e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas.

14.14 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências do local onde for aplicada a prova, salvo com a devida autorização da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

14.15 Todos os horários mencionados neste Edital se referem ao **HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO.**

15 - Faz parte do presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Ficha de Inscrição do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO II – Modelo de Requerimento de Necessidades Especiais

ANEXO III – Modelo de Requerimento de Interposição de Recursos

16 - Quaisquer informações sobre o processo seletivo simplificado poderão ser obtidas das 07h às 16:00 horas (horário oficial de MT), de segunda a sexta-feira, na sede da Secretaria Municipal de Alto Taquari e por meio do telefone: 0xx(66) 3496-2143.

17 - Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

Alto Taquari, 02 de Outubro de 2019

_____

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL n.º 06/2019/PMAT

PROTOCOLO: _____

I - Nome do Candidato:_____

RG: _____ **CPF**: _____

II - Cargo: _____

III – Habilitação/ escolaridade:_____

IV – Endereço completo:_____

_____

V – Fone: _____

IV - CASO TENHA ALGUM TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL FAVOR MENCIONAR E DISCRIMINAR O TIPO DE NECESSIDADE ABAIXO:

_____

_____

Alto Taquari,_____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura do candidato

.....

Edital n.º 06/2019/PMAT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2019

Por:_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou a inscrição do Processo Seletivo).

ANEXO II

REQUERIMENTO (NECESSIDADES ESPECIAIS)

Nome do Candidato: _____

CARGO: _____

O Candidato supracitado, vem por intermédio deste **REQUERER INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de tratamento necessário)

_____

_____

_____Declaro, para os devidos fins, que tenho a deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função.

Alto Taquari, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura Candidato

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO do Edital nº --06/2019/PMAT, realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari MT.

Eu,_____ _____ portador do documento de identidade nº_____, inscrito no CPF sob o N. º_____, inscrito para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 06/2019/PMAT, no cargo _____ apresento recurso junto à **COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, através do Protocolo n.º_____, contra decisão do Resultado Final do referido Processo.

I. Do objeto de recurso:

REFERENTE_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Alto Taquari ,_____de_____de 2019.

_____

Assinatura do candidato

.....

Edital n.º 06/2019/PMAT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2019

Por:_____

_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou o recurso do Processo Seletivo).

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 05/2019/PMAT/MT

Dispõe sobre abertura de inscrições para processo seletivo simplificado para contratação temporária de trabalhadores em caráter excepcional de interesse público.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Sr. Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais, comunica o período para realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Auxiliar de Desenvolvimento, Facilitador de Artes, Inspetor de Alunos, Merendeira e Monitor de Educação Infantil para suprir as necessidades das Escolas Municipais de Alto Taquari - MT.

RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação por tempo determinado de Auxiliar de Desenvolvimento, Facilitador de Artes, Inspetor de Alunos, Merendeira e Monitor de Educação Infantil para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para suprir a falta de profissionais da educação, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

a) PERÍODO GERAL DE REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: do dia **07/10 a 07/11/2019, das 07h às 10horas e das 13h às 16horas (horário MT) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari MT,** localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

b) **PUBLICAÇÃO DA LISTA COM OS NOMES DOS CANDIDATOS INSCRITOS**: no dia **14/11/2019 a partir das 13horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

c) **PERÍODO DE APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA**: dia **24/11/2019, das 7h30min as 10h30min (horário MT), nas dependências da Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes**."

d) PUBLICAÇÃO DO GABARITO DA PROVA ESCRITA: 1º dia útil após aplicação das provas escritas a partir das 16:00 horas, fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

e) **PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA** : dia **01/12/2019, a partir das 17horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br.

f) PREVISÃO de Publicação do Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado: dia **08/12/2019, às 13horas (horário MT), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

g) PREVISÃO de Publicação do Resultado FINAL do Processo Seletivo Simplificado: dia **12/12/2019, às 13horas (horário MT), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 Inscrições serão realizadas **na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari MT,** localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, no período do**dia 07/10 a 07/11/2019,** até as 16horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso), com isenção de taxas **e divulgado na imprensa oficial conforme determina o Art. 6.º da Lei Municipal n.º 542/2009.**

2.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente no **endereço, horário e prazos indicados no item 2.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato, com poderes especiais para realiza**ção de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, apresentando em ambos os casos a seguinte documentação:

I - Documentos exigidos no **ATO DA INSCRIÇÃO** do Processo Seletivo:

a) Cópia do documento comprobatorio de escolaridade;

b) Cópia dos documentos pessoais;

c) Cópia dos certificados para contagem de pontos e títulos referente aos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

2.3 Será admitida somente uma inscrição por participante. Não poderá ser realizada inscrição pelo mesmo candidato para mais de um cargo.

2.4 Depois do encerramento das inscrições, somente poderão ser alterados os dados pessoais do candidato em caso de incorreção, mediante protocolo de requerimento endereçado à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, ou no dia de realização da prova escrita, mediante a apresentação do documento original e do registro na Ata de Ocorrência de Sala.

2.5 Ao inscrever-se o candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, não podendo delas alegar desconhecimento.

2.6 No ato da inscrição **o candidato que necessite de tratamento diferenciado no dia da prova escrita**, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição discriminando o tipo de tratamento diferenciado que necessita.

2.7 Caso não expresse sua necessidade de tratamento diferenciado ou a deficiência física, não será possível atendê-lo.

2.8 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT do direito de excluí-lo do Processo Seletivo Simplificado se for constatado posteriormente, que o mesmo usou de logro e/ou má fé.

2.9 A Comissão Examinadora publicará aviso de homologação das inscrições no Órgão Oficial de Imprensa do Município, e divulgará a relação das inscrições homologadas no Mural da Secretaria M. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site www.altotaquari.mt.gov.br.

3 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

3.1-Realização da prova escrita será dia **24 de Novembro de 2019, das 07h30min às 10h30min (HORÁRIO MT)**, nas dependências da Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes"

3.2 – Dos conteúdos programáticos

a) Os conteúdos da prova escrita serão retirados das Leis: 9394/96 LDB, BNCC, ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Complementar n.º 005/2011 e das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme especificado abaixo:

Matemática

§ Equações de primeiro grau

§ Regra de três

§ Conjuntos numéricos e operações

§ Raciocínio Lógico

§ Operações básicas em situações problema

Língua Portuguesa

§ Regras de acentuação

§ Plural

§ Verbos irregulares

§ Concordância verbal

§ Pontuação

§ Ortografia das palavras com G, J, S e Z

§ Conhecimento de palavras e termos específicos

§ Interpretação de texto (dissertativos gráficos e quadrinhos)

3.3 Do tempo de duração:

3.3.1 Prova escrita: 03 (três) horas ininterruptas.

3.4 Os candidatos se submeterão à prova do Processo Seletivo Simplificado exclusivamente no local e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari/MT, conforme definido no item 3.1 deste Edital.

3.5 Para a realização da prova escrita o candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original e caneta esferográfica azul ou preta.

3.6 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar no dia de realização das provas documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar uma cópia do documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em, no máximo, trinta dias antes da realização da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital.

3.7 Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

3.8 Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

3.9 Em hipótese alguma a prova será realizada fora do local e horário determinado, exceto por caso excepcionais amparados por Lei .

3.10 A ausência do candidato em qualquer fase do Processo Seletivo (prova escrita) implicará em sua **ELIMINAÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

3.11 Será sumariamente **eliminado** do processo seletivo simplificado, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução da prova; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a mesma; for surpreendido, durante a prova, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, bonés ou óculos escuros, ou, após a prova, a utilização de processos ilícitos para a realização da mesma, constatado por meio de perícia.

3.12 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim no momento da inscrição, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

3.12.1 Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

3.13 Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 30 (trinta) minutos do seu início por motivo de segurança.

3.14 O candidato que por qualquer motivo retirar-se da sala antes do tempo mínimo estabelecido no item anterior terá seu nome registrado na Ata de registro da sala, podendo inclusive ser excluído do Processo Seletivo Simplificado.

3.15 Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas.

4 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:

- Contagem de Pontos e Títulos;

- Prova Escrita.

4.1 Para a **contagem de pontos e títulos**, a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, constituída pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deverá considerar os seguintes critérios:

a. Por participação efetiva em Conselhos, 0,5 (meio) ponto para cada Conselho, comprovada através de DECLARAÇÃO assinada pelo presidente do referido Conselho **em vigência**.

b. Cursos de qualificação realizados na área de atuação que contemplem conhecimentos específicos, considerando:

Qualificação Profissional	Certificado na área de Educação, referente aos últimos três anos (2017, 2018 e 2019) ofertados pelas instituições formadoras: MEC/SEDUC/CEFAPRO/SEFE/SMECEL, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Os cursos com certificação deverão ter registro e validação pelo respectivo Órgão expedidor.	**0,5(meio) ponto** para cada 40(quarenta)horas, com limite de 3 (três) pontos no total de 240 (duzentas e quarenta) horas.

d. Quanto aos **títulos**, deverá ser considerado:

FORMAÇÃO		PONTUAÇÃO
Pós-graduação	Diploma ou certificado do curso **Doutorado** Diploma ou certificado do curso **Mestrado** Diploma ou certificado do curso **Especialização**	10,0 (dez) pontos 8,0 (oito) pontos 6,0 (seis) pontos
Graduação	Diploma ou certificado de conclusão do curso na área da educação – Licenciatura Plena	5,0 (cinco) pontos
Ensino Médio	Diploma ou certificado de conclusão do curso Técnico Profissionalizante – Magistério	2,0 (dois) pontos
Ensino Médio	Histórico Escolar que comprove a conclusão do Ensino Médio.	1,0 (um) ponto

Obs.: Deverão ser considerados os pontos da maior titulação que o profissional tiver concluído, sendo vedado o cômputo cumulativo dos pontos referentes aos títulos.

4.2 - Da prova escrita de **caráter classificatório/eliminatório**

4.2.1 Prova escrita será executada em caráter classificatório e eliminatório, tendo como média exigida para classificação nota mínima de **05(cinco)pontos** e de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a quem cabe planejar, realizar e divulgar todos os atos relativos ao Processo Seletivo 2019.

4.2.2 A Prova escrita terá valor total de **10 (dez) pontos**, sendo 10 questões de múltipla escolha, valendo 0,5 (meio) ponto cada e 02(duas) questões subjetivas, valendo 2,5(dois pontos e meio) para cada questão, tendo como média exigida para classificação **nota mínima de 05 (cinco) pontos**.

4.2.3 O candidato que não atingir a média exigida para classificação na prova escrita **será automaticamente eliminado** do Processo Seletivo Simplificado.

4.3 Classificação Final: A classificação final dos candidatos será feita pelo somatório da pontuação total obtida, na nota da prova escrita e contagem de pontos por titulos, conforme estabelecido neste Edital da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari.

4.4 A classificação final será realizada pela ordem decrescente da pontuação final atribuída a cada um dos candidatos em lista única para inscrições conforme os cargos definidos neste Edital.

5 – CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

5.1 Verificando-se ocorrencia de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferencia na ordem classificatória, sucessivamente o candidato que apresentar idade mais avançada.

6 - DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO:

6.1 A divulgação do gabarito da prova escrita será feita no 1º dia útil após a aplicação das provas, no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site www.altotaquari.mt.gov.br.

6.2 **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado.**

7 - DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

7.1 Após a divulgação do resultado final, o Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal, mediante publicação de aviso no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8 - DA CONVOCAÇÃO:

8.1 O processo de convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será realizado observando-se os dispositivos da legislação vigente.

8.2 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados através de Edital publicado pela Secretaria Municipal de Educação para entrega dos comprovantes dos requisitos exigidos para contratação na função pleiteada, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

8.3 A convocação dos candidatos aprovados processar-se-á de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT.

8.4 A contratação de candidatos, que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos será efetivada por ato do Prefeito Municipal de ALTO TAQUARI/MT, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, e Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Taquari / MT .

8.5 Para efeito de contratação, o candidato aprovado, classificado e convocado, **FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL,** caso seja considerado não apto para exercer a função, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.

8.6 Poderá não ser contratado, os candidatos com necessidades especiais, aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício da função.

8.7 Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar dentro do período de 30 dias; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para a contratação na função.

9 – **DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO:**

9.1 Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n.º 70.436 de 18 de abril de 1972;

a) Ter no, ato da convocação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos; b) Prova de quitação ou inserção do serviço Militar (se o candidato for do sexo masculino); c) Comprovar por ocasião da convocação, o nível de escolaridade e os requisitos específicos exigidos para a Função; d) Título de eleitor e prova de estar em dia com as obrigações eleitorais; e) Ter aptidão física e mental, comprovada por junta médica promovida pela Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT, para o exercício das atribuições da função, e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da função; f) Apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF); g) Apresentar Declaração se exerce ou não outro cargo ou função pública remunerada inclusive emprego em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

9.2 Os Contratos Temporários para os cargos abaixo relacionados serão considerados como base salarial a formação inicial Classe A, conforme Regime Geral da Previdência Social, e Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Taquari / MT .

9.3 A previsão aproximada de vagas será condicionada e preenchida de acordo com as necessidades das escolas públicas municipais:

Cargos	Números de Vagas	Carga Horária	Requisitos	Vencimentos Mensais (R$)
Auxiliar de Desenvolvimento	01 + CR*	20	Nível Médio	**1.535,38**
Facilitador de Artes	01 + CR*	40	Nível Médio	**1.481,19**
Inspetor de Alunos	01 + CR*	40	Nível Médio	**1.535,38**
Merendeira	01 + CR*	30	Nível Médio	**1.535,38**
Monitor de Educação Infantil	01 + CR*	30	Nível Médio	**1.535,38**

Cadastro de Reserva

9.4 Das funções:

Cargos	ATRIBUIÇÕES
Auxiliar de Desenvolvimento	• Atendem alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV. • Auxiliam no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação, dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais; • Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.
Facilitador de Artes	Orientar e acompanhar os alunos nas dependências da Instituição, durante o período de aula em completa atenção as crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades multidisciplinares que atendam os aspectos: social, físico, mental, cultural e intelectual, a fim de efetivar a doutrina de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando sobre tudo, que os beneficiários pelo projeto desenvolvam habilidades para a vida diária.
Inspetor de Alunos	• Cuidar da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola; inspecionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar. • Cuidar da segurança do aluno nos veículos do transporte escolar; • Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos. • Prestar apoio às atividades acadêmicas; controlar as atividades livres dos alunos, orientar entrada e saída de alunos, fiscalizar espaços de recreação, definir limites nas atividades livres. • Organizar ambiente escolar e providenciar manutenção predial. • Identificar pessoas suspeitas nas imediações da escola; • Comunicar à chefia a presença de estranhos nas imediações da escola; • Chamar ronda escolar ou a polícia; • Controlar fluxo de pessoas estranhas ao ambiente escolar; • Chamar resgate; • Confirmar irregularidades comunicadas pelos alunos; • Identificar responsáveis por irregularidades; • Identificar responsáveis por atos de depredação do patrimônio escolar; • Reprimir furtos na escola; • Liberar alunos para pessoas autorizadas; • Comunicar à diretoria casos de furto entre alunos; • Retirar objetos perigosos dos alunos; • Vigiar ações de intimidação entre alunos; • Auxiliar na organização de atividades culturais, recreativas e esportivas; • Inibir ações de intimidação entre alunos; • Separar brigas de alunos; • Conduzir aluno indisciplinado à diretoria; • Comunicar à coordenação atitudes agressivas de alunos; • Explicar aos alunos regras e procedimentos da escola; • Informar sobre regimento e regulamento da escola; • Orientar alunos quanto ao cumprimento dos horários; • Ouvir reclamações dos alunos; • Analisar fatos da escola com os alunos; • Aconselhar alunos; • Controlar manifestações afetivas; • Informar à coordenação a ausência do professor; • Restabelecer disciplina em salas de aula sem professor; • Fornecer informações aos professores; • Orientar entrada e saída dos alunos; • Vistoriar agrupamentos isolados de alunos;

	• Orientar a utilização dos banheiros; • Fixar avisos em mural; • Abrir as salas de aula; • Controlar carteira de identidade escolar; • Relatar ocorrência disciplinar; • Inspecionar a limpeza nas dependências da Escola; • Verificar o estado da lousa; • Comunicar à Gerência de Serviços sobre equipamentos danificados; • Controlar acesso de alunos e professores; • Controlar as atividades de formação cultural sob orientação da Secretaria da Associação; • Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Merendeira	• Prepara a merenda para os alunos observando as normas de higiene e segurança. Prepara e serve a merenda para os alunos do respectivo estabelecimento de ensino. • Observa a quantidade necessária de merenda para que possa servir todos os alunos sem exceções. • Cuida do sabor relativo à merenda, observando a aceitação dos educandos. • Zela pela limpeza dos materiais e do estabelecimento para assegurar a higiene do ambiente e garantir a saúde dos alunos. • Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.
Monitor Educação Infantil	• Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de Educação Infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; • Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; • Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; • Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; • Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; • Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; • Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; • Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; • Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; • Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; • Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; • Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; • Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; • Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; • Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO:

Compete ao candidato:

10.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial do Estado, no Mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de ALTO TAQUARI/MT e no site www.altotaquari.mt.gov.br, em especial datas, locais, horários, prazos e demais informações.

10.2 Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, função e endereço da localidade específica para qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato com a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

10.3 O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

11 – DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:

11.1 Em obediência ao disposto no § 1º do artigo 21º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, serão destinadas as pessoas com necessidades especiais 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas sejam compatíveis com a sua deficiência .

11.2 Os candidatos com necessidades especiais concorrerão apenas nas vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos para o cargo ao qual optar.

11.3 Ao candidato com necessidades especiais, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência física que possui, submetendo-se, se convocado, à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI, que dará decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com deficiência e/ou o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

11.4 A não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

11.5 Para efeito deste processo seletivo simplificado consideram se deficiências, que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos.

11.6 O candidato com necessidades especiais deverá declarar, no ato da inscrição, no campo próprio, o tipo da deficiência que possui o código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas.

11.7 O candidato que não atender ao solicitado no item anterior não será considerado como necessidade especial, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

11.8 O candidato com necessidades especiais participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das provas, bem como à pontuação mínima exigida.

11.9 As vagas reservadas as pessoas com necessidades especiais, não preenchidas por reprovação no processo seletivo simplificado ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

11.10 **Os Candidatos com Necessidades Especiais deverão protocolar até as 16:00 horas (Horário Oficial de MT) do dia 07/11/2019** na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito a Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, CEP: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, **em envelope constando:** Nome, Cargo, CPF, Endereço e Telefone do Candidato e endereçado à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, o **REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, conforme o **modelo do Anexo II deste Edital**, acompanhado de laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID, com a provável causa da deficiência, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 114/2002. Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos.

11.11 Os candidatos que no ato da inscrição se declararem com necessidades especiais e atenderem ao disposto no subitem anterior, se classificado no Processo Seletivo Simplificado, além de figurarem na lista geral de classificação, **terão seus nomes publicados em relação à parte**, observada a respectiva ordem de classificação.

12 - DOS RECURSOS:

12.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a aplicação da prova ou contra o Processo Seletivo Simplificado disporá de 02 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do mesmo, devendo ser protocolizado diretamente na Secretaria Municipal de Educa-

ção, situada à Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060, Centro, nesta cidade, no horário das 7:00 horas do primeiro dia às 16:00 horas do último dia, ininterruptamente, observado o horário oficial de Mato Grosso/MT.

12.2 Não será aceito recurso encaminhado via fax, via e-mail ou telefone.

12.3 **A interposição de recursos poderá ser feita somente, através de Requerimento Escrito de Interposição de Recursos**, pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, devendo o candidato seguir as instruções:

12.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.5 Caberá recurso à Comissão contra omissões ou erros materiais de cada etapa, constituindo-se das etapas: divulgação da lista de candidatos inscritos; publicação de gabaritos de provas; resultado da análise e julgamentos de Títulos; e resultado final do processo seletivo simplificado, até 02 (dois) dias úteis após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

12.6 Os recursos julgados serão divulgados na imprensa oficial, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

12.7 O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

12.8 Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa conforme estipulado este edital, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados por fax, e-mail, ou via telefone.

12.9 A decisão da Comissão Examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior.

12.10 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

12.11 O recurso cujo teor desrespeite a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado será preliminarmente indeferido.

12.12 Se do exame de recursos resultarem anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

12.13 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

13 – DA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

Ficará instalada na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de ALTO TAQUARI, localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado de provas e títulos será até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual periodo a contar da data da homologação do seu resultado.

14.2 Durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, serão aproveitados os candidatos classificados no cadastro de reserva, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.

14.3 A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.

14.4 O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do Processo Seletivo Simplificado, em especial o endereço residencial.

14.5 Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado, valendo para esse fim, a publicação no Diário Oficial, ou em outros órgãos da imprensa.

14.6 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à convocação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração da Prefeitura Municipal.

14.7 A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

14.8 Não será efetivada a contratação do candidato aprovado quando, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público do Município de Alto Taquari, observado o prazo de prescrição.

14.9 A Prefeitura Municipal, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, fará divulgar, sempre que necessários editais complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar tais publicações.

14.10 Não haverá segunda chamada para a prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

14.11 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Processo Seletivo Simplificado que se acham estabelecidas neste Edital.

14.12 Em hipótese alguma, haverá na via administrativa, vista ou revisão deprovas.

14.13 Não será permitida a entrada no local de aplicação da prova, de candidato que não estiver em condições para realização da mesma tais como: candidato alcoolizado, com trajes inadequados e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas.

14.14 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências do local onde for aplicada a prova, salvo com a devida autorização da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

14.15 Todos os horários mencionados neste Edital se referem ao **Horário Oficial de Mato Grosso.**

15 - Faz parte do presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Ficha de Inscrição do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO II – Modelo de Requerimento de Necessidades Especiais

ANEXO III – Modelo de Requerimento de Interposição de Recursos

16 - Quaisquer informações sobre o processo seletivo simplificado poderão ser obtidas das 07:00 às 16:00 horas (**HORÁRIO OFICIAL DE MT**), de segunda a sexta-feira, na sede da Secretaria Municipal de Alto Taquari e por meio do telefone: 0xx(66) 3496-2143.

17- Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

Alto Taquari, 02 de Outubro de 2019

_____

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Edital n.º 05/2019/PMAT/MT

PROTOCOLO: _____

I - Nome do Candidato:_____

RG: _____ **CPF**: _____

II - Cargo: _____

III – Habilitação/ escolaridade:_____

IV – Endereço completo:_____

_____

V – Fone: _____

IV - CASO TENHA ALGUM TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL FAVOR MENCIONAR E DISCRIMINAR O TIPO DE NECESSIDADE ABAIXO:

_____
_____
_____
_____

Alto Taquari,_____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura do candidato

.....
.....

Edital n.º 05/2019/PMAT/MT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2019

Por:_____
_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou a inscrição do Processo Seletivo).

ANEXO II

REQUERIMENTO (NECESSIDADES ESPECIAIS)

Nome do Candidato: _____

CARGO: _____
_____

O Candidato supracitado, vem por intermédio deste **REQUERER INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de tratamento necessário)

_____
_____
_____

Declaro, para os devidos fins, que tenho a deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função.

Alto Taquari, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura Candidato

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO do Edital nº 05/2019/PMAT, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Alto Taquari MT.

Eu,_____ _____ portador do documento de identidade nº_____, inscrito no CPF sob o N. º_____, inscrito para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 05/2019/PMAT, no cargo _____ apresento recurso junto à **COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, através do Protocolo n.º_____, contra decisão do Resultado Final do referido Processo.

I. Do objeto de recurso:

REFEREN-
TE_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Alto Taquari ,_____de_____de 2019.

_____

Assinatura do candidato

.....
.....

Edital n.º 05/2019/PMAT/MT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2019

Por:_____
_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou o recurso do Processo Seletivo).

PORTARIA N.º 02/2019/SMECEL

Dispõe sobre nomeação de representantes para fazer parte da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, para contratação temporária de trabalhadores em caráter excepcional de interesse público de Alto Taquari e outras providências.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Sra. Marilda Garófalo Sperandio no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de criar a **"Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado"** para contratação temporária de trabalhadores em caráter excepcional de interesse público e estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os profissionais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

Nome	Função na Comissão	Cargo	Matrícula
Carla Gifani	Membro	Professor	016
Roseli Silva Amaral Prado	Membro	Professor	2987
Rosangela Carvalho de Oliveira Santos	Membro	Professor	086
Silvana Lucilia Monteiro Sampaio	Secretária	Assistente Social	123
Suele Rezende Miranda	Presidente	Téc. Administrativo	328

Art. 2º. A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado terá como competências:

I. Organizar, executar e avaliar o Processo Seletivo Simplificado conforme critérios estabelecidos nos Editais n.º 04, 05 e 06/2019/SMECEL;

II. Solucionar problemas em primeira instância referentes assuntos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Alto Taquari, 25 de Setembro de 2019.

_____

Marilda Garófalo Sperandio

Secretária M. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 4º BIMESTRE 2019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.852.438,65	57.148.438,65	9.484.273,64	16,60	34.593.315,51	60,53	22.555.123,14
RECEITAS CORRENTES	47.147.438,65	47.443.438,65	9.300.321,56	19,60	34.381.363,43	72,47	13.062.075,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.724.176,00	5.724.176,00	1.086.007,75	18,97	3.752.243,64	65,55	1.971.932,36
Impostos	5.014.176,00	5.014.176,00	1.034.834,88	20,64	3.150.909,61	62,84	1.863.266,39
Taxas	710.000,00	710.000,00	51.172,87	7,21	601.334,03	84,69	108.665,97
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	576.000,00	96.823,08	16,81	500.996,30	86,98	75.003,70
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00	576.000,00	96.823,08	16,81	500.996,30	86,98	75.003,70
RECEITA PATRIMONIAL	285.000,00	285.000,00	43.221,39	15,17	230.450,31	80,86	54.549,69
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	285.000,00	285.000,00	43.221,39	15,17	230.450,31	80,86	54.549,69
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	951.500,00	951.500,00	247.447,37	26,01	809.920,84	85,12	141.579,16
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	951.000,00	951.000,00	247.447,37	26,02	809.901,84	85,16	141.098,16
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	500,00	500,00	0,00		19,00	3,80	481,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.698.762,65	39.698.762,65	7.701.917,24	19,40	28.761.130,27	72,45	10.937.632,38
Transferências da União e de suas Entidades	10.400.951,59	10.400.951,59	1.930.137,43	18,56	7.607.507,31	73,14	2.793.444,28
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.897.811,06	23.897.811,06	4.710.835,58	19,71	16.992.374,67	71,10	6.905.436,39
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.400.000,00	5.400.000,00	1.060.944,23	19,65	4.161.248,29	77,06	1.238.751,71
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.000,00	208.000,00	124.904,73	60,05	326.622,07	157,03	-118.622,07
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	87.133,26	87,13	245.834,57	245,83	-145.834,57
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	108.000,00	108.000,00	37.771,47	34,97	80.787,50	74,80	27.212,50

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.705.000,00	9.705.000,00	183.952,08	1,90	211.952,08	2,18	9.493.047,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.705.000,00	9.705.000,00	183.952,08	1,90	211.952,08	2,18	9.493.047,92
Transferências da União e de suas Entidades	9.700.000,00	9.700.000,00	183.952,08	1,90	201.952,08	2,08	9.498.047,92
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.000,00	5.000,00	0,00		10.000,00	200,00	-5.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.852.438,65	57.148.438,65	9.484.273,64	16,60	34.593.315,51	60,53	22.555.123,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.852.438,65	57.148.438,65	9.484.273,64	16,60	34.593.315,51	60,53	22.555.123,14
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.852.438,65	57.148.438,65	9.484.273,64	16,60	34.593.315,51	60,53	22.555.123,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.299.022,74			5.299.022,74		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		5.299.022,74			5.299.022,74		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	50.952.438,65	56.547.461,39	6.693.577,04	43.518.894,48	13.028.566,91	7.869.613,25	30.626.278,44	25.921.182,95	30.014.156,58	0,00
DESPESAS CORRENTES	38.313.923,51	39.762.792,34	6.362.152,50	31.172.694,54	8.590.097,80	6.737.770,29	27.079.339,18	12.683.453,16	26.487.217,32	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.860.395,99	21.343.589,48	4.626.702,57	17.290.857,99	4.052.731,49	4.605.966,15	17.270.121,57	4.073.467,91	16.900.175,78	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.453.527,52	18.419.202,86	1.735.449,93	13.881.836,55	4.537.366,31	2.131.804,14	9.809.217,61	8.609.985,25	9.587.041,54	
DESPESAS DE CAPITAL	12.038.515,14	16.784.669,05	331.424,54	12.346.199,94	4.438.469,11	1.131.842,96	3.546.939,26	13.237.729,79	3.526.939,26	0,00
INVESTIMENTOS	12.036.915,14	16.640.956,86	309.412,77	12.302.487,75	4.338.469,11	1.109.831,19	3.503.227,07	13.137.729,79	3.483.227,07	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.600,00	143.712,19	22.011,77	43.712,19	100.000,00	22.011,77	43.712,19	100.000,00	43.712,19	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	0,00			0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	50.952.438,65	56.547.461,39	6.693.577,04	43.518.894,48	13.028.566,91	7.869.613,25	30.626.278,44	25.921.182,95	30.014.156,58	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	50.952.438,65	56.547.461,39	6.693.577,04	43.518.894,48	13.028.566,91	7.869.613,25	30.626.278,44	25.921.182,95	30.014.156,58	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							3.967.037,07			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	50.952.438,65	56.547.461,39	6.693.577,04	43.518.894,48		7.869.613,25	34.593.315,51		30.014.156,58	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.952.438,65	56.547.461,39	6.693.577,04	43.518.894,48	100,00	13.028.566,91	7.869.613,25	30.626.278,44	100,00	25.921.182,95	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa					0,00				0,00		
Controle Externo					0,00				0,00		
FU01 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU01 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
FU02 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU02 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
FU03 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU03 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	9.805.963,85	10.555.057,78	1.978.087,29	8.649.713,53	19,88	1.905.344,25	1.903.053,21	7.441.276,36	24,30	3.113.781,42	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
FU04 - Administração Geral	8.620.874,41	8.698.889,33	1.881.121,98	7.033.615,27	16,16	1.665.274,06	1.709.127,80	5.932.118,97	19,37	2.766.770,36	
Administração Financeira	151.000,00	822.079,01	161,78	611.306,01	1,40	210.773,00	161,78	611.306,01	2,00	210.773,00	
Controle Interno	299.250,00	299.250,00	0,00	299.250,00	0,69	0,00	60.000,00	220.000,00	0,72	79.250,00	
Normatização e Fiscalização					0,00				0,00		
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos	31.500,00	31.500,00	624,00	11.923,08	0,03	19.576,92	624,00	11.923,08	0,04	19.576,92	
Administração de Receitas	703.339,44	703.339,44	96.179,53	693.619,17	1,59	9.720,27	133.139,63	665.928,30	2,17	37.411,14	
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
FU04 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
FU05 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU05 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	157.500,00	76.500,00	61.440,00	75.740,00	0,17	760,00	10.240,00	14.140,00	0,05	62.360,00	0,00
Policiamento	157.500,00	76.500,00	61.440,00	75.740,00	0,17	760,00	10.240,00	14.140,00	0,05	62.360,00	
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
FU06 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU06 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
FU07 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU07 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	2.305.375,00	2.384.480,00	397.644,05	1.787.439,34	4,11	597.040,66	420.138,61	1.648.411,31	5,38	736.068,69	0,00
Assistência ao Idoso	183.350,00	193.350,00	20.989,67	73.744,96	0,17	119.605,04	10.800,21	46.345,54	0,15	147.004,46	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.200,00	25.200,00	219,60	23.030,93	0,05	2.169,07	4.195,50	14.031,11	0,05	11.168,89	
Assistência Comunitária					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU08 - Demais Subfunções	2.096.825,00	2.165.930,00	376.434,78	1.690.663,45	3,88	475.266,55	405.142,90	1.588.034,66	5,19	577.895,34	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário					0,00				0,00		
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
FU09 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU09 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	7.989.443,97	9.873.133,15	1.556.585,59	7.203.463,45	16,55	2.669.669,70	1.507.320,89	6.105.115,94	19,93	3.768.017,21	0,00
Atenção Básica	2.854.524,00	3.493.234,10	381.656,91	2.372.969,37	5,45	1.120.264,73	387.799,51	2.150.515,47	7,02	1.342.718,63	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.154.819,20	4.003.155,69	846.911,79	2.858.624,95	6,57	1.144.530,74	714.971,96	2.238.776,19	7,31	1.764.379,50	
Suporte Profilático e Terapêutico	78.424,20	215.249,20	0,00	96.977,91	0,22	118.271,29	44.661,86	63.045,70	0,21	152.203,50	
Vigilância Sanitária	92.000,00	232.918,00	16.090,68	184.630,15	0,42	48.287,85	25.212,85	59.980,03	0,20	172.937,97	
Vigilância Epidemiológica	104.063,23	136.186,03	2.932,00	68.329,41	0,16	67.856,62	5.019,10	35.500,59	0,12	100.685,44	
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
FU10 - Administração Geral	1.705.613,34	1.792.390,13	308.994,21	1.621.931,66	3,73	170.458,47	329.655,61	1.557.297,96	5,08	235.092,17	
FU10 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	562.840,00	562.840,00	0,00	562.840,00	1,29	0,00	47.732,13	390.855,76	1,28	171.984,24	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	562.840,00	562.840,00	0,00	562.840,00	1,29	0,00	47.732,13	390.855,76	1,28	171.984,24	
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
FU11 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU11 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	11.480.867,50	13.368.209,27	2.164.080,41	9.823.761,85	22,57	3.544.447,42	2.424.113,42	9.180.118,95	29,97	4.188.090,32	0,00
Ensino Fundamental	7.093.111,43	8.359.260,58	1.290.393,36	5.868.999,74	13,49	2.490.260,84	1.411.702,61	5.443.207,59	17,77	2.916.052,99	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	375.400,00	366.863,71	0,00	343.200,00	0,79	23.663,71	62.400,00	187.200,00	0,61	179.663,71	
Educação Infantil	3.638.900,00	4.172.617,57	850.156,62	3.332.181,25	7,66	840.436,32	886.911,37	3.302.176,51	10,78	870.441,06	
Educação de Jovens e Adultos					0,00				0,00		
Educação Especial					0,00				0,00		
Educação Básica					0,00				0,00		
FU12 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU12 - Demais Subfunções	373.456,07	469.467,41	23.530,43	279.380,86	0,64	190.086,55	63.099,44	247.534,85	0,81	221.932,56	
Cultura	695.925,00	683.425,00	15.490,46	417.528,16	0,96	265.896,84	11.338,52	390.661,70	1,28	292.763,30	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	695.925,00	683.425,00	15.490,46	417.528,16	0,96	265.896,84	11.338,52	390.661,70	1,28	292.763,30	
FU13 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU13 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	5.000,00	153.000,00	0,00	54.000,00	0,12	99.000,00	0,00	0,00	0,00	153.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
FU14 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU14 - Demais Subfunções	5.000,00	153.000,00	0,00	54.000,00	0,12	99.000,00	0,00	0,00	0,00	153.000,00	
Urbanismo	9.483.250,00	9.231.577,52	0,00	7.556.137,49	17,36	1.675.440,03	826.676,06	2.032.913,79	6,64	7.198.663,73	0,00
Infra-Estrutura Urbana	6.152.000,00	6.601.077,52	0,00	5.342.185,61	12,28	1.258.891,91	485.798,17	753.298,47	2,46	5.847.779,05	
Serviços Urbanos	3.331.250,00	2.630.500,00	0,00	2.213.951,88	5,09	416.548,12	340.877,89	1.279.615,32	4,18	1.350.884,68	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
FU15 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU15 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	225.210,00	156.905,00	768,32	51.994,73	0,12	104.910,27	2.754,35	50.360,44	0,16	106.544,56	0,00
Habitação Rural					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	225.210,00	156.905,00	768,32	51.994,73	0,12	104.910,27	2.754,35	50.360,44	0,16	106.544,56	
FU16 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU16 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	4.218.100,00	4.652.708,08	107.048,84	4.098.210,42	9,42	554.497,66	76.927,58	572.619,70	1,87	4.080.088,38	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	4.218.100,00	4.652.708,08	107.048,84	4.098.210,42	9,42	554.497,66	76.927,58	572.619,70	1,87	4.080.088,38	
FU17 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU17 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00				0,00		
Controle Ambiental	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
FU18 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU18 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
FU19 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU19 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	449.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00	0,00
Abastecimento					0,00				0,00		
Extensão Rural	49.450,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00	
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária					0,00				0,00		
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
FU20 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU20 - Demais Subfunções	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
FU21 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU21 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	36.500,00	8.496,01	0,00	0,00	0,00	8.496,01	0,00	0,00	0,00	8.496,01	0,00
Promoção Industrial	36.500,00	8.496,01	0,00	0,00	0,00	8.496,01	0,00	0,00	0,00	8.496,01	
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
FU22 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU22 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	61.500,00	71.304,06	0,00	24.999,99	0,06	46.304,07	0,00	0,00	0,00	71.304,06	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo	61.500,00	71.304,06	0,00	24.999,99	0,06	46.304,07	0,00	0,00	0,00	71.304,06	
FU23 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU23 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
FU24 - Administração Geral					0,00				0,00		

Documento gerado em 04/10/2019 10:00:07

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	280.000,00	1.776.000,00	163.520,43	1.605.295,72	3,69	170.704,28	411.693,05	1.260.846,48	4,12	515.153,52	0,00
Conservação de Energia	279.000,00	279.000,00	0,00	114.587,50	0,26	164.412,50	19.000,00	62.970,72	0,21	216.029,28	
Energia Elétrica	1.000,00	1.497.000,00	163.520,43	1.490.708,22	3,43	6.291,78	392.693,05	1.197.875,76	3,91	299.124,24	
Combustíveis Minerais					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
FU25 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU25 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	1.989.750,00	2.237.500,00	188.209,00	1.281.209,50	2,94	956.290,50	142.116,87	1.225.944,11	4,00	1.011.555,89	0,00
Transporte Aéreo	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	1.987.750,00	2.237.500,00	188.209,00	1.281.209,50	2,94	956.290,50	142.116,87	1.225.944,11	4,00	1.011.555,89	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
FU26 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU26 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	602.163,33	603.163,33	38.690,88	282.848,11	0,65	320.315,22	63.496,79	269.301,71	0,88	333.861,62	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	602.163,33	603.163,33	38.690,88	282.848,11	0,65	320.315,22	63.496,79	269.301,71	0,88	333.861,62	
Lazer					0,00				0,00		
FU27 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU27 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	1.600,00	143.712,19	22.011,77	43.712,19	0,10	100.000,00	22.011,77	43.712,19	0,14	100.000,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna	1.600,00	143.712,19	22.011,77	43.712,19	0,10	100.000,00	22.011,77	43.712,19	0,14	100.000,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	600.000,00	0,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00				0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	50.952.438,65	56.547.461,39	6.693.577,04	43.518.894,48	100,00	13.028.566,91	7.869.613,25	30.626.278,44	100,00	25.921.182,95	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	4º bimestre
Exercício:	2019
Assinatura(s):	• Nome: MARCO AURELIO JULIEN *Titular do Poder Executivo* CPF: 704.646.691-20 Data: 04/10/2019 10:04:55 • Nome: BRUNO VAZ DE SOUZA CORREIA *Contador Responsável* CPF: 019.618.301-40 Data: 04/10/2019 10:02:31

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **04/10/2019, às 10:05:17** , é:

03.39.61-7

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 04/10/2019 10:05:17 Página 1 de 1

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2019/PMAT/MT

Dispõe sobre abertura de inscrições para Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professores substitutos de excepcional interesse público.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Sr. Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais, comunica o período para realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professores para suprir as necessidades das Escolas Municipais de Alto Taquari - MT.

RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação por tempo determinado de Professores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprir a falta de profissionais da educação, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

a) PERÍODO GERAL DE REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: do dia **07/10 a 07/11/2019, das 07h às 10horas e das 13h às 16horas (horário MT) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari MT,** localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

b) **PUBLICAÇÃO DA LISTA COM OS NOMES DOS CANDIDATOS INSCRITOS**: no dia **14/11/2019 a partir das 13horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

c) **PERÍODO DE APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA**: dia **24/11/2019, das 7h30min as 10h30min (horário MT), nas dependências da Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes**."

d) PUBLICAÇÃO DO GABARITO DA PROVA ESCRITA: 1º dia útil após aplicação das provas escritas a partir das 16:00 horas, fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

e) **PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA** : dia **01/12/2019, a partir das 17horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br.

f) PREVISÃO de Publicação do Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado: dia **08/12/2019, às 13horas (horário MT), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

g) PREVISÃO de Publicação do Resultado FINAL do Processo Seletivo Simplificado: dia **12/12/2019, às 13horas (horário MT), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 Inscrições serão realizadas **na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari MT,** localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, no período do**dia 07/10 a 31/10/2019,** até as 16horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso), com isenção de taxas **e divulgado na imprensa oficial conforme determina o Art. 6.º da Lei Municipal n.º 542/2009.**

2.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente no endereço, horário e prazos indicados no item 2.1, ou por intermédio de **procurador munido de instrumento público ou particular de mandato**, com poderes especiais para realização **de inscri**ção **no Processo Seletivo Simplificado, apresentando em ambos os casos a seguinte documenta**ção:

I - Documentos exigidos **NO ATO DA INSCRIÇÃO** no Processo Seletivo:

a) **Cópia do documento comprobatório de escolaridade**

b) **Cópia dos documentos pessoais**

c) **Cópia do registro no CREF–Conselho Regional de Educação Física (para profissionais de Educação Física)**

d) **Cópia dos certificados para contagem de pontos e títulos referente aos exercícios de 2017, 2018 e 2019.**

2.3 Depois do encerramento das inscrições, somente poderão ser alterados os dados pessoais do candidato em caso de incorreção, mediante protocolo de requerimento endereçado à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, ou no dia de realização da prova escrita, mediante a apresentação do documento original e do registro na Ata de Ocorrência de Sala.

2.4 Ao inscrever-se o candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, não podendo delas alegar desconhecimento.

2.5 No ato da inscrição **o candidato que necessite de tratamento diferenciado no dia da prova escrita**, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição discriminando o tipo de tratamento diferenciado que necessita.

2.6 Caso não expresse sua necessidade de tratamento diferenciado ou a deficiência física, não será possível atendê-lo.

2.7 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT do direito de excluí-lo do Processo Seletivo Simplificado se for constatado posteriormente, que o mesmo usou de logro e/ou má fé.

2.8 A Comissão Examinadora publicará aviso de homologação das inscrições no Órgão Oficial de Imprensa do Município, e divulgará a relação das inscrições homologadas no Mural da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT.

3 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

3.1-Realização da prova escrita será dia **24 de Novembro de 2019, das 07h30min às 10h30min**,(HORÁRIO MT) nas dependências da Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes"

3.2 – Dos conteúdos programáticos

a) Os conteúdos da prova escrita serão retirados das Leis: 9394/96 LDB, BNCC, ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Complementar n.º 005/2011 e das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme especificado abaixo:

Língua Portuguesa

§ Sintaxe

§ Verbos

§ Pronomes

§ Conjunções

§ Preposições

§ Interpretação Textual

§ Organização do texto

§ Concordância verbal e nominal

§ Gêneros textuais

Matemática

§ Probabilidade

§ Geometria básica com cálculos de área e volume

§ Equações de primeiro e segundo graus

§ Frações

§ Porcentagem

§ Regras de três

§ Divisão proporcional

§ Juros simples

§ Raciocínio Lógico

§ Razão e proporção

§ Conjuntos numéricos

3.3 DO TEMPO DE DURAÇÃO:

3.3.1 Prova escrita: 03 (três) horas ininterruptas.

3.4 Os candidatos se submeterão à prova do Processo Seletivo Simplificado exclusivamente no local determinado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Alto Taquari/MT.

3.5 Para a realização da prova escrita o candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original e caneta esferográfica azul ou preta.

3.6 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar no dia de realização das provas documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar uma cópia do documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em, no máximo, trinta dias antes da realização da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital.

3.7 Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

3.8 Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

3.9 Em hipótese alguma a prova será realizada fora do local e horário determinado, exceto por caso excepcionais amparados por Lei .

3.10 A ausência do candidato em qualquer fase do Processo Seletivo (prova escrita) implicará em sua **ELIMINAÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

3.11 Será sumariamente **eliminado** do processo seletivo simplificado, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução da prova; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a mesma; for surpreendido, durante a prova, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, bonés ou óculos escuros, ou, após a prova, a utilização de processos ilícitos para a realização da mesma, constatado por meio de perícia.

3.12 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim no momento da inscrição, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

3.12.1 Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

3.13 Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 30 (trinta) minutos do seu início por motivo de segurança.

3.14 O candidato que por qualquer motivo retirar-se da sala antes do tempo mínimo estabelecido no item anterior terá seu nome registrado na Ata de registro da sala, podendo inclusive ser excluído do Processo Seletivo Simplificado.

3.15 Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas.

4 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:

- Contagem de Pontos e Títulos;

- Prova Escrita;

4.1 Para a **contagem de pontos e títulos**, a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, constituída pela Secretaria Municipal de Educação deverá considerar os seguintes critérios:

a. Por participação efetiva em Conselhos, 0,5 (meio) ponto para cada Conselho, comprovada através de DECLARAÇÃO assinada pelo presidente do referido Conselho **em vigência**.

b. Cursos de qualificação realizados na área de atuação que contemplem conhecimentos específicos, considerando:

Qualificação Profissional	Certificado na área de Educação, referente aos últimos três anos (2017, 2018 e 2019), ofertados pelas instituições formadoras: MEC/SEDUC/CEFAPRO/UNDIME/SEFE/SMECEL, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Os cursos com certificação deverão ter registro e validação pelo respectivo Orgão expedidor.	**0,5(meio**) **ponto** para cada 40(quarenta)horas, com limite de 3 (três) pontos no total de 240 (duzentas e quarenta) horas.

d. Quanto aos **títulos**, deverá ser considerado:

FORMAÇÃO		PONTUAÇÃO
Pós-graduação	Diploma ou certificado do curso **Doutorado** Diploma ou certificado do curso **Mestrado** Diploma ou certificado do curso **Especialização**	10,0 (dez) pontos 8,0 (oito) pontos 6,0 (seis) pontos
Graduação	Diploma ou certificado de conclusão do curso na área da Educação – Licenciatura Plena	5,0 (cinco) pontos
Ensino Médio	Diploma ou certificado de conclusão do curso Técnico Profissionalizante – Magistério	2,0 (dois) pontos
Ensino Médio	Histórico Escolar que comprove a conclusão do Ensino Médio.	1,0 (um) ponto

Obs.: Deverão ser considerados os pontos da maior titulação que o profissional tiver concluído, sendo vedado o cômputo cumulativo dos pontos referentes aos títulos.

4.2 - Da prova escrita de **caráter classificatório/eliminatório**

4.2.1 Prova escrita será executada em caráter classificatório e eliminatório, tendo como média exigida para classificação nota mínima de **06(SEIS)pontos** e de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a quem cabe planejar, realizar e divulgar todos os atos relativos ao Processo Seletivo 2019.

4.2.2 A Prova escrita terá valor total de **10 (dez) pontos**, sendo 10 questões de múltipla escolha, valendo 0,5 (meio) ponto cada questão e a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, valendo 5,0 (cinco) pontos, tendo como média exigida para classificação **nota mínima de 06 (SEIS) pontos**.

4.2.3 O candidato que não atingir a média exigida para classificação na prova escrita **será automaticamente eliminado** do Processo Seletivo Simplificado.

4.3 Classificação Final: A classificação final dos candidatos será feita pelo somatório da pontuação total obtida, na nota da prova escrita e contagem de pontos por titulos, conforme estabelecido neste Edital da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alto Taquari.

4.4 A classificação final será realizada pela ordem decrescente da pontuação final atribuída a cada um dos candidatos em lista única para inscrições de Professores na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e lista por disciplina específica.

5 – CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

5.1 Verificando-se ocorrencia de empate em relação `as notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferencia na ordem classificatória, sucessivamente o candidato que apresentar idade mais avançada.

6 - DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO:

6.1 A divulgação do gabarito da prova escrita será feita no 1º dia útil após a aplicação das provas, no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

6.2 **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento DE TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

7.1 Após a divulgação do resultado final, o Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal, mediante publicação de aviso no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no site www.iomat.mt.gov.br .

8 - DA CONVOCAÇÃO:

8.1 O processo de convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será realizado observando-se os dispositivos da legislação vigente.

8.2 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação para a entrega dos comprovantes dos requisitos exigidos para contratação na função pleiteada, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

8.3 A convocação dos candidatos aprovados processar-se-á de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT.

8.4 A contratação de candidatos, que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos será efetivada por ato do Prefeito Municipal de ALTO TAQUARI/MT, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, e Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Taquari / MT .

8.5 Para efeito de contratação, o candidato aprovado, classificado e convocado, **FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL, caso seja considerado inapto para exercer a função, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga**.

8.6 Poderá não ser contratado, os candidatos com necessidades especiais, aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício da função.

8.7 O candidato aprovado que não se apresentar no ATO DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES conforme Edital de Atribuição de classe/aula e não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para a contratação na função, será considerado desistente.

9 – **DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO:**

9.1 Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n.º 70.436 de 18 de abril de 1972;

a) Ter no, ato da convocação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos; b) Prova de quitação ou inserção do serviço Militar (se o candidato for do sexo masculino); c) Comprovar, por ocasião da convocação, o nível de escolaridade e os requisitos específicos exigidos para a Função; d) Título de eleitor e prova de estar em dia com as obrigações eleitorais; e) Ter aptidão física e mental, comprovada por junta médica promovida pela Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT, para o exercício das atribuições da função, e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da função; f) Apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF); g) Apresentar Declaração se exerce ou não outro cargo ou função pública remunerada, inclusive emprego em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

9.2 Os Contratos Temporários para Professores serão considerados como base salarial a formação inicial Classe A, conforme Regime Geral da Previdência Social, e Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Alto Taquari / MT .

9.3 A previsão aproximada de vagas **será condicionada as necessidades** das escolas públicas municipais:

Cargos para Professores:	Requisitos	Número de Vagas *
Pedagogia	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Pedagogia	01 + CR
Matemática	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Matemática	01 + CR
Letras	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Letras	01 + CR
Educação Física	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Educ. Física	01 + CR
História	Ensino Superior – Licenciatura Plena em História	01 + CR
Geografia	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Geografia	01 + CR
Ciências	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Ciências	01 + CR
Artes	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Educ. Artística ou Artes; e/ou Licenciatura Plena em Desenho e Plástica.	01 + CR

* Cadastro de Reserva

9.4 Os valores dos salários abaixo especificados correspondem a carga horária de trabalho semanal, caso a carga horária atribuída seja inferior ou superior ao cargo especificado, o valor do salário será equivalente ao número de horas/aulas atribuído ao profissional.

Cargos para Professores:	Carga Horária Semanal	Salário Nível Superior
Artes	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
Ciências	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
Educação Física	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
Geografia	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
História	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
Letras	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
Matemática	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70
Pedagogia	**20 Horas Semanais**	R$ 1.973,70

9.5 Das funções:

Cargo	Atribuição conforme Art. 61 do PPP – Plano Politico Pedagógico
Professor	**Atribuições dos professores além de outros previstos na legislação vigente**: I. Ministrar aulas; II. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola; III. Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios pela Secretaria de Educação e Cultura; IV. Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade de ensino, incluindo os alunos com necessidades especiais; V. Propiciar aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais, reelaborem os conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, respeitando as diferenças e individualidades, garantindo- lhe a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura; VI. Promover uma avaliação contínua, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e sobre si mesmo; VII. Promover as avaliações de acordo com os critérios do Projeto Político Pedagógico; VIII. Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino- aprendizagem, replanejando sempre que necessário; IX. Realizar a recuperação contínua e paralela de estudos para todos os alunos que, durante o processo ensino- aprendizagem, não dominarem o conteúdo curricular ministrado; X. Participar ativamente do Conselho de Classe; XI. Participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino, dentro de sua jornada de trabalho. XII. Elaborar o planejamento em conjunto com os professores do ano/área especifica a fim de garantir a sequência dos conteúdos a serem ministrados.

10 – DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E OU AULAS

I – O processo de atribuição de classe/aula para professores efetivos ou com contratos temporários será regido por Edital Específico, de acordo com o calendário Escolar para o ano vigente.

10.1 – O candidato que não comparecer no ato da atribuição de classe, e não apresentar **Procuração** ficará em último colocado entre os classificados para escolha de sala.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO:

Compete ao candidato:

11.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial do Estado, no Mural da Secretaria M. de Educacao, Cultura, Esporte e Lazer de ALTO TAQUARI/M, no **site** www.altotaquari.mt.gov.br, dos assuntos referentes

ao presente edital, em especial datas, locais, horários, prazos e demais informações.

11.2 Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, função e endereço da localidade específica para qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato com a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

11.3 O candidato não poderá alegar o desconhecimento do Edital como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, que não estiver amparado por lei, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

12 - DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:

12.1 Em obediência ao disposto no § 1º do artigo 21º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, serão destinadas as pessoas com necessidades especiais 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas sejam compatíveis com a sua deficiência .

12.2 Os candidatos com necessidades especiais concorrerão apenas nas vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos para o cargo ao qual optar.

12.3 Ao candidato com necessidades especiais, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência física que possui, submetendo-se, se convocado, à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI, que dará decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com deficiência e/ou o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

12.4 A não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

12.5 Para efeito deste processo seletivo simplificado consideram se deficiências, que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos.

12.6 O candidato com necessidades especiais deverá **declarar, no ato da inscrição, no campo próprio, o tipo da deficiência que possui, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID** e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas.

12.7 O candidato que não atender ao solicitado no item anterior não será considerado como necessidade especial, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

12.8 As vagas reservadas as pessoas com necessidades especiais, não preenchidas por reprovação no processo seletivo simplificado ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

12.9 **Os Candidatos com Necessidades Especiais deverão protocolar até as 16:00 horas (Horário Oficial de MT) do dia 07/11/2019** na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito a Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, **em envelope constando:** Nome, Cargo, CPF, Endereço e Telefone do Candidato e endereçado à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, o **REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, conforme o **modelo do Anexo II deste Edital**, acompanhado de laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID, com a provável causa da deficiência, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 114/2002. Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos.

12.10 Os candidatos que no ato da inscrição se declararem com necessidades especiais e atenderem ao disposto no subitem anterior, se classificado no Processo Seletivo Simplificado, além de figurarem na lista geral de classificação, **terão seus nomes publicados em relação à parte**, observada a respectiva ordem de classificação.

13 - DOS RECURSOS:

13.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a aplicação da prova ou contra o Processo Seletivo Simplificado disporá de 02 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do mesmo, devendo ser protocolizado diretamente na Secretaria Municipal de Educação, situada à Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060, Centro, nesta cidade, no horário das 7:00 horas do primeiro dia às 16:00 horas do último dia, ininterruptamente, observado o horário oficial de Mato Grosso/MT.

13.2 Não será aceito recurso encaminhado via fax, via e-mail ou telefone.

13.3 **A interposição de recursos poderá ser feita somente, através de Requerimento Escrito de Interposição de Recursos**, pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, devendo o candidato seguir as instruções:

13.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

13.5 Caberá recurso à Comissão contra omissões ou erros materiais de cada etapa, constituindo-se das etapas: divulgação da lista de candidatos inscritos; publicação de gabaritos de provas; resultado da análise e julgamentos de Títulos; e resultado final do processo seletivo simplificado, até 02 (dois) dias úteis após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

13.6 Os recursos julgados serão divulgados na imprensa oficial, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

13.7 O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

13.8 Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa conforme estipulado este edital, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados por fax, e-mail, ou via telefone.

13.9 A decisão da Comissão Examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior.

13.10 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

13.11 O recurso cujo teor desrespeite a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado será preliminarmente indeferido.

13.12 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

13.13 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

14 - DA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

Ficará instalada na Sede da Secretaria Municipal de Educação de ALTO TAQUARI, localizada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado de provas e títulos será até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual periodo a contar da data da homologação do seu resultado.

15.2 Durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, serão aproveitados os candidatos classificados no cadastro de reserva, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.

15.3 A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.

15.4 O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do Processo Seletivo Simplificado, em especial o endereço residencial.

15.5 Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado, valendo para esse fim, a publicação no Diário Oficial, ou em outros órgãos da imprensa.

15.6 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à convocação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração da Prefeitura Municipal.

15.7 A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

15.8 Não será efetivada a contratação do candidato aprovado quando, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público do Município de Alto Taquari, observado o prazo de prescrição.

15.9 A Prefeitura Municipal, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, fará divulgar, sempre que necessário, editais complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar tais publicações.

15.10 Não haverá segunda chamada no processo seletivo, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência, .

15.11 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Processo Seletivo Simplificado que se acham estabelecidas neste Edital.

15.12 Em hipótese alguma, haverá na via administrativa, vista ou revisão de provas.

15.13 Não será permitida a entrada no local de aplicação da prova, de candidato que não estiver em condições para realização da mesma tais como: candidato alcoolizado, com trajes inadequados e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas.

15.14 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências do local onde for aplicada a prova, salvo com a devida autorização da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

15.15 Todos os horários mencionados neste Edital se referem ao **Horário Oficial de Mato Grosso.**

16 - Faz parte do presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Ficha de Inscrição do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO II - **Requerimento (necessidades especiais)**

ANEXO III – Ficha de **Requerimento de Interposição de Recursos**

17 - Quaisquer informações sobre o processo seletivo simplificado poderão ser obtidas das 07h30min às 16:00 horas (HORÁRIO OFICIAL DE MT), de segunda a sexta-feira, na sede da Secretaria Municipal de Alto Taquari e por meio do telefone: 0xx(66) 3496-2143.

18 - Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

Alto Taquari, 02 de Outubro de 2019

_____

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL n.º 04/2019/PMAT/MT

PROTOCOLO: _____

I - Nome do Candidato:_____

RG: _____ **CPF**: _____Fone:_____

Endereco completo:

_____
_____
_____

II - Cargo: ( ) Professor

III – Escolaridade:

Licenciatura: ( ) Pedagogia ( ) Letras ( ) Matemática ( ) Educação Física

( ) Ciência ( ) História ( ) Geografia ( ) Artes

Opção de escolha: ( ) Educação Infantil ( ) Ensino fundamental

Caso necessite de prova especial e/ou tratamento especial, marcar com x no local abaixo mencionado e discriminar o tipo de prova especial e/ou tratamento especial necessário:

( ) Não necessita de prova especial e/ou tratamento especial.

( ) Necessita de prova especial (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) Necessita de tratamento especial (discriminar abaixo qual o tipo de tratamento necessário)

_____
_____
_____

.....
.....

Edital n.º 04/2019/PMAT/MT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2019

Por:_____
_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou a inscrição do Processo Seletivo).

ANEXO II

REQUERIMENTO (NECESSIDADES ESPECIAIS)

Nome do Candidato:
_____

CARGO:
_____
_____

O Candidato supracitado, vem por intermédio deste **REQUERER INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de tratamento necessário)

_____
_____
_____

Declaro, para os devidos fins, que tenho a deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função.

Alto Taquari, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura Candidato

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO do Edital nº 04/2019/PMAT, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Alto Taquari MT.

Eu,_____ _____ portador do documento de identidade nº_____, inscrito no CPF sob o N.º_____, inscrito para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 04/2019/PMAT, no cargo _____ apresento recurso junto à **COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, através do Protocolo n.º_____, contra decisão do Resultado Final do referido Processo.

I. Do objeto de recurso:

REFERENTE_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Alto Taquari ,_____de_____de 2019.

_____

Assinatura do candidato

.....
.....

Edital n.º 04/2019/PMAT/MT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2019

Por:_____
_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou o recurso do Processo Seletivo).

ANEXO IV

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL n.º 04/2019/PMAT/MT

FORMULÁRIO PARA CONTAGEM DE PONTOS

I - Nome do Candidato:_____

RG: _____ **CPF**: _____Fone:_____

II - Cargo: ( ) Professor

III – Escolaridade:

Licenciatura: ( ) Pedagogia ( ) Letras ( ) Matemática ( ) Educação Física

( ) Ciência ( ) História ( ) Geografia ( ) Artes

Opção de escolha: ( ) Educação Infantil ( ) Ensino fundamental

CRITÉRIOS PARA CONTAGEM DE PONTOS	PONTOS
Por participação em Conselhos 0,5 (meio) ponto	
Certificado de curso na área da educação 0,5(meio) ponto para cada 40 horas, com limite de 3,0(três) pontos no total, ofertados pelas instituições formadora MEC/SEDUC/CEFAPRO/UNDIME/SEFE/SMECEL, referente aos últimos três anos (2017, 2018 e 2019)	
Títulos (Formação): Doutorado: 10 pontos Mestrado: 08 pontos Especialização: 06 pontos Licenciatura Plena: 05 pontos Licenciatura curta: 03 pontos	
Total de pontos	

Data: ____/_____/_____

Assinatura do Candidato:_____

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE POR ÔNIBUS E VÃNS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**,** de acordo com anexo I. Abertura às **12h30min** (Horário de Mato Grosso) do dia **21/10/2018**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos

fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 04 de outubro de 2019. Raimundo da Silva Carvalho – **Pregoeiro**.

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOTELARIA (DIÁRIAS COM CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), VISANDO ATENDER OS IDOSOS DA TERCEIRA IDADE PARA EXCURSÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO, CONFORME ANEXO I DESSE EDITAL. Abertura no dia **21/10/2019** às **07h00min (Horário de Mato Grosso).** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelo fone (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 04 de Outubro de 2019. Fernanda Mara de Freitas – **Pregoeira.**

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TONER, CARTUCHO DE IMPRESSORAS E EQUIPAMENTOS, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. Abertura às **08h00min** (Horário de Mato Grosso) do dia **22/10/2019**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 04 de outubro de 2019. Fernanda Mara de Freitas – **Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS DE SETEMBRO DE 2019

Contrato - nº 118/2019 - Data: 03/09/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): MARINEUZA LOPES CORREA** - **Valor**: 4.785,66– **Objeto:** A **CONTRATADA** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"Monitor de creche"** de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Educação, considerando a necessidade de auxílio ao atendimento ao aluno Luan Gheison S. de Oliveira – **Dotação Orçamentária**: (560) 05.002.12.361.1001.2038.3.1.90.04 – F. R. 100 **- Vigência do Contrato**: 03/09/2019 a 20/12/2019 -**- Fiscal do contrato:** Cleidiane Straliotto.

Contrato - nº 119/2019 - Data: 04/09/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - **Valor**: 82.560,00– **Objeto:** Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a delegação do Município de **ARAPUTANGA-MT**, para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), para instrumentalizar – **Dotação Orçamentária**: (001)02.01.04.122.1013.2017.3.1.71.70.00 – FR-100 e (002)02.01.04.122.1013.2107.3.3.71.70.00 – FR-100 **- Vigência do Contrato**: 02/09/2019 a 31/12/2019 -**- Fiscal do contrato:** Willie Douglas Martes Ferreira..

Contrato - nº 120/2019 - Data: 09/09/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** MARIA JOSÉ DE LAMEIDA ALVES - **Valor**: 3.959,04– **Objeto:** A **CONTRATADA** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"Monitor de creche"** de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Educação, considerando a necessidade da Creche Morada dos Pequeninos. – **Dotação Orçamentária**: (560) 05.002.12.361.1001.2038.3.1.90.04 – F. R. 100 **- Vigência do Contrato**: 09/09/2019 a 20/12/2019 -**- Fiscal do contrato:** Cleidiane Straliotto.

Contrato - nº 121/2019 - Data: 16/09/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** ANA PAULA DE SOUZA SANTOS - **Valor**: 4.735,86– **Objeto:** A **CONTRATADA** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"PROFESSORA"** com cargo horária de 20 horas semanais, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Educação, considerando a necessidade da Escola José Evaristo Costa – **Dotação Orçamentária**: (549) 05.002.12.361.1001.2037.3.1.90.04 – F. R. 101 **- Vigência do Contrato**: 16/09/2019 a 20/12/2019 -**- Fiscal do contrato:** Cleidiane Straliotto.

Contrato - nº 122/2019 - Data: 19/09/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** ELENICE DA SILVA - **Valor**: 4.572,52– **Objeto:** A **CONTRATADA** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"PROFESSORA"** com cargo horária de 20 horas semanais, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Educação, considerando a necessidade da Escola José Evaristo Costa – **Dotação Orçamentária**: (549) 05.002.12.361.1001.2037.3.1.90.04 – F. R. 101 **- Vigência do Contrato**: 19/09/2019 a 20/12/2019 -**- Fiscal do contrato:** Cleidiane Straliotto.

Contrato - nº 123/2019 - Data: 26/09/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** DANIELLY MARIA DE OLIVEIRA - **Valor**: 4.300,38– **Objeto:** A **CONTRATADA** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"PROFESSORA"** com cargo horária de 20 horas semanais, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Educação, considerando a necessidade da Educação Infantil na comunidade de Farinópolis – **Dotação Orçamentária**: (549) 05.002.12.361.1001.2037.3.1.90.04 – F. R. 101 **- Vigência do Contrato**: 26/09/2019 a 20/12/2019 -**- Fiscal do contrato:** Cleidiane Straliotto.

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público aos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 032/2019, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA E MADEIRA TIPO PALANQUE PARA MANUTENÇÃO EM PONTES, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Dia: 18/10/2019. Entrega dos Envelopes de Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento: Até às 07h30min, do dia 18/10/2019. Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no www.araputanga.mt.gov.br Abertura do envelope n°. 01: Dia 18/10/2019, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n°. 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei n°. 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), nos Decretos Federais nº 3.555/2000 e nº 7.892/2013 e nos Decretos Municipais nº 029/2010 e nº 28/2019.

Araputanga-MT, 04 de outubro de 2019.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2019.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2019.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE 84 PEÇAS DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER OS REPASSES DE 3 MESES DO PROJETO BRASIL SORRIDENTE.

VALOR TOTAL: 30.000,00 (trinta mil reais).

PRAZO: 90 (noventa) dias.

CONTRATADO: **ODONTOLOGIA ODONTOFAR LTDA,** CNPJ nº 10.832.795/0003-10

Barão de Melgaço, 30 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 005, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta a utilização do espaço físico da Câmara de Vereadores de Barra do Bugres/MT, por terceiros e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Bugres, no uso de suas atribuições legais, legais, FAZ saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º A presente resolução estabelece as condições gerais de utilização e cessão do Plenário, sediado nas dependências da Câmara de Vereadores de Barra do Bugres/MT.

Art. 2º O Plenário poderá ser cedido, a requerimento de entidades, sem fins lucrativos, por ato da Presidência da Câmara ou da Mesa Diretora, para realização das seguintes atividades:

I – convenções partidárias;

II – congressos;

III – seminários;

IV – jornadas;

V – simpósios;

VI – cursos;

VII – palestras;

VIII – conferências;

IX – solenidades;

X – reuniões;

XI – espetáculos artístico-culturais;

XII – cerimônia fúnebre de autoridade, de acordo com a legislação local.

§ 1º O uso dos espaços da Câmara deve ser compatível com a utilização de um bem público e com o interesse público.

§ 2º O Plenário não será cedido para realização de:

I - atividades com fins lucrativos;

II – promoção pessoal;

III – atividades vedadas em lei.

§ 3º A utilização do espaço pela Câmara Municipal tem preferência em relação à utilização por terceiros.

Art. 3º A cessão do Plenário da Câmara Municipal obriga ao atendimento das regras exigidas à boa conservação dos equipamentos e espaços.

Art. 4º A utilização do Plenário depende de prévia autorização, ainda que verbal, do Presidente da Câmara Municipal ou da Mesa Diretora.

Art. 5º Os pedidos para cessão do Plenário devem ser realizados diretamente na secretaria da Câmara Municipal.

§ 1º A cessão do Plenário está sujeita à agenda disponibilizada pela Câmara Municipal.

Art. 6º As instalações objeto da cessão devem ser vistoriadas, antes e após a ocupação, ao mesmo tempo, por pessoa designada pela Câmara de Vereadores e pelo responsável pelo evento.

Art. 7º O cessionário é o responsável por qualquer dano ocorrido nas dependências do espaço concedido.

Art. 8º São de responsabilidade do cessionário o ressarcimento por eventuais danos materiais e pessoais que venham a ocorrer durante ou em decorrência do uso do espaço.

Art. 9º É de responsabilidade do cessionário a manutenção da limpeza do Plenário ao término da sua utilização.

Art. 10. O cessionário compromete-se a respeitar a capacidade de lotação do Plenário de no máximo de 140 pessoas.

Art. 11. É proibida a colagem de cartazes e perfurações nas paredes dos espaços cedidos, bem como mexer nos quadros da galeria e no armário.

Art. 12. Todo evento realizado no Plenário deve encerrar-se até às 22:00 horas.

Art. 13. É proibido fumar, consumir bebidas alcoólicas e praticar atos ilícitos nas dependências do espaço cedido.

Art. 14. O descumprimento das obrigações constantes nesta Resolução implica em:

I – vedação de utilização do Plenário ao Cessionário por um prazo de 1 (um) ano;

II – demais medidas legais cabíveis.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações Clemente Gomes Cardos, aos 04 dias do mês de outubro de 2019.

Josoel Izídio Barboza João Luiz Ferreira

Presidente Vice-Presidente

Edilson de Oliveira Ivonilson Pereira Prado

1º secretário 2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que**fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 08h00min (Brasília) do dia 29 de Outubro de 2019, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito no edital e seus anexos, em conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8. 666/93.**

O **credenciamento** será realizado das **07h30m às 08h00m**.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria nº 140/2019

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que**fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 08h00min (Brasília) do dia 22 de Outubro de 2019, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito no edital e seus anexos, em conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8. 666/93.**

O **credenciamento** será realizado das **07h30m às 08h00m**.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria nº 140/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

DECRETO Nº. 609, DE 03/10/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$430.297,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

41 04.122.1007.2006.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 5.706,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

78 04.122.1007.2013.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

255 10.302.1002.2035.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE ESPEC. ODONT. - CEO 41.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

316 10.302.1002.2221.0000 MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 8.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

1146 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 200.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.02

1268 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 80.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

02 07 03 FUNDEB

1282 12.361.1004.2068.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%) 20.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.18

1283 12.361.1004.2070.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%) 15.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.19

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

1238 15.451.1007.2078.0000 MANUT ENC E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRA-ESTRUTUTA URBANA 5.691,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

773 08.243.1007.2094.0000 MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR 50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1281 08.243.1009.2195.0000 MAN E ENC C/AS ACOES ESTRATEGICAS DO PETI 900,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.29

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

32 03.092.1007.2131.0000MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO -5.706,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

74 04.122.1007.2013.0000MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS -1.500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.00

76 04.122.1007.2013.0000MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS -2.500,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

213 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -41.500,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 1.46

259 10.302.1002.2041.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM -200.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.02

298 10.302.1002.2146.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II -6.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

331 10.302.1009.2037.0000MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES CENTRO DE ATENC. PSICO-SOCIAL CAPS I -6.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

332 10.302.1009.2037.0000MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES CENTRO DE ATENC. PSICO-SOCIAL CAPS I -6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.46

366 10.304.1002.2039.0000MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/ SAE -8.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

379 10.304.1002.2050.0000MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA -13.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

380 10.304.1002.2050.0000MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA -8.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.46

389 10.305.1002.2051.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA -30.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

398 10.305.1002.2053.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

02 07 03 FUNDEB

509 12.361.1004.2068.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%) -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.18

514 12.361.1004.2070.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%) -15.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.19

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

606 15.453.1007.2081.0000MANUT E ENC DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO -5.691,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

772 08.243.1007.2094.0000MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR -50.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

848 08.244.1009.2109.0000SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA - PAIF/SCFV -900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.29

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 03 DE OUTUBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

TERMO ADITIVO Nº005/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 005/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representada pelo Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **IVO FERREIRA QUEIROZ NETO**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua dos Colhereiros, N° 180, Vila Mariana, em Cáceres-MT, portador do RG n° 14.593.715 PC/MG e CPF nº 016. 327.256-57, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **IVO FERREIRA QUEIROZ NETO** no cargo de Médico Especialista (Pediatra), com carga horária de trabalho de 10 (dez) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Ambulatório da Criança do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de Setembro de 2019.

_____

IVO FERREIRA QUEIROZ NETO

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº006/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 006/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JOSE AUGUSTO SALES**, Brasileiro, Casado, Residente e Domiciliado na Avenida do Sangradouro, N° 720, Centro, em Cáceres-MT, portador do RG n° 7772248 SSP/SP e CPF nº 207.615.621-68, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **JOSE AUGUSTO SALES** no cargo de Médico Especialista (Cardiologista), com carga horária de trabalho de 10 (dez) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Referencial de Saúde do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de Setembro de 2019.

_____

JOSE AUGUSTO SALES

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº004/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 004/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JOSE EDUARDO DIAS MOREIRA**, Brasileiro, Casado, Residente e Domiciliado na Rua da Tapagem, N° 743, Centro, em Cáceres-MT, portador do RG n° 1403193-0 SSP/MT e CPF nº 718.691.311-34, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **JODE EDUARDO DIAS MOREIRA** no cargo de Médico Especialista (Urologista), com carga horária de trabalho de 10 (dez) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Referencial de Saúde do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de Setembro de 2019.

_____

JOSE EDUARDO DIAS MOREIRA

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº003/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 003/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **THAYANE ALBUQUERQUE SILVA**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua Dos Operários, N°1550, Bairro Cohab Velha, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 181.2670-7 SSP/MT e CPF nº 019.909.361-05, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **THAYA-**

NE ALBUQUERQUE SILVA no cargo de Médica Reguladora, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de Setembro de 2019.

_____

THAYANE ALBUQUERQUE SILVA

Contratada

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0001 - 04-10-2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0001 - 04-10-2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 10 DIAS – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA o sujeito (s) passivo (s)**,** se encontra em lugar incerto ou não sabido, para realizarem a limpeza dos terrenos abaixo relacionados ou seu comparecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES para comprovação de limpeza, sitio Av. Brasil, 119, Bairro Jd. Celeste, em dia útil no funcionamento normal da unidade. O prazo para regularização da limpeza do lote que se encontra sujo, inicia-se desde a publicação desde edital dos terrenos que estão relacionados a baixo. A não realização da limpeza do terreno de posse do sujeito passivo ou seu representante legal no prazo estipulado ensejará a aplicação de multa e a devida limpeza pelo Município, nos termos do Código Tributário Municipal (Lei nr. 17/1994) com a consequente inscrição do contribuinte na DIVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal. Cáceres, 04 de outubro de 2019, Nelci Eliete Longhi – Secretária Municipal de Fazenda.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)	INCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO
ADRIANA NEUMA GONÇALVES	60010024120001	Rua Almirante Barroso, QD 26 LOT 14 , B São Luiz.
RODOLFO PINTO DE MIRANDA	300200460228001	R: Avaí, QD -A LT 09, RES. Ana Paula, B: Santa Cruz
VERDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	600300250088001	R: Valencia, Q – 24 L -17, JD. Imperial
NEY DA SILVA	600200450306001	R: Rio Pardo, QD – 08 LOT – 17, B: Jardim Paraiso.
CELSO FERREIRA DA CRUZ VITORIANO	500300790015001	Av. Europa, Vila Real QD 09 Lot 08, Jd. Panorama.
IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL	600200180045001	R: Comandante Henrique, QD 05 LT 01, B Jd Paraiso.
JOÃO FIRMINO	700100500437001	Av. Getúlio Vargas, QD - K LT - 02, JD do Trevo
ROSA CRISTINA DA SILVA MAGALHÃES	200200470015001	R: dos Macucos , Q – C L-12 , Vila Mariana
ESPOLIO DE CLOTILDE FRANÇA DO AMARAL	400100880281001	Rua F Lot. Dona Tide, QD 18 LOT 15, Jd. Celeste
ESPOLIO DE CLOTILDE FRANÇA DO AMARAL	400100880257001	Rua F Lot. Dona Tide, QD 18 LOT 13, Jd. Celeste
DELAREI LEITE SOUZA – ESPOLIO	200200110051001	R: Das Aguas Marinhas QD 10 LT 03 – Vila Mariana
BRUNO GOMES DE OLIVEIRA	100200680296001	R dos Cesteiros, Santa Rosa, Q- 06 L 11 – Res. Garcia
FELIPE AZEVEDO E SILVA	100200680272001	R dos Cesteiros, Santa Rosa, Q- 06 L 07 – Res. Garcia
FELIPE AZEVEDO E SILVA	100200680284001	R dos Cesteiros, Santa Rosa, Q- 06 L 09 – Res. Garcia
EVERALDO SANTOS DAMASCENO	100200680260001	R dos Cesteiros, Santa Rosa, Q- 06 L 05 – Res. Garcia
GUILIANO DE LIMA VIEGAS	100200680100001	R dos Pinhos, Cavalhada, Santa Rosa QD 06 LT 04

Às providencias.

Cáceres, MT, 04 de outubro de 2019.

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Fazenda

Gustavo Calabria Rondon

Coordenador Administrativo

CONTRATO 087/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDAD TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 087/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDAD TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA** , de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **ROOSEVELT RAMSAY TORRES JUNIOR**, Brasileiro, Casado, Residente e Domiciliado na Rua das Maravilhas, N°01505, Cavalhada I, em Cáceres-MT, portador do RG n° 54145-8 SSP/MT e CPF nº 395.536.041-53, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **ROOSEVELT RAMSAY TORRES JUNIOR** no cargo de Médico Ortopedista, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer suas funções No Centro Referencial de Saúde do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Outubro de 2019 e término em 31 de Março de 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.315,16 (dois mil trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) mensais, acrescido de produtividade médica na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e Decreto N°183 de 29 de março de 2019.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – O contratado fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
06002	10.302.1002.20040	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 31 de Setembro de 2019.

_____

ROOSEVELT RAMSAY TORRES JUNIOR

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF_____

_____

CPF _____

PORTARIA Nº 413 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 24854 de 01 de outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
ALEXSANDER LEANDRO MARQUE	2014/2019	02.10.19 a 01.01.20
ANGELA ROPELLI SANVEZZO DELFIM	2008/2013	09.10.19 a 08.01.20
CESAR MACIEL DE CAMPOS	1999/2004	01.10.19 a 31.12.19
LAUDICEIA ALVES DA SILVA	2014/2019	07.10.19 a 06.01.20
MARIA TERESA DE ARRUDA E SILVA LACE	2010/2015	07.10.19 a 06.01.20
TATIANE AMORIM DE MATOS	2009/2014	07.10.19 a 06.01.20
TATIANE MUSSATO DE CANDIO	2012/2017	02.10.19 a 01.01.20

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de outubro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Afixado em: 01.10.19

DECRETO Nº.610, DE 03/10/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$361.719,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

472 12.361.1004.2072.0000 MANUT E ENC C/AS ATIV DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS FUNDAMENTAL 318.219,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.30

473 12.361.1004.2072.0000 MANUT E ENC C/AS ATIV DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS FUNDAMENTAL 36.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.30

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

1280 15.122.1007.2077.0000 MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA 7.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

536 15.122.1003.1088.0000AMPL. REF. E/OU ADEQUACOES DA SEDE/ UNIDADES -7.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

590 15.452.1005.2206.0000MANUT E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS -58.861,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.30

593 15.452.1005.2206.0000MANUT E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS -38.858,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.30

594 15.452.1005.2206.0000MANUT E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS -36.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.30

627 26.782.1005.1196.0000AQUIS DE VEICULOS MAQ E EQUIP P INFRAESTRUTURA RODOVIARIA -220.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.30

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 03 DE OUTUBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº. 608 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 143, de 12 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob ao memorando nº. 22421 de 12 de setembro de 2019 e memorando nº 25109 de 02 outubro de 2019;

RESOLVE:

Art.1º Nomear os senhores abaixo relacionados para constituir o **Conselho de Gestão e Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência Social – PREVI-CÁCERES**, para o mandato de 03 (três) anos, a partir de 04 de outubro de 2019.

CONSELHO DE GESTÃO

REPRESENTANTES DOS SEGURADOS ATIVOS

Titulares

Antonio Carlos de Jesus

Isabel Cristina do Nascimento

Sueli Natalina Jara

Suplentes

Mauro Silvio Galvão Vasconcelos -1º Suplente

Rosalino da Silva - 2º Suplente

Paula Balduína Rocha Santos - 3º Suplente

REPRESENTANTE DOS SEGURADOS – INATIVOS E PENSIONISTAS

José Dairis da Rocha

REPRESENTANTE INDICADO PELO PODER LEGISLATIVO

Lucas Pinheiro Sposito

REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER EXECUTIVO

(ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)

Elen Santos Alves da Silva

Adalgisa Isabel Cardozo de Assunção

Paula Balduína Rocha dos Santos

CONSELHO FISCAL

REPRESENTANTE DOS SEGURADOS

Titulares

Vânia da Costa Sacramento

Maria Dayana Silva Lins

Suplente

Lenilton Carlos de Souza Campos

REPRESENTANTE INDICADO PELO PODER EXECUTIVO

Robson Máximo da Costa

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de outubro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.10.19

DECRETO Nº. 604 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 24351 de 27 de setembro de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a servidora **NILZA HELENA RODRIGUES EGUES** – Professora, para o cargo em Comissão de Coordenadoria de Administração Escolar, da Secretaria de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 09 de outubro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de outubro de 2019.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.10.19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 60/2019

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de **material gráfico** para atender à demanda do Município de Cáceres**,** para as Secretarias: Educação, Saúde, Turismo e Cultura e de Assuntos Estratégicos.

Realização: 17 de Outubro de 2019 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de Outubro de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA N.º 25/2019

TERMO ADITIVO Nº011/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 011/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **DAVID VERSALLI SOUZA**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua Mariano Rodrigues Paiva, N° 1050, Centro, em Mirassol D'Oeste-MT, portador do RG n° 1957370-7 SSP/MT e CPF nº 030.191.581-41, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **DAVID VERSALLI SOUZA** no cargo de Médico Clinico Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

DAVID VERSALLI SOUZA

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº010/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 010/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CECILIA PENHA DALL'ORTO CRUZ**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua Princesa Isabel, S/N° 244, Bairro Centro, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 800308 e CPF nº 458.604.671-68, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **CECILIA PENHA DALL'ORTO CRUZ** no cargo de Médica Clinica Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

CECILIA PENHA DALL'ORTO CRUZ

Contratada

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº009/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 009/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **ALESSON MARTELO YUNG**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Avenida Getúlio Vargas, N°05, Bairro Santa Isabel, em CÁCERES-MT, portador do RG n° 2112934-7 SSP/MT e CPF nº 036.200.631-84, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **ALESSON MARTELO YUNG** no cargo de Médico Clinico Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

ALESSON MARTELO YUNG

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº008/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 008/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhora **LUCIMARA APARECIDA DE CAMARGO**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua dos Operários, N° 40, Apartamento N° 4, Centro, em Cáceres-MT, portador do RG n° 1650253-1 SSP/MT e CPF nº 016.440.731-61, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **LUCIMARA APARECIDA DE CAMARGO** no cargo de Médica Clinica Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

LUCIMARA APARECIDA DE CAMARGO

Contratada

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº007/2019 - SMS/POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

TERMO ADITIVO Nº 007/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **SILVANA MARIA DE SOUZA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JEFFERSON THIAGO NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua das Anhumas, SN°, Vila Mariana, em Cáceres-MT, portador do RG n° 1901698-0 SSP/MT e CPF nº 029.875.341-32, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar o contrato de trabalho pelo prazo de 180 dias.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação, **JEFFERSON THIAGO NASCIMENTO DE OLIVEIRA** no cargo de Médico Clinico Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 02 de Outubro de 2019 e término em 01 de Abril de 2020.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

JEFFERSON THIAGO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Contratado

_____

SILVANA MARIA DE SOUZA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 296 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO

CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 008,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **JOSIANE APARECIDA NASCIMENTO PODAVINI,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Novo Oriente, acréscimo de 20 horas/ Semanais no período de 04/09/2019 a 30/09/2019, em substituição a professora Gildene Nunes Maciel que encontra se de Atestado Médico.

Cáceres, 26 de Setembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA 001/2019-PGM

CREDORA: ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

DEVEDOR: MUNICÍPIO DE CÁCERES

DA CONFISSÃO DE DÍVIDA: O ***DEVEDOR*** confessa e reconhece ser devido a ***CREDORA*** a quantia de **R$ 6.884.247,55 (Seis milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos),** correspondentes ao principal, juros moratórios, atualização monetária e demais encargos financeiros, devidamente atualizado até setembro de 2017, sendo que dita importância se deve a parcelas não adimplidas de parcelamento de fornecimento de energia elétrica realizada pela ***CREDORA*** em favor do ***DEVEDOR .***

DATA DE ASSINATURA: Cáceres-MT, 13 de setembro de 2019.

SIGNATÁRIOS:

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

RIBERTO JOSÉ BARBANERA e

CINDY GOMES DA SILVA

Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 027/2015 INSTAURADO PELA PORTARIA Nº. 364 DE 30/07/2015 E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 009/2016 INSTAURADO PELA PORTARIA Nº. 133 DE 04/04/2016

Objeto. Apurar suposta ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada da Servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi.

Vistos e etc...

Com supedâneo no artigo 223 da Lei Municipal nº. 25/1997, esta Comissão Processante, após instrução e análise do presente PAD, entende que este encontra-se apto para expedição de Relatório Final, pois não existem vícios processuais capazes de ocasionar nulidade, pois, foi proporcionado a mais ampla defesa e o contraditório a servidora e as advogadas constituídas, com intimações pessoais de todos os atos praticados no decorrer da instrução do presente PAD, respostas através de despachos aos questionamentos, preliminares e arguições de impedimentos apresentadas por parte da defesa. Motivo pelo qual apresentamos o seguinte posicionamento, para posterior Julgamento pelo Chefe do Executivo Municipal.

RELATÓRIO:

1. DA SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Trata-se de Processo Administrativo sob **nº. 027/2015,** instaurado Inquérito Administrativo Disciplinar pela **Portaria nº. 364 de 30 de julho de 2015** e Processo Administrativo sob **nº. 009/2016** instaurado Inquérito Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 133/2016, que determinaram a esta Comissão Processante apurar a existência de ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada a remuneração da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi. Anterior ao presente Inquérito Administrativo Disciplinar, houve a instauração de Sindicância por meio da Portaria nº. 207 de 13/07/2010 determinado pelo Prefeito a época senhor Túlio Aurélio Campos Fontes, para apurar irregularidades na incorporação de função gratificada da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, considerando notificações e apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Nos referidos processos administrativos foram anexados os seguintes documentos:

PAD Nº. 027/2015.

a) Relatório Técnico do TCE (específico à situação da servidora);

b) Ficha funcional da servidora;

c) Decreto nº 442 de 24 de junho de 2008;

d) Requerimento de incorporação;

e) Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada;

f) Parecer da Procuradoria Geral do Município;

g) Parecer da Assessoria Geral de Gabinete Homologado pelo EXMO. Senhor Prefeito Francis Maris Cruz;

h) Portarias e Decretos instituindo membros para compor a Comissão Processante;

i) Memorando nº 021/CSA/2013 de 19 de fevereiro de 2013;

j) Despachos diversos (a punho);

PAD Nº. 009/2016.

a) Relatório do Conselheiro, senhor Antônio Joaquim;

b) Decisão Administrativa nº 03/2007;

c) Notas Taquigráficas artigo da Sessão de Julgamento em 20.03.2007;

d) Ofício nº 2.357/2007/TCE-MT/PRES, datado de 11 de abril de 2007;

e) Representação Interna nº 35/2012;

f) Relatório Técnico Preliminar, com apontamentos, decisões e determinações ao Prefeito de Cáceres.

g)Relatório Técnico Preliminar do TCE/MT, tendo como assunto *REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA*

h)Memorando nº 20/2016-AEEM, datado de 31 de março de 2016, protocolizado sob o nº 15425/2016.

Ressalta-se que na análise do presente inquérito administrativo disciplinar, foi proporcionado a servidora e sua defesa técnica o amplo direito de de-

fesa e o contraditório, livre acesso aos autos e o recebimento de todas as intimações/notificações dos atos praticados no presente PAD, desde a expedição da Carta de Citação Administrativa (fls. 121/122) à servidora com cópia na íntegra do PAD nº. 027/2015 e 009/2016.

Conseguinte foi dado início a análise do Presente Inquérito Administrativo Disciplinar, conforme demonstrado abaixo:

a) Ata Deliberativa nº 001/2016/CPIAD, (fls.32/v);

b) Ata Deliberativa nº 004/2016/CPIAD, (fls.33/34)

c) Ata Deliberativa nº 007/2016/CPIAD, (fls.113/120);

d) Ata Deliberativa nº 016/2016/CPIAD, (fls.188/v);

e) Ata Deliberativa nº 021/2016/CPIAD, (fls.201);

f) Carta de Citação Administrativa Disciplinar, (fls.121/122);

g) Cópia das publicações dos atos na AMM/MT; (fls.123/127);

h) Defesa Prévia; (fls.145/159);

i) Despacho em defesa prévia, (fls.160/176);

j) Intimações; (fls.181/185,187,208,209,236,264,269);

k) Certificações, (fls.186,193,206);

l) Notificações, (fls. 192,202,204,205,207);

m) Manifestações da defesa técnica, (fls.189/191);

n) Atas de Oitivas de testemunhas (fls.194/197,239,240);

o) Laudo e Atestado Médico, (fls.198/200);

p) Memorandos enviado a SMA (fls.203);

q) Memorandos recebido da SMA e anexos (fls.210/234);

r) Relatório Médico da testemunha Jucyara da Costa Sortica (fls. 235);

s) Ata com registro de pregões para o interrogatório e manifestações da defesa (fls.241/v);

t) Atestado médico da servidora acusada (fls.242);

u) Manifestações da defesa (fls.243/244);

v) Despacho na manifestação da defesa (247/251);

w) Comprovante de entrega de correspondência por Correio, (fls.252, 263, 268,);

x) Manifestação da defesa com pedido de redesignação de data, (fls.254);

y) Despacho em manifestação da defesa, (fls.255);

z) Ata de Interrogatório, (fls.265/v);

aa) Despacho para alegações finais, (266/267);

bb) Realização de carga do Processo, (270);

cc) Apresentação das Alegações Finais e anexos (272/312).

2.DA AMPLA DEFESA.

A defesa técnica em **defesa prévia** manifesta com os seguintes argumentos.

2.1 Da prescrição quinquenal

Preliminarmente a servidora em sua defesa requer arquivamento do presente PAD por motivo de prescrição quinquenal, utilizando como menção a Lei Complementar nº 25/97, artigo 207. Pontua que, apesar da Lei Complementar prever o prazo de 30 dias para a conclusão da sindicância, essa foi instaurada em 13 de julho de 2010 por meio da Portaria nº 207/2010, a qual não tramitou e nem concluiu, vindo finalizar em13.08.2010.

Continuando, afirma que a ciência do Prefeito aos fatos, ocorreu no ato (Decreto nº 442/2008), que determinou a incorporação gratificada aos vencimentos da servidora, e, neste caso é a mesma autoridade competente para instaurar o presente PAD.

Informa ainda que em 13.08.2013 completou os 5 (cinco) anos e 06 dias do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal, prazo máximo para a demissão, dessa forma "*não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente a Investigada".*

2.2 ***Da suspeição.***

A defesa vem pedindo a suspeição do Assessor Especial do Executivo Municipal, senhor Átila Silva Gattass, pelo fato do *"presente inquérito ter sido lastreado"* pelo seu parecer e, o mesmo ser "parente consanguíneo e desafeto" da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, o que macula todos os atos desde o Parecer, afirmando que o mesmo por ser tio e desafeto da Investigada", deveria ter se dado por impedido".

2.3 ***Da violação ao princípio do juiz natural.***

Acusa a defesa, ter havido violação ao princípio do Juíz Natural uma vez que por meio da Portaria nº 133/2016 a autoridade administrativa modificou a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 598/2015-PAD, que instaurou o presente inquérito.

Pontua que na modificação da composição da Comissão, incluiu o servidor Marlon Aparecido Luz, o qual ocupa cargo comissionado, violando assim o disposto no artigo 211 da Lei Complementar nº 25/97, colocando em risco a segurança jurídica da servidora acusada.

Distingue a defesa que o Administrador neste caso, "*jamais poderia ter modificado sem qualquer motivação legal toda a comissão processante como no presente caso, posto que demonstrou total falta de compromisso com a segurança jurídica, princípio da legalidade e moralidade administrativa".*

2.4 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

A defesa guerreia ainda que, a servidora está sendo tratada de forma discriminatória e desigual, pelo fato de responder o presente inquérito sozinha, sem que os agentes políticos e agentes públicos que assinaram e analisaram o seu pedido não estarem respondendo junto com a mesma, caracterizando negativa de vigência ao Princípio da Isonomia e ato atentatório a dignidade da pessoa humana, uma vez que a senhora Luciana é acusada de incorporar de forma irregular e ilegal função gratificada sem observância a Lei Complementar nº 25/97, não sendo a acusada a autoridade que deferiu a incorporação de função gratificada.

2.5 Do mérito.

No Mérito, a defesa afirma que a servidora é inocente e não praticou qualquer conduta ilícita no exercício da função, bem como foi nomeada em 17. 01.1994 para ocupar cargo no município de Cáceres. Nesse sentido elenca os cargos e períodos ocupados pela servidora.

2.6. Da acusação.

Que a acusada não cometeu qualquer ilícito e, faz jus a incorporação da Gratificada Função, uma vez que foram observados os aspectos legais.

3. DAS ALEGAÇÕES FINAIS:

A defesa técnica em alegações finais, manifesta com os seguintes argumentos:

3.1* C*erceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento.

A fase de alegações finais somente é possível após a elaboração do termo de indiciamento, ou seja, da pronúncia feita pela comissão processante que individualiza os atos praticados pela acusada e tipifica a sua conduta para que a servidora tenha pleno conhecimento do que é acusada afim de possibilitar a defendesa.

O processo administrativo disciplinar é a forma jurídica prevista em lei para investigar o servidor público que tenha transgredido os seus deveres funcionais e puni-lo pelas infrações administrativas que cometer.

O processo administrativo é instaurado sempre que a autoridade administrativa tomar conhecimento de uma conduta irregular imputada ao servidor público, mesmo que em tese, guarde correlação com o cargo, emprego ou função, pública do acusado.

A conduta função tida como irregular deve se revestir de tipicidade e antijuricidade administrativa, bem como deve haver indícios de autoria devidamente demonstrados e elementos suficientes que comprovem a materialidade, para que, desde a fase que antecede a instauração do processo administrativo disciplinar, seja revelada uma justa causa, capaz de respaldar o início da investigação disciplinar.

Se na instância criminal, no artigo 41 do Código de Processo Penal exige que a denúncia ou a queixa sigam essa fórmula legal, no processo administrativo disciplinar também haverá de haver a observância deste modelo legal, pois a acusação não poderá ser ato de prepotência ou Arbitrariedade da Administração Pública.

O tipo penal segundo Miguel Reali Júnior, é aquele cuja estrutura não poderá ser uma construção arbitrária e livre, porquanto decorre do real, submetido a uma valoração.

Por sua vez o tipo disciplinar segue o mesmo princípio da segurança jurídica, onde tanto a portaria inaugural como o mandado de citação/intimação, deve conter uma exposição narrativa circunstanciada e demonstrativa da infração disciplinar que será investigada, com o tipo legalmente classificado, ou seja, com a qualificação jurídico administrativa deste.

No direito administrativo disciplinar exige-se que a acusação seja certa, objetiva, circunstanciada e o fato imputado ao servidor público subsumido em um tipo legalmente previsto, decorrendo tais exigências do princípio da legalidade e da segurança jurídica.

Sucede que, apesar de não ter o mesmo formalismo e rigorismo do processo penal, o processo administrativo disciplinar não pode ser um incógnito, para o servidor público acusado. No processo administrativo disciplinar, o qual possui natureza de direito penal geral, também há a obrigatoriedade de se fazer a individualização dos fatos, com a sua descrição circunstanciada e a subsunção no tipo legal administrativo.

Dessa forma a instauração do processo administrativo disciplinar é de competência da autoridade, estabelecida pela lei, que ao tomar conhecimento de infrações disciplinares praticadas pelo servidor público no exercício de sua função ou em decorrência dela, obriga-se a determinar a investigação mais detalhada dos fatos, mediante sindicância ou diretamente mediante a instauração de processo administrativo disciplinar.

Se os elementos probantes forem insubsistentes, o mais recomendável é a instauração de sindicância, que possui tramitação mais célere; quando ela não é punitiva não existe a figura jurídica do acusado, porquanto é concebida para um aprofundamento mais detalhado dos fatos, a fim de verificar se será ou não promovida a instauração do processo administrativo disciplinar, ou haverá o seu arquivamento por insubsistência ou imaterialidade dos fatos.

(...)

Cumpre ressaltar, que antes da abertura para alegações finais, cabe a comissão processante finalizar o encerramento da parte instrutória prevista no artigo 239 da Lei Complementar nº 25/1997, mediante termo de indiciação, onde a comissão processante elenca os atos praticados durante a fase instrutória, os incidentes e individualiza a acusação, imputando a acusada os fatos por ela praticados, que constituem infração administrativa e a sua provável punição, caso haja comprovação de sua autoria, tipicidade e antijuricidade do ato praticado, para que seja viabilizado a defesa da acusada a garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Neste corrolário como poderá a acusada se defender se não foi elaborado o termo de indiciamento, tipificando a sua conduta para que possa então se defender? No presente caso não houve a tipificação, e o que é pior o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado porque entendeu-se que a servidora recebe gratificação que foi incorporado de forma irregular, ou seja, não existe ato praticado pela servidora a ser investigado, e sim se a servidora tem ou não direito de receber a gratificação incorporada.

Ressalta-se ainda, que o ato administrativo que determinou a incorporação da função gratificada não foi praticado pela acusada, mas do Prefeito Municipal à época de sua Concessão.

Assim está evidente o cerceamento de direito de defesa da servidora Acusada, posto que foi intimada a apresentar Alegações Finais, sem que a Comissão Processante tivesse elaborado o Termo de Indiciação, elencando os atos praticados durante a fase instrutória, os incidentes e individualizando a acusação, imputando a acusada, os fatos por ela praticados, que constituem infração administrativa e a sua provável punição, caso haja comprovação de sua autoria, da tipicidade e antijurisdicidade do ato. Pois, diante da falta do Temo de Indiciação, não se sabe se o objeto deste Processo Administrativo é a conduta de requerer a incorporação da função gratificada ou se é o fato de receber a incorporação gratificada ou se a conduta de ter a incorporação a função gratificada, e isto certamente inviabilizada da defesa da acusada.

Posto isso, requerer a Vossa Excelência que reconheça a violação do princípio da ampla defesa e do contraditório apontada pela Acusada e decrete a nulidade deste Processo Administrativo e seu devido arquivamento.

3.2 Do Cerceamento de defesa pela ausência de redesignação da oitiva da testemunha:

A Comissão Processante marcou para o dia 12/07/2016 a oitiva das testemunhas de defesa, dentre ela a da testemunha Jucyara Costa Sortica.

No entanto, não foi possível colher o depoimento da testemunha Jucyara Costa Sortica, haja vista que esta encontrava-se com dificuldade de locomoção em face de uma doença grave no joelho, conforme se depreende dos documentos de fls. 198/199, além disso, a Comissão Processante não conseguiu intimá-la da audiência de oitiva, em face disto, o seu depoimento foi redesignado, para o dia para o dia 22/08/2016 (fls.207).

Mas, novamente em razão da enfermidade da referida testemunha, esta não compareceu para depor, e enviou Relatório Médico demonstrando que não tinha condições de se locomover até a Prefeitura Municipal de Cáceres, para prestar depoimento (fls.235).

Diante de tal fato, a Comissão Processante intimou a Acusada para se manifestar, ***tendo a Acusada insistido no depoimento da testemunha Jucyara da Costa Sortica, haja vista que ela era de suma importância, pois trabalhou com a Acusada durante algum tempo.***

No entanto, a Comissão Processante indeferiu a redesignação do depoimento da referida testemunha em grave cerceamento do direito de defesa.

Posto isso requer a Vossa Excelência que reconheça a violação da ampla defesa e decrete a nulidade deste Processo Administrativo e seu devido arquivamento.

3.3 Quanto a falta de acusação clara e específica:

A acusada não cometeu qualquer ilícito e faz jus a incorporação da Função Gratificada na forma em que foi concedido, haja vista que foram observado os aspectos legais, uma vez que a acusada conta com um período suficiente para garantir a incorporação.

No entanto este Processo Disciplinar nega a acusada a especificação detalhada dos fatos que está sendo acusada, mesmo analisando detidamente os autos, não consegue saber se está sendo acusada por ter formulado o pedido de concessão de incorporação de função gratificada ou se está sendo acusada por ter obtido o benefício ou se está sendo acusada por estar recebendo a verba referente a incorporação gratificada.

Portanto, a acusação imputada pela Comissão Processante não é clara e muito menos específica, o que cerceia a defesa da acusada, porque não tem conhecimento dos fatos pelo qual tem que se defender.

(...)

Diante do exposto, a falta de acusação clara e específica, gera a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar, por impedir o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Posto isso, requerer a Vossa Excelência que reconheça a violação do princípio da ampla defesa e do contraditório, em face da ausência de acusação clara e específica e decrete a nulidade deste Processo Administrativo e seu devido arquivamento.

3.4 Prescrição quinquenal.

Quanto a esta manifestação, ressalta-se que já foi peticionado na defesa prévia, onde a Comissão Processante posicionou referente a matéria, e, encaminhou despacho a defesa da servidora na data de 07 de julho de 2016, por meio de intimação juntado (fls. 187) dos autos. Tratando de matéria já debatida preteritamente, onde esta Comissão já se posicionou no sentido de não reconhecer a prescrição na forma pretendida pela defesa.

3.5 Da decadência do direito de aplicar a pena.

I – Primeiramente, cumpre esclarecer que a incorporação de função gratificada concedida à Acusada, foi realizada de acordo com o estabelecido no artigo 160, da Lei Complementar Municipal nº 25/97. Portanto, a referida incorporação foi concedida em razão de Lei.

II – Além disso, pelo entendimento pacificado no egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso é constitucional o artigo 160, da Lei Complementar Municipal nº 47/2003 e o artigo 31, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 48/2003.

III – Segundo, apenas em nível de argumentação, mesmo que se entenda que as incorporações de funções gratificadas tenham sido concedidas de forma irregular, ela não pode ser suprimida, pois foram inseridas no patrimônio da Acusada pela Administração Pública e já operou a decadência do direito da Administração Rever os seus atos, ***eis que a referida incorporação foi realizada a mais de 05 anos.***

Mutatis mutandis, esta decadência também impede a anulação judicial da referida incorporação, conforme determina o disposto ao artigo 54, da Lei 9.784/99, in verbis.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada máfé.

(...)

Ressalte-se, que o STJ firmou o entendimento, que na ausência de lei específica, os comandos normativos do artigo 54, da Lei nº 9.784/99 aplica à Administração Municipal e aos servidores municipais (...).

Posto isso, já operou a decadência para retificar o ato e aplicar qualquer penalidade em razão do ato da própria Administração, sendo que a Função Gratificada já incorporou aos vencimentos da Acusada, portanto, deve ser declarada a decadência prevista no artigo 54, da Lei nº 9.784/99, impedindo o questionamento do ato e a sua nulidade.

3.6 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

Quanto a esta manifestação, ressalta-se também que já foi peticionado na defesa prévia, e que, a Comissão Processante já posicionou quanto a matéria, encaminhando a defesa da servidora o despacho na data de 07 de julho de 2016, por meio de intimação acostado às (fls. 187) dos autos. Nesse contexto ratificamos o posicionamento anteriormente adota pelos seus mesmos fundamentos.

3.7 Da ausência de tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade

O Processo Administrativo Disciplinar é instaurado com a finalidade única e exclusiva de apurar infrações administrativas praticadas pela servidora, visando a sua punição na esfera administrativa conforme se depreende do teor do artigo 208 da Lei Complementar 25/1997, in verbis:

*:**Art.** 208. O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo.*

Portanto, para que haja abertura de Processo Administrativo Disciplinar é necessário que a servidora tenha praticado um ato ou uma omissão, que constitua infração administrativa, que juridicamente recebe o nome de tipicidade.

Ressalte-se, que não basta que o ato ou a omissão seja tipificado, eles também deverão ser antijurídicos, ou seja, precisam ser proibidos.

(...)

No caso em análise, o único ato praticado pela acusada concernente a incorporação da função gratificada, foi o ato de formular e protocolizar o pedido de incorporação de função gratificada que exerceu durante um longo período, pois o ato de analisar seu pedido de incorporação foi praticado pela Procuradoria Geral do Município, e o ato que deferiu a incorporação da função gratificada foi praticado pelo Prefeito Municipal Túlio Aurélio Campos Fontes, conforme se depreende do documento de folhas 18 destes autos.

Cumpre esclarecer que, o ato de formular e protocolizar pedido de concessão de qualquer benefício, inclusive o de incorporação de função gratificada, ***é um ato atípico, diante disto, despido de qualquer antijuridicidade****, o qual por si só nunca gerará prejuízo ao erário.*

Além disso, o ato de requerer a concessão de benefício funcional não exige da Requerente conhecimento da plausibilidade do seu direito, pois o ato de análise de sua possibilidade jurídica e do preenchimento dos requisitos, para a sua concessão será realizado por um dos Procuradores Municipais, Lotados na Procuradoria Geral do Município de Cáceres, o qual assume a responsabilidade jurídica pelo Ato que praticou, e o Ato que concede este benefício, ratifica a análise jurídica realizada pelo Procurador Municipal e assume a responsabilidade jurídica, financeira e legal pela concessão do referido benefício, motivo pelo qual este Ato só pode ser praticado pela autoridade máxima do Poder Executivo Municipal, que é o Prefeito Municipal.

Assim, qualquer discussão referente a irregularidade na concessão de incorporação da função gratificada, deve restringir aos Atos realizados pelo Procurador Municipal que emitiu Parecer favorável e conclusivo, e pelo Prefeito Municipal que ao conceder o benefício ratificou o entendimento jurídico esposado pelo Procurador, portanto o ato de requerer o benefício jamais poderá ser incluído nesta análise.

Portanto, se a finalidade deste Processo Administrativo Disciplinar é verificar se o benefício foi fornecido sem o preenchimento dos requisitos previsto no artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, os Atos a serem investigados são: 1) o ato que analisou juridicamente o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 160, da Lei Complementar nº 25/1997, ou seja, Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município; e b) o Ato que concedeu o benefício, ou seja, o Decreto que determinou a incorporação da função gratificada. Desta forma, a servidora Ana Lúcia jamais poderia ter figurado no polo passivo deste Processo Administrativo Disciplinar, uma vez que não praticou nenhum desses atos.

Posto isso, requerer a Vossa Excelência que absolva a Acusada dos fatos a ela imputados, haja vista que o ato de formular e protocolizar pedido de concessão incorporação de função gratificada, é um ato atípico e despido de qualquer antijuridicidade, em que face disto, jamais poderá ser considerado infração administrativa, do mesmo modo, que não poderá ensejar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, conforme se depreende do teor do artigo 208 da Lei complementar nº 25/1997.

3.8 Do preenchimento dos requisitos para a concessão da incorporação da função gratificada.

Cumpre esclarecer, que a Acusada faz jus ao benefício concedido uma vez que possui período suficiente, para garantir a referida incorporação, como será adiante demonstrado.

Ressalta-se ainda, que a Acusada também cumpriu com o requisito previsto no inciso II, do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, haja vista que na data da incorporação da função gratificada, a acusada já possuía 1/3 de tempo de serviço necessário, para a sua aposentadoria voluntária, pois apenas o período trabalhado no Município de Cáceres perfazia 14 anos e 05 meses, enquanto que o requisito previsto no inciso II, do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, que consiste em ter completado 13/ (um terço) do tempo de serviço necessário para aposentadoria voluntária, que equivale a pouco mais de 03 (três) anos.

Ressalte-se, que o entendimento acima explicitado é pacífico na Procuradoria geral do Município de Cáceres, conforme se depreende do Parecer nº 082/2008-PGM da lavra da Procuradora Municipal Izabel Cristina C. Gattass, de fls. 22/24, in verbis:

"(...) Como mencionado, para que haja a incorporação da função gratificada na remuneração do servidor, é preciso que o mesmo tenha exercido, cargo de chefia, direção, assessoramento ou assistência durante o período estabelecido em Lei e ***completado mais de 1/3(um terço) do tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária, que equivale a pouco mais de 03 (três) anos.*** *"*

Quanto ao questionamento da incorporação ter sido efetuada na função mais alta desempenhada pela Acusada, por considerar a Comissão Processante que este direito assiste apenas quem permaneceu na função gratificada mais alta por 05 anos, este entendimento é equivocado, pois o inciso I, do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, apenas exige esse interstício de tempo, para ter direito a incorporação, uma vez preenchido esse requisito, a incorporação poderá incidir sobre a função gratificada mais alta.

Diante do exposto, está devidamente demonstrado que a época em que foi deferido a incorporação da função gratificada, a Acusada preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997.

Posto isso, requer a absolvição da Acusada dos fatos a ela imputados, haja vista que a Acusada a época da incorporação preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997, para a obtenção do benefício nele previsto.

3.9 Da incompetência da Administração Pública para processar e julgar acerca da legalidade e regularidade da incorporação da gratificação recebida pela acusada.

O objeto deste Processo administrativo é também objeto de Ação Civil Pública que discute a legalidade e regularidade da incorporação da Função Gratificada, o qual ainda não foi julgado pela primeira instância.

Além disso, esse processo não prevê investigar conduta da servidora em relação a concessão, tanto que não houve por parte da Comissão Processante qualquer pergunta ou indagação, tanto para a acusada quanto para as testemunhas, quanto a motivação da acusada ao requerer o seu direito, se agiu com boa-fé objetiva, se tinha parentesco com quem deferiu o pedido.

Portanto, extrai dos autos, que a Comissão a Processante pretende apenas analisar se houve o cumprimento dos requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº25/1997, para a concessão do benefício, e isto, já é objeto de análise do Poder Judiciário, pois é alvo de discussão na Ação Civil Pública nº 3179-87.2013.811.0006, código 155624, que tramita na 4ª Vara Civil da Comarca de Cáceres e no Recurso de Agravo de Instrumento nº 101808/2013, que Tramita na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ***cuja decisão foi pela mantenção do pagamento de Gratificação.***

Diante do exposto a Comissão Processante é totalmente incompetente, para analisar a legalidade e regularidade da concessão da incorporação da Função Gratificada, em face desta aguardar apreciação do Poder Judiciário, a quem competente a última análise dos atos administrativos.

Posto isso, requer que esta Comissão Processante se declare incompetente, para analisar a legalidade e regularidade da concessão da incorporação função gratificada, em face desta aguardar apreciação do Poder Judiciário, a quem competente a última análise dos atos administrativos.

4. DO CONTRADITÓRIO:

No exercício do direito ao contraditório, a servidora compareceu perante esta Comissão Processante acompanhada das advogadas de defesa, e, ao ser indagada pela CPIAD, respondeu:

A senhora exerceu por mais de 05 (cinco) anos o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação? ***"Eu exerci o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação pelo período aproximado de 3 anos e 02 meses. "*** A senhora requereu junto a administração pública municipal a incorporação do cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação? Se sim, com qual embasamento legal? ***"Requeri com embasamento que eu havia completado mais de 10 anos intercalados nesta administração pública municipal de cargos de funções gratificadas "*** Das funções gratificadas exercidas pela senhora na Prefeitura de Cáceres, o cargo comissionado de secretária municipal de educação foi a de maior valor? ***"Sim, foi a de maior valor. (...)"***

5. DA ANÁLISE DA COMISSÃO PROCESSANTE NA DEFESA PRÉVIA.

5.1 Da prescrição quinquenal

Alega a defesa que em 13.08.2013 completou os 5 (cinco) anos e 06 dias do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal, prazo máximo para a demissão, dessa forma "não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente a Investigada".

(...)

Inicialmente é imperioso distinguir em um Processo Administrativo Disciplinar/PAD, a ***diferença entre prescrição de penalidades e, apuração dos fatos imputados ao servidor público,*** *vejamos abaixo:*

a) Prescrição de penalidades: *No regime administrativo disciplinar, o estabelecimento da prescrição ocasiona a extinção da punibilidade, ou seja, aplicação da pena, que é procedente do julgamento do PAD pela autoridade competente.*

Nesse sentido, a Lei nº 8.112/90 dispõe em *litteris:*

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto á advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

No caso do PAD nº. 027/2015 a autoridade competente tomou conhecimento da suposta irregularidade e/ou ilegalidade na incorporação de função gratificada da servidora pública ora inquirida, por meio do Processo nº

71420/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o qual foi cientificado por meio da Notificação nº 616/2010, e conseguinte instaurado sindicância através da Portaria nº 207 de 13 de julho de 2010.

Por outro lado, a Comissão Processante de Sindicância não finalizou os trabalhos, situação que levou o Executivo Municipal analisar o PAD na data de 21 de julho de 2015, e, posteriormente encaminhou para instauração de inquérito por meio da Portaria nº 364 de 30/07/2015.

Ao contemplar o § 3º do artigo 142 da Lei nº 8.112/90 já citado, subentende-se que na instauração da sindicância foi interrompida a prescrição, permanecendo até a apreciação do Prefeito em 21/07/2015, e consecutivamente com a instauração do presente inquérito.

b) Apuração dos fatos: Quanto ao trazido pela servidora por meio da defesa técnica que: *" em 13.08.2013 completou os 5 (cinco) anos e 06 dias do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal,* ***prazo* máximo para a demissão**, dessa forma "***não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente a Investigada".*** (grifos nosso) Utilizaremos do entendimento da CGU em Processo Administrativo Disciplinar sobre o comento, da seguinte forma:

"Se a prescrição extinguisse a apuração, se configuraria pré-julgamento de culpa, como se o processo somente se justificasse como instrumento para aplicação de pena. Ademais, é direito e interesse do bom servidor a conclusão da apuração que declare sua inocência ".

Nesse sentido, não cabe a administração pública municipal realizar pré-julgamentos, e sim, em finalizar o presente PAD, interesse esse que subentendemos ser também da servidora inquirida. Dessa forma, não podemos aceitar o pedido de prescrição na linha de entendimento trazido pela defesa, pois, se assim o fizéssemos, estaríamos pré-julgando a servidora, como se o PAD fosse passível de aplicação da pena de "demissão".

Pelo todo exposto, de ofício ANALISAMOS as manifestações de prescrição quinquenal, *argumentado pela defesa e,* ***NÃO RECONHECEMOS a prescrição quinquenal para apuração dos fatos.***

5.2 Da Suspeição:

Quanto ao pedido de suspeição do Assessor Especial do Executivo Municipal, pelo fato deste ser "tio desafeto" da servidora inquirida, faz-se necessário informar a defesa que o senhor Átila Silva Gattass (Assessor Especial do Executivo Municipal) **não é parte neste PAD, pois, o mesmo não é membro da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, e nem a autoridade que julgará o presente PAD**, nesse entendimento, não há que se falar em sua suspeição.

Dessa forma, nada impede que o senhor Átila Silva Gattass realize o seu ofício junto a administração pública municipal, pois tal situação não dará causa a nenhuma nulidade. Entendemos que sua atuação como Assessor Especial do Executivo Municipal, não ocasionará prejuízo para a investigação ou para a defesa dos servidores. Não havendo assim motivos para que as partes manifestem qualquer vício dos atos processuais administrativos, **PARA TANTO DEVEM DEMONSTRAR QUE TAL SITUAÇÃO POSSA INFLUIR CONCRETAMENTE NA DECISÃO DA CAUSA OU NA APURAÇÃO DA VERDADE SUBSTANCIAL**. O que até o presente momento não foi feito.

Nesse norte citamos os dispositivos legais impostos no CPP, que assim descreve:

Art. 563 – *Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.*

Art. 564 – A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

I – *por incompetência,* ***SUSPEIÇÃO*** *ou suborno do Juiz*.

Não tendo sido arguida a suspeição pelas partes, o Julgador poderá dar-se por suspeito *ex officio, remetendo* o processo a seu substituto e intimando as partes.

Dispositivos legais estes que, não se enquadram à situação fática, uma vez que a suspeição só opera pela possibilidade de retirar do julgador as imprescindíveis condições de imparcialidade e independência, a partir do momento em que o motivo faz recear ou faltem ao julgador esses requisitos para funcionar serena e altivamente, com a dignidade exigida pelo cargo.

Para que não haja especulações, esclarecemos que o Assessor Especial do Executivo Municipal, "tio desafeto" da servidora ora inquirida, também não é a autoridade que deu causa ao PAD, pois a denúncia de irregularidade e/ou ilegalidade em incorporações de funções gratificadas foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e, a instauração do presente PAD, foi determinado pelo Executivo Municipal e/ou Gestor de Pasta.

Enfatizamos que o Parecer Jurídico expedido pelo Assessor Especial do Executivo Municipal não é obrigatório no presente PAD, e sim, facultativo, trata-se de Parecer jurídico opinatório, que pode ser destinado a outros advogados vinculado ao setor jurídico do Município, cabendo ao Gestor da Pasta e/ou o Chefe do Executivo Municipal analisá-lo, julgá-lo e homologá-lo, caso esteja de acordo ou não. Nesse entendimento por UNANIMIDADE os membros desta Comissão processante **NÃO RECONHECEM O PEDIDO DE SUSPEIÇÃO ARGUIDO PELA DEFESA DA SERVIDORA**, devendo assim, ser dado prosseguimento ao feito.

5.3 Da violação ao princípio do juiz natural:

Quanto a este fato levantado pela defesa referente aviolação ao princípio do Juíz Natural, ilustramos que a composição da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar é de fato designada pelo chefe do Executivo Municipal, por meio de Portaria, ato público, em atendimento ao princípio Constitucional da publicidade.

No âmbito administrativo, percebe-se a resistência dos servidores em participarem da Comissão de Inquérito, pelo motivo de serem servidores de carreira, e, ao fazerem parte da Comissão Processante, deverão deliberar pelo prosseguimento ou não do inquérito, e caso prossiga, deverá analisar, instruir e relatar o PAD instaurado em desfavor de colegas de trabalho que respondem a procedimento administrativo disciplinar perante a Administração Pública Municipal.

Mesmo diante das dificuldades exposta acima, qual seja, aceitação por parte de servidores efetivos para serem membros da Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, deve ser seguido a constituição da Comissão Processante que obedece ao princípio legal disposto no artigo 211 da Lei nº. 25/1997, que assim dispõe:

"*O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, que indicará dentre eles, o seu presidente".*

Continuando no § 2º, dispõe que:

"*Não poderá participar da comissão de sindicância ou de inquérito administrativo, parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau".*

Quanto a responsabilidade da Comissão Processante, no artigo 212 do mesmo dispositivo legal, dispõe:

"*A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração".*

Informamos que esta Comissão Processante atende aos princípios legais, e, os seus membros são servidores ingressados no serviço público municipal por meio de provas, ou de provas e títulos, e encontram-se estáveis no cargo, ou seja, concluíram o período probatório.

Do arguido pela defesa sobre "*violação ao princípio do Juíz Natural, uma vez que por meio da Portaria nº 133/2016 o Prefeito modificou a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 598/2015-PAD, que instaurou o presente inquérito, e nessa modificação incluiu o servidor Marlon Aparecido Luz, o qual ocupa cargo comissionado, violando o disposto no artigo 211 da Lei Complementar nº 25/97, colocando em risco a segurança jurídica da servidora Acusada*", esclareceremos.

Pois bem,

A servidora pública municipal Luciana de Souza Gattass Crepaldi, responde atualmente a dois Processos Administrativos Disciplinares, sendo:

1º. PAD nº 027/2015, Portaria nº 364 de 30 de julho de 2015;

2º. PAD nº 009/2016, Portaria nº 133 de 04 de abril de 2016.

Os Processos Administrativos mencionados acima, não tratam exclusivamente de fatos relativos à servidora indigitada, e sim, para apurar a conduta disciplinar de vários servidores públicos municipais, sendo o 1º referente a 09 (nove) servidores, que por meio da Portaria nº 207 de 13.07.2010, foi instaurado sindicância administrativa em desfavor da servidora ora inquirida. No 2º PAD, trata-se de mais de 50 (cinquenta) servidores apontados pelo TCE/MT, com supostas irregularidades em incorporações de funções gratificadas, e dentre eles consta também o nome da servidora Luciana Gattass.

Em reunião na data de 31.03.2016, esta Comissão Processante em atendimento ao Princípio Constitucional da Individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI, deliberou em analisar separadamente os fatos imputados aos servidores acusados no PAD nº 027/2015, em se tratando da servidora em questão, na data de 05.04.2016, foi deliberado também analisar a situação dos servidores imputados no PAD nº 009/2016 em separado, em observância também ao mesmo princípio citado acima.

Conseguinte em reunião na data de 08.04.2016, esta Comissão Processante deliberou pelo prosseguimento do inquérito administrativo disciplinar em desfavor da servidora em questão, proporcionando a mesma a ampla defesa e o contraditório das imputações perpetradas nos presentes autos. Dessa forma, estiveram sempre presentes nessas reuniões deliberativas, três membros desta Comissão Processante, os quais mostraremos abaixo:

1.*Reunião na data de* ***31.03.2016****, assinaram a Ata de nº* ***001/2016,*** *(fls. 32 e verso) os membros: Odenise Jara Gomes Lente; Benedito da Cunha e Silva Filho e Fátima Arruda da Silva.*

2*.Reunião na data de* ***05.04.2016,*** *assinaram a Ata de nº* ***004/2016,*** *(fls. 33/34) os membros: Odenise Jara Gomes Lente; Benedito da Cunha e Silva Filho e Marlon Aparecido Luz.*

3.*Reunião na data de* ***08.04.2016,*** *assinaram a Ata de nº* ***007/2016,*** *(fls. 113/120) os membros: Odenise Jara Gomes Lente; Benedito da Cunha e Silva Filho e Marlon Aparecido Luz. Da composição desta Comissão Processante, cabe informar a defesa as seguintes Portaria, conforme segue:*

I - ***Portaria nº 279 de 02.07.2015****. Resolve: Designar os servidores relacionados abaixo, para constituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar (...) a partir desta data. PRESIDENTE Odenise Jara Gomes Lente MEMBROS TITULARES Benedito da Cunha e Silva Filho Fátima Arruda da Silva.*

II ***- Portaria nº 409 de 04.09.2015.*** *Resolve: Incluir na Portaria nº 279 de 02.07.2015, o servidor relacionado abaixo, para constituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar (...), a partir desta data. SUPLENTE: Marlon Aparecido Luz.*

III - ***Portaria nº 598 de 16.12.2015****. Resolve: Determinar os servidores relacionados abaixo para constituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 02 de dezembro de 2015. PRESIDENTE Odenise Jara Gomes Lente. MEMBROS TITULARES Benedito da Cunha e Silva Filho Fátima Arruda da Silva. SUPLENTE Marlon Aparecido Luz.*

Pelo todo exposto, não conseguimos vislumbrar nos atos administrativos que designaram os membros que constituem a CPIAD, a "Violação ao Princípio do Juiz Natural" indiciado pela defesa. E, no caso em tela, o servidor Marlon Aparecido Luz, membro suplente da CPIAD, foi convocado para substituir a membra titular, senhora Fátima Arruda da Silva, em seu período de férias. Sendo assim, por unanimidade os membros desta Comissão ***NÃO RECONHECEM a "Violação ao Princípio do Juiz Natural****", argumentado pela defesa, por se tratar de ato discricionário da administração pública, e, a substituição temporária da referida membra da Comissão não ocorreu para fins específicos de análise do presente PAD, e sim, por meio de procedimentos anteriores para fins de gozo de direito (férias), o qual foi deferido para esse período, além de que, os trabalhos da Comissão não podem ser paralisados, e nem, os servidores estáveis estabelecidos na Comissão terem seus direitos prejudicados.*

5.4 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

Acusa a defesa que a servidora está sendo tratada de forma discriminatória e desigual, pelo fato de responder o presente inquérito sozinha, sem que os agentes políticos e agentes públicos que assinaram e analisaram o seu pedido não estarem também respondendo PAD. Analisa-se nos presentes autos, suposta ilegalidade e/ou irregularidades na incorporação de função gratificada aos vencimentos da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, conforme já relatado pela Comissão em Ata de nº 007/2016, (fls. 113/120) dos autos, de ciência da servidora, sendo desnecessária pontuá-las novamente, para não sermos redundantes ou repetitivos quanto as acusações existentes neste PAD em desfavor da servidora.

Do arguido pela defesa onde se refere a agentes públicos e agente políticos não estarem respondendo junto com a servidora neste Procedimento Administrativo Disciplinar, torna-se necessário citar a Lei nº. 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, que possui a seguinte redação, *litteris*:

Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, **ainda que transitoriamente** ou sem remuneração, por eleição, **nomeação**, designação, contratação **ou qualquer outra forma de investidura** ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Em continuidade ainda dispõe:

Art. 3° **As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta**.

No caso de agente público que exerceu cargo por período temporário, sendo de livre nomeação e exoneração do Executivo Municipal, e, do agente político de cargo eletivo, também deverá ser aplicado o disposto na Lei de Improbidade Administrativa se comprovado conduta dolosa ou culposa, enquadrando nos termos do art. 10 do referido diploma legal, *in verbis*:

Art. 10. **Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa**, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

Sendo necessário trazer à baila a independência das esferas Penal e Administrativa, onde já posicionou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme acórdão abaixo transcrito:

ADMINISTRATIVO. POLICIAIS FEDERAIS. PECULATO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO PENAL E PROCESSO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS DEMISSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA*. 1.* ***Doutrina e jurisprudência são unânimes quanto à independência das esferas penal e administrativa; a punição disciplinar não***

depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração Pública a aguardar o desfecho dos mesmos*. 2. Segurança denegada.*

(STJ - MS: 7138 DF 2000/0084722-4, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 28/02/2001, S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data de Publicação: DJ 19/03/2001 p. 74 JBCC vol. 189 p. 387). (grifos nosso).

Todavia, agente público e agente político, mencionado pela defesa, trata-se de ex-servidores que não estão adstritos as regras estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº. 25/1997, pois não recairá sobre os mesmos possíveis penalidades e/ou infração disciplinares no âmbito administrativo, motivo pelo qual entendemos que ao final se ficar comprovadas as imputações que deram causam a este e a outros procedimentos, esta Comissão de ofício solicitará o encaminhamento das apurações realizadas ao Ministério Público Estadual, para as medidas que entender necessárias, conforme previsto no art. 213 da Lei nº. 25/1997, que possui o seguinte texto legal:

Art. *213 Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicará o fato ao Ministério Público.*

Dessa forma, a abertura de inquérito administrativo disciplinar em desfavor desses agentes não cabe a esta Comissão, e sim, ao Chefe da Pasta ou pelo Prefeito Municipal, autoridades competentes, a esta Comissão compete, analisar, instruir e relatar o feito.

Pelo todo exposto, de ofício ***ANALISAMOS as manifestações da Negativa de vigência ao Princípio Constitucional da Isonomia,*** *argumentado pela defesa e,* ***DAMOS IMPROVIMENTO****.*

5.5 Do mérito:

Quanto ao mérito, a defesa não trouxe fatos novos capazes de modificar a instauração do presente PAD, bem como não apresentou provas robustas e incontestes, capazes de demonstrar de plano que os atos que deram causa a incorporação de função gratificada atenderam as legalidades previstas em Lei, sendo assim, o prosseguimento do presente PAD foi necessário para propiciar a servidora a mais ampla defesa e o contraditório, com oitivas de testemunhas, interrogatório, produções de provas e manifestações. ***5.6. Decidimos:*** *Pelo todo argumentado, deliberamos da seguinte forma:*

DAR IMPROVIMENTO ao pedido de **prescrição quinquenal;**

DAR IMPROVIMENTO ao pedido de **suspeição.**

DAR IMPROVIMENTO ao pedido de **violação ao Princípio do Juiz Natural.**

DAR IMPROVIMENTO *ao pedido de* ***Negativa de vigência ao Princípio Constitucional da Isonomia.***

Prosseguindo, analisaremos as Alegações Finais apresentada pela defesa técnica no seu exercício da ampla defesa com os meios de provas admitidas em direito.

6. **DA ANÁLISE DA COMISSÃO PROCESSANTE NAS ALEGAÇÕES FINAIS**

Dos fatos novos trazidos pela defesa técnica nas alegações finais, posicionamos:

6.1 C*erceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento.*

6.2 Da decadência do direito de aplicar a pena.

Antes de adentrarmos no mérito do item **6.1,** faremos uma breve ponderação quanto o significado de **indiciamento.**

Vejamos.

"O indiciamento é um ato policial pelo qual o presidente do inquérito conclui haver suficientes indícios de autoria e materialidade do suposto crime. O indiciamento não significa culpa ou condenação, mas é a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática do ilícito (...)".

Nesse sentido, traremos à baila o juízo do termo indiciamento pelo Advogado militante na área criminal, Rodrigo Castello, nos seguintes termos:

"É a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática do ilícito penal, sempre que houver razoáveis indícios de autoria.

Com o indiciamento o investigado passa da condição de mero suspeito à de provável autor da infração penal investigada. Nem por isso ele se torna sujeito da investigação (costuma-se apontá-lo como objeto dela).

Ser indiciado, isto é, ser apontado como autor do crime pelos indícios colhidos no inquérito policial, implica constrangimento, pois tal informação constará da folha de antecedentes do indivíduo, tornando-se, permanente, ainda que o inquérito, posteriormente, venha a ser arquivado.

Em casos excepcionais, o indiciamento pode ser impedido via habeas corpus.

Há controvérsia sobre a possibilidade de requisição do indiciamento, ao argumento de que ele constitui ato exclusivo da autoridade.

Embora a lei não exija a motivação do indiciamento, alguns sustentam sua necessidade, dado seu caráter aflitivo."

Por se tratar de Processo Administrativo Disciplinar, traremos também o entendimento de indiciamento apresentado no Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União de 2013, nos seguintes termos *Litteris:*

"(...) a Comissão elabora o ***Termo de Indiciação****, documento mediante o qual a referida Comissão elenca os fatos irregulares imputados a determinado servidor e as provas de que se utilizou para chegar a tal conclusão. Esse Termo de Indiciação é oficialmente encaminhado ao acusado através de um outro documento chamado* ***Mandado de Citação*** *e, ao recebê-lo, o servidor até então denominado acusado recebe a designação de* ***indiciado****. (...)*

Uma vez recebido o Mandado de Citação, inicia-se a ***subfase de defesa****, na qual o servidor ora indiciado tem o prazo legal de dez dias para apresentar sua* ***Defesa Escrita****, nos termos do § 1º do art. 161 da Lei nº 8.112/90.*

(...)"

Ressalta-se que o referido manual de Processo Administrativo Disciplinar mencionado acima é administrado pela Leinº 8.112/90 que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais, ou seja, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Diante dos entendimentos e procedimentos acima elencados, quanto ao termo indiciação, é imperioso apresentar também, o dispositivo legal que rege as normas adotadas no Processo Administrativo Disciplinar na Administração Pública Municipal de Cáceres, *in verbis:*

Lei Complementar nº 25/1997, Art. 227;

"A citação do servidor acusado será feita pessoalmente por mandado expedido pelo presidente da comissão, ***ao qual se anexará cópia dos documentos existentes para que o mesmo tome conhecimento dos motivos do processo disciplinar****. "*

Observa-se que a Lei Especial menciona **citação** e não indiciação, porém, entendemos que se trata do mesmo documento e com o mesmo objetivo, analisa-se ainda que o servidor recebe a citação com cópia de todos os documentos existentes no PAD para fins de conhecimento e defesa.

Para que não paire dúvidas que foi proporcionado à servidora e sua defesa técnica a ampla defesa e o contraditório com os meios de provas admitidas

em direito, demonstraremos o rito processual utilizado neste PAD, conforme leciona a Lei Complementar Municipal nº 25/1997, e, pontuaremos as acusações existentes nos presentes autos em desfavor da servidora. Vejamos:

6.1.1 Dos documentos ao PAD nº 027/2015

Instaurado Inquérito Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 364 de 30 de julho de 2015, anexo os seguintes documentos;

a) *Portaria nº 207 de 13 de julho de 2010;*

b) *Relatório Técnico do TCE (específico à situação da servidora);*

c) *Ficha funcional da servidora;*

d) *Decreto nº 442 de 24 de junho de 2008;*

e) *Requerimento de incorporação;*

f) *Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada;*

g) *Parecer da Procuradoria Geral do Município;*

h) *Parecer da Assessoria Geral de Gabinete Homologado pelo EXMO. Senhor Prefeito Francis Maris Cruz;*

i) *Portarias e Decretos instituindo membros para compor a Comissão Processante;*

j) *Memorando nº 021/CSA/2013 de 19 de fevereiro de 2013;*

k) *Despachos diversos (a punho);*

6.1.2. Dos documentos ao PAD nº 009/2016

Instaurado Inquérito Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 133/2016, instruído com Processo nº 12643-8/2006, contendo os seguintes documentos:

a) Relatório do Conselheiro, senhor Antônio Joaquim;

b) Decisão Administrativa nº 03/2007;

c) Notas Taquigráficas artigo da Sessão de Julgamento em 20.03.2007;

d) Ofício nº 2.357/2007/TCE-MT/PRES, datado de 11 de abril de 2007;

e) Representação Interna nº 35/2012;

f) Relatório Técnico Preliminar, com apontamentos decisões e determinações ao Prefeito de Cáceres.

g)Relatório Técnico Preliminar do TCE/MT, tendo como assunto *REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA.*

h)Memorando nº 20/2016-AEEM, datado de 31 de março de 2016, protocolizado sob o nº 15425/2016, onde o Assessor Especial do Executivo Municipal.

Esta Comissão Processante ao receber os Processos Administrativos Disciplinares mencionados acima, na data de 31/03/2016 em reunião registrado em Ata de nº 001/2016, às fls. 32/v dos autos, deliberou nos seguintes termos, *in verbis:*

"(...)

Pelos documentos carreados aos autos e, em busca da verdade real dos fatos, a abertura de inquérito administrativo disciplinar é o meio necessário para proporcionar aos servidores públicos municipais apontados no PAD nº 027/2015, a ampla defesa e o contraditório, com todos os meios legais inerentes aos fatos, conforme descrito no ***artigo 222*** *da Lei nº 25/1997. Doutro norte, conforme previsto no artigo 178, inciso IX da Lei nº 25/19997, os servidores públicos municipais devem manter conduta compatível com a moralidade administrativa e, são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos. Nesse entendimento e, por haver indícios da ocorrência de irregularidades nas incorporações de funções gratificadas, o procedimento de Inquérito Administrativo Disciplinar, é medida que se impõe para a apuração dos fatos em desfavor dos seguintes servidores: "1. Valéria Alves de Souza; "2. Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso; 3. Eliane Ferreira Leite de Campos; 4. Jonésia Pouso Gracioli; 5. José Magno da Silva; 6. Luciana de Souza Gattass Crepaldi; 7. Maria Amélia de Lara Aires Faria Braga; 8. Vânia da Costa Sacramento; 9. Zubeide Peixoto Ambrósio Curvo.* ***MEDIANTE O EXPOSTO,*** *esta Comissão por unanimidade* ***DELIBERA: a)*** *que os inquéritos instaurados em desfavor dos servidores públicos municipais acima citados****, sejam com procedimentos específicos para cada caso****; no melhor cumprimento dos atos,* ***com observância ao princípio constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI;***

(...)"

Conseguinte na data de 05 de abril de 2016, em reunião registrado na Ata de nº 004/2016-CPIAD, deliberou da seguinte forma, *in verbis:*

"(...) a Comissão examinou a relação dos servidores apontados no PAD nº 027/2015, encaminhado por meio da Portaria nº 364/2015 e, constatou a concomitância de 04 nomes de servidoras no PAD 009/2016 de Portaria nº 133, sendo elas: 1) Maria Amélia de Lara Aires Faria Braga; 2) Jonésia Pouso Gracioli; 3) Vânia da Costa Sacramento; 4) Luciana de Souza Gattass Crepaldi. Dessa forma, diante dos inúmeros apontamentos, análises, sínteses contidas no Processo nº 12643-8/2006do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em desfavor da Prefeitura Municipal de Cáceres, proveniente de suposta inobservância da Lei 25/1997, no quesito incorporação de Função Gratificada Integralizada-FGI) questionando também o Adicional por Tempo de Serviço, em cima do FGI, esta CPIAD, ***DELIBERA: a)*** *Fazer cópia reprográfica do PAD nº 009/2016, desta Ata e, juntar aos autos do Processo Administrativo nº 027/2016 em desfavor das servidoras, Maria Amélia de Lara Aires Faria Braga; Jonésia Pouso Gracioli; Vânia da Costa Sacramento; Luciana de Souza Gattass Crepaldi;* ***b)*** *Expedir memorando para a Secretaria Municipal de Administração, solicitando ficha funcional e endereço dos servidores mencionados no PAD nº 009/2016;* ***c)*** *Analisar ficha funcional dos servidores mencionados no PAD nº 009/2016;* ***d)*** *Entendendo a Comissão pela instauração de inquérito administrativo disciplinar, esta deverá fazê-lo com* ***procedimento específico para cada caso****,* ***com observância ao princípio constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI,*** *para melhor cumprimento dos atos, fazendo cópias reprográficas para cada procedimento de inquérito;* ***e)*** *Enumerar cada procedimento de inquérito administrativo disciplinar, conforme sequência numérica de instauração utilizado pela CPIAD****; f)*** *Juntar cópia desta Ata em cada procedimento a ser instaurado".*

A Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, apreciou as imputações demonstradas pela Administração Pública Municipal nos presentes autos, e, deliberou pela análise, por entender que houve irregularidades no ato administrativo que deu causa a incorporação de função gratificada à remuneração da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, conforme registro em Ata de nº 007/2016/CPIAD (fls. 113/120) dos autos.

Conseguinte a servidora foi CITADA com todas as pontuações acusatórias, para que desde então, exercesse a ampla defesa e o contraditório com todos os meios de provas em direito admitidas (art. 5º, LV – CF). Inicialmente nos termos do artigo 227 da Lei Municipal nº. 25/1997 foi oferecido o prazo de 15 (quinze) dias para que a servidora respondesse ao presente PAD das seguintes acusações:

6.1.2 Das imputações:

a) Foi incorporado ao salário da servidora o valor referente ao cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação, sendo exercido pela mesma por um período de, 03 (três) anos e 01 (um) mês, ou seja, ***não desempenhou a função mais alta, pelo menos, durante 05 (cinco) anos,*** *exigido no Dispositivo Legal da seguinte forma:* ***Art.*** *160 O servidor público municipal ocupante* ***de cargo efetivo*** *do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos* ***ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistên-***

cia na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, *para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:* ***I - a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos. (...)".***

b) Que o cargo comissionado incorporado aos vencimentos da servidora foi de Agentes Políticos conforme leciona a Lei Orgânica Municipal, em litteris: ***Artigo 79 - São auxiliares diretos do Prefeito: I - Os Secretários Municipais ou titulares de órgãos equivalentes; (...). Artigo 80 - Os auxiliares diretos do Prefeito serão de livre nomeação e exoneração do Prefeito,*** *promovidos nos respectivos cargos em comissão, criados por Lei a qual fixará a sua remuneração (****redação dada pela Emenda n° 13/2003****). (...). § 1°. Os Secretários Municipais, considerados "Agentes Políticos" e desvinculados do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, terão seu subsídio fixado*** *na forma do artigo 70 desta Lei Orgânica. (redação dada pela Emenda n° 13/2003). (...)". Sendo assim o referido cargo comissionado não está vinculado ao PCCS, não podendo o servidor incorporar o valor a sua remuneração.*

c) Que no Relatório Técnico Preliminar/TCE/MT, com apontamentos e decisões, determinou ao: ***"Chefe do Executivo Municipal de Cáceres, que revogue os atos administrativos eivados de vício, conforme as razões constantes do Voto do Conselheiro Relator, encaminhando-lhe fotocópias, devendo ainda exigir que os beneficiários das incorporações indevidas restituam aos cofres do Município todo o recurso recebido ilegalmente, sob pena de responsabilidade solidária. "***

*d) Que a servidora na data de 12 de maio de 2008, por meio de requerimento protocolizado sob nº 9714 solicitou da administração pública municipal incorporação a sua remuneração nos seguintes termos: "–****Que seja incorporado, definitivamente à remuneração do cargo, as vantagens pecuniárias da função mais alta desempenhada****, nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal".***

Pelo todo exposto, ficou demonstrado que esta Comissão Processante desde o início da análise deste Processo Administrativo Disciplinar, proporcionou à servidora e a sua defesa técnica a ampla defesa e o contraditório com os meios de provas em direito admitidas, nesses termos, **DESCONHECEMOS** as alegações da defesa técnica quanto ao ***Cerceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento***, pelo fato da servidora ter sido **CITADA** com descrição de todas as acusações existentes no presente PAD, recebendo no mesmo ato, cópia de todo o Processo Administrativo Disciplinar.

Por essas razões, entendemos que as arguições da defesa são equivocadas, uma vez que utilizou do rito processual de Processo Administrativo Disciplinar na esfera Federal para contestar o rito processual de Processo Administrativo Disciplinar na esfera municipal, a qual deve ser regida por Lei própria, como ponderado pela própria defesa técnica da servidora às (fls.189/191) dos autos.

E, a **luz desses mesmos argumentos** que oportunamente descreveremos *abaixo,* ao final posicionaremos quanto a essas manifestações.

6.2 Decadência do direito de aplicar a pena.

Descrição da Manifestação da Defesa Técnica (fls. 189/191) dos autos, em *litteris*:

"Ressalte-se, que a Lei Federal nº 9.784/99, aplica subsidiariamente apenas em relação a Lei Federal nº 8.112/90, que criou o Regime Jurídico Único dos Servidores Público Federais.

A Controladoria Geral da União interpretando o disposto no artigo 26, § 3º, da Lei Federal nº 9.784/99 criou o Enunciado nº 10, flexibilizando as regras de intimação prevista no referido artigo, afim de permitir a intimação por mensagem eletrônica ***nos processos administrativos no âmbito da Administração Federal.***

Ora! Se o preâmbulo da Lei nº 9.784/99 informa que esta lei é aplicada no Âmbito da Administração Pública Federal, ***significa que não pode ser aplicada no âmbito da Administração Pública Municipal, por serem Entes Federados distintos****.*

Assim, tanto a Lei Federal nº 8.112/90 quanto a Lei Federal nº 9.784/99 e o Enunciado nº 10 da Controladoria Geral da União só podem ser aplicada no âmbito da Administração Pública Federal e em relação aos servidores públicos federais, ***SENDO PROIBIDO*** *a sua aplicação no âmbito de outro ente federado, ou seja****, não poderá ser aplicada a processos administrativos instaurados e processados no âmbito da Administração Municipal.***

Desta forma, apenas a Lei Municipal nº 25/97 poderá ser aplicada, para regular o rito, processamento e as formas em que serão realizadas as intimações da acusada, das testemunhas e das advogadas de defesa, ***sob pena, de nulidade do ato praticado por causar cerceamento do direito constitucional da ampla defesa,*** *previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.*

(...)

Dessa forma, outro caminho não há, senão o de alinhar ao entendimento da defesa técnica conforme descrito acima, para **DESCONHECER** também suas alegações quanto **ao item 6.2, da "D*ecadência do direito de aplicar a pena",***pois restouevidenciado quea Administração Pública Municipal ao instaurar o presente PAD, amparou-se no manto da legalidade esculpido na Lei Especial Complementar nº 25/1997, artigo 135 que dispõe da seguinte forma*:*

"A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade "

Diante do exposto e, em concordância com os termos das Leis citadas acima, **NÃO RECONHECEMOS** suas alegações quanto:

1) ***Ao cerceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento, e;***

2) Da decadência do direito de aplicar a pena

Por se tratar de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Administração Pública Municipal, regido por Lei própria (nº 25/1997). Nada mais foi arguido em fase de alegações finais quanto a esses fatos, prosseguimos com a análise e relatório final.

6.3 Do Cerceamento de defesa pela ausência de redesignação da oitiva da testemunha:

Quanto a esta manifestação, ressalta-se que a Comissão Processante já posicionou referente a oitiva da testemunha Jucyara da Costa Sortica, Tratando de matéria já debatida preteritamente. Porém, traremos a baila os fatos que levaram esta Comissão Processante deliberar pela substituição da referida testemunha, conforme demonstraremos na íntegra em *litteris*:

1º Fato:

Em fase de Defesa Prévia as (fls.159) dos autos, foi requerido pela defesa técnica a oitiva de 05 (cinco) testemunhas, dentre elas a servidora Jucyara Costa Sortica.

2º Fato:

Em despacho à Defesa Prévia, esta Comissão Processante as (fls.173) dos autos, deferiu as oitivas das testemunhas arroladas pela defesa, designando a oitiva da servidora Jucyara Costa Sortica para o dia 30 de junho de 2016 às 15 horas e 30 minutos.

3º Fato:

Intimada atestemunha Jucyara Costa Sortica para a sua oitiva conforme intimação juntado às (fls.185) dos autos.

4º Fato:

As oitivas das testemunhas designadas para a data de 30 de junho de 2016, não ocorreram, pelo fato das advogadas de defesa residirem em Cuiabá, e, não darem recebimentos às intimações encaminhadas por meio eletrônico (E-mail) conforme documentos comprobatórios juntados às (fls. 177/180) dos autos.

5º Fato:

Diante da dificuldade de intimar a defesa técnica, esta Comissão Processante reuniu e deliberou conforme registro em Ata nº 016/2016/CPIAD, juntado às (fls.188) dos autos, a qual descreveremos na íntegra *in verbis:*

ATA DE REUNIÃO Nº 016/2016/CPIAD

Aos 30 (trinta dias) dias do mês de junho de 2016, às 16 horas, na sala de Comissões de Sindicância e Inquérito, instalada junto à Secretaria Municipal de Governo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, Vila Mariana-COC, Cáceres/MT, reúne a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar - CPIAD, nomeada pela Portaria nº 598 de 16 de dezembro de 2015, com a presença dos membros, senhora Odenise Jara Gomes Lente (presidente), senhor Benedito da Cunha e Silva Filho (secretário) e senhora Fátima Arruda da Silva(membra), para registrar que nesta data (30/06/2016) estava agendado as oitivas das testemunhas arroladas pela defesa técnica da servidora **Luciana de Souza Gattass Crepaldi** citada nos PADs nº 027/2015 e 009/2016. Anota-se que a servidora inquirida foi cientificada por meio do Despacho proferido pela CPIAD na defesa prévia e, no recebimento do mesmo a servidora recusou cientificar as intimações das testemunhas. Para fins de esclarecimentos, informamos que esta Comissão Processante utiliza de enviar para a servidora e a advogada constituída uma via das intimações que são encaminhadas para as testemunhas, e, na via da Comissão, são coletadas as assinaturas da servidora, da defesa e das testemunhas, objetivando comprovar que as partes foram comunicadas e posteriormente são juntados aos autos. Quanto a defesa técnica da servidora precisamos registrar que esta não cientificou recebimentos dos documentos, pelo fato da mesma estar sendo intimada por meio eletrônico (e-mail) conforme registro, acostados às fls. (177;178;179;180), dos autos, e até o presente momento não acusou o recebimento dos mesmos. Nos dias 27 e 28 deste mês, por meio do telefone fixo (65-3644 7444-3642 5478) realizamos contato com a secretária (Diana) do escritório da advogada Ana Lúcia Ricarte, a qual nos informou que recebeu os e-mails, porém, a advogada encontrava-se de viagem estando incomunicável, e que ao retornar na quarta feira (29/06/2016), passaria os e-mails recebidos. Enfatiza-se a dificuldade de contato com a advogada constituída aos autos, pela situação fática da mesma residir na cidade de Cuiabá, localizado aproximadamente 240 km desta cidade de Cáceres, e, nas tentativas por meio do endereço eletrônico e do telefone informados aos autos, não obtivemos êxito. Por todo o exposto ficaram frustradas as oitivas das testemunhas arroladas pela defesa, principalmente pela mesma não acusar o recebimento dos documentos enviados em seu endereço eletrônico. Ressalta-se com estranheza que nenhuma das testemunhas intimadas compareceram ou justificaram a ausência, bem como, não compareceu também a servidora indigitada. Por todo justificado acima e, em homenagem a ampla defesa e o contraditório, DELIBERAMOS: a) **REDESIGNAR AS OITIVAS DAS TESTEMUNHAS arroladas pela servidora para o dia 12 do mês de julho/2016,** nos seguintes horários e ordem; **1ª** Humberto de Pinho Garcia - às 13 horas e 30 minutos; **2ª** Iram Fardim Caetano - às 14 horas; **3ª** Mário Márcio Ferreira - às 14 horas e 30 minutos; **4ª** Aldo César da Silva Ortiz - às 15 horas; **5ª** Jucyara Costa Sortica - às 15 horas e 30 minutos. b) **NOTIFICAR** a servidora inquirida e a sua defesa técnica da nova data e horários das oitivas das testemunhas; c) **INTIMAR** novamente as testemunhas. Nada mais a tratar, encerra-se esta reunião.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

FÁTIMA ARRUDA DA SILVA

Membra da CPIAD

BENEDITO DA CUNHA E SILVA FILHO

Secretário da CPIAD

6º Fato:

Os membros desta Comissão Processante realizaram diligência até Cuiabá na data de 07 de julho de 2016, intimando e encaminhando documentos a Defesa Técnica, referentes aos trabalhos e deliberações realizados por esta CPIAD, conforme consta às fls. 187/188v dos autos.

7º Fato:

Mais uma vez a testemunha arrolada pela defesa, senhora Jucyara Costa Sortica foi intimada para sua oitiva na data de 12 de julho de 2016 às 15 horas e 30 minutos, conforme intimação juntado às (fls.192) dos autos.

8º Fato:

No dia 12 de julho de 2016, às 14 horas e 20 minutos foi dado início a oitiva da testemunha arrolada pela defesa, senhor Mário Márcio Ferreira, e, ao finalizar a oitiva, foi oportunizado à defesa manifestar-se, as quais fizeram nos seguintes termos descritos abaixo:

"considerando a não intimação da testemunha Humberto de Pinho Garcia, ***requer a redesignação de data de sua oitiva, bem como da testemunha Jucyara da Costa Sortica de Souza que encontra-se doente de atestado médico, neste ato do qual pede juntada dos referidos documentos aos autos*** *do Processo Administrativo Disciplinar****".***

9º Fato:

O pedido das Advogadas foi aceito por esta Comissão Processante, que designou as oitivas das testemunhas Humberto de Pinho Garcia e Jucyara da Costa Sortica para o dia 09/08/2016.

10º Fato:

Em Ata de reunião nº 021/2016, esta Comissão Processante deliberou interrogar a servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi no dia 09/08/2016, às 14 horas.

11 Fato:

Ao verso das fls. 204 dos autos, a defesa técnica requereu redesignação de data das oitivas e do interrogatório para o dia 22/08/2016, pelo fato de ter compromissos já agendados para essa data. Requerimento esse deferido pela Comissão Processante que redesignou as oitivas das testemunhas e o interrogatório da servidora acusada para a data de 22/08/2016.

12 Fato:

Mais uma vez a senhora Jucyara da Costa Sortica foi intimada para sua oitiva, redesignada para o dia 22/08/2016, às 9 horas e 20 minutos, as (fls. 209) dos autos.

13 Fato:

No dia 19/08/2016, foi entregue à esta Comissão Processante em nome de Jucyara Costa Sortica, os seguintes documentos acostado às fls.235/238 dos autos: Relatório Médico; Portaria nº 195/2016-Previ-Cáceres; Cópia da publicação da Portaria nº 195/2016-Previ-Cáceres na AMM. No relatório médico consta o seguinte teor:

Cáceres-MT 01 de agosto de 2016

RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE SENHORA JUCYARA COSTA SORTICA DE SOUZA, 62 ANOS, REFERE QUADRO CLÍNICO DE LOMBOCIATALGIA E CERVICO-BRAQUIALGIA CRÔNICAS + POLIARTRALGIA + FADIGA + SONO NÃO RESTAURADOR. REFERE QUADRO DE DOR EM JOELHO ESQUERDO INTENSA REALIZOPU RNM (07;05/2015) HSL EVIDENCIADO ROTURA COMPLETA NA JUNÇÃO DO CORNO COM RAIZ POSTERIOR DO MENISCO MEDIAL, COM DEGENERAÇÃO INTRASSUBSTANCIAL DO CORNO POSTERIOR REMANESCENTE E EXTRUSÃO DO

CORPO MENISCAL EM RELAÇÃO A INTERLINHA ARTICULAR. ACENTUADA PERIMENISCITE (SINOVITE) ADJACENTE. AFILAMENTO DIFUSO DO REVESTIMETNO COM DRAL DO COMPARTIMENTO FEMOROTIBIAL MEDIAL REALIZOU USG (16/12/2014) OMBRO ESQUERDO BURSITE + TENDINOPATIA DO SUBESCAPULAR + TENDINITE + RX DE COLUNA LOMBAR COM SINAIS DE OSTEOARTROSE.

RELATA INCAPACIDADE DE REALIZAR SUAS ATIVIDADES LABORAIS/BRAÇAIS PELO QUADRO ÁUGICO E PELO QUADRO DE LIMITAÇÃO. SOLICITA AVALIAÇÃO PERÍCIA MÉDICA, SUGIRO AFASTAMETNO DE SUAS ATIVIDADES POR TEMPO INDETERMINADO PARA TRATAMENTO MÉDICO.

CID: M54.5+M 54.2+R52.2+M79.7+M65.8+M75.5.

(...)

VICENTE PALMIRO LIMA

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

CRM/MT-7695

14 Fato:

Às (fls.241/v) consta Ata de interrogatório, onde esta Comissão Processante Despachou nos seguintes termos:

"(...)

Tendo em vista o estado clínico da testemunha Jucyara Costa Sortica de Souza, arrolada pela servidora indigitada, que por duas vezes foi intimada para comparecer como testemunha aos atos administrativos no presente PAD, porém, não compareceu e apresentou atestados médicos que demonstram a gravidade de seu estado de saúde, conforme acostado às fls. 198/200 e 235 dos autos, e sendo ônus da defesa apresentar suas testemunhas independente de intimação, fica desde já, **NOTIFICADA** a defesa da servidora inquirida para que dentro do prazo de 10 (dez) dias, justifique a importância da oitiva da testemunha JUCYARA COSTA SORTICA, e, quais serão os possíveis prejuízos que ocasionará a parte caso esta não venha a comparecer aos próximos atos. Caso não seja justificada a importância da oitiva da referida testemunha, para fins de instrução e esclarecimentos, dentro do prazo previsto de dez dias, que proceda a defesa técnica a substituição da testemunha arrolada, em homenagem a ampla defesa e o contraditório e, após redesignaremos uma nova data para o interrogatório da servidora inquirida. Após o prazo legal, retorne os autos concluso para posteriores deliberações. (...)".

15 Fato:

Às (fls. 243/244) em resposta ao Despacho a Defesa Técnica manifestou da seguinte forma:

***"LUCIANA DE SOUZA GATTASS,** já qualificada nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO em epígrafe, por meio de suas advogadas ao final assinadas, vem perante Vossa Excelência expor e requerer o que adiante segue.*

No dia 22/08/2016, esta Douta Comissão Processante intimou a investigada na pessoa de suas advogadas, para que justificasse a importância do depoimento da testemunha Jucyara Costa Sortica.

Cumpre esclarecer, que o depoimento da testemunha acima referida é de suma importância, pois a referida testemunha comprovará que a Investigada, trabalhou na função que incorporou durante todo o tempo exigido pelo artigo 160 da Lei Complementar nº25/97.

Considerando que este PAD visa verificar a legalidade da incorporação da função gratificada, depoimento da testemunha Jucyara Costa Sortica é de suma importância.

Assim, o indeferimento da oitiva da testemunha Jucyara Costa Sortica causará cerceamento do direito de defesa da Investigada.

Posto isso, requer a designação de nova data para a oitiva da testemunha Jucyara Costa Sortica.

Nestes termos pede deferimento.

ANA LÚCIA RICARTE

Advogada – OAB/MT 4.411

DENISE COSTA SANTOS BORRALHO,

Advogada – OAB/MT 3.607

16 Fato:

Diante da manifestação da Defesa descrito acima, onde arguiu sobre a importância da oitiva da testemunha Jucyara Costa Sortica, esta Comissão Processante às (fls.247/250v), despachou conforme descrito *in verbis:*

DESPACHO

PRIMEIRO FATO - DISPENSA DE TESTEMUNHA:

Trata-se de procedimento administrativo disciplinar onde ao realizar audiência de instrução foi constatada a ausência de uma das testemunhas arroladas pela defesa da servidora indigitada. Ressaltando que em fase de recebimento da defesa preliminar, a defesa técnica da servidora arrolou suas testemunhas o qual foi deferido de plano por esta Comissão Processante conforme consta as (fls. 173) dos autos.

Torna-se imperioso descrever que por diversas vezes esta Comissão Processante tentou realizar a intimação das partes utilizando meio eletrônico - e-mail, todavia, estas restaram frustradas. Evidente que a comunicação dos atos administrativos por meio eletrônico ainda não foi regulamentado pela Administração Pública Municipal, todavia, é a tendência a ser adotada em breve diante da era digital, ressaltando que se tal forma fosse utilizada para intimar as advogadas da servidora, não ocasionaria tantos gastos "oneração" aos cofres públicos com diligências entre outros para intimá-las na Comarca da Capital, pois evidente que as advogadas militam em outra Comarca, fato este que sem sombra de dúvidas não contribui com celeridade deste procedimento.

Dando prosseguimento ao feito, esta Comissão notificou a parte inquirida e sua defesa - pessoalmente, bem como pela segunda vez as testemunhas arroladas, para comparecem na audiência de instrução que se realizou na data de 12/07/2016, no período vespertino, com início às 13h:30min, sendo ouvidas 03 (três) testemunhas das 05 (cinco) arroladas pela defesa da servidora.

Redesignada uma nova audiência para ouvir as testemunhas faltantes, pois a testemunha Jucyara da Costa Sortica apresentou atestado médico e a testemunha Humberto de Pinho Garcia foi justificado a ausência diante do gozo de férias, encontrando-se em viajem na referida data.

Na data aprazada para ouvir as referidas testemunhas, ou seja, segunda audiência, pois, foram devidamente intimadas, conforme consta às (fls. 208/209), compareceu apenas a testemunha Humberto de Pinho Garcia, que foi ouvido às (fls. 239) dos autos.

Entretanto, a testemunha Jucyara da Costa Sortica, mais uma vez não compareceu à audiência, justificando a sua ausência por meio de atestados médicos, que atestam ser a mesma portadora das seguintes patologias: CID: M54.5, M54.2, R52.2, M79.7, M65.8, M75.5.

Sendo assim, restou evidente que a referida testemunha encontra-se nesse momento, fisicamente debilitada para comparecer aos atos administrativos conforme afirmado pela própria defesa, não sendo crível protelar a instrução deste procedimento para somente aguardar uma única testemunha que a princípio trata-se de testemunha indireta do fato *de "auditu"* são aquelas testemunhas "por ouvir dizer", que ouviram dizer sobre os fatos, ou seja, nada poderá contribuir, pois as apurações do presente procedimento é referente somente ao direito material, atos administrativos, que já encontram inseridos aos autos. Por mais que a testemunha/servidora tenha trabalhado juntamente com a servidora indigitada no período em que esta exerceu cargo em Comissão, tal fato não caracteriza sua participação nos atos administrativos de incorporação.

Além do mais, a Corte Superior de Justiça – STJ firmou entendimento segundo o qual a denegação da oitiva de testemunhas não constitui cerceamento de defesa, quando o indeferimento por parte da Comissão Processante for motivado no satisfatório conjunto probatório para a elucidação dos fatos ou nas hipóteses em que, não obstante sucessivas diligências, a testemunha não tenha sido encontrada ou, ainda que intimada, tenha deixado de comparecer à audiência, *in verbis*:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. INQUÉRITO DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO. CONTADOR JUDICIAL. SUSPENSÃO POR TRINTA DIAS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 131, 458, II, E 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO IMPETRADO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. REJEIÇÃO DA OITIVA DE DUAS TESTEMUNHAS, APÓS SUCESSIVAS TENTATIVAS. RESPEITO À AMPLA DEFESA. DEVIDA MOTIVAÇÃO DO ATO DE SUSPENSÃO. [...] 4. ***Tendo a Comissão de Inquérito Disciplinar fundamentado apropriadamente a rejeição ao pedido de produção de prova testemunhal feito pelo impetrante, bem como intimado as testemunhas para comparecer às sucessivas audiências designadas para sua oitiva, não há falar em cerceamento de defesa.*** *[...] 6. Aplicação da penalidade disciplinar de suspensão devidamente motivada pela existência de provas suficientes da prática das infrações que serviram de fundamento para o ato impetrado. 7. Recurso ordinário improvido. (RMS 23974⁄ES. Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Sexta Turma. DJe 01.06.2011). (grifo nosso).*

Na hipótese vertente, caso esta Comissão Processante realize o sobrestamento do feito para fins de aguardar a melhora do quadro clínico da testemunha Jucyara, estaria deixando prevalecer o direito particular sobre o direito público, pois é de interesse da administração pública municipal, rever os seus atos quando sobre estes possuem evidencias de ilegalidade administrativa.

Além do mais, até então a defesa não demonstrou a "suma importância" da testemunha Jucyara, pois, refere que esta tem o conhecimento do tempo em que a servidora exerceu cargo em Comissão. Sobre a situação em comento (incorporação), nos próprios autos constam documentos que comprovam e demonstram todo o período em que a servidora esteve investida no cargo em comissão, ou seja, o exercício do cargo em si, não é matéria de apreço do presente PAD, pois tal fato resta incontroverso.

Somente para fins de esclarecimentos, informamos que a matéria em análise é a mesma que baseia a Portaria de instauração, que consequentemente deu causa a ATA de deliberação e análise do feito onde consta a carta de citação, ou seja, todos tratam somente da LEGALIDADE do ato de incorporação, precisamente, no que se refere a questão da forma que se procedeu e se atendeu aos requisitos exigidos na legislação que a regulamentava, evidente assim, que não vem sendo abordada somente a matéria temporal (tempo de investidura no cargo em comissão), conforme vem querendo demonstrar a defesa da servidora, devido as provas constantes aos autos que demonstram que a servidora quando pleiteou a sua incorporação já possuía 1/3 de tempo de serviço para fins de aposentadoria voluntária, matéria está já reconhecida pela própria administração municipal por meio da ficha funcional acostada às fls. 12/17, 20/21 e 211/234.

Insistir na produção de prova testemunhal que não tem conhecimento específico sobre os atos que deram causa a incorporação, (sujeito estranho ao procedimento em análise), poderá demonstrar interesse em procrastinar este procedimento, por meio da indicação e insistência na oitiva de testemunhas que nada tem a acrescentar sobre o fato.

Destacamos que em casos semelhantes já se posicionou os Tribunais Superiores, *litteris*:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SUSPENSÃO POR 30 DIAS. CONVERSÃO EM MULTA. ILEGALIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NÃO COMPROVAÇÃO. INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA SEM A PRESENÇA DO PROCESSADO. REINQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA. DESPACHO DE INDICIAÇÃO SUBSCRITO PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

I - ***Apenas se proclama a nulidade de um ato processual quando houver efetiva demonstração de prejuízo à defesa, o que não ocorreu na hipótese dos autos****, sendo aplicável o princípio do pas de nullité sans grief.*

II - Intimado o processado para comparecer ao depoimento de testemunha e não o tendo feito, tampouco tendo justificado antecipadamente o motivo do não comparecimento ou requerido adiamento, não tem o direito de reclamar nova inquirição.

III - ***A Presidente da Comissão Processante pode indeferir pedido de reinquirição de testemunha quando se mostrar dispensável diante do conjunto probatório, como constatado na espécie****.*

IV - Não se verifica afronta ao devido processo legal se o despacho de indiciação do impetrante foi subscrito unicamente pela Presidente da Comissão Processante, quando precedido de deliberação conjunta sobre a sua elaboração.

V - Ordem denegada. (MS 15.111⁄DF, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13⁄12⁄2010, DJe 16⁄12⁄2010). (grifo nosso).

Nesse mesmo sentido já se posicionou o STF, *in verbis*:

A inquirição de testemunha referida, quando postulada por qualquer das partes, não constitui atividade processual vinculada do magistrado, que exerce, nesse tema, poderes discricionários resultantes da lei (CPP, art. 209 § 1º). ***As pessoas a que as testemunhas se referirem somente serão ouvidas se ao juiz parecer conveniente. A necessidade e a conveniência dessa diligência probatória sujeitam-se plenamente, à avaliação discricionária do magistrado, o qual, no entanto, obriga-se a motivar as razões do seu indeferimento. Assim, a recusa judicial, desde que fundamentadamente manifestada, não configura cerceamento de defesa****.* (BRASIL. HC 68.032-1 - SP - STF - 1ª Turma - Rel. Ministro Celso de Mello - RT 658,391). (grifo nosso).

Desse modo, **DENEGAMOS** o pedido da defesa que insiste em ouvir a testemunha JUCYARA DA COSTA SORTICA, e consequentemente dispensamos a sua oitiva pelas razões fáticas e de direito acima expendidos, abrindo prazo para a defesa da servidora substituí-la dentro do prazo de 05 (cinco) dias, caso não manifeste dentro do prazo previsto, volte os autos concluso para fins de deliberação.

2.SEGUNDO FATO – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR:

A defesa da servidora realizou pedido de SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR até que a servidora indigitada restabeleça a sua enfermidade mental, pois segundo os atestados médicos anexos aos autos a servidora é portadora da patologia CID: F333 - Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos.

Para tanto, a defesa de forma subsidiária cita as regras do art. 152, do CPP, que **é aplicado somente quando a pessoa acusada desenvolve a doença após o cometimento da infração**.

Quanto ao pedido em tela, entendemos que não restou demonstrado no relatório médico **a data de início da doença informada,** e, se a servidora se encontra incapaz para os atos da vida civil, ou seja, para comprovação de todo o alegado faz-se necessário perícia médica para auferir o grau de incapacidade e o discernimento da servidora pública.

Ressaltamos ainda, que a doença desenvolvida é de caráter temporário e pode ser resolvida por meio de tratamento paliativo, além disso, a Lei exige (art. 152 – CPP), como pressuposto, a existência de doença **após o**

cometimento da infração e não a aceitação de doença preexistente, *in verbis*:

Art. 152. Se se verificar que a doença mental **sobreveio** à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, observado o § 2o do art. 149.

E outra, a lei prevê a nomeação de curador especial para os casos de alienação mental "grave" - (incapacidade para os atos da vida civil), o que não foi demonstrado até o presente momento.

Além do mais, no caso sob exame, qualquer tipo de arguição de incapacidade da parte inquirida, **deve ser requerido e analisado em apartado (apenso) aos autos, e não dentro do procedimento conforme feito**.

Nesse sentido, dispõe o Código de Processo Penal, *in verbis*:

Art. 153. ***O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado****, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.*

A Lei Especial (25/1997), razoa:

Art. 226 *Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá a autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.*

Parágrafo único - **O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal após a expedição do laudo pericial**.

Evidente ainda, que se a Lei Especial nº. 25/1997, regulamenta a forma e o procedimento adotado nos casos de incapacidade mental, ou seja, não é crível a aplicação das regras previstas em leis subsidiárias.

Diante do exposto, e por não restar demonstrada a incapacidade "mental" de forma total e permanente da servidora, **e por não ser este o meio adequado de se apurar a incapacidade alegada, e sim, de forma apartada conforme dispõe os termos do § único do art. 226, da Lei nº. 25/1997**, DENEGAMOS a ordem, dando prosseguimento ao presente feito.

DECIDIMOS:

INDEFERIR o pedido da defesa que insiste em ouvir a testemunha JUCYARA DA COSTA SORTICA, e consequentemente dispensamos a sua oitiva pelas razões fáticas e de direito acima expendidos, abrindo prazo para a defesa da servidora substituí-la dentro do prazo de 05 (cinco) dias, caso não manifeste dentro do prazo estipulado, volte os autos concluso para fins de deliberação.

INDEFERIR o pedido de SUSPENSÃO DO PRESENTE PAD - por não restar demonstrada a incapacidade "mental" de forma total e permanente da servidora, **e por não ser este o meio adequado de se apurar a incapacidade alegada, que deve proceder de forma apartada conforme dispõe os termos do § único do art. 226, da Lei nº. 25/1997**.

Sendo assim, damos prosseguimento ao presente feito, para que seja a servidora e suas advogadas intimadas para comparecerem a audiência de oitiva de testemunha, caso seja substituída a senhora Jucyara Sortica **no dia 21/10/2016 às 13 horas e 30 minutos (13h30**) e ointerrogatório da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi no **dia 21/10/2016 às 14 horas (14h),** que será realizado nasala de Comissões de Sindicância e Inquérito, localizada na Secretaria Municipal de Governo, na Sede da Prefeitura Municipal de Cáceres/COC, sito a avenida Getúlio Vargas em Cáceres - MT.

Nada mais requerido.

Intima-se com urgência.

Cáceres – MT, 03 de outubro de 2016.

(...)

17 Fato

Após a intimação com cópia do Despacho citado acima, a Defesa Técnica manifestou (fls. 254) da seguinte forma descrita, *in verbis*:

"LUCIANA DE SOUZA GATTASS, *já qualificada nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO em epígrafe, por meio de suas advogadas ao final assinadas, vem perante Vossa Excelência expor e requerer o que adiante segue.*

No dia 13/08/2016, as Advogadas foram notificadas da designação de audiência para oitiva de testemunha e depoimento pessoal da requerente na data de 21/10/2016.

Ocorrre que na data de 21.10.2016 as advogadas estarão na cidade de São Paulo para um Congresso e compromissos do escritório, sendo que ambas sairão de Cuiabá no dia 16 de outubro de 2016 e retornarão no dia 23.10.2016.

Diante do acima exposto, requer a Vossa Excelência que redesigne a audiência para o dia 01.11.2016.

Termos em que,

Pede e espera deferimento

Ana Lúcia Ricarte"

OAB/MT 4.411.

Pois bem,

Em Despacho ao requerimento da defesa, esta Comissão processante posicionou nos seguintes termos, *litteris:*

DESPACHO.

Conforme despacho (fls. 247/250) dos autos, foi deliberado para ser ouvida perante esta CPIAD na data de 21/10/2016 a testemunha a ser substituída pela defesa, bem como o interrogatório da servidora acusada Luciana de Souza Gattass Crepaldi.

Intimadas as partes (fls. 251/252) dos autos, esta Comissão Processante recebeu petição da defesa técnica requerendo redesignação de data para o interrogatório da servidora pelo motivo das mesmas (advogadas) terem compromisso firmado para esse dia (petição recebida por meio eletrônico/e-mail), juntado aos autos (fls.253/254).

No peticionado pela defesa técnica, constatamos que a mesma não realizou a substituição da testemunha Jucyara da Costa Sortica, dessa forma recebemos o pedido de redesignação do interrogatório da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, e, deferimos para a dia **01/11/2016 às 14 horas**.

Nada mais requerido.

Intima-se com urgência.

Cáceres – MT, 14 de outubro de 2016.

(...)

Ressalta-se que a Defesa Técnica, no uso da ampla defesa, não manifestou quanto o indeferimento da oitiva da testemunha Jucyara Costa Sortica, e, nem apresentou a substituição da mesma, manifestando somente no sentido de redesignação do interrogatório da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, o qual foi deferido por esta Comissão Processante.

Utilizando dos mesmos argumentos debatidos anteriormente quanto ao fato, ressaltando ainda que a Defesa Técnica quedou-se no momento de manifestação, deixando os prazos transcorrerem *in albis*, **NÃO RECONHECEMOS** sua arguição quanto "***Cerceamento de defesa pela ausência de redesignação da oitiva da testemunha*****"**, prosseguimos com a análise e relatório final.

6.4 Quanto a falta de acusação clara e específica:

Quanto ao fato rebatido pela defesa em que não houve a especificação detalhada das acusações à servidora, este não procede, pois, a Carta de Citação Administrativa (fls.121/122v) pontuou todas as irregularidades apre-

sentadas em desfavor da servidora, conforme já haviam ficados especificadas na Ata nº 007/2016-CPIAD, (fls.113/120v) recebidos pela servidora na data de 10/05/2016 (fls.121).

Da arguição em que a Comissão Processante não foi clara e muito menos específica, cerceando a defesa por não ter conhecimento dos fatos pelo qual tem que se defender, **essa não procede, pois, a própria defesa técnica em suas alegações finais pontua as acusações** existentes em desfavor da servidora, nos seguintes termos:

"(...). No presente caso não houve a tipificação, e o que é pior ***o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado porque entendeu-se que a servidora recebe gratificação que foi incorporado de forma irregular,*** *(...)".* Grifos nosso.

*"****O objeto deste Processo administrativo é também objeto de Ação Civil Pública que discute a legalidade e regularidade da incorporação da Função Gratificada,*** *o qual ainda não foi julgado pela primeira instância".* Grifos nosso.

"Cumpre esclarecer que, o ato de formular e protocolizar pedido de concessão de qualquer benefício, inclusive o de incorporação de função gratificada, ***é um ato atípico, diante disto, despido de qualquer antijuridicidade****, o qual por si só nunca gerará prejuízo ao erário".* Grifos nosso.

"Além disso, ***o ato de requerer a concessão de benefício funcional não exige da Requerente conhecimento da plausibilidade do seu direito****, pois o ato de análise de sua possibilidade jurídica e do preenchimento dos requisitos, para a sua concessão será realizado por um dos Procuradores Municipais, (...)".* Grifos nosso.

"(...). Assim, ***qualquer discussão referente a irregularidade na concessão de incorporação da função gratificada****, deve restringir aos Atos realizados pelo Procurador Municipal que emitiu Parecer favorável e conclusivo, e pelo Prefeito Municipal que ao conceder o benefício (...)".* Grifos nosso.

"Cumpre esclarecer, que ***a Acusada faz jus ao benefício concedido*** *uma vez que possui período suficiente, para garantir a referida incorporação (.. .)".* Grifos nosso.

"Quanto ao ***questionamento da incorporação ter sido efetuada na função mais alta desempenhada pela Acusada****, por considerar a Comissão Processante que este direito assiste apenas quem permaneceu na função gratificada mais alta por 05 anos(...)".* Grifos nosso.

"(...) está devidamente demonstrado que a época em que foi deferido a incorporação da função gratificada, ***a Acusada preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997".*** Grifos nosso.

"(...) requer a absolvição da Acusada dos fatos a ela imputados, haja vista que a Acusada a época da incorporação ***preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997, para a obtenção do benefício nele previsto"****.* Grifos nosso.

Diante do fato que a própria defesa em alegações finais trouxe de forma pontuada as acusações existentes no presente PAD, **NÃO RECONHECEMOS** sua arguição quanto "**A falta de acusação clara e específica"**, por ser evasiva e infundada, e tal afirmação, contradiz o próprio mérito da defesa.

Sem mais a tratar nesta manifestação, damos prosseguimento a análise.

6.5 Da ausência de tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade

A defesa rebate que o Processo Administrativo Disciplinar não apresentou a tipicidade da infração e nem a antijuridicidade praticada pela servidora, afirmando que para abertura de Processo Administrativo Disciplinar é necessário que a servidora tenha praticado um ato ou uma omissão, e, que o PAD é instaurado com a finalidade única e exclusiva de apurar infrações administrativas praticadas pela servidora, visando a sua punição na esfera administrativa conforme se depreende do teor do artigo 208 da Lei Complementar 25/1997, **manifesta que o ato de formular e protocolizar pedido de concessão de qualquer benefício, inclusive o de incorporação de função gratificada, é um ato atípico, diante disto, despido de qualquer antijuridicidade, o qual por si só nunca gerará prejuízo ao erário.**

Pois bem.

Ao analisarmos os documentos aos autos, constatamos que a servidora Luciana de Souza Gattass, exerceu funções gratificadas nos períodos conforme demostrado no quadro abaixo:

FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA Nº	PERÍODO	TEMPO APROXIMADO
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	074 de 12/04/ 1994	04/04/94 03/05/94	01 mês
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	102 de 19/05/94	05/05/94 01/09/94	04 meses
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	215 de 19/09/94	05/09/94 02/01/95	4 meses
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	008 de 23/01/95	05/01/95 02/01/97	2 anos
Coordenadora Geral da Sec. de Educação	006 de 09/01/96	28/12/95 20/01/96	01 meses/Concomitantescom a Portaria nº008/95
Assessora Pedagógica	125 de 02/09/98	01/08/98 31/03/99	8 meses
Diretora Executiva da Fundação Cultural de Cáceres	063 de 19/04/ 2000	14/03/ 2000 30/ 01/2001	11 meses
Chefe de Divisão de Capacitação de Docentes	064 de 02/04/ 2002	17/01/ 2002 30/ 06/2004	2 anos e 4 meses
Cargo de Secretária Municipal de Educação	001 de 01/01/ 2005	01/01/ 2005 30/ 11/2005	11 meses
Cargo de Secretária Municipal de Educação	246 de 30/11/ 2005	01/12/ 2005 08/ 02/2008	2 anos e 02 meses
Divisão Administrativa	020 de 14/02/ 2008	14/02/ 2008 07/01/ 2009	10 meses e 29 dias
Decreto nº 442 de junho de 2008, resolve determinar a incorporação aos vencimentos da servidora, a partir de 01/06/2008			

Pelo quadro acima ficou demonstrado que a função com valor mais alto desempenhado pela servidora foi a de Secretária Municipal de Educação, incorporada a sua remuneração por meio do Decreto nº 442 de 24 de junho de 2008 acostado às fls. (18) dos autos, nos seguintes termos:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

DECRETO Nº 442

DE 24 DE JUNHO DE 2008

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob protocolo Geral sob o nº 9714, de 12 de maio de 2008, da Secretaria Municipal de Administração. grifos nosso

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar a incorporação aos vencimentos da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, professora Licenciada em Letras, das vantagens referentes ao exercício da função de Secretária Municipal de Educação, de acordo com a Lei Complementar 25, Artigo 160, Inciso I, a partir de 01/06/2008.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de junho de 2008.

RICARDO LUIZ HENRY

Prefeito Municipal

ZUBEIDE PEIXOTO AMBRÓSIO CURVO Secretária Municipal de Administração Interina Diante do Ato Administrativo citado acima, analisa-se que a servidora por meio de sua petição protocolizada sob nº 9714 datado de 12/05/2008, obteve êxito junto a Administração Pública Municipal na data de 24 de junho de 2008. Evidenciando que o seu pedido subsidiou o Ato Administrativo de incorporação da função gratificada, demonstrado no requerimento acostado às fls. (19) dos autos, *in verbis:*

ILUSTRÍSSIMA SENHORA

ZUBEIDE PEIXOTO AMBRÓSIO CURVO

M.D. SECRETÁRIA

LUCIANA DE SOUZA GATTASS CREPALDI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua das Seriemas, 136, Bairro Vila Mariana, funcionária pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cargo Professora Licenciada em Letras-Classe D Nível IV, vem a presença de Vossa Senhoria, expor e ao final requerer o quanto segue:

Considerando que o Estatuto do Servidor Público Municipal prevê a partir do artigo 159 e seguintes, os critérios sobre a gratificação pelo exercício da Função de Direção, Chefia, Assessoramento ou Assistência, devidos ao servidor, quando este exerce uma dessas funções.

Considerando que, desde seu ingresso nesta Municipalidade, a requerente vem exercendo atividades com função gratificada, conforme consta da Certidão de Tempo de serviço com Função Gratificada, apensa, contando mais de 10 anos alternados, até a presente data.

Considerando que a requerente, admitida nesta Municipalidade através de Concurso Público, conforme decreto de nomeação nº 23 de 25/01/1994, exerceu por mais de 03 anos consecutivos o Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Educação.

Diante do exposto, vem requerer:

Que seja incorporado, definitivamente à remuneração do cargo, as vantagens pecuniárias mais alta desempenhada, *nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal.*

N.Termos Espero Deferimento Cáceres-MT, 12 de maio de 2008. ***LUCIANA DE SOUZA GATTASS CREPALDI RG 767.429 SSP/MT e CPF 453.263.551-91***

Do peticionado pela servidora, e, do Ato Administrativo deferindo seu pedido, traremos o dispositivo legal que amparava as incorporações de Funções Gratificadas por servidores públicos da Prefeitura de Cáceres, nos seguintes termos, *in verbis:*

Lei Municipal nº 25/1997, incisos I e II,

Art. *160 "O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:*

I - a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II- o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

§ 1º *O servidor que após a incorporação, vier a fazer novamente jus a vencimentos da mesma espécie, perceberá apenas a diferença entre a incorporação e esta, se maior, durante a sua permanência no cargo.*

§ 2º *Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.*

§ 3º *Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o artigo 11, inciso II, inclusive quando exercido por servidor.*

§ 4º *- É vedada, sob qualquer pretexto, a incorporação da diferença referida no Parágrafo Primeiro".*

Diante do Princípio Legal citado, e, após análise ao tempo de serviço exercido pela servidora com função gratificada, restou evidente a ausência do cumprimento do inciso I do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997 para obtenção do pleito. Sendo assim, faz se necessário arrazoarmos sobre a Tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade debatido pela defesa.

Da Tipicidade da infração administrativa, observa-se que o Ato da Administração Pública Municipal ao conceder a incorporação de função gratificada à remuneração da servidora, teve como **FATO GERADOR** o**SEU REQUERIMENTO protocolizado sob o nº 9714**, de 12 de maio de 2008, ou seja, o teor REQUERIDO pela servidora, que pleiteou um benefício que não fazia jus.

Evidencia-se que a servidora não atentou ao princípio da **LEGALIDADE** ao requerer para si, um benefício sem a obtenção do direito. Dessa forma não podemos deixar de pontuar e descrever que o seu pedido causou danos ao cofre público Municipal.

Ressalta-se que no presente inquérito administrativo disciplinar, foi proporcionado a servidora a ampla defesa e o contraditório para fins de comprovação da regularidade e da legalidade da incorporação de função gratificada a sua remuneração, porém, no decorrer da instrução do presente Processo Administrativo, nada, absolutamente nada, a Defesa conseguiu referente ao mérito, **LEGALIDADE REGULARIDADE DA REFERIDA INCORPORAÇÃO**, pelo contrário, apresentou várias arguições processuais com o intuito de encerrar este procedimento pela existência de vício em sua forma, todavia, todos os seus argumentos não foram acolhidos pela falta de consistência.

Em fase de alegações finais a defesa manifesta que a servidora faz jus a incorporação e que preencheu os requisitos legais, porém, em nenhum momento descreveu o artigo 160 em sua íntegra equiparando-o com os requisitos preenchidos pela servidora na data em que requereu a incorporação.

Pois, dizer que preenche os requisitos legais e não o demonstrar limita a instrução do PAD por parte da Defesa, que, aparentemente busca ofuscar a nitidez da Lei (nº 25/1997), precisamente, o artigo 160, que dispõe de forma clara e precisa os requisitos necessários para obtenção de tal direito (incorporação de função gratificada). Por outro lado, entendemos sim, que a servidora não concedeu para si a incorporação da função gratificada, pois tal ato cabia e cabe apenas ao Executivo Municipal, conforme lhe confere as Leis mencionadas no Decreto nº 442/2008.

Prosseguindo, entendemos que, se a servidora não tivesse requerido a incorporação da função gratificada, o gestor por sua única vontade não a concederia, se o profissional responsável em exarar parecer técnico jurídico tivesse acusado imediatamente a ausência do direito da servidora, este teria advertido em seu parecer que a mesma não detinha direito do pleito.

Vejam só, se no decorrer da instrução deste PAD, a servidora demonstrasse que a incorporação da função gratificada a sua remuneração é legal e regular, seria reconhecido que o seu pedido também foi legal e regular, agora, se não foi demonstrado a legalidade e a regularidade da referida incorporação, então deve-se reconhecer que o pedido da servidora estava revestido de ilegalidade e irregularidade, pois foi esse requerimento que subsidiou o Ato Administrativo que ocasionou e ocasiona danos ao erário público municipal.

Nesse contexto, como a defesa manifesta que não existe tipificação de infração? Pois, é dever do servidor agir com lealdade e observar as normas legais e regulamentares, os quais são lecionados na Lei 25/1997, descritos *litteris:*

Art. *178 São deveres do servidor:*

(...)

II - ser leal à instituição que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

(...)".

Uma vez que a servidora utilizou do cargo público para peticionar um direito que não tinha adquirido, entendemos sim, que a servidora agiu com deslealdade e inobservância aos seus deveres, ainda mais agravante é que, esse ato, ocasionou ônus ao erário público, ação essa proibida na Lei 25/1997, abaixo descrito:

Art. *179 Ao servidor público é proibido: "(...) XII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública".* Quanto a Antijuridicidade manifestada, entendemos que a conduta da servidora feriu os princípios legais, conforme mencionado acima, sendo passível de penalidades, pois, conforme o artigo 191 da Lei 25/1997, "*a responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo e comissivo praticado no desempenho do cargo ou função"*, e, **a servidora ao requer para si um direito não adquirido, deu causa a um ato ilegal que deve ser revisto, bem como revogado, e, os que de certa forma contribuíram com tal ilegalidade, punidos em procedimento próprio, e quanto a servidora que se beneficiou do ato ilegal que ela mesma deu causa, que seja aplicada uma pena pedagógica severa pela gravidade do fato e para que não sirva de incentivo para os demais servidores**.

Diante de todo o exposto acima, **NÃO RECONHECEMOS** a manifestação da defesa quanto "**Ausência de tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade",** prosseguindo com a análise e com o relatório.

6.6Do preenchimento dos requisitos para a concessão da incorporação da função gratificada.

Ao analisarmos o mérito, reportaremos aos requisitos que eram necessários para a incorporação da função gratificada, administrados no artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997.

No entendimento da Lei, para obter incorporação de função gratificada, a servidora deveria preencher os requisitos nela exigidos, sendo assim, para clareza, transparência na elucidação dos fatos imputados neste PAD, equipararemos o disposto na Lei, com os requisitos preenchidos pela servidora no ato do seu pedido de incorporação de função gratificada, vejamos abaixo.

1º requisito:

"Ser servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município".

Desse requisito, consta registrado na Ficha Funcional da servidora seu ingresso no Serviço Público Municipal por meio de provas, nomeada pelo Decreto nº 23 de 25 de janeiro de 1.994, ficando demonstrado que a mesma é efetiva como Professora Licenciada em Letras para o cargo de Técnica Nível Superior desta Prefeitura de Cáceres, evidenciou-se o preenchimento desse requisito legal.

2º requisito:

"que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo.

Para melhor entendimento das funções gratificadas exercidas pela servidora, faremos uma ilustração por meio do quadro abaixo:

FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA Nº	PERÍODO	TEMPO APROXIMADO
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	074 de 12/04/ 1994	04/04/94 03/05/94	01 mês
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	102 de 19/05/94	05/05/94 01/09/94	04 meses
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	215 de 19/09/94	05/09/94 02/01/95	4 meses
Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	008 de 23/01/95	05/01/95 02/01/97	2 anos
Coordenadora Geral da Sec. de Educação	006 de 09/01/96	28/12/95 20/01/96	01 meses/Concomitantescom a Portaria nº008/95
Assessora Pedagógica	125 de 02/09/98	01/08/98 31/03/99	8 meses
Diretora Executiva da Fundação Cultural de Cáceres	063 de 19/04/ 2000	14/03/ 2000 30/ 01/2001	11 meses
Chefe de Divisão de Capacitação de Docentes	064 de 02/04/ 2002	17/01/ 2002 30/ 06/2004	2 anos e 4 meses
Cargo de Secretária Municipal de Educação	001 de 01/01/ 2005	01/01/ 2005 30/ 11/2005	11 meses
Cargo de Secretária Municipal de Educação	246 de 30/11/ 2005	01/12/ 2005 08/ 02/2008	2 anos e 02 meses
Divisão Administrativa	020 de 14/02/ 2008	14/02/ 2008 07/01/ 2009	10 meses e 29 dias
Decreto nº 442 de junho de 2008, resolve determinar a incorporação aos vencimentos da servidora, a partir de 01/06/2008			

Evidenciou-se por meio dos documentos aos autos demonstrados no quadro acima que a servidora exerceu funções gratificadas por 10 (dez) anos alternados, preenchendo esse requisito.

3º requisito:

"a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos".

Analisa-se no mesmo quadro, que a servidora exerceu o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação no período de 01/01/2005 à 08/02/2008, totalizando 3 (três) anos e 01 (um) mês, ou seja, não exerceu esse cargo comissionado de valor mais alto durante 05 (cinco) anos. Sendo assim, a servidora não preencheu esse requisito.

4º requisito:

"o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária".

Segundo os registros na Ficha Funcional da servidora, sua admissão ocorreu em 17 de janeiro de 1994, sendo assim, na data do Ato Administrativo concedendo a incorporação a sua remuneração, a mesma tinha mais de 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria, ou seja, contemplou esse quesito.

Da incorporação do cargo comissionado à remuneração da servidora, verificou-se que a mesma deixou de contemplar o inciso I do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997 que assim leciona:

(...)

I - "a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos".

(...)

Referente a essa disposição legal a Defesa Técnica rebate que o entendimento da Comissão Processante é equivocado, pois o referido inciso apenas exige esse interstício de tempo, para ter direito à incorporação, uma vez preenchido esse requisito, a incorporação poderá incidir sobre a função gratificada mais alta.

Dessa arguição trazida pela Defesa, força-nos ponderá-la com a clareza exposta no inciso I do artigo 160 da Lei Complementar nº25/1997, e, ao final da ponderação de plano rechaçá-la pelo seu grande equívoco no entendimento da Lei em comento.

Prosseguindo com a análise, existe ainda um outro agravante quanto a incorporação a remuneração da servidora, pois, trata-se de cargo paraAuxiliares Diretos do Prefeito, conforme leciona a Lei Orgânica Municipal, artigo 79 e 80, descritos *litteris:*

Artigo 79 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - Os Secretários Municipais ou titulares de órgãos equivalentes;

(...)

***Artigo** 80 - Os auxiliares diretos do Prefeito serão de livre nomeação e exoneração do Prefeito, promovidos nos respectivos cargos em comissão, criados por Lei a qual fixará a sua remuneração (**redação dada pela Emenda n° 13/2003**)*

(...)

§ 1°. OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, CONSIDERADOS "AGENTES POLÍTICOS" E DESVINCULADOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TERÃO SEU SUBSÍDIO FIXADO NA FORMA DO ARTIGO 70 DESTA LEI ORGÂNICA. (redação dada pela Emenda n° 13/2003)

(....)

Ressalta-se então que o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação exercida pela servidora por 03 (três) anos e 01 (um) mês, trata-se de cargo de Agente Político, dessa forma desvinculados do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

Pelo regido na Lei Orgânica Municipal, mesmo que a servidora tivesse preenchido o requisito disposto no inciso I do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, obsta-se a incorporação, por se tratar de um cargo comissionado considerado de "agentes políticos", e não está vinculado ao plano de cargos, carreira e vencimentos dos servidores públicos municipais.

Nesses termos, **NÃO RECONHECEMOS** a manifestação da defesa quanto "**O preenchimento dos requisitos para a concessão da incorporação da função gratificada, "** prosseguindo com a análise e relatório.

6.6 ***Da incompetência da Administração Pública para processar e julgar acerca da legalidade e regularidade da incorporação da gratificação recebida pela acusada.***

A defesa manifesta que os fatos trazidos aos autos já estão sendo debatidas em processo judicial desta Comarca de Cáceres, sendo questão "*sub judice"* que não admite análise na esfera administrativa, sendo a Comissão Processante, totalmente incompetente para analisar a legalidade e regularidade da concessão da incorporação de função gratificada em face desta aguardar decisão na esfera judicial.

Contraditando o entendimento da defesa, a Lei Complementar nº 25/1997, dispõe no seguinte sentido*, litteris*:

***Art.** 192 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, assim como as respectivas instâncias.*

Ressalta-se que estamos diante de um ato administrativo que ocasiona danos ao erário público municipal, sendo necessário apurar os fatos por meio de Processo Administrativo Disciplinar para se buscar a verdade real dos acontecimentos. Nesse caso, o servidor público responde administrativamente pelos atos praticados no âmbito da administração pública e no exercício do cargo, definidos na legislação estatutária, que apresenta os mesmos elementos básicos do ilícito civil, e, se houve dano ao patrimônio público ou infração grave por parte do servidor, será apurado pela própria administração pública, instaurando o procedimento adequado a esse fim, se comprovada à infração, o servidor fica sujeito as penas disciplinares.

Diante do arguido pela defesa, faz-se necessário trazer à baila a independência das esferas Judiciais e Administrativas no entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme acórdão abaixo transcrito:

ADMINISTRATIVO. POLICIAIS FEDERAIS. PECULATO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO PENAL E PROCESSO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS DEMISSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA.

1.**Doutrina e jurisprudência são unânimes quanto à independência das eseras penal e administrativa; a punição disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração Pública aguardar o desfecho dos mesmos**.

2. Segurança denegada. (STJ - MS: 7138 DF 2000/0084722-4, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 28/02/2001, S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data de Publicação: DJ 19/03/2001 p. 74 JBCC vol. 189 p. 387). Grifo nosso.

Nesse sentido, mencionaremos algumas decisões judiciais, extraídas da obra de José Armando da Costa (1987:242):

"Absolvição criminal fundada em ausência de prova no tocante à autoria não exclui a punição administrativa de funcionário público baseada em inquérito" (STF; RE 85.314; DJ 2-6-78; p. 3.031). ***" Demissão de servidor público. Legalidade do ato; o qual não se afeta pela absolvição criminal do servidor por carência de melhor prova do fato denunciado***" (TFR; AC. 20.188; DJ 16-5-79; p. 3.784).

Assim, o servidor público demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos.

Dessa forma, se a Comissão acatasse tal pedido realizado pela defesa, estar-se-ia pondo fim à independência entre os poderes, e ferindo o poder discricionário da Administração Pública Municipal que tem o dever de analisar e rever os seus atos e os seus subordinados. Em caso semelhante já se posicionou o STJ; *in verbis*:

DIREITO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE SUSPENSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DIANTE DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL RELATIVA AOS MESMOS FATOS.

Não deve ser paralisado o curso de processo administrativo disciplinar apenas em função de ajuizamento de ação penal destinada a apurar criminalmente os mesmos fatos investigados administrativamente. As esferas administrativa e penal são independentes, não havendo falar em suspensão do processo administrativo durante o trâmite do processo penal. Ademais, é perfeitamente possível que determinados fatos constituam infrações administrativas, mas não ilícitos penais, permitindo a aplicação de penalidade ao servidor pela Administração, sem que haja a correspondente aplicação de penalidade na esfera criminal. Vale destacar que é possível a repercussão do resultado do processo penal na esfera administrativa no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, devendo ser revista a pena administrativa porventura aplicada antes do término do processo penal. **MS 18.090-DF, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 8/5/2013. (grifo nosso).** A Lei Complementar nº. 25/97 obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidades no âmbito administrativo realizar a sua apuração, nos seguintes termos abaixo: **Art.** 209 "*A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa*". Sendo assim, a Administração Municipal tem a obrigação e o dever de fiscalizar os atos administrativos com indícios de afronta ao princípio da legalidade e, responsabilizar aqueles que lhe deram causa. Isso significa que a Administração dispõe de certa margem de apreciação no enquadramento da falta dentre os ilícitos previstos na Lei, o que não significa possibilidade de decisão arbitrária, já que são previstos critérios a serem observados obrigatoriamente.

A apuração de irregularidades no âmbito administrativo independe da existência de investigações ou ações na esfera judicial, quer civil ou criminal, ante o princípio da independência das instâncias.

A simples tramitação de processos judiciais não é causa para suspensão ou sobrestamento do PAD, salvo quando se tratar de questão prejudicial que deva ser decidida no âmbito judicial.

Ressalta-se que este Processo Administrativo Disciplinar analisa a ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação da função gratificada

da servidora, se ao incorporar a mesma preencheu os requisitos legais exigidos no artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997. Advirta-se, não estamos analisando a Constitucionalidade e/ou Inconstitucionalidade do artigo 160 do referido Diploma Legal, pois, entendemos que essa competência não é desta Comissão Processante.

Pelo todo exposto, de ofício **ANALISAMOS** as manifestações da defesa quanto a ***Incompetência da Administração Pública para processar e julgar acerca da legalidade e regularidade da incorporação da gratificação recebida pela acusada*** e, **NÃO A RECONHECEMOS,** pela existência de independências entre as esferas, dando prosseguimento aos trabalhos.

***7. Do contraditório*:**

Como já descrito neste relatório, a servidora ao ser interrogada perante esta Comissão Processante, afirmou ter requerido a incorporação pelo fato de ter completado mais de 10 (dez) anos intercalados com funções gratificadas na administração pública municipal, afirmando ainda que exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação pelo período de 03 anos e 02 meses, e, que essa função foi a de maior valor.

Pois bem,

Ao receber o presente PAD, esta Comissão Processante deliberou pela análise individual da situação de cada servidor público municipal que teve instaurado em seu desfavor Inquérito Administrativo Disciplinar por meio das Portarias nº 364/2015 e nº 133/2016, ponderando as imputações feitas pela Administração Pública Municipal a luz da Lei Complementar nº25/1997, especificamente no artigo 160. Ressalta-se que o mencionado dispositivo legal foi utilizado à época como supedâneo para conceder a servidora o benefício pleiteado.

A Administração Pública Municipal imputou sobre a servidora, suposta irregularidade e/ou ilegalidade na incorporação da função gratificada à sua remuneração, e, por meio de análise minuciosa aos documentos acostados aos autos, esta Comissão Processante ponderou que as imputações feitas não eram evasivas e nem de cunho arbitrário para prejudicar a vida funcional da servidora, pois conseguiu constatar a existência de divergência entre o benefício concedido e os dispositivos constante na Lei Especial, bem como a falta de preenchimento dos requisitos por parte da servidora na ocasião em que lhe foi concedido a incorporação de função gratificada.

Dessa forma, entendemos que a servidora não demonstrou no decorrer da instrução do presente Processo Administrativo Disciplinar, ter preenchido os requisitos exigidos no artigo 160 da Lei nº 25/1997, para fazer jus a incorporação de função gratificada, conforme dito.

Pelo todo exposto,

8. A COMISSÃO PROCESSANTE OPINA:

Diante da análise dos autos e pelo demonstrado na Lei Especial, esta Comissão Processante entende que o ato administrativo que determinou a incorporação do cargo comissionado à remuneração da servidora, É IRREGULAR E ILEGAL, pelos seguintes fatos:

Que a servidora não exerceu o cargo comissionado que foi incorporado a sua remuneração por 05 (cinco) anos.

Que o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação exercida pela servidora por 03 (três) anos e 01 (um) mês, trata-se de cargo de Agente Político, dessa forma desvinculados do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

Que se caso tivesse preenchido o requisito disposto no inciso I do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, estava impedido a incorporação do cargo comissionado à remuneração da servidora por se tratar de cargo de "agentes políticos", desvinculado do plano de cargos, carreira e vencimentos dos servidores públicos municipais.

Pelo cumprimento da Legalidade e regularidade dos atos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal de Cáceres, esta Comissão Processante **opina pela revogação do Decreto nº 442 de 24 de junho de 2008 pelo reconhecimento da ilegalidade e irregularidade,** pelo fato de ficar demonstrado que a servidora ao requerer perante a administração pública municipal vantagem salarial que não fazia jus, deu causa ao ato irregular (incorporação) que demonstrou ser passível de revisão e revogação, pois resta evidente que a servidora em questão não preenchia os requisitos legais ensejadores do benefício de incorporação na data do requerimento e da concessão.

Diante disso, pode-se chegar à conclusão que o fato gerador que deu causa ao recebimento de verbas indevidas, trata-se de notória má-fé e deslealdade da servidora para com o órgão público municipal que a remunera. Diferentemente do direito de petição inerentes ao cargo ou função pública que se trata de um direito do servidor público, matéria esta defendida pela defesa e que deve ser rechaçada em todos os seus termos tais argumentos evasivos e de ordem subjetiva, pois, dar razão a servidora que pediu algo indevido e deu causa ao ato ilegal, seria o mesmo que aceitar e ratificar as irregularidades administrativas cometidas e concordar com os danos que causaram ao erário até então. Assentamos ainda, que a conduta ética da servidora ao pleitear a incorporação com o nítido propósito de receber verbas indevidas é passível de penalidade administrativa disciplinar, por restar comprovado que o seu pedido causou danos ao erário público municipal, bem como, por não ter demonstrado a mesma na fase de instrução do presente PAD que o benefício de incorporação recebido é devido. Diante do exposto, esta Comissão por unanimidade, com fulcro nos termos do art. 179, inciso XII, c/c art. 189, da Lei Municipal nº. 25/1997, ("*Ao servidor público é proibido: (...)XII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública"; e "A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros"*), entende que a conduta da servidora púbica seria passível **DA PENA DE DEMISSÃO**, com fulcro nos dispositivos legais abaixo transcritos, *litteris***: Art.** 179 Ao servidor público é proibido: (...) XII - **VALER-SE DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PESSOAL OU DE OUTREM, EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA**; **Art.** 180 Será **aplicada a pena de demissão por transgressão dos incisos XII** a XX, referidos no artigo anterior. **Art.** 189 - **A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário** ou a terceiros. **Art.** 193 São penalidades disciplinares: III - **DEMISSÃO;** Em continuidade, o dispositivo legal dispõe: **Art.** 198 - **A pena da demissão será aplicada nos seguintes casos**: (...) XIII - **TRANSGRESSÃO DO ART. 179, INCISO XII** a XX; **Porém, entendemos ainda que a penalidade suscitada não atende ao princípio da PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE**, pois aplicar a risca e de forma drástica os termos da lei, sem atentar a vida pregressa do servidor público, seria o mesmo que desconsiderar sua vida pública e os anos enquanto investida no cargo público com dedicação, zelo, bem como, os relevantes serviços prestados ao Município. Fazemos tais apontamentos pessoais, com base no assento constante na ficha funcional da servidora, onde consta que esta nunca sofreu sanções administrativas disciplinares, ou seja, existem motivos suficientes para reconhecer a conduta profissional da servidora indigitada como idônea e conveniente para o serviço público. Torna-se imperioso reconhecer ainda que os agentes públicos que interviram no procedimento administrativo que deu causa a incorporação (PGM-Gestor/Prefeito à época) contribuíram para concretização da irregularidade do ato, existindo assim, culpa concorrente entre os mesmos, razão pela qual **OPINAMOS para que a penalidade de DEMISSÃO seja convertida em SUSPENSÃO SEM ÔNUS pelo prazo de 30 (trinta) dias.**

Opinamos pela atenuação da pena considerando as seguintes situações abaixo:

DAS ATENUANTES:

Trata-se de servidora pública municipal ingressada ao cargo por meio de concurso público na data de 17 de janeiro de 1994. A servidora no decorrer da vida pública funcional exerceu funções e cargos de confianças, e,

não existe nada em sua ficha funcional que desabone sua conduta ética profissional.

DAS AGRAVANTES:

Ao analisarmos as circunstâncias agravantes, entendemos que a servidora ao realizar a petição requerendo incorporação de função gratificada a sua remuneração sem a devida obtenção de direito, agiu em desacordo com o artigo art. 178 da Lei Complementar nº 25/1997, incisos II e III.

DOS ANTECEDENTES FUNCIONAIS:

Constatamos que não existe na ficha funcional da servidora registros em que a mesma tenha respondido a processos administrativos e/ou tenha sido penalizada. Deve-se levar também em consideração o tempo de serviço público desenvolvido e a capacidade funcional da servidora conforme demonstrado no exercício da função pública, registrados em sua ficha funcional.

Opinamos ainda para que seja encaminhado cópia na íntegra deste Processo Administrativo Disciplinar - PAD, ao Ministério Público Estadual para providencias que entender necessárias quanto a Improbidade Administrativa e devolução dos numerários por parte dos envolvidos ao erário público Municipal.

Do prejuízo ao cofre público municipal, entendemos que precisa ser apurado pela autoridade competente, pois, o Prefeito Municipal que deu causa a incorporação deve responder pelo ato administrativo (DECRETO) que determinou a incorporação de função gratificada as remunerações da servidora, bem como, o (a) procurador (a) jurídico (a) do município que emitiu parecer favorável ao pleito da servidora, pois, esses atos vem ocasionando prejuízos ao erário público municipal. Nesse sentido, é dever da Administração Pública diante do princípio da legalidade, intervir, requisitar, punir, com intuito de atender ao interesse geral, que não pode ceder diante do interesse individual, e, no caso em testilha encaminhar ao órgão competente para que se apure os responsáveis pelos danos ao cofre público municipal em conformidade com o artigo 189 da Lei Municipal nº 25/1997, que assim dispõe: *Art. 189 A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros*.

Com fulcro nos termos do artigo 244 da Lei nº. 25/1997, encaminhamos o presente Processo Administrativo Disciplinar ao Chefe do Executivo Municipal, para análise e julgamento do presente relatório para fins de homologação.

Após volte os autos conclusos, para as deliberações necessárias, certificações e publicações.

Cáceres - MT, 14 de dezembro de 2016.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

BENEDITO DA CUNHA E SILVA FILHO

Secretário da CPIAD

FÁTIMA ARRUDA DA SILVA

Membra da CPIAD

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE CÁCERES

Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2015.

Portaria de instauração nº. 364 de 30 de julho de 2015.

Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016.

Portaria de instauração nº. 133 de 04 de abril de 2016

Objeto:Apuração de ilegalidade e irregularidade na incorporação de função gratificada.

Servidora acusada: Luciana de Souza Gattass.

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar nº. 027/2015.

Portaria de instauração nº. 364 de 30 de julho de 2015.

Processo Administrativo nº. 009/2016/SMA.

Portaria de instauração nº 133 de 04 de abril de 2016

Objeto: Apuração de ilegalidade e irregularidade na incorporação de função gratificada.

Servidora acusada: Luciana de Souza Gattas Crepaldi

JULGAMENTO

Nos termos do artigo 244 da Lei Complementar nº. 25/1997, vieram conclusos os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 027/2015, instaurado Inquérito por força da Portaria nº. 364 de 30 de julho de 2015 e Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2016, instaurado Inquérito por força da Portaria nº. 133 de 04 de abril de 2016, para apuração da existência de ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada à remuneração da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi.

Ressalta-se que, ambos os processos administrativos tratam do mesmo objeto, qual seja: apuração da existência de ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada à remuneração da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi.

O presente Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado após a Prefeitura Municipal de Cáceres ser notificada referente ao Relatório Técnico emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 71.420/2010, segundo o qual, a servidora Luciana de Souza Gattas Crepaldi teria incorporado irregularmente os vencimentos do cargo de Secretária Municipal de Educação, por meio do Decreto nº 442 de 08 de fevereiro de 2008, ao fundamento de que *"ela não desempenhou esta função por mínimo 05 anos, ressaltando ainda que a servidora não faz jus a nenhuma incorporação pois conforme Ficha Funcional esta não ocupou função gratificada por um período de no mínimo 10 anos alternados como disposto no caput art. 160 da Lei Complementar nº 25/97."* (fls. 08/09)

Às fls. 113/120 consta a Ata de Instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar, Ata nº 007/2016 – CPIAD, deliberando pela abertura de inquérito administrativo disciplinar em desfavor da servidora Luciana de Souza Gattas Crepaldi.

Devidamente citada quanto ao presente processo administrativo disciplinar, a servidora apresentou cópia da defesa prévia escrita às fls. 128/159, desacompanhada de documentos, aduzindo, em síntese: (i) preliminarmente, prescrição quinquenal, ao argumento de que o prazo prescricional de 5 (cinco) anos teria iniciado quando da assinatura do decreto que concedeu a referida incorporação, ocorrendo a prescrição em 13/08/2013; (ii) preliminarmente, suspeição do então Assessor Especial de Gabinete Dr. Átila Silva Gattas, por ser parente e suspostamente desafeto da servidora e de sua família; (iii) violação ao princípio do Juiz Natural, ao argumento de que a Portaria 133/2016 modificou a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 598/2015, incluindo um membro que estaria ocupando Cargo Comissionado, o que violaria o art. 211 da Lei Complementar nº 25/97; (iv) negativa da vigência ao princípio constitucional da isonomia, ao argumento de que as autoridades publicas e políticas que assinaram o seu pedido de incorporação não foram arroladas no presente processo administrativo disciplinar; (v) no mérito, sucintamente, aduz que não praticou qualquer ilícito no exercício de suas funções; ao final, pugnou pelo acolhimento das preliminares, bem como pela produção de provas testemunhas, apresentando rol de testemunhas, e prova pericial, para contagem e análise dos documentos referentes as incorporações questionadas no presente processo administrativo disciplinar.

Posteriormente, a acusada apresentou a defesa prévia original, às fls. 145/159.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, após análise da defesa prévia apresentada pela servidora, proferiu o

despacho de fls. 160/176, não acolhendo as preliminares suscitadas pela defesa, bem como deferindo a oitiva das testemunhas arroladas e todos os meios de provas em direito admitidos.

Às fls. 194/197, foram acostadas as atas de oitiva das testemunhas Aldo César da Silva Ortiz (fl. 194), Iram Fardim Caetano (fl. 195) e Mário Marcio Ferreira (fl. 196/197), todas arroladas pela defesa.

A Secretaria Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 408/2016 – RH, fl. 210, apresentou os seguintes documentos: Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada (fls. 211/212) e cópia dos atos que designaram e revogaram as funções gratificadas exercidas pela servidora, com efetividade na função pública (fls. 213/234).

Às fls. 239/240, foi acostada ata de oitiva da testemunha Humberto de Pinho Garcia, arrolada pela defesa.

À fl. 265, foi juntada ata de interrogatório da servidora Luciana de Souza Gattas Crepaldi.

Alegações finais pela defesa, às fls. 272/285.

Relatório final da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, às fls. 313/348, opinando: (i) pela irregularidade do ato administrativo que determinou a incorporação do cargo comissionado à remuneração da servidora, tendo em vista que não exerceu o cargo comissionado que foi incorporado a sua remuneração por 05 (cinco) anos e que o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação exercido por 03 (três) anos e 01 (um) mês, trata-se de cargo de Agente Político, dessa forma desvinculado do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais; (ii) pela revogação do Decreto nº 442 de 24 de junho de 2008 pelo reconhecimento da ilegalidade e irregularidade; (iii) que a pena de demissão seja convertida em suspensão sem ônus pelo prazo de 30 (trinta) dias; (iv) que seja encaminhado cópia na íntegra do presente processo administrativo disciplinar ao Ministério Público Estadual para as providências que entender necessárias quanto a Improbidade Administrativa e devolução dos numerários para parte dos envolvidos ao erário público Municipal.

É o necessário.

Com subsídio na Lei Complementar nº. 25/1997, artigo 245 § 1º e § 2º, a vista dos fatos apurados no presente Processo Administrativo Disciplinar, recebo o Relatório Final exarado pela Comissão Processante de Inquérito Administrativo Disciplinar, às fls. 313/348, o qual também adoto como relatório.

A apuração da legalidade dos atos administrativos insere-se na prerrogativa da Administração de autotutela de os seus próprios atos, sempre que se manifestarem ilegais ou inconvenientes.

Nesse sentido, vejamos a Súmula 473 do STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornaram ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No bojo do presente processo, ficou demonstrado de forma cristalina que a servidora não implementou o prazo legal necessário para a incorporação das parcelas decorrentes do cargo de Secretária, qual seja o exercício de, pelo menos, durante cinco anos.

Preceitua o art. 160 da Lei Complementar nº 25/1997:

"Art. 160. O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:

I – a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II – o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

§ 1º O servidor que após a incorporação, vier a fazer novamente jus a vencimentos da mesma espécie, perceberá apenas a diferença entre a incorporação e esta, se maior, durante a sua permanência voluntária.

§ 2º Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.

§ 3º Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o art. 11, inciso II, inclusive quando exercido por servidor.

§ 4º É vedada, sob qualquer pretexto, a incorporação da diferença referida no Parágrafo Primeiro."

Deveras, a planilha elaborada pela Comissão demonstra que, embora a servidora tenha exercido funções gratificadas por 10 (dez) anos alternados e completada a incorporação no tempo de serviço previsto de, pelo menos, 1/3 (um terço) do necessário para sua aposentadoria voluntária, não implementou, contudo, requisito previsto no inciso I do caput do dispositivo, que é ter desempenhado a função mais alta – a de Secretária – por pelo menos cinco anos. Na realidade a servidora ficou no cargo por 02 anos e 02 meses.

Merece destaque, ainda, a observação da Comissão, no sentido de que é ilegal a incorporação das vantagens do cargo de Secretário Municipal, por se tratar de cargo político, nos termos dos artigos 79, inciso I e 80, § 1º da Lei Orgânica Municipal. *In verbis*:

"Art. 79. São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os Secretários Municipais ou titulares de órgãos equivalentes;

(...)"

Art. 80. Os auxiliares diretos do Prefeito são de livre nomeação e exoneração, investidos nos respectivos cargos em comissão criados por lei, a qual fixará a sua remuneração.

§ 1º - Os Secretários Municipais, considerados **"Agentes Políticos"** e desvinculados do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, terão seu subsídio fixado na forma do artigo 70 desta Lei Orgânica."

Portanto, tem razão a Comissão: o Secretário Municipal é cargo político, conforme leciona a melhor doutrina.

Confira-se o ensinamento de Hely Lopes Meirelles[1]:

"Agentes políticos são os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais. Esses agentes atuam com plena liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição e em lei especiais. Têm normas específicas para sua escolha, investidura, conduta e processo por crimes funcionais e de responsabilidade, que lhes são privativos."

Celso Antônio Bandeira de Mello[2] alude que:

"(...) são os titulares dos cargos estruturais à organização política do país, ou seja, ocupantes dos que integram o arcabouço constitucional do Estado, o esquema fundamental do Poder. Daí que se constituem nos formadores da vontade superior do Estado. São agentes políticos apenas o Presidente da República, os Governadores, Prefeitos e os respectivos vices, os auxiliares imediatos dos Chefes do Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores, Deputados federais e estaduais e Vereadores".

No presente caso, nem se diga que a servidora manteve seu vínculo de servidora efetiva e, que, portanto, não exerceu cargo político.

Com efeito, quando o servidor é nomeado para cargo em comissão ou cargo político, ele se afasta das atribuições de seu cargo efetivo e vai exercer, exclusivamente, as funções inerentes ao cargo para o qual é nomeado.

Portanto, a servidora em tela afastou-se das atribuições de seu cargo efetivo e durante 02 anos e 02 meses exerceu as funções inerentes ao cargo político de Secretário Municipal.

Do mesmo modo, procedente a afirmação da Comissão de que não poderia a servidora, ainda que tivesse exercido as funções de Secretário por cincos anos, incorporar vantagens de cargo de agente político.

É certo que a Constituição Federal veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias, para efeito de remuneração de servidores públicos.

Preceitua o inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal:

"XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação da EC 19/1998)

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme na reafirmação desse dispositivo constitucional. Senão, veja-se as seguintes decisões:

"A jurisprudência da Corte é pacífica no que tange ao não cabimento de qualquer espécie de vinculação da remuneração de servidores públicos, repelindo, assim, a vinculação da remuneração de servidores do Estado a fatores alheios à sua vontade e ao seu controle; seja às variações de índices de correção editados pela União; seja aos pisos salariais profissionais. " (ADI 668, rel. min. Dias Tofolli, j. 19-2-2014, P, DJE de 28-3-2014)

"A norma questionada aponta para a possibilidade de serem inqueridos os servidores de toda e qualquer fundação privada, instituída ou mantida pelo Estado, aos das fundações públicas. Sendo diversos os regimes jurídicos, diferentes são os direitos e os deveres que se combinam e formam os fundamentos da relação empregatícia firmada. A equiparação de regime, inclusive o remuneratório, que se aperfeiçoa pela equiparação de vencimentos, é prática vedada pelo art. 37, XIII, da Constituição brasileira e contrária à Súmula 339 do STF." (ADI 191, rel. min. Cármen Lúcia, j. 29-11-2007, P, DJE de 7-3-2008.)

"Previsão de reajuste dos valores fixados referentes às vantagens nominalmente identificáveis para os cargos de provimento em comissão de direção e de gerência superior, na mesma proporção. Configurada situação de pagamento de vantagem pessoal, na qual se enquadra o princípio da "estabilidade financeira", e não da proibição constitucional de vinculação de espécies remuneratórias vedada pelo art. 37, XIII, da Constituição da República. Previsão legal que não iguala ou equipara vencimentos, apenas reconhece o direito dos que exerceram cargos ou funções comissionadas por certo período de tempo em continuar percebendo esses valores como vantagem pessoal." (ADI 1.264, rel. min. Carmen Lúcia, j. 29-11-2007, P, DJE de 15-2-2008)

"A Lei Maior impôs tratamento jurídico diferenciado entre a classe dos servidores públicos em geral e o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os ministros de Estado e os secretários estaduais e municipais. Esses agentes públicos, que se situam no topo da estrutura funcional de cada poder orgânico da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, são remunerados exclusivamente por subsídios, cuja fixação ou alteração é matéria reservada à lei específica, observada, em cada caso, a respectiva iniciativa (incisos X e XI do art. 37 da CF/1988). O dispositivo legal impugnado, ao **vincular a alteração dos subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado às propostas de refixação dos vencimentos dos servidores** públicos em geral, ofendeu o inciso XIII do art. 37 e o inciso VIII do art. 49 da CF de 1988." (ADI 3.491, rel. min. Ayres Britto, j. 27-9-2006, P, DJ de 23-3-2007) (g.n.)

Finalmente, a decisão proferida no recurso extraordinário 759518, reconhecida a repercussão geral do tema (tema 737) consolida o entendimento do STF.

No acórdão proferido, o STF reafirmou jurisprudência no sentido da inconstitucionalidade de norma que vincula proventos de aposentadoria de servidores efetivos com subsídios de agentes políticos. No caso concreto, foi decretada a inconstitucionalidade **do artigo 273 da Constituição do Estado de Alagoas, que possibilitava a servidor público estadual que tivesse exercido cargos em comissão se aposentar com proventos calculados com base em subsídio de secretário de Estado.**

"Recurso extraordinário. Repercussão geral da questão constitucional reconhecida. Reafirmação de jurisprudência. 2. Direito Administrativo e Direito Previdenciário. Vinculação de pensões e proventos de aposentadoria de servidores públicos efetivos a subsídios de agentes políticos. Impossibilidade. 3. Alteração de padrão remuneratório. Matéria de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade formal. 4. Impossibilidade de vinculação de vencimentos de cargos distintos. Inconstitucionalidade material. 5. Declarada a inconstitucionalidade do artigo 273 da Constituição do Estado de Alagoas, tanto na sua redação atual como na original. Recurso extraordinário provido. (STF - RG RE: 759518 AL - ALAGOAS, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 29/05/2014, Data de Publicação: DJe-230 24-11-2014)"

Como se sabe, a decisão proferida em sede de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal vincula o Poder Judiciário e é de obrigatória observância pela Administração Pública.

Desse modo, a incorporação da vantagem relativa ao cargo de Secretário Municipal aos vencimentos da servidora Luciana de Souza Gattas Crepaldi, viola o princípio constitucional da vedação de vinculação de remuneração, previsto no inciso XIII do art. 37.

Cabe, assim, a **anulação do Decreto no 422/2008**. Ele viola, a um só tempo, dispositivo legal e dispositivo constitucional.

Nesse ponto, incumbe-nos considerar a questão invocada pela servidora Luciana de Souza Gattas Crepaldi no tocante à alegada prescrição do direito da administração de punir.

Excede ao objetivo da presente trazer à colação os conceitos de prescrição e decadência e a diferença entre os institutos.

O que nos cabe ponderar é que, no caso de anulação do ato administrativo, não se trata de punição, e, portanto, não se está cuidando de aplicar penalidade à servidora e o prazo que a Administração tem para isso. Cuida-se de restaurar a constitucionalidade e legalidade violadas pelo Decreto 422/2008.

E nesse passo, necessário pontuar que o instituto a ser aplicado ao refido caso concreto é o da decadência, ou seja, questão ligada ao direito material e que constitui a perda do direito em si.

Em suma: no caso de desfazimento ou anulação de ato administrativo aplica-se o instituto da decadência, cujo prazo, segundo os princípios da analogia, isonomia e reciprocidade, em não existindo disposição legal municipal específica, aplica-se o da lei federal, que é de cinco anos, já que esse é o prazo de prescrição em favor da Administração.

O art. 54 da Lei federal 9.784/99 estabelece que:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento. (g.n.)

Como é sabido, a regra geral da prerrogativa de a Administração desfazer ou anular os atos administrativos cede passo em certas circunstâncias especiais, que poderão surgir, e que acabem por conduzir a Administração a manter o ato inválido. Essas circunstâncias constituem verdadeiras limitações ao dever de invalidação dos atos e podem apresentar-se sob dois aspectos: o decurso do tempo e a consolidação dos efeitos produzidos.

Mas, considerando-se o ato sob apreciação – incorporação de parcelas relativas ao cargo em comissão de Secretário Municipal -, será que o decurso do tempo ou o fato de a servidora estar recebendo há longo tempo o benefício, pode-se dizer que se operou a decadência, ou seja, a Administração está impedida de rever tal ato?

A resposta vem do posicionamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que **não é aplicável o prazo decadencial em situações flagrantemente inconstitucionais**. É o que deflui da decisão proferida no MS 28. 729/DF, Pleno, Min. Rel. Ellen Gracie, p. 16.12.2010, em que foi afastada a decadência administrativa por se tratar de ato manifestamente inconstitucional. Debateu-se, na ocasião, a circunstância da ausência de concurso público para provimento de cargos públicos (art. 37, II).

Na mesma direção, as decisões proferidas pela Suprema Corte nos MS 28.283/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 15.03.2012; MS 26.860/DF, Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, p. 23.09.2014.

Ora, no caso em tela, verificou-se que a servidora incorporou vantagem do cargo de Secretário Municipal em violação flagrante ao disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

Foram relacionadas acima as decisões do Excelso Pretório a respeito do tema, sendo que no recurso extraordinário 759518, reconhecida a repercussão geral do tema (tema 737), pacificou-se a questão da inviabilidade de aplicação da norma que vincula proventos de aposentadoria (ou vencimentos) de servidores efetivos com subsídios de agentes políticos.

Portanto, o Decreto no 422, maculado com o vício da inconstitucionalidade e legalidade, deve ser desfeito, anulado.

De se dizer que à anulação de atos administrativos que interferem nos direitos e interesses de terceiros, precede a intimação do interessado, em homenagem ao devido processo legal, com os corolários da ampla defesa e do devido processo legal (art.5º.LV, CF) e nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 594.296, reconhecida a repercussão geral do tema (tema 138), no sentido de que ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados, porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo (Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, p. 21.09.2011).

Entretanto, observa-se ao longo da tramitação do processo administrativo em comento, que a servidora manifestou-se expressamente e ofertou todas as razões que entendeu pertinentes, pugnando pela regularidade do Decreto 422/2008.

Assim, em atenção ao princípio de economia processual, é de se conhecer as razões de defesa, convalidando-se todos os atos processuais feitos, e, para, no mérito, rejeitá-las. A uma porquanto a servidora não cumpriu o requisito mínimo exigido para a incorporação deferida pelo Decreto no 422; a duas porque a incorporação formalizada atenta flagrantemente ao disposto no art. 37, XIII, da CF.

Quanto a tese de prescrição da pretensão punitiva, entendo que melhor sorte não assiste a defesa.

O art. 207, da Lei Complementar nº 25/97, estabelece que:

"Art. 207. A ação disciplinar prescreverá:

I – em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento em oitenta) dias, quanto

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na Lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção."

O Superior Tribunal de Justiça considera o entendimento de que o prazo prescricional se inicia a partir do momento em que a autoridade competente para a instauração do processo disciplinar tomou ciência do fato irregular. Nesse sentido, cita-se:

AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TRANCAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. DATA EM QUE A AUTORIDADE COMPETENTE TOMOU CIÊNCIA DAS IRREGULARIDADES. ART. 142, I, DA LEI 8.112/90. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. **O prazo prescricional para a aplicação de penalidade administrativa inicia-se quando a autoridade competente tomou conhecimento das irregularidades a serem apuradas.** 2. Alterar as conclusões do Tribunal de origem sobre o conhecimento das irregularidades pela autoridade competente demanda necessária a incursão na seara fático probatória, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AgRg no REsp: 647416 AL 2004/0015247-2, Relator: Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), Data de Julgamento: 04/06/2013, T6 – SEXTA TURMA, Data da Publicação: DJe 13/06/2013)

Portanto, a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente. Deste feita com a instauração do processo disciplinar, o prazo prescricional fica interrompido e, só volta a correr com a decisão da autoridade julgadora.

No presente caso, o então prefeito municipal tomou conhecimento da irregularidade a ser apurada apenas quando foi notificado do Relatório Técnico emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 71.420/2010, sendo que, após tomar conhecimento das irregularidades, ato continuo, determinou a instauração do presente processo administrativo, por meio da Portaria nº 207, de 13 de julho de 2010.

Assim, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva, haja vista que o prazo prescricional está suspenso, desde a instauração do presente processo administrativo.

Quanto a penalidade, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativa Disciplinar opinou para que a penalidade de demissão seja convertida em suspensão sem ônus pelo prazo de (trinta) dias, ao argumento de que deve ser considerado vida funcional da servidora, a qual nunca teria sofrido sanções administrativas disciplinares, segundo consta em sua ficha funcional.

No entanto, com todo o acatamento devido às opiniões externadas pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativa Disciplinar, **divirjo da referida opinião de conversão da penalidade**.

Constata-se que as incorporações recebidas pela servidora são indevidas, e, aceitar a tese defensiva, seria o mesmo que reconhecer a legalidade de um ato administrativo eivados de vícios e irregularidades que vem ocasionando prejuízos a Administração Pública Municipal de Cáceres por anos. No caso específico, oriundas das ações da servidora, dos agentes políticos e eletivos,onerando mensalmente o cofre público municipal desde o mês de junho do ano de 2008.

Constata-se que o requerimento da servidoraLuciana de Souza Gattass Crepaldi, solicitando incorporação de função gratificada a sua remuneração, trouxeram danos ao erário público municipal, **tratando-se de notória má-fé e deslealdade com o órgão público municipal que a remunera, uma vez que como servidora efetiva no cargo de professora técnica nesta Prefeitura de Cáceres, é conhecedora das normativas especiais e vigentes, agravando-se ainda por exercer funções gratificadas e**

cargos comissionados de Secretária de Educação. Estando sob sua responsabilidade zelar pelo cumprimento da legalidade para o bem comum do serviço público municipal.

Os cargos exercidos pela servidora efetivasão revestidos de responsabilidades e de confiança administrativa, notória má fé utilização do cargo público para benefício próprio, contrariando às leis. A incorporação requerida pela servidora de cargo comissionado, jamais poderia ter ocorrido e efetivado, dado ao disposto na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 79 inciso I, e artigo 80 §1, descritos abaixo.

Mesmo que fosse legal a incorporação de cargo comissionado, a servidora não preencheu todos os requisitos exigidos no artigo 160 da Lei complementar nº. 25/1997, como demonstrado nos documentos aos autos.

Do disposto em Lei, a concessão do benefício (incorporação) realizadas pelas autoridades a época, infringiram de morte as Leis vigentes, ações descritas nos seguintes termos da Lei Orgânica Municipal, artigo 75, *in verbis*.

"São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo Prefeito Municipal, que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição Estadual, esta Lei Orgânica e, (...).'

Não podendo deixar de mencionar a Constituição Federal no artigo 39 § 4º que assim dispõe sobre a remuneração de cargos comissionados.

"O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI."

A servidora por meio de suas petições (requerimentos), e aqueles que concederam a incorporação a sua remuneração, infringiram a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº. 25/1997 em seus artigos. 179 inciso XII, artigo 180 e artigo 198 inciso X, com penalidades prevista no artigo. 193 inciso III.

Ora, é incontestável que a servidora descumpriu o dever de lealdade ao requerer algo (incorporação) que não possuía direito, não respeitando às leis.

Hely Lopes Meirelles[3] alude que:

"5.1.1 *Dever de lealdade* – O *dever de lealdade*, também denominado *dever de fidelidade*, exige de todo o servidor a maior dedicação ao serviço e o integral respeito às leis e às instituições constitucionais, identificando-o com os superiores interesses do Estado. Tal dever impede que o servidor atue contra os fins e os objetivos legítimos da Administração, pois que, se assim agisse, incorreria em infidelidade funcional, ensejadora da mais grave penalidade, que é a demissão, vale dizer, o desligamento compulsório do serviço público." (g.n.)

Sabedores que ilegalidade acarreta nulidade do ato administrativo, impedindo-o de gerar efeitos legais, amparado nas normativas elencadas abaixo, onde.

"A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade." (Lei complementar nº. 25/1997, artigo 135).

"As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si, assim como as respectivas instâncias". (Lei complementar nº. 25/1997, artigo 192).

"A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa." (Lei complementar nº. 25/1997, artigo 209).

E, pelo poder discricionário da Administração Pública, pelo princípio da autotutela administrativa, pautado no Princípio Constitucional da Legalidade, da Moralidade, da Impessoalidade, da Imparcialidade, pelas infrações cometidas pela servidora.

DECIDO.

a) Pela anulação do Decreto nº. 442 de 24 de junho de 2008, que determinou a incorporação a remuneração da servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, das vantagens do cargo comissionado de secretária municipal, revogando seus efeitos, por violação ao art. 37, XIII, da Constituição Federal e art. 160, I, da Lei Complementar nº 25/1997.

b) Pela aplicação do inciso III do artigo 193 da Lei Complementar nº 25/1997 com pena de DEMISSÃO à Servidora Luciana de Souza Gattass Crepaldi, por infrações disciplinares ao artigo 179 inciso XII; artigo 180; artigo 198 inciso X e XIII, e, ressarcimento ao Erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

c) Pela apuração dos valores da incorporação pagos indevidamente à servidora Luciana de Souza Gattas Crepaldi, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Administração;

c) encaminhe-se cópia na íntegra do presente Processo Administrativo Disciplinar ao Ministério Público Estadual, para providencias quanto a improbidade administrativas de agentes públicos, de agentes políticos e eletivos que também são responsáveis por essas irregularidades e ilegalidades que onerou e onera o cofre público municipal da Prefeitura de Cáceres.

É o julgamento.

Em atendimento ao princípio Constitucional da Publicidade, publique-se.

Expeça-se com urgência.

Cáceres, 02 de setembro de 2019

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO DE CÁCERES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2019.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2019.

O Município de Campinápolis - MT por meio de seu Pregoeiro e no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente à Pregão Presencial 033/2019, no sistema de registro de preços com critério de julgamento Menor Preço Por Item, para futura e eventual contratação de empresa especializada na comercialização de display touch screen e demais itens de informática, está **SUSPENSA** em virtude da necessidade de alterações no Edital. Após serem realizadas as referidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações: Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 03/10/2019.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: GRÁFICA MULTICOR LTDA, inscrita no CNPJ nº. 14.931. 018/0001-11.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para as diversas secretarias.

Dotação: 06.010.12.122.0001.2015.3390.39.00.00.00 – RED. 099

07.020.10.122.0001.2014.3390.39.00.00.00 – RED. 330

07.010.10.302.0011.2046.3390.39.00.00.00 – RED. 296

07.010.10.301.0010.2044.3390.39.00.00.00 – RED. 281

08.010.08.122.0001.2012.3390.39.00.00.00 – RED. 343

13.010.27.122.0001.2021.3390.39.00.00.00 – RED. 540

Valor: R$ 141.131,05 (Cento e quarenta e um mil, cento e trinta e um reais e cinco centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Responsável: Jeovan Faria – Por parte da CONTRATANTE e Rodrigo Gehm – Procurador, por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 2914/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019

OBJETO: Aquisição de brinquedos tipo parque infantil e grama sintética tendo como órgão gerenciador a Prefeitura Municipal de Diamantino-MT.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR os itens do processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 52/2019 do Pregão SRP nº 29/2019, cujo objeto é a aquisição de brinquedos tipo parque infantil e grama sintética tendo como órgão gerenciador a Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, para atender a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Administração do Município de Campinápolis-MT, em favor da empresa:

EDUCA FACIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA ME, ao valor global de R$ 132.100,00 (cento e trinta e dois mil e cem reais).

Devendoser pago mediante o fornecimento do objeto, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 04 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Campinápolis – MT torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços nº 52/2019 do Pregão Presencial nº 029/2019, cujo objeto é a aquisição de brinquedos tipo parque infantil e grama sintética tendo como órgão gerenciador a Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, para atender a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Administração do Município de Campinápolis-MT. A contratada é a empresa **Educa Fácil Distribuidora de Livros e Pedagógicos LTDA-ME,** CNPJ nº15.644.619/0001-06, no valor global de R$ 132.100,00 (cento e trinta e dois mil e cem reais). Campinápolis, 04/10/2019. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 62/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **TITANIUM ENGENHARIA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº 20.103.907.0001/93.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde, UBS porte I, no Distrito Marechal Rondon, Tipo de Recurso Emenda Parlamentar Federal conforme proposta nº 14476. 8590001/16-005, conforme anexo I do Edital.

Valor: 989.925,22

Dotação Orçamentária

Órgão: 10– Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.301.0009.10046.4.4.90.51.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários Exercício

Fonte de Recurso: 0.3.47.080000 – Transferência. Fundo A Fundo De Rec. Do Sus Prov. Do Gov. Federal - Bloco De Investimento - Atenção Básica Exercício Anterior

Fonte de Recurso: 0.1.47.080000 - Transferência. Fundo A Fundo De Rec. Do Sus Prov. Do Gov. Federal - Bloco De Investimento - Atenção Básica

Data: 04/10/2019

Prazo: (quatrocentos e vinte) dias

Procedimento Licitatório: Tomada de Preços 06/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2019

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 1034/2019 datado de 26 de setembro de 2019, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 005/2018.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
75º	ELISANGELA MARIA DE PAIVA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, ao 02 dias do mês de outubro de 2019.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 02 ao Contrato 54/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI LTDA**, CNPJ 07.281.368/0001-14.

Objeto: -Prorroga-se a vigência por 12 (doze) meses, de 06 de outubro de 2019 a 05 de outubro de 2020.

Valor:352.374,62

Dotação Orçamentária:

Órgão: 03. Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001. Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20014.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício

Data: 04/10/2019

Procedimento Licitatório:adesão ao Pregão Presencial nº 003/2017, Ata de Registro de Preços nº 003/2017, ambos da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT

Secretaria: Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CRIATIVA COMÉRCIO DE BRINDES LTDA – ME, CNPJ Nº 13.289.112/0001-56

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/202

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	RESULTADO DE EXAME ANATOMOPATOLÓGICO 21X30 CM- 1X1 COR- BLOCO COM 100X1 OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	200	R$ 4,59	R$ 918,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 918,00 (NOVECENTOS E DEZOITO REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 918,00 (NOVECENTOS E DEZOITO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

PEDRO JOSE LEHNEN, GERALDO MATIAS LEHNEN E LUIZ NELSON LEHNEN , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DOS IMÓVEIS LOTE 01 E 02 DA QUADRA 14, LOCALIZADO NA AV BRASIL, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 071/2019

Com base no parágrafo 8º, do art. 65, da Lei n° 8.666/93, c/c o "caput" do art. 116, da mesma Lei, o **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, resolve apostilar a dotação orçamentária para o exercício de 2019, referente ao Contrato n° 071/2019, celebrado com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL**,** conforme discriminação abaixo:

Dotação Orçamentária	Total
03.001.04.122.0007.20006.3.3.90.39.00.00 – Red. 059	R$ 30.000,00

Campo Verde-MT, 23 Setembro de 2019.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de internet empresarial por meio de recebimento de dados por transmissão a Fibra Óptica.

Valor: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: até 30 de Setembro de 2020.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 088/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INSTRUMENTO DE REGISTRO DE ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de adequação dos horários de serviço ao funcionamento de órgãos em função das atividades desenvolvidas;

Considerando o dever de eficiência da Administração - realização de atribuições com presteza, eficiência e rendimento funcional na obtenção de resultados positivos para o serviço público;

Considerando que a assiduidade e pontualidade são elementos inerentes ao exercício da função pública;

Considerando que a uniformização de horários e o controle de frequência objetivam a otimização dos serviços públicos municipais;

Considerando a imprescindível a fixação de regras gerais de controle e fiscalização do cumprimento das jornadas de trabalho,

DECRETA:

Art. 1°. O registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos da Administração Pública Municipal será realizado mediante controle eletrônico de ponto e, em casos excepcionais, também por meio de registro manual de freqüência.

Art. 2º. São dispensados do controle de freqüência os ocupantes dos seguintes cargos:

a) Secretários Municipais e Chefe de Gabinete;

b) Procurador Municipal e Procurador Jurídico;

Art. 3°. Durante a fase de implantação o controle de assiduidade e pontualidade poderá ser exercida, também, mediante assinatura de folha de ponto.

Art. 4º. Fica terminantemente vedado a compensação de horário, exceto para os casos estabelecidos no estatuto do servidor público municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 04 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI EPP

Objeto: Dispensa de licitação em caráter emergencial para a contratação de empresa de prestação de serviços de limpeza e conservação predial para atender as necessidades da secretaria de saúde.

Valor: R$ 253.637,70 (duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos).

Vigência: até 31 de Dezembro de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 099/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 099/2019 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, que teve como vencedoras as empresas: 4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – EPP, CNPJ nº 13.278.238/0001-25, com o valor total de R$ 59.470,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais); OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI – EPP, CNPJ nº 04.858.637/0001-74, total de R$ 38.498,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais); EDNEIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE GRÁFICA ELISA – EPP, CNPJ nº 07.773.619/0001-88, total de R$ 49.423,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais); E. DE S. BRANDÃO – GRÁFICA EDITORA EXATA – ME, CNPJ nº 29.115.096/0001-15, total R$ 14.258,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e oito reais); MARIA LUIZA P. DE MATOS – ME, CNPJ nº 30.635.573/0001-52, total de R$ 25.120,00 (vinte e cinco mil cento e vinte reais); CRIATIVA COMÉRCIO DE BRINDES LTDA – ME, CNPJ sob nº 13.289.112/0001-56, total de R$ 918,00 (novecentos e dezoito reais) e VT PRINT OUTDOOR E GRÁFICA EIRELI – ME, CNPJ nº 04.135.560/0001-04, total de R$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais). Campo Verde, 04 de outubro de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 033/2018, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA DE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS-COOPSERV'S.

Objeto: Fica acrescido o valor de R$ 108.369,28 (cento e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos).

Data de assinatura: 30 de Setembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2018, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AUXILIAR DE COZINHA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS-COOPSERV'S.

Objeto: Fica acrescido o valor de R$ 16.652,78 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos)

Data de assinatura: 20 de Setembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 070/2018, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS-COOPSERV'S

Objeto: Fica suprimido o valor de R$ 6.153,16 (seis mil, cento e cinquenta e três reais e dezesseis centavos).

Data de assinatura: 30 de Setembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 066/2018, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FABRICAÇÃO DE CAIXA DE CHORUME EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: BARBIERI & CIA LTDA

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até 28 de Outubro de 2019.

Data de assinatura: 27 de Setembro de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: 4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – EPP, CNPJ Nº 13.278.238/0001-25

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/2020

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	ATESTADO MÉDICO 15X21 CM- 1X0 COR BLOCO COM 100X1- OFFSET 56 GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	1.000	R$ 1,99	R$ 1.990,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.990,00 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS)					

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	BILHETE DE VISITA DOMICILIAR DO ACS BLOCO 100X1 OFFSET 180GR 18X 8,0 CM COR 1X1.PICOTADO	BLOCO	1.000	R$ 2,49	R$ 2.490,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.490,00 (DOIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS)					

LOTE 27

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
52	FOLDER EDUCATIVO - 20X30CM - 4X4 CORES COUCHE 180GR - INCLUSO PROVA DIGITAL TRIPLEX	UNIDADE	6.000	R$ 0,69	R$ 4.140,00
53	FOLDER EDUCATIVO - 15X21CM- 4X4 CORES COUCHE 180GR- INCLUSO PROVA DIGITAL DUPLO	UNIDADE	10.000	R$ 0,60	R$ 6.000,00
54	FOLDER BOLSA FAMÍLIA (SISVAN) - 15X21 CM- 4X4 CORES COUCHE 180 GR- INCLUSO PROVA DIGITAL	UNIDADE	3.000	R$ 0,51	R$ 1.530,00
55	FOLDER INFORMATIVO TUBERCULOSE-15X21 CM- 4X4 CORES COUCHE 180GR- INCLUSO PROVA DIGITAL	UNIDADE	1.000	R$ 0,59	R$ 590,00
56	FOLDER INFORMATIVO SAMU 192- 21X30CM- 4X4 CORES- DUAS DOBRAS COUCHÊ 180GR. INCLUSO PROVA DIGITAL	UNIDADE	2.500	R$ 0,80	R$ 2.000,00
57	FOLDER – FORMATO 04 (310X440MM – FACA VINCO APLIQUE B.O.P.P 100% VERNIZ LOCALIZADO COUCHÊ 230GR FOSCO) POLICROMIA COM FOTOLITO ATÉ QUATRO (04) MODELOS DIFERENTES. AS ARTES SERÃO ENCAMINHADAS CONFORME A NECESSIDADE E A CONCLUSÃO DOS PROJETOS.	UNIDADE	3.000	R$ 0,76	R$ 2.280,00
58	FOLDER 63X30CM - 4X4 CORES - DUAS VINCOS COUCHÊ 250GR - APLIQUE BOPP E VERNIZ LOCAL	UNIDADE	5.000	R$ 2,99	R$ 14.950,00
59	FOLDER 63X30CM - 4X4 CORES - CORTE FACA E VINCO COUCHÊ 250GR - APLIQUE BOPP E VERNIZ LOCAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,50	R$ 2.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE: 33.990,00 (TRINTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
69	INFORMATIVO 22 PÁGINAS - CAPA 26X30CM, COUCHÊ 150GR, 4X4 CORES - MIOLO 26X30 CM, COUCHÊ 150GR, 4X4 CORES	UNIDADE	5.000	R$ 4,20	R$ 21.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS)					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 59.470,00 (CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 060/2019, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO PIPA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VALDECIR JOSE AGNOLIN-ME

Objeto: Fica prorrogado a vigência do contrato até 27 de Outubro de 2019.

Data de assinatura: 27 de Setembro de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI – EPP, CNPJ Nº 04.858.637/0001-74

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/2020

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
46	PRESCRIÇÃO MÉDICA DUAS VIAS - 1X0 COR - 21X30 CM - BLOCO COM 50X2 - OFFSET 75GR - INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	200	R$ 4,99	R$ 998,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 998,00 (NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS)					

LOTE 30

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
70	INFORMATIVO 44 PÁGINAS - CAPA 26X30CM, COUCHÊ 150GR, 4X4 CORES - MIOLO 26X30 CM, COUCHÊ 150GR, 4X4 CORES	UNIDADE	5.000	R$ 7,50	R$ 37.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 38.498,00 (TRINTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 028/2018, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO BÁU, PARA ATENDER O PROGRAMA DE COLETA SELET

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VALDECIR JOSE AGNOLIN-ME

Objeto: Fica acrescido valor de R$ 2.149,61 (dois mil cento e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Data de assinatura: 03 de Setembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 012/2019, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS -COOPSERV´S

Objeto: Fica acrescido o valor de R$ 2.150,67 (dois mil, cento e cinquenta reais e sessenta e sete centavos).

Data de assinatura: 30 de Setembro de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: EDNEIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE GRÁFICA ELISA – EPP, CNPJ SOB Nº 07.773.619/0001-88

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/2020

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	CARTÃO HIPERDIA 21X30 CM 1X1 COR- 180G. TRIPLEX- INCLUSO PROVA DIGITAL.	UNIDADE	4.000	R$ 0,14	R$ 560,00
08	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA FAMILIA 7X10, 5CM-1X1 CORES DIVERSAS - INCLUSO PROVA DIGITAL.	UNIDADE	30.000	R$ 0,03	R$ 900,00
09	CARTÃO DA GESTANTE 18X29, 5CM- 4X4 CORES- TRIPLEX 300GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	UNIDADE	1.500	R$ 0,14	R$ 210,00
10	CARTÃO VACINAÇÃO ADULTO – 17X5,5 CM 1X1 COR- OFFSET 180GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	UNIDADE	6.000	R$ 0,05	R$ 300,00
11	CARTÃO SOMBRA ADULTO- 17X26CM- 1X0 COR- OFFSET 180GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	UNIDADE	3.000	R$ 0,14	R$ 420,00
12	CARTÃO DE VISITAS - 9X5CM - 4X4 CORES - COUCHÊ 250GR - APLIQUE BOPP F/V + VERNIZ LOCALIZADO.	UNIDADE	5.000	R$ 0,13	R$ 650,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.040,00 (TRÊS MIL E QUARENTA REAIS).					

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	BLOCO 15X21 – VIAS 25X3 AUTOCOPIATIVO E PICOTADO, COR ÚNICA E ENUMERADO.	BLOCO	150	R$ 3,45	R$ 517,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 517,50 (QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	EXTRATO DE CHAMADAS SAMU 192- 21X30 CM- 1X1 COR- BLOCO 100X1- OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	100	R$ 4,59	R$ 459,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 459,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	RESUMO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL- 20,5X29,5CM- 1X1 COR- BLOCO- COM 100X1 OFFSET- 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	100	R$ 4,39	R$ 439,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 439,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS).					

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	MAPA DIARIO DE ATENDIMENTO DA ODONTOLOGIA, 30X21CM- BLOCO COM 100 X1 – INCLUSO PROVA DIGITAL (ROA)	BLOCO	250	R$ 4,31	R$ 1.077,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.077,50 (UM MIL E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
29	CARTAZ A3 EM COUCHÊ 180GR - 30X42CM - 4X0 CORES.	UNIDADE	3.000	R$ 0,65	R$ 1.950,00
30	CARTAZES IMPRESSOS EM COUCHÊ 170GR - 41X63CM - 4X0 CORES.	UNIDADE	500	R$ 1,76	R$ 880,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.830,00 (DOIS MIL OITOCENTOS E TRINTA REAIS).					

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31	PROTOCOLO DE AGENDAMENTO 19X8,0 CM BLOCO 100X1 OFFSET 75 GR 1X1 COR –INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	500	R$ 1,25	R$ 625,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 625,00 (SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).					

LOTE 17

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
32	ACOMPANHAMENTO TUBERCULOSE PARA ACS 20,5X29,5CM- OFFSET 75G – 10 BLOCOS – BLOCO COM 100	UNIDADE	100	R$ 4,14	R$ 414,00
33	ACOMPANHAMENTO HANSENÍASE PARA ACS 20,5X29,5CM- OFFSET 75G – 10 BLOCOS – BLOCO COM 100.	UNIDADE	100	R$ 4,15	R$ 415,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 829,00 (OITOCENTOS E VINTE E NOVE REAIS).					

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
34	REGISTRO DE CHECAGEM SAMU 192 MOCHILA AMARELA PROCEDIMENTOS ESPECIAIS- 21X30CM- 2X0- BLOCO 100X1 – OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	25	R$ 3,94	R$ 98,50
35	REGISTRO DE CHECAGEM SAMU 192 MOCHILA AZUL – VIAS AREAS 21X30CM- 2X0- BLOCO 100X1 – OFFSET 75GR-INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	25	R$ 3,94	R$ 98,50
36	REGISTRO DE CHECAGEM SAMU 192 MOCHILA VERDE – ACESSO VENOSO 21X30CM- 2X0- BLOCO 100X1 – OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	25	R$ 3,94	R$ 98,50
37	REGISTRO DE CHECAGEM SAMU 192 MOCHILA VERMELHA- MEDICAMENTO - 21X30CM- 2X0- BLOCO 100X1 – OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	25	R$ 3,94	R$ 98,50
38	REGISTRO DE DADOS PARA O PLANTÃO SAMU 192- 21X30CM- 1X0COR- BLOCO COM 100X1- OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	100	R$ 3,95	R$ 395,00
39	REGISTRO DE CONTROLE DE GASTOS POR PACIENTE SAMU- 192 21X30CM- 1X0COR- BLOCO COM 100X1- OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	100	R$ 3,94	R$ 394,00
40	REGISTRO DE CHECAGEM SAMU 192-CHECAGEM DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DA VIATURA DO SAMU. 21X30CM- 2X0COR- BLOCO COM 100X1- OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	300	R$ 3,95	R$ 1.185,00
41	REGISTRO DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO RAAT 22X30 CM 1X1 COR BLOCO 100X1 OFFSET 75 GR –INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	100	R$ 3,96	R$ 396,00
42	REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL- 20,5X29,5CM- 1X1 COR- BLOCO- COM 100X1 OFFSET- 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	300	R$ 3,95	R$ 1.185,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.949,00 (TRÊS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
44	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO - 1X0 COR - 15X21CM - BLOCO COM 100X1- OFFSET 75GR - INCLUSO PROVA DIGITAL	UNIDADE	300	R$ 2,49	R$ 747,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 747,00 (SETECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS).					

LOTE 21

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
45	FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAME DIFERENCIADOS - 1X0 COR - 21X30 CM - BLOCO COM 50X1 - OFFSET 75G - INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	800	R$ 2,70	R$ 2.160,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.160,00 (DOIS MIL CENTO E SESSENTA REAIS).					

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

47	CONTROLE DE GASTOS DE MATERIAL E MEDICAMENTOS - 1X0 COR - 21X30 CM - BLOCO COM 50X1 - OFF-SET 75GR - INCLUINDO PROVA DIGITAL.	BLOCO	150	R$ 2,16	R$ 324,00
48	CONTROLE DIÁRIO - 1X0 COR - 21X30 CM - BLOCO COM 50X1 - OFFSET 75GR - INCLUINDO PRVA DIGITAL.	BLOCO	150	R$ 2,16	R$ 324,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 648,00 (SEISCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).					

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
49	EVOLUÇÃO CLINICA - FRENTE E VERSO - 1X0 COR - 21X30 CM - BLOCO COM 50X1 - OFFESET 75GR - INCLUINDO PROVA DIGITAL	BLOCO	150	R$ 2,32	R$ 348,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 348,00 (TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).					

LOTE 25

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
50	RELATÓRIO DE TRAFEGO DE VEÍCULOS - FRENTE E VERSO - EM CARTOLINA 180 GR - 21X30 CM - 1X0 COR - INCLUINDO PROVA DIGITAL	UNIDADE	2.000	R$ 0,17	R$ 340,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 340,00 (TREZENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
51	ITINERARIO DE TRABALHO AGENTE DE COMBATE - 1X0 COR - 30X21 CM - BLOCO COM 50X1 - OFFSET 75-GR - INCLUINDO PROVA DIGITAL	BLOCO	500	R$ 1,97	R$ 985,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 985,00 (NOVECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).					

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
60	FICHA CLÍNICA – 21,5X30CM- 1X1 COR BLOCO COM 100X1- OFFSET 75 GR- INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	1.800	R$ 2,50	R$ 4.500,00
61	FICHA GERAL DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - 21X30 CM - BLOCO COM 100 – INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	100	R$ 3,80	R$ 380,00
62	FICHA DE FREQUENCIA- 21X30 CM- 1X0 COR-BLOCO COM 100X1 OFFSET 75GR-INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	100	R$ 3,80	R$ 380,00
63	FICHA DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE DIARRÉIA 21 X 31 CM – 1X0 COR – BLOCO COM 50X2 EXTRACOPY – INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	100	R$ 5,00	R$ 500,00
64	FICHA DE EVOLUÇÃO CAPS – 21 X 31 CM – 1X1 COR – BLOCO COM 50X2 – EXTRACOPY INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	100	R$ 5,10	R$ 510,00
65	FICHA CONSULTA ESPECIALIZADAS - 15X21,5 CM 1X0 COR- BLOCO COM 100X1- OFFSET 56GR- INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	500	R$ 2,40	R$ 1.200,00
66	FICHA DE ATENDIMENTO DE RECLAMAÇÕES E DENUNCIA 22X30 CM 1X1 –OFFSET 75 GR INCLUSO PROVA DIGITAL. BLOCO 100X1.	BLOCO	100	R$ 3,80	R$ 380,00
67	FICHA FAMILIAR 10X15 CM - 1X1 COR – INCLUSO PROVA DIGITAL.COR DA FICHA E A ARTE SERÃO ENVIADAS NO ATO DA SOLICITAÇÃO.	BLOCO	25.000	R$ 0,03	R$ 750,00
68	FICHA DE ENCAMINHAMENTO 1X0 COR - 21X30CM - BLOCO COM 50X1 - OFFSET 75GR - INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	1.500	R$ 2,40	R$ 3.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.200,00 (DOZE MIL E DUZENTOS REAIS).					

LOTE 33

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
73	PANFLETO 15X21CM - COUCHÊ 150GR - 4X4 CORES.	UNIDADE	25.000	R$ 0,08	R$ 2.000,00
74	PANFLETO 15X21CM - COUCHÊ 150GR - 4X0 CORES.	UNIDADE	50.000	R$ 0,08	R$ 4.000,00
75	PANFLETO DOBRAS 21X31CM, DUAS DOBRAS - COUCHÊ 180GR - 4X4 CORES.	UNIDADE	20.000	R$ 0,16	R$ 3.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.200,00 (NOVE MIL E DUZENTOS REAIS).					

LOTE 34

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
76.	CARTILHA 28 PÁGINAS - CAPA 15X21CM, COUCHÊ 230GR, 4X4 CORES - MIOLO 15X21CM, COUCHÊ 115-GR, 4X4 CORES.	UNIDADE	5.000	R$ 1,65	R$ 8.250,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.250,00 (OITO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).					

LOTE 35

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
77	CARTAO VACINA ANIMAL 8.5X11 CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM OFFSET 120G. FOTOLITO	UNIDADE	12.000	R$ 0,02	R$ 240,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 240,00 (DUZENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 37

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
79	TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE ÁGUAS SERVIDAS, 15X21 CM BLOCO COM 3 VIAS 50X3 AUTOCOPIATIVO E NUMERADO	BLOCO	100	R$ 5,39	R$ 539,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 539,00 (QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 49.423,00 (QUARENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO VIGESIMO TERMO ADITIVO CONTRATURAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 001/2016, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DE REFEITORIO, COZINHA E DEPOSITO DA APAE.

Contratante: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE-MT.

Contratado: C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Objeto: Fica prorrogado a vigência do contrato até 14 de Março de 2020.

Data de assinatura: 17 de Agosto de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: E. DE S. BRANDÃO – GRÁFICA EDITORA EXATA – ME, CNPJ nº 29.115.096/0001-15

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/2020

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	ROA- REGISTRO DE OCORRÊNCIA AMBULATORIAL - 21X30 CM - COR 1X0 - BLOCO COM 50X1- OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	500	R$ 1,60	R$ 800,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)					

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
13	RECEITUARIO B (AZUL) – 10X21 CM—BLOCO COM 100 X1- INCLUSO PROVA DIGITAL GRAFICA REGISTRADA PELA ANVISA.	BLOCO	300	R$ 0,66	R$ 198,00
14	RECEITUÁRIO MÉDICO 01 VIA- 10X21 - COR 1X0 EM OFFSET 56 GRAMAS.	BLOCO	5.000	R$ 0,98	R$ 4.900,00
15	RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL BLOCO C– 15X21 CM— (DUAS VIAS) BLOCO COM 50X2- EXTRA-COPY INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	2.000	R$ 3,05	R$ 6.100,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.198,00 (ONZE MIL CENTO E NOVENTA E OITO REAIS)					

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
43	CAPAS PARA PROCESSO EM CARTOLINA 180 GR C/ FURO – BRANCA.	UNIDADE	6.000	R$ 0,21	R$ 1.260,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.260,00 (UM MIL DUZENTOS E SESSENTA REAIS)					

LOTE 36

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
78	FORMULARIO AUTO TERMO 21X30 CM PAPEL OFFSET 75 G BLOCO 50X3 AUTOCOPIATIVO E NUMERADO	BLOCO	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS)					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 14.258,00 (QUATORZE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MARIA LUIZA P. DE MATOS – ME, CNPJ Nº 30.635.573/0001-52

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/2020

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CARIMBO AUTOMATICO - 20	UNIDADE	200	R$ 25,00	R$ 5.000,00
02	CARIMBO AUTOMATICO - 30	UNIDADE	80	R$ 30,00	R$ 2.400,00
03	CARIMBO AUTOMATICO - 40	UNIDADE	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
04	CARIMBO AUTOMATICO - 50	UNIDADE	50	R$ 31,00	R$ 1.550,00
05	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO	UNIDADE	100	R$ 20,00	R$ 2.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 14.950,00 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	LAUDO PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR 21X31 CM- 1X0 COR – BLOCO COM 50X02- EXTRACOPY- INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	600	R$ 7,00	R$ 4.200,00
17	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO / AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL 21X31CM - 1X0 COR BLOCO COM 50X2-EXTRACOPY- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	200	R$ 6,50	R$ 1.300,00
18	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE APAC 22X30 CM 1X1 COR BLOCO 100X1 OFFSET 75 GR-INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	100	R$ 5,50	R$ 550,00
19	CONTROLE DE ENTREGA INDIVIDUAL DE PROTESE DENTARIA - (APAC) 21X31 CM -1X0 COR- BLOCO- COM 100X1 OFFSET- 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	70	R$ 5,00	R$ 350,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.400,00 (SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)					

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
21	SOLICITAÇÃO DE RADIODIAGNÓSTICO - 21X31 CM- 1X0 COR – BLOCO COM 50X02- EXTRACOPY- INCLUSO PROVA DIGITAL	BLOCO	500	R$ 6,40	R$ 3.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS)					

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
23	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO 21X32 CM- 1X1 COR- BLOCO COM 100X1 OFFSET 75GR- INCLUSO PROVA DIGITAL.	BLOCO	150	R$ 3,80	R$ 570,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 570,00 (QUINHENTOS E SETENTA REAIS)					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 25.120,00 (VINTE E CINCO MIL CENTO E VINTE REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: VT PRINT OUTDOOR E GRÁFICA EIRELI – ME, CNPJ Nº 04.135.560/0001-04

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – PREGÃO Nº 099/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 04/10/2019 À 03/10/202

LOTE 31

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
71	REVISTA 44 PÁGINAS - CAPA 20X30CM, COUCHÊ 250GR, 4X4 CORES, APLIQUE BOPP E VERNIZ LOCALIZADO - MIOLO 20X30CM, COUCHÊ 115GR, 4X4 CORES.	UNIDADE	5.000	R$ 4,81	24.050,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 24.050,00 (VINTE E QUATRO MIL E CINQUENTA REAIS).					

LOTE 32

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
72	REVISTA 68 PÁGINAS - CAPA 20X30CM, COUCHÊ 250GR, 4X4 CORES, APLIQUE BOPP E VERNIZ LOCALIZADO - MIOLO 20X30CM, COUCHÊ 115GR, 4X4 CORES.	UNIDADE	5.000	R$ 7,01	R$ 35.050,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 35.050,00 (TRINTA E CINCO MIL E CINQUENTA REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 59.100,00 (CINQUENTA E NOVE MIL E CEM REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

PEDRO JOSE LEHNEN, GERALDO MATIAS LEHNEN E LUIZ NELSON LEHNEN , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 20 DA QUADRA 14, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 028/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 028/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de **registrar preços para aquisições futuras e parceladas de pastas e envelopes para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 18/10/2019, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 04 de outubro de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto nº 006/2018

CHEFE DE GABINETE
EDITAL Nº002/2019, DE 4 DE OUTUBRO DE 2019

ODIRLEI PEREIRA DA SILVA, presidente da Comissão Especial Eleitoral-CEE, no uso de suas atribuições legais, previstas no item 6.6 do Edital nº 001/2019/CMDCA e;

CONSIDERANDO o indeferindo do recurso interposto pela candidata KELLY BORGES MACHADO visando desconstituir a decisão de cassação do registro de sua candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar para o quadriênio 2020/2023, proferida pela Comissão Especial Eleitoral,

RESOLVE

1.Retificar a relação dos candidatos habilitados ao processo de eleição unificada ao cargo de Conselheiro Tutelar de Campos de Júlio/MT-quadriênio 2020/2023-, para suprimir o nome da candidata supra mencionada, passando a vigorar da seguinte forma:

DEFERIDOS	
ADRIANA DE SOUZA COSTA GAIO	**CPF: 527.328. 942-49**
ELENA RANGEL SCHMITZ	**CPF: 596.823.290-00**
ENAILY GECICA MARTINS DE ASSIS	**CPF: 042.368.791-31**
GISLAINE DA SILVA GUEDES DE QUEIROZ	**CPF: 659.978.672-34**
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA	**CPF: 662.294.481-49**
JOICE MARA POSSAMAI	**CPF: 933.229.841.68**
LAURINDA DA SILVA	**CPF: 025.963.461-17**
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI	**CPF: 033.450.749-90**
LUZIA VELANI NOGUEIRA	**CPF: 915.706.891-72**
MARIA BETANIA INACIO DOS SANTOS	**CPF: 349.443.112-49**
MIRELY KAROLINA BALBINO VIEIRA	**CPF: 046.720.181-13**

Campos de Júlio, 4 de outubro de 2019

Publique-se e comunique-se ao Ministério Público, na forma do item 6.6 do Edital nº001/2019/CMDCA.

ODIRLEI PEREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, por meio do Presidente da Comissão de Seleção instituída pela Decreto Municipal nº 99/2017, torna público o RESULTADO do Chamamento Público visando a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termos de colaboração que tenham por objetivo em coordenação de pela Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais(APAE) de Campos de Júlio, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº 51, de 09 de junho de 2017.

Para o projeto voltado à execução do Projeto pela Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais de Campos de Júlio, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.471.924/0001-88, cuja proposta apresentada foi no valor global de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), valor mensal de 15. 000,00(quinze mil reais).

Informações através do fone (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 04 de outubro de 2019.

Delonei Valmorbida

Presidente da Comissão de Seleção

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 027/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 027/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de **registrar preços para aquisições futuras e parceladas de materiais gráficos para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 17/10/2019, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 04 de outubro de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto nº 006/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 353/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 353/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE,, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora pública municipal Sr.ª **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4600266, emitida por DGPC/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 992.905.881-87, para exercer o cargo de **GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2019, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 04 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 351/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 351/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor público municipal, Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682185-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 004.764.571-73, do cargo de **ASSESSOR DA ASSESSORIA TÉCNICA - ASSETEC**, deste município**,** nomeado pela portaria n. 176/2019, de 02 de maio de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 04 de Outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL DE RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: ITEC CONSULTORIA

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

CONTADOR - CANABRAVA DO NORTE - MT

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CONH	LEG	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001193	DULCIMAR LACERDA SILVA	12,00	12,00	33,00	57,00	1º	Aprovado
0001114	DANIEL LUIZ BRITO	16,00	14,00	27,00	57,00	2º	Classificado - CR
0001098	JONATHAS PINHEIRO CIRQUEIRA	14,00	12,00	30,00	56,00	3º	Classificado - CR
0001003	NELSON RICARDO ALVES DE SOUZA	6,00	12,00	27,00	45,00	4º	Classificado - CR
0001143	MÁRCIA APARECIDA COSTA	10,00	10,00	24,00	44,00	5º	Classificado
0001152	ADRIANE GERALDINA DUFFEK	6,00	12,00	21,00	39,00	6º	Classificado
0001056	GILMAR SOARES DA SILVA	12,00	14,00	12,00	38,00	7º	Classificado
0001031	ANGELA FERREIRA ARAÚJO	10,00	12,00	15,00	37,00	8º	Classificado
0001190	EZEQUIEL FERREIRA MACHADO	6,00	12,00	18,00	36,00	9º	Classificado
0001154	VANESSA NUNES PEREIRA	8,00	14,00	12,00	34,00	10º	Classificado
0001022	LUCAS RAFAEL RAUBER	6,00	14,00	12,00	32,00	11º	Classificado
0001219	MARIA LINA FERREIRA MARINHO	4,00	16,00	9,00	29,00	12º	Classificado
0001176	CLEIDIANE DE SOUSA AGUIAR DA COSTA	4,00	6,00	18,00	28,00	13º	Classificado
0001009	JOAO JOSE VAZ	8,00	6,00	12,00	26,00	14º	Classificado
0001105	JOSE LEMES DE SANTANA	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001162	MARIA ALVES DE BRITO	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001177	LEURIMAR SOUSA DE CARVALHO	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001116	CLEITON BARBOSA DA SILVA	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001010	ROSIMEYRE RIBEIRO ALVES	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001029	LUCILENE FERNANDA DE ABREU CARDOSO	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001006	DEBORAH CHAGAS PAZ	-	-	-	-	-	Desclassificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: ITEC CONSULTORIA

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROFESSOR - LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - CANABRAVA DO NORTE - MT

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CONH	LEG	LS	MS	DR	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001054	ELIANE LUZ BRITO	16,00	20,00	48,00	1,50	0,00	0,00	85,50	1º	Aprovado
0001168	DANUBIA LUCAS AMARAL MARCONDES	16,00	18,00	51,00	-	-	-	85,00	2º	Aprovado
0001027	VALQUIRA MACHADO DE OLIVEIRA	14,00	14,00	54,00	1,50	0,00	0,00	83,50	3º	Aprovado
0001085	ELBE LUZ BRITO	12,00	16,00	54,00	1,50	0,00	0,00	83,50	4º	Aprovado
0001182	ANDRIA GUIMARÃES DA SILVA	12,00	20,00	51,00	-	-	-	83,00	5º	Aprovado
0001117	ADELIANE VIANA DA SILVA RODRIGUES	12,00	16,00	54,00	-	-	-	82,00	6º	Aprovado
0001200	DANIELLE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA COSTA	14,00	12,00	54,00	1,50	0,00	0,00	81,50	7º	Aprovado
0001144	MÁRIA DINIZ DE JESUS PEREIRA	12,00	14,00	54,00	1,50	0,00	0,00	81,50	8º	Classificado - CR
0001050	LUZIA LOPES DA SILVA	10,00	16,00	54,00	1,50	0,00	0,00	81,50	9º	Classificado - CR
0001039	WESLEY LOPES FONSECA	14,00	14,00	51,00	1,50	0,00	0,00	80,50	10º	Classificado - CR
0001052	EDINALDO TRINDADE GONÇALVES DOS SANTOS	10,00	16,00	54,00	-	-	-	80,00	11º	Classificado - CR
0001139	GIVANILDO SOUSA GONÇALVES	10,00	14,00	54,00	0,00	2,00	0,00	80,00	12º	Classificado
0001024	DEIZINERE DA VEIGA FERREIRA	8,00	18,00	54,00	-	-	-	80,00	13º	Classificado
0001002	ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA	12,00	20,00	48,00	-	-	-	80,00	14º	Classificado
0001049	LEOMAR SILVA PACHECO	14,00	16,00	48,00	1,50	0,00	0,00	79,50	15º	Classificado
0001205	FERNANDO XAVIER MARQUES	12,00	16,00	51,00	-	-	-	79,00	16º	Classificado
0001214	CLAUDIA DA SILVA GONÇALVES	12,00	12,00	54,00	0,00	0,00	0,00	78,00	17º	Classificado
0001199	LILIAN RWANY SOUSA COELHO	12,00	8,00	57,00	-	-	-	77,00	18º	Classificado
0001206	DIVINA ANGELA BEZERRA DA SILVA	16,00	10,00	51,00	-	-	-	77,00	19º	Classificado
0001128	ANDRE LACERDA ALENCAR	10,00	16,00	51,00	-	-	-	77,00	20º	Classificado
0001185	ROSANGELA LOPES DOS SANTOS	14,00	10,00	51,00	1,50	0,00	0,00	76,50	21º	Classificado
0001048	MARIA CELMA ARAUJO RAMOS	10,00	14,00	51,00	1,50	0,00	0,00	76,50	22º	Classificado
0001115	VERÔNICA SALUSTIANA BEZERRA	12,00	10,00	54,00	-	-	-	76,00	23º	Classificado
0001019	EDVANESSA CRISTINA DOS REIS	14,00	18,00	42,00	1,50	0,00	0,00	75,50	24º	Classificado
0001122	JHONNATHAN RODRIGUES DO NASCIMENTO	6,00	18,00	51,00	-	-	-	75,00	25º	Classificado
0001167	WELIKA KESLEY GOMES DE ARAUJO SOUZA	14,00	14,00	45,00	1,50	0,00	0,00	74,50	26º	Classificado
0001147	JUILMA SANTANA LARCERDA	6,00	12,00	54,00	1,50	0,00	0,00	73,50	27º	Classificado
0001135	MARIA RITA DO NASCIMENTO SILVA	10,00	20,00	42,00	1,50	0,00	0,00	73,50	28º	Classificado
0001195	LUCIANA ALVES DE FREITAS	10,00	12,00	51,00	-	-	-	73,00	29º	Classificado
0001057	ELIZIMAR ALVES DOS SANTOS AMORIM	8,00	14,00	51,00	-	-	-	73,00	30º	Classificado
0001044	JOSELITA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	8,00	12,00	51,00	1,50	0,00	0,00	72,50	31º	Classificado
0001069	DALVA GOMES DA LUZ MARINHO	6,00	14,00	51,00	1,50	0,00	0,00	72,50	32º	Classificado
0001084	ALESSANDRA CRISTINA ROCHA	12,00	18,00	42,00	-	-	-	72,00	33º	Classificado
0001121	JACIRLENE PEREIRA SANTOS NASCIMENTO	12,00	18,00	42,00	-	-	-	72,00	34º	Classificado
0001094	ODILENE HONORATO CAMPOS	8,00	14,00	48,00	1,50	0,00	0,00	71,50	35º	Classificado
0001170	MARILENE PEREIRA CHAVES ABREU	8,00	12,00	51,00	-	-	-	71,00	36º	Classificado
0001146	MARIA DE JESUS SANTOS NASCIMENTO	4,00	16,00	51,00	-	-	-	71,00	37º	Classificado
0001203	ERONILDA SOUSA AGUIAR	10,00	16,00	45,00	-	-	-	71,00	38º	Classificado
0001173	DANIELA MOREIRA PARENTE	8,00	14,00	48,00	-	-	-	70,00	39º	Classificado
0001014	ROSIMERI APARECIDA DE OLIVEIRA	14,00	14,00	42,00	-	-	-	70,00	40º	Classificado
0001033	EDILEUZA CORTES DA SILVA	10,00	10,00	48,00	1,50	0,00	0,00	69,50	41º	Classificado
0001198	NALMA PEREIRA DA SILVA	8,00	18,00	42,00	1,50	0,00	0,00	69,50	42º	Classificado
0001065	FABÍOLA DA SILVA AGUIAR	10,00	14,00	45,00	-	-	-	69,00	43º	Classificado
0001186	JOÃO ELIAS DE FREITAS NETO	8,00	16,00	45,00	-	-	-	69,00	44º	Classificado
0001123	ALESSANDRA ALVES DA ROCHA	10,00	12,00	45,00	1,50	0,00	0,00	68,50	45º	Classificado
0001166	VALDIRENE SOUZA SILVA	14,00	14,00	39,00	1,50	0,00	0,00	68,50	46º	Classificado
0001107	PATIELE VIEIRA ROCHA	10,00	18,00	39,00	1,50	0,00	0,00	68,50	47º	Classificado
0001129	CRISTIELE ROSA MAZETTO	12,00	14,00	42,00	-	-	-	68,00	48º	Classificado
0001082	CARME LUCIA BUENO DE SOUZA	8,00	10,00	48,00	1,50	0,00	0,00	67,50	49º	Classificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: ITEC CONSULTORIA

RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

0001005	ALICE ALVES LIMA	6,00	12,00	48,00	1,50	0,00	0,00	67,50	50º	Classificado
0001165	ALINE REGO DE OLIVEIRA	14,00	14,00	39,00	-	-	-	67,00	51º	Classificado
0001175	SELMA RAMOS DE SOUSA TAVARES	8,00	10,00	48,00	-	-	-	66,00	52º	Classificado
0001097	MARIA DO SANTO HONORATO CAMPOS MOREIRA	8,00	10,00	48,00	-	-	-	66,00	53º	Classificado
0001053	SUNAMARA SOUSA FEITOSA DE MORAES	12,00	12,00	42,00	-	-	-	66,00	54º	Classificado
0001071	ROSICLEIA FERREIRA ROCHA	10,00	10,00	45,00	-	-	-	65,00	55º	Classificado
0001148	NEUILSON DA SILVA LIMA	8,00	18,00	39,00	-	-	-	65,00	56º	Classificado
0001060	LINDINALVA ABREU SANTOS	10,00	14,00	39,00	-	-	-	63,00	57º	Classificado
0001042	VALDERI PEREIRA DE JESUS	10,00	10,00	42,00	-	-	-	62,00	58º	Classificado
0001158	MARIA APARECIDA FRANCISCA DOS SANTOS	8,00	12,00	39,00	1,50	0,00	0,00	60,50	59º	Classificado
0001209	IONE PEREIRA DA SILVA	6,00	14,00	39,00	1,50	0,00	0,00	60,50	60º	Classificado
0001023	MARIA EUSELIA VIEIRA DA SILVA	4,00	16,00	39,00	1,50	0,00	0,00	60,50	61º	Classificado
0001096	JOÃO PAULO COELHO DE MATOS	10,00	10,00	39,00	-	-	-	59,00	62º	Classificado
0001131	DANYELA MARTINS TRINDADE	6,00	10,00	42,00	-	-	-	58,00	63º	Classificado
0001099	RAYANE CRISCIELLA SANTOS VIEIRA	14,00	8,00	36,00	-	-	-	58,00	64º	Classificado
0001095	CLEIMOM FERREIRA DE SOUZA	8,00	14,00	36,00	-	-	-	58,00	65º	Classificado
0001202	LUCIANA SILVA DE SOUZA	6,00	16,00	36,00	-	-	-	58,00	66º	Classificado
0001149	ROSINHA LIMA DOS SANTOS SILVA	8,00	6,00	42,00	1,50	0,00	0,00	57,50	67º	Classificado
0001038	CARLOS FERREIRA MARINHO	6,00	12,00	39,00	-	-	-	57,00	68º	Classificado
0001100	LUCIA MARIA PEREIRA REGO	4,00	14,00	36,00	1,50	0,00	0,00	55,50	69º	Classificado
0001194	POLIANNY LIBERAL DA COSTA	12,00	10,00	30,00	1,50	0,00	0,00	53,50	70º	Classificado
0001088	SELMA MARTINS PEREIRA MASCHIO	8,00	14,00	30,00	-	-	-	52,00	71º	Classificado
0001102	SOLANGE FERREIRA DA SILVA	6,00	12,00	33,00	-	-	-	51,00	72º	Classificado
0001112	REJANE ALVES ARAÚJO ESPANHOL	6,00	10,00	33,00	-	-	-	49,00	73º	Classificado
0001013	MARIA GENY RODRIGUES BRITO	8,00	10,00	30,00	-	-	-	48,00	74º	Classificado
0001120	MISLAINE FERREIRA DA SILVA	6,00	12,00	30,00	-	-	-	48,00	75º	Classificado
0001017	SANDRA MACEDO DE MORAIS SOUZA	6,00	8,00	33,00	-	-	-	47,00	76º	Classificado
0001075	AMANDA RAIELY SANTOS DE ABREU	8,00	12,00	27,00	-	-	-	47,00	77º	Classificado
0001142	ROSALINA ALES BARRETO	6,00	14,00	27,00	-	-	-	47,00	78º	Classificado
0001008	CRISTIANA SOUSA DE JESUS RIBEIRO	6,00	6,00	27,00	-	-	-	39,00	79º	Classificado
0001216	GOIACI CECILIA PIRES LUZ	4,00	6,00	27,00	-	-	-	37,00	80º	Classificado
0001016	JULIO PAULA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001204	NERIA BRITO DOURADO DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001151	MARINEIDE AIRES CARNEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001179	LEIRE REGINA DOS SANTOS SOUSA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001111	ANA LUCIA PEREIRA RODRIGUES	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001156	LUCIMARA CARMEM KEDING	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001035	MARAJANE PEREIRA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001138	MARCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001012	MARIA RAIMUNDA DE SÁ MENDES	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001062	KÁRITA CARLOS DE SOUZA FELL	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001063	SUELLEN CRISTINA DA SILVA FRANCO MATEUS	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0001160	NUBIA SOUSA BOTELHO	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

Edital de Resultado e Classificação Final

Telefone: (66) 98443-6969

“Dispõe sobre a relação de resultado e classificação final.”

O Instituto responsável pela organização e coordenação do certame, ITEC, no uso das atribuições concedidas pelo Edital n. 001/2019 que normatiza o Concurso Publico da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, vem, após a verificação de regularidade, apresentar:

1- Relação de resultado e classificação final. Conforme a relação anexa:

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

Canabrava do Norte -MT 26 de Setembro de 2019

_____

ITEC

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 352/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 352/2019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora pública municipal Sr.ª **GABRIELA PEREIRA LIMA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 20. 407.202, emitida por SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 491.571.241-91, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS,** deste município**.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2019, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 04 de outubro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 007/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em **consultoria de gestão pública nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade, tesouraria, Gestão de Pessoas e orientação nos casos de apontamentos do Tribunal de Contas do Estado,** com acompanhamento no despacho de processos administrativos, na emissão de pareceres técnicos e orientação no cumprimento das normas legais e na formalidade correta dos procedimentos administrativos, conforme detalhamento estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

REALIZAÇÃO: 29/10/2019.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário **das 12:00 às 18:00 horas**, pelo e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br.** Poderão participar Do certame todas as empresas legalmente estabelecidas no país, que estejam devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Canarana-MT ou que atenderem aos requisitos e às condições para cadastramento **até o terceiro dia anterior** à data da abertura dos envelopes, nos termos do § 2° do art. 22 da Lei n° 8.666/93..

Canarana - MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

ALEX MARCATO GONÇALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA Nº 547/2019

De 02 de Outubro de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidora no cargo de Agente Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 126/2019, Pregão presencial nº 031/2019**, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventualcontratação de empresa para prestação de serviços mensais, com presença física de no mínimo 03 (três) técnicos diariamente, 08 (oito) horas por dia de segunda a sexta feira, especializado em manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, rede logica, linhas telefônicas fixas, centrais de PABX e equipamentos de ponto eletrônico, para atender as diversas secretarias do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital.

Art.2º - Nomear **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidor no cargo de Auxiliar de Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 de Outubro de 2019**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 087/2019

TERMO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 087/2019

PROCESSO Nº 057/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019

O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, e,

CONSIDERANDO a falha humana de servidores do setor de compras e licitações, que realizaram o erroneamente no sistema BETHA COMPRAS o cadastro do contrato com a numeração constante neste termo;

CONSIDERANDO que o contrato com a numeração correta firmado com a empresa **JAIR LOPES DOS SANTOS-ME**, inscrita no CNPJ nº 18.485.762/0001-90, estabelecida na Rua Ijui, nº 294 – Loja 04, Bairro Centro, Canarana-MT é o de **nº 108/2019** devidamente assinado em 06/06/2019;

CONSIDERANDO que tendo em vista razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, existe também a necessidade de que o **contrato nº 087/2019 seja anulado**, pois somente será possível a execução dos serviços através do **contrato nº 108/2019**;

CONSIDERANDO que o ato administrativo é uma manifestação de vontade funcional apta a gerar efeitos jurídicos, produzida no exercício da função administrativa e que osatos administrativos estão aptos a produzir efeitos e podem ser extintos de diversas formas e uma das modalidades de extinção **é a anulação;**

CONSIDERANDO os requisitos de validade do ato administrativo são a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto e neste caso o **contrato nº 087/2019** perdeu a finalidade;

CONSIDERANDO que a possibilidade de anulação de decisões no âmbito do processo administrativo foi regulada pelo art. 53, da Lei n.º 9.784/1999 e também a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal estabelecem também que ***"a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".***

CONSIDERANDO ainda que a Súmula 473 foi editada em 03 de outubro de 1969, sendo uma das mais conhecidas súmulas de Direito Administrativo, porque reforça o poder de **autotutela administrativa**, segundo o qual se a Administração pode agir de ofício, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, ela também poderá **rever** seus atos de ofício.

CONSIDERANDO que a revisão dos atos pela Administração implica no poder de declarar a sua nulidade, caso haja vício, que é tratado também no conteúdo da Súmula 346/STF, mas também o de **revogar o ato**, por motivo de conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO por fim que o ocorrido **não causará nenhum prejuízo aos cofres públicos**, bem como, na execução dos serviços com a empresa **JAIR LOPES DOS SANTOS – ME**, pois firmou-se com a mesma o contrato nº 108/2019 em 06/06/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular para todos os efeitos legais o **contrato nº 087/2019** o qual seria firmado com a empresa **JAIR LOPES DOS SANTOS-ME**, inscrita no CNPJ nº 18.485.762/0001-90, estabelecida na Rua Ijui, nº 294 – Loja 04, Bairro Centro, Canarana-MT, vencedora do certame na modalidade **pregão presencial nº 017/2019**, oriundo do processo nº 057/20119.

Art.2º - O efeito da anulação do contrato acima mencionado atinge a totalidade de suas clausulas, e **com efeitos retroativos ao dia 14/05/2019** e está condicionado à publicação deste termo no mural desta municipalidade e posteriormente na impresa oficial.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Canarna-MT., 30 de Agosto de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

DATA: 04/10/2019

VIGENCIA: 04/10/2020

PROCESSO: 126/2019

PREGÃO: 031/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretarias Municipais de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para prestação de serviços mensais, com presença física de no mínimo 03 (três) técnicos diariamente, 08 (oito) horas por dia de segunda a sexta feira, especializado em manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática, rede logica, linhas telefônicas fixas, centrais de PABX e equipamentos de ponto eletrônico, para atender as diversas secretarias do Município de Canarana-MT**, conforme especificações do edital.

EMPRESA VENCEDORA:

VENCEDOR DOS ITENS; 001 a 005 – **W.S. BARROS INFORMATICA.**

VALOR TOTAL: R$ 180.000,00 (Cento e Oitenta mil reais).

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2019.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Concorrência nº. 001/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de **Sistema de Abastecimento de Água em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais**, conforme Termo de Convênio FUNASA nº CV 1548/17**,** conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, especificações técnicas ede acordo com os anexos do Edital.

REALIZAÇÃO: 11/11/2019.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 12:00 às 18:00 horas, pelo e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br** até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

ALEX MARCATO GONÇALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA Nº 546/2019

De 02 de Outubro de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDIVAN COLOMBO**, servidor no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 124/2019, Pregão presencial nº 030/2019**, que tem por objeto o **R**egistro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer, conforme especificações do edital.

Art.2º - Nomear **MARLI INES LONDERO**, servidor no cargo de Agente Administração, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 de Outubro de 2019**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o Pregão Presencial nº 031/2019, menor preço por Item, realizado na sessão pública no dia 04/10/2019, foi declarado vencedor a empresa; **W.S. BARROS INFORMATICA** dos itens 001 a 005, conforme ata da sessão**.**

Canarana-MT, 04 de Outurbro de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 548/2019

De 02 de Outubro de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **THATIANA TIMO CARNEIRO DOS SANTOS**, servidor no cargo de Gerente Executivo dos conselhos da Assistência Social**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 130/2019, Dispensa de Licitação nº 066/2019**, que tem por objeto *Contratação de empresa para apresentações em evento no dia 12 de outubro de 2019 em comemoração ao dia da criança.*

Art.2º - Nomear **RENATA SORAYA REYES**, servidora no cargo de Professora Educação Infantil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 de Outubro de 2019**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO Nº. 291/2019

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Membros, que comporão a Comissão de Transporte Escolar, para o biênio 2019/2021.

Representantes da Assessoria Pedagógica:

Jair Lourenço da Silva - CPF 592.956.279-20 - **Presidente**

Representante de Pais:

Titular: Keila Cristina Basseto - CPF: 024.815.401-07

Suplente: Ellen Patrícia de Oliveira Bitencourt - CPF: 020.499.091-28

Representante dos Professores Municipais:

Titular: Sandra dos Santos - CPF: 964.743.601-78

Suplente: Zelinda de Souza Fernandes Pereira - CPF: 814.049.131-49

Representante dos Professores Estaduais:

Titular: José Renato Sabino de Souza - CPF: 029.789.351-38

Suplente: Valdirene de Freitas Conti - CPF: 559.260.291-04

Representante do Conselho do FUNDEB/PNATE

Titular: Juvenal Lira da Silva - CPF: 800.762.381-72

Suplente: Andressa da Silva Theodoro Dancini – CPF: 047.546.651-98

Representante do Poder Executivo

Marilda da Silva, CPF:791.009.961-49

Representantes de Alunos

Titular: Fernanda Munhoz Kuntz - CPF: 050.272.961-93 - **Secretária**

Suplente: Alessandra Aparecida de Oliveira da Rocha – CPF 062.075. 581-46

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 280/2019

SÚMULA: "INTERROMPE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal de Carlinda/MT continuar o atendimento de serviços e atividades na Secretaria Municipal de Educação para uma administração com eficiência, conforme preceitua o art. 37, ***caput***, da CF/88.

CONSIDERANDO o grande índice de servidores com pedidos de concessão de licença prêmio, nesta administração municipal.

CONSIDERANDO que ficam preservados os direitos do servidor à Licença Prêmio nos termos o art. 122 e seguintes da lei 892/2015.

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **INTERROMPIDA** a **LICENÇA PREMIO** do servidor **MILTON PEREIRA SOARES** concedida por meio da Portaria nº 208/2019**,** com seu retorno ao Cargo de **MOTORISTA CNH-D/E,** lotado na Secretaria Municipal de Educação**.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de outubro de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 290/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO CELEBRADOS EM PARCERIA COM O INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º- Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados**,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, relativos aos Planos de Trabalho nos Termos de Parceria celebrados com **Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás,** a partir do dia 04 de outubro de 2019.

Viviani Rocha da Silva - Secretaria Municipal de Saúde – **Termo de Parceria n.º 01/2017**;
Fabiana Aparecida Simonato - Secretaria Municipal de Educação – **Termo de Parceria n.º 02/2017**;
Ana Lucia da Silva do Prado - Secretaria Municipal de Assistência Social – **Termo de Parceria n.º 03/2017;**
José Roberto Linares - Secretaria Municipal de Obras - **Termo de Parceria n.º 05/2017**;

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se todas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 292/2019

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS CUSTOS INDIRETOS RELATIVOS AOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS COM O INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo1º- Fica constituída a Comissão **para análise dos custos indiretos relativos aos Termos de Parceria celebrados com o Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás, com a finalidade de atender ao disposto no item IV do ACÓRDÃO 266/2019 – TP, sessão de julgamento em 21 e maio de 2019 – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**

Processo n.º 12275-0/2019.

Daiane Mariana da Silva Benfica;

Avelino Floriano Korzekwa

Diana Belini Marques

Joseane de Oliveira da Silva de Lima

Elaine Juviniano de Lima

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 04 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **LOURDES GASSEN ME,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 04 de Outubro de 2019.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de Cocalinho, através do seu pregoeiro, torna público aos interessados que realizou a licitação 021/2019 na modalidade Pregão Presencial para Futuras e Eventuais Aquisições de Pneus, Câmaras de ar e Protetores, em atendimento a prefeitura e suas unidades. E sagrou-se vencedoras as empresas: PNEUS VIA NOBRE LTDA e H.W.C DA SILVA-ME.

Cocalinho, 04 de Outubro de 2019.

Divino Cândido Cardoso.

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3079/2019 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAR PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Projeto de Lei: 068/2019

Autor: Poder Executivo

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **NOBORU TOMIYOSHI,** PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

ARTIGO 1º: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Processo Seletivo Simplificado e contratar em regime de excepcionalidade

temporária e por prazo determinado, pessoal para preencher vagas existentes no atual quadro de pessoal, que não foram preenchidas através de Concurso Público, e cuja contratação deverá ser efetivada a partir da data de 1º de Janeiro de 2.020 e término em 31 de Dezembro de 2.020.

PARÁGRAFO 1º: O prazo de contratação e o pessoal de que trata esta Lei, poderá ser reduzido, mediante a realização de Concurso Público para o preenchimento das vagas existentes, na data da nomeação e efetiva posse dos candidatos aprovados.

PARÁGRAFO 2º: As vagas a serem preenchidas são correspondentes aos cargos constantes do quadro abaixo:

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCTO
Professor a) Ensino Superior (licenciatura)	30 horas	56 + CR	R$ 2. 878,62
Técnico em Desenvolvimento Infantil: a) Nível Médio	30 horas	15 + CR	R$ 1. 546,50
Apoio Administrativo Educacional- Manutenção da Infraestrutura (zeladora) a) Nível Médio	30 horas	07 + CR	R$ 1. 546,50
Apoio Administrativo Educacional – Nutrição (cozinheira) a) Nível Médio	30 horas	07 + CR	R$ 1. 546,50
Apoio Administrativo Educacional-Motorista a) Nível Médio (CategoriaHabilitação -D/E)	30 horas	Cadastro Reserva	R$ 1. 546,50
Técnico Administrativo Educacional a) Nível Médio	30 horas	Cadastro Reserva	R$ 1. 546,50
Profissional de Educação Física com formação em Bacharelado ou licenciatura com atuação plena - conforme Resolução 07/ 2004 do CNE/MEC	40 horas	01 + CR	R$ 5. 055,06
a) Nível Superior	20 horas	04 + CR	R$ 2. 527,52

ARTIGO 2º: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal na vacância de cargos e funções, além das vagas constantes do quadro acima, em razão de demissões, exonerações, férias, licença maternidade, licença médica e afastamentos de servidores públicos concursados até a realização de Concurso Público.

ARTIGO 3º: A contratação de pessoal autorizado por força desta Lei deverá ser precedida da realização de Processo Seletivo Simplificado, especialmente constituído para este fim, cuja contratação deverá obedecer a Lei nº 2.767/2014.

ARTIGO 4º: Os recursos orçamentários para atender a presente Lei serão aqueles constantes no orçamento vigente e futuro, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 04 de outubro de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE Nº 297/2019

TERMO DE POSSE Nº 297/2019

TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 04 (quatro) dias do mês de outubro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. dos Pinhais, nº119, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO**, brasileiro, divorciado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 878567 SSP/MT e CPF/MF nº 459.731.481-49, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 024, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR ELIEZIO DA COSTA MORAES,** Brasileiro, casado, portador do CPF nº 040.917.431-96 e do RG nº 2283895-3 SSP/MT, para a investidura no cargo efetivo de **VIGIA - SEDE,** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificado (a) em 14º. lugar, **VIGIA – SEDE,** 40 horas semanais, com a pontuação de 77,50 pontos; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017,e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017.Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: **04/10//2019.**

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

ELIEZIO DA COSTA MORAES

CPF Nº. 040.917.431-96

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 321/GP/2019

PORTARIA Nº321/GP/2019, DE 02 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder gratificação de **30%** (trinta por cento) sobre o salário base de Professor Magistério, 40 horas, para a Servidora **Ilma Karnitz,** matricula nº. 1457, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 222414 SPC/ES e CPF n° 395.254.907-00, efetiva no Cargo de Professora, 40 horas, para exercer a Função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol, Vinculado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 02 de outubro de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 836 DE 4 DE OUTUBRO DE 2019

LEI Nº 836 DE 4 DE OUTUBRO DE 2019

Sumula:"Dispõe sobre a concessão de benefícios para o pagamento de débitos em atrasos, vencidos até a data de 31 de dezembro de 2017, estabelece normas para sua cobrança e dá outras providências".

O Sr. **Jesineisom De Aguiar Brandão,** Prefeito Municipal Interino do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação na Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º - Os créditos municipais de natureza tributária e fiscal, vencidos até a data de 31 de dezembro de 2017, inscritos ou não em dívida ativa e, que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser pagos até o dia 31 de dezembro de 2019, de acordo com os seguintes critérios e benefícios:

I – Se pagos à vista, até a data de 31 de dezembro de 2019, será concedido um desconto de 100% (cem por cento) na multa e nos juros devidos, com descontos de 10% no valor do capital (vetado a emenda legislativa);

II – Será concedido desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o devedor que optar pelo pagamento do débito em até 3 (três) parcelas (vetado a emenda legislativa que alterava para 100% (cem por cento) ;

Parágrafo Primeiro - Para fins do disposto neste artigo o valor das parcelas não poderá ser inferior a:

I – 07 UPFM para sujeito passivo que seja pessoa física;

II – 10 UPFM para sujeito passivo que seja pessoa jurídica.

Parágrafo Segundo – O benefício de que trata a presente lei, abrange a todos os créditos tributários e fiscais municipais, reclamados em qualquer fase de tramitação judicial ou administrativa.

Art. 2º - Os contribuintes que mantenham em curso processos administrativos ou judiciais, impugnando valores devidos, deverão renunciar aos feitos para fazerem jus aos benefícios previstos nesta lei.

Art. 3º - Não havendo pagamento na forma do artigo 1º dessa Lei, a dívida será encaminhada para imediata execução fiscal, retornando ao ***"status quo"*****,** deixando o devedor automaticamente de fazer jus ao desconto concedido.

Art. 4º - O disposto nesta Lei não alcança os pagamentos já efetuados em relação aos débitos objeto de parcelamento administrativo ou judicial, efetuados em data anterior a esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2019, ficando revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza,Estado de Mato Grosso, em 4 de outubro de 2019.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

PORTARIA N° 058/2019

PORTARIA N° 058/2019

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear para ocupar Cargo Comissionado de **Secretário Geral DAS – 04,** da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, **a Srª. Geisiane Gonçalves dos Santos,** Portadora do RG nº 5.527.125-1 SSP/SC e do CPF nº 054.617.511-21**.**

Art. 2° - A servidora a que se refere o artigo anterior fará jus à remuneração disposta na legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 04 de outubro de 2019.

Johnatan Bretas

Presidente-Interino

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
JUSTIFICATIVA DO VETO AS EMENDAS MODIFICATIVAS CONTIDAS NO PROJETO DE LEI Nº 033/2019

OFÍCIO Nº 348/GP/2019

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores.

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossas Excelências a J**USTIFICATIVA DO VETO** as emendas modificativas contidas no Projeto de Lei nº **033/2019**, que "dispõe sobre a concessão de benefícios para o pagamento de débitos em atrasos, vencidos até a data de 31 de dezembro de 2017, estabelece normas para sua cobrança e dá outras providências", bem como a lei na sua redação original, já devidamente sancionada e publicada sob o nº. 836 de 04 de outubro de 2019, conforme segue em anexo.

Colniza/MT, 04 de Outubro de 2019.

Atenciosamente

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

Ao Exmo. Senhor

JOHNATAN BRETAS

DD. Presidente da Câmara Municipal do

Município de Colniza – Estado de Mato Grosso.

RAZÕES DO VETO ÀS EMENDAS MODIFICATIVAS DO PROJETO DE LEI Nº. 033/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA, no uso de suas atribuições legais, decide VETAR INTEGRALMENTE as Emendas Modificativas contidas no Projeto de Lei nº **033/2019**, que **"dispõe sobre a concessão de benefícios para o pagamento de débitos em atrasos, vencidos até a data de 31 de dezembro de 2017, estabelece normas para sua cobrança e dá outras providências"**, de iniciativa do Poder Executivo, aprovado pela Câmara Municipal, em Sessão Plenária, realizada em 23 de setembro de 2019, conforme explicitado nas razões que seguem.

RAZÕES DE VETO:

O Projeto de Lei em apreço "dispõe sobre a concessão de benefícios para o pagamento de débitos em atrasos, vencidos até a data de 31 de dezembro de 2017, estabelece normas para sua cobrança e dá outras providências". O texto elaborado nas Emendas modificativas contidas no art. 1º, incisos I e II do referido projeto de lei, buscam reduzir 10% (dez por cento) do valor do capital dos débitos municipais e concedem 100% (cem por

cento) de desconto nos juros e multas no caso do parcelamento do débito em até 03 (três) vezes.

Verifica-se que as emendas modificativas importam em redução do valor do capital dos débitos municipais e tratamento diferenciado na concessão de desconto de 100% (cem por cento) nos juros e multas para os contribuintes que optarem pelo pagamento do débito parcelado em até 03 (três) vezes, caracterizando como ato renúncia de receita, ferindo o art. 14 da Lei Complementar de nº. 101 de 04 de maio de 2000, vez que a referida renúncia não foi prevista na estimativa do impacto orçamentário-financeiro que ora se anexa, nos termos dos descontos estabelecidos na redação original do Projeto de Lei nº. 033 de 02 de setembro de 2019.

Assim sendo, ficam vetadas as emendas modificativas contidas no art. 1º, incisos I e II do supramencionado projeto de lei, uma vez que a redução do capital dos débitos municipais e o tratamento diferenciado na concessão de desconto de 100% (cem por cento) nos juros e multas para os contribuintes que optarem pelo pagamento do débito parcelado em até 03 (três) vezes, contraria o interesse público da Administração Municipal, podendo caracterizar inclusive ato de improbidade administrativa por parte do Gestor.

Colenda Câmara, Senhor Presidente, Ilustre Plenário, são estas as razões que me levaram a vetar as emendas em tela, através da qual foi introduzida a modificação do no art. 1º, incisos I e IIdo Projeto de Lei de nº. 033/2019, cujas razões ora submeto a apreciação dos Senhores Vereadores, membros dessa Casa Legislativa, requerendo que sejam mantidos os vetos, devendo vigorar o texto do referido projeto de lei conforme a sua redação original.

Colniza/MT, 04 de Outubro de 2019.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 834 DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

LEI Nº 834 DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

Sumula:"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de até R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), no orçamento do Município de Colniza-MT e dá outras providencias".

O Sr. **Jesineison De Aguiar Brandão,** Prefeito Municipal Interino do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um credito adicional suplementar, nos termos do art. 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de até R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), à seguinte rubrica orçamentária:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E SANEAMENTO	CATEGORIA	VALOR
07.001.10.301.0009.2052 – Manutenção de PSFs	3.3.90.30.00	1.050.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E SANEAMENTO	CATEGORIA	VALOR
07.001.10.301.0009.2052 – Manutenção de PSFs	3.3.90.39.00	250.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, proposta nº 36000.250131.201900 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE - GOVERNO FEDERAL, nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza,Estado de Mato Grosso, em 3 de outubro de 2019.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 835 DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

LEI Nº 835 DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

Sumula:"Dispõe sobre a autorização e regulamentação da organização e funcionamento das ações e serviços públicos de saúde, do serviço de terapias e dos procedimentos de saúde de caráter complementar por meio da ozonioterapia no Município de Colniza MT e da outras providencias".

O Sr. **Jesineison De Aguiar Brandão,** Prefeito Municipal Interino do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Esta Lei regulamenta, no território municipal, as ações e serviços públicos de saúde, o serviço de terapias e procedimentos da saúde de caráter complementar por meio da prescrição da ozonioterapia, a ser realizados por pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 2º - O Município de Colniza-MT autoriza os procedimentos da saúde e terapias de caráter complementar por meio da prescrição da ozonioterapia, a qual figura-se como prática de uso corrente no exterior e fora incluída como nova prática na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, com base nas recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS, conforme Portaria n.0 702, de 21 de março de 2018 , do Ministério da Saúde.

§ 1º - Reputam-se procedimentos de saúde de uso corrente no exterior aqueles que:

I - sejam utilizados de forma regular em outros países;

II - tenham autorização dos órgãos competentes em seus respectivos sistemas de saúde; e,

III - se destinem a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem estar físico, mental e social.

§ 2° - Consideram-se terapias para efeito desta lei, as que tenham sido reconhecidas nos programas oficiais de governo no Brasil ou há pelo menos 03 (três) anos no exterior.

Art. 3º - Os procedimentos previstos no rol das Práticas Integrativas Complementares - PICS ou de uso corrente no exterior serão admitidos na rede municipal de saúde, mediante prescrição pelos responsáveis:

I - médico;

II - odontólogo;

III - biomédico;

IV- fisioterapeuta;

V- farmacêutico;

VI - enfermeiro;

VII - podólogo;

VIII - associação a que o respectivo profissional da saúde esteja vinculado; ou,

IX - outro profissional da área da saúde que, fazendo parte da sua especialidade, prescreva ou indique a ozonioterapia.

Art. 4º - Os procedimentos de uso corrente no exterior devem estar acompanhados dos seguintes documentos:

I - justificativa de aplicabilidade clínica do procedimento complementar;

II - documentação científica que comprove a segurança e a eficácia do procedimento em outros países; e,

III - aprovação do comitê de ética e pesquisa em seres humanos ou entidade assemelhada no país de origem.

Art. 5° - Com o fim de preservar a dignidade da pessoa humana, garantindo-se o direito à vida, à liberdade e à saúde, as terapias e os procedimentos complementares indicados pelos profissionais da saúde dependem de expressa anuência do paciente, que, a qualquer tempo, poderá manifestar-se pela retirada do seu consentimento, cessando-se o tratamento após o profissional ser cientificado sobre a recusa.

Parágrafo Único. Pertence ao profissional da saúde à exclusividade no diagnóstico de doenças, prescrição e tratamentos indicados a seu paciente para o conhecimento dos fatores e a adesão voluntária ao tratamento, devendo o tratamento a ser desenvolvido fazer parte da sua respectiva especialidade, conforme determine, por meio de parecer ou resolução específica emitida por seu respectivo órgão de classe.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá estabelecer ações regulamentos para promover e desenvolver os protocolos e métodos visando implantação das terapias e procedimentos envolvendo a ozonioterapia, no âmbito municipal.

Parágrafo Único. O aparelho de produção de ozônio a ser utilizado pelo profissional da saúde necessita ter sido projetado segundo as recomendações de órgãos nacionais ou internacionais representativos e de relevância, que conste elementos de segurança, precisão comprovada e aferição dentro da validade, realizada por meio de método científico reconhecido ou aparelho analisador de alta precisão, além da oferta de garantia prolongada e assistência técnica com cobertura nacional.

Art. 7° - Fica autorizado o Município de Colniza-MT a firmar termos de convênio, parceria ou cooperação técnica com órgão da Administração Pública, ou termos de colaboração ou fomento com entidades de pesquisa, instituições privadas ou associações de profissionais voltadas para o estudo ou aplicação dos procedimentos previstos nesta lei com o fim de organizar, a título oneroso ou gratuito, cursos de formação para os servidores que integram a rede pública de saúde do Município para que possam prescrever as terapias e procedimentos previstos na presente Lei, observado em todos os casos , as disposições da Lei Federal nº. 13.019/2014, e suas modificações posteriores.

Art. 8° - Fica o Poder Executivo do Município Colniza-MT autorizado a incluir no sistema geral de informação da saúde dados referentes às terapias e aos procedimentos complementares.

Art. 9° - Fica criado o Programa de Serviços de Terapias e Procedimentos Complementares nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo Poder Público Municipal ou com ele conveniados, com o fim de utilizar procedimentos da área da saúde cientificamente reconhecidos no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Único. A iniciativa privada poderá participar, em caráter complementar do conjunto de ações e serviços de saúde decorrentes do previsto no caput, do presente artigo, e prestados por órgãos e instituições públicas estaduais.

Art. 10 - As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de prorrogação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder com a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidas pela Lei Complementar Federal nº. 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA , a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei, sempre que necessário, por Decreto do Executivo, e baixar outros atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza,Estado de Mato Grosso, em 3 de outubro de 2019.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

478/2019

PORTARIA Nº. 478/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, passando do **Ensino Superior** para o **Pós-Graduado**, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Classe	Nível a Progredir
3901	Alessandra Maciel da Silva	Fisioterapeuta	B	05

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE ADITIVO Nº 185/2019

TERMO ADITIVO Nº. Nº. 185/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: OESTE CONSTRUTORA EIRELI

OBJETO: **ADITIVO DE ALTERAÇÃO E SUPRESSÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2018 E ADITIVOS 208/2018, 047, 089, 123, 140 E 153/2019, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA EXECUÇÃO DE SER-**

VIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SENDO A SUBSTITUIÇÃO DE UM CAMINHÃO BASCULANTE NUM TOTAL DE 280 HORAS POR UM CAMINHÃO PIPA, O VALOR DA HORA DO CAMINHÃO BASCULANTE R$150,00 E DO CAMINHÃO PIPA O VALOR DE R$130,00, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$36. 400,00 (TRINTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS), FAZENDO-SE NECESSÁRIO A SUPRESSÃO NO VALOR DE R$5.600,00(CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS).

DOTAÇÃO: 09.03.2.130.33.90.39.00.00.00.00 2000 (777)

472/2019

PORTARIA Nº. 472/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Tempo de Serviço, correspondente a 1% (um por cento)a servidora abaixo relacionada, em conformidade com o art. 55, inciso VII, § 3º da Lei Municipal n.º 1.328, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Classificação
1016	Lucineia Regina Beletati	Agente de Saúde	5º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 481/2019

PORTARIA Nº. 481/2019

DE: 19.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS Regulamentares de 30 (trinta) dias aos servidores municipais abaixo relacionados, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Período Aquisitivo	Período de Gozo
2271	Jerusa Arcanjo Gonçalves	Fisioterapeuta	05.05.18 a 04. 05.19	19.09.19 a 18. 10.19

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 477/2019

PORTARIA Nº. 477/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, passando do **Ensino Superior** para o **Pós-Graduado**, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Classe	Nível a Progredir
3751	Rogério Mandu da Silva	Médico Veterinário	B	05

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

473/2019

PORTARIA Nº. 473/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Tempo de Serviço, correspondente a 6% (seis por cento)aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com o art. 55, inciso VII, § 3º da Lei Municipal n.º 1.328, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Classificação
3901	Alessandra Maciel da Silva	Fisioterapeuta	1º
1894	Clarice Taborda Camera Cardoso	Auxiliar de Serviços Gerais	4º
1884	Paulo Roberto Piovezan	Vigia	4º
3561	Rogério Rodrigues Pereira	Motorista de Veículo Leve	2º
1876	Sergio Spada	Vigia	4º
1902	Terezinha de Lourdes Guimarães	Auxiliar de Serviços Gerais	4º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 474/2019

PORTARIA Nº. 474/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Tempo de Serviço, correspondente a 3% (três por cento)as servidoras abaixo relacionadas, em conformidade com o art. 54, inciso V, da Lei Municipal n.º 1.329, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Classificação
309	Sélia Aparecida Lima Chaves	Professor PII	5º
314	Rosangela Dória Piovezan	Professor PI	5º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

475/2019

PORTARIA Nº. 475/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Tempo de Serviço, correspondente a 6% (seis por cento)as servidoras abaixo relacionadas, em conformidade com o art. 54, inciso V, da Lei Municipal n.º 1.329, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Classificação
1892	Eni Terezinha de Lima	Inspetor de Alunos II	4º
3560	José Oliveira Falcão	Secretário Escolar	2º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA DE COMODORO - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Comodoro/MT, João Fernandes da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Licitatório de nº: ***013/2019***

b) Modalidade de Licitação: ***Tomada de Preços nº 004/2019***

c) Data da Homologação: ***07/10/2019***

d) Objeto da Licitação: ***Contratação de empresa para aquisição de um veículo de passeio (usado) - tipo utilitário esportivo suv, motor diesel, tração 4x4, capacidade para 07 passageiros, para atender as necessidades do Poder Legislativo Municipal de Comodoro-MT.***

e) Fornecedor: **AUTO SINOP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA*, CNPJ:* 16.541.806/0002-08**

f) Valor Global Homologado: **R$ R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).**

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 4.4.90.52.00.00.00.00.0999 – **Equipamentos e Material Permanente/Aquisição de veículos automotores.**

Comodoro/MT, 07 de outubro de 2019.

João Fernandes da Silva - **Presidente da Mesa Diretora**

EXTRATO DE ADITIVO Nº 189/2019

TERMO ADITIVO Nº. 189/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 009/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARCIA ROSA DE SOUZA - 02430416166 MEI

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 009/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/10/2019 À 05/08/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 039/2019

PREGÃO: N° 107/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Sr. **JEFERSON FERREIRA GOMES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Três Martires nº 219, Bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n. º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominada **GERENCIADORA**, resolve registrar os preços das empresas: **COMERCIAL LUAR EIRELI**, inscrita no CNPJ 02.545.557/0001-33, instalada na Av. Rad. Edson Luiz da Silva nº 1037, Bairro Tijucal, na cidade de Cuiabá/MT, Certidão Positiva com Efeitos Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União nº. 2E28.33ª3.DF38.FF4A de 30/08/2019 à 26/02/2020, representada neste ato pela sua procuradora Srª. **Joana Souza do Nascimento**, brasileira, portadora do CPF nº 176.511.661-91 e do RG nº 070.544 SSP/MT, residente e domiciliada no Município de Cuiabá – MT, **PRADO CAMARGO & CIA LTDA ME** inscrita no CNPJ 17.552.244/0001-80, instalada na Rua dos Ipês nº 278 E,

Bairro Centro, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União nº. 41A4.6375.89FF.9057 de 07/06/2019 à 04/12/2019, representada neste ato pelo seu Proprietário Sr. **Jeremias Prado Camargo**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 040.078.091-78 e RG nº 20718217 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Suzete Ferreira, s/n, Bairro Nova Vacaria, no Município de Comodoro – MT, **PANIFICADORA E MERCADO CHALE DO PAO LTDA - ME** inscrita no CNPJ 07.427.308/0001-67, instalada na Rua Ceará nº 207-N, Bairro Tertulia, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União nº. D431.79B0.9E3F.FF87 de 23/05/2019 à 19/11/2019, representada neste ato pela sua Procuradora a Sra. **Luciana Lopes Pereira**, brasileira, portadora do CPF nº 624.717.242-72 e do RG nº 000914056 SSP/RO, residente e domiciliado no Município de Comodoro – MT doravante denominadas **FORNECEDORAS**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 78/2019 – Processo Administrativo nº. 107/2019, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA MERENDA ESCOLAR PNAE, PNAI, PNAC, PNAPE e PNAEJA, conforme especificação dos itens e preços unitários, no relatório em anexo, sendo registrados os preços das empresas:

- **COMERCIAL LUAR EIRELI**, no valor de R$ 209.719,53 (duzentos e nove mil setecentos e dezenove reais e cinqüenta e três centavos).

- **PANIFICADORA E MERCADO CHALE DO PÃO LTDA,** no valor de 71.982,76 (setenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos).

- **PRADO CAMARGO & CIA LTDA - ME,** no valor de R$ 179.399,22 (cento e setenta e nove mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos).

O valor total da presente ata é de R$ 461.101,51 (quatrocentos e sessenta e um mil cento e um reais e cinqüenta e um centavos).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura

Comodoro - MT, 04 de Outubro de 2019.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço nº 078/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 188/2019

TERMO ADITIVO Nº. 188/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 012/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº. 012/2018, DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, POR MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/10/2019 A 05/08/2020.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 187/2019

TERMO ADITIVO Nº. 187/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 014/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: LEIDE APARECIDA MIOTTO 00990292193

OBJETO: ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE 23,6% (VINTE E TRÊS VÍRGULA SEIS POR CENTO) E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 014/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/10/2019 À 05/08/2020.

DOTAÇÃO: 06.07.2.027.33.090.39.00.00.00.00 2001 (332) / 07.06.2.210.33.90.39.00.00.00.00 2000 (595) / 09.03.2.130.33.90.39.00.00.00.00 2000 (777)

EXTRATO DE ADITIVO Nº 190/2019

TERMO ADITIVO Nº. 190/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 008/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AUTO ELETRICA PAULINO- ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 008/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/10/2019 À 05/08/2020.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 184/2019

TERMO ADITIVO Nº. 184/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO-MT Nº 074/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: WALDÍCIO JOSÉ DE JESUS - ME

OBJETO: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO - MT Nº. 074/2019, COM AUMENTO DE QUILOMETRAGEM DA LINHA: 13 – PADRONAL, ADITIVANDO OS QUILÔMETROS ABAIXO DESCRITOS BEM COMO O VALOR: **LINHA – 13: PADRONAL**, ADITIVANDO 20 KM (VINTE QUILÔMETROS) DIÁRIOS POR ESTRADA DE CHÃO, SENDO O VALOR DO KM 3,91, PERFAZENDO O VALOR DE R$78,20 (SETENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS) POR DIA E O VALOR TOTAL DE R$4.535,60 (QUATRO MIL, QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS), PELO PERÍODO DE 58 DIAS ATÉ O FINAL DO ANO LETIVO.

DOTAÇÃO: 06.08.1.052.33.90.39.00.00.00.00 2019 (341)

EXTRATO DE ADITIVO Nº 191/2019

TERMO ADITIVO Nº. 191/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 013/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AUTO MECANICA COLORADO LTDA-ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato para prestação de serviços nº. 013/2018 referente à contratação de prestação serviços de mecânica para manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas da frota municipal, pelo período de mais 10 (dez) meses, vigorando de 05/10/2019 à 05/08/2020.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 186/2019

TERMO ADITIVO Nº. 186/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 016/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARCIA ROSA DE SOUZA 02430416166-MEI

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 016/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/10/2019 À 05/08/2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2019

CONTRATO Nº: 115/2019

DATA: 30/09/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: LUGAR VIAGENS E TURISMO LTDA.

OBJETO: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE FRETES DE ENCOMENDAS E PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COMODORO, CONFORME PROPOSTA DE PREÇOS QUE INTEGRA O PRESENTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO

DOTAÇÃO: 02.01.2004. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (21) – 03.04.2.102. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (132) – 07.06.2.275. 3.3.90.33.00.00.00.00 2002 (591) – 07.06.2.275. 3.3.90.39.00.00.00.00 2002 (595) – 08.06.2. 058. 3.3.90.33.00.00.00.00 2000 (667)

476/2019

PORTARIA Nº. 476/2019

DE: 16.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) a servidora abaixo relacionada, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, passando do **Ensino Superior** para o **Pós-Graduado**, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Classe	Nível a Progredir
1576	Marcia de Almeida Pessoa	Auxiliar de Serviços Gerais	E	05

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2019

CONTRATO Nº: 116/2019

DATA: 30/09/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: CARLOS SOUZA RAMOS 65907698268

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHERIA (SOLDA, CONSERTO, REPAROS, MANUTENÇÕES E RECUPERAÇÕES) E SERVIÇO DE SERRALHERIA (INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA COM RESPONSÁVEL TÉCNICO REGISTRADO NO CREA) PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 07.06.2.034. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (426)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO N195/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº195/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº130/2019

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº-011/2019, DE CORRENTE DO **PREGÃO PRESENCIAL** – **Nº011/2019,** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA- MT, CUJA A DETENTORAS DA ATA SÃO AS EMPRESAS:

STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTO PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ: 05.870.717/0001-08 ,

MVR1 MOVEIS E MAT. PARA ESCRITORIO EIRELLI CNPJ: 19.071.896/0001-28,

AMAURI ROBERTO DE ARAUJO – MECNPJ: 13.234.712/0001-17,

OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI CNPJ: 33.256.924/0001-02 ,

GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI CNPJ: 02.330.299/0001-78 ,

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELLI

CNPJ: 17.874.189/0001-44,

M.VEZARO ME CNPJ: 10.851.981/0001-34, A Prefeitura de Confresa/MT, **DECLARA** que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços **Nº011/2019,** decorrente do **Pregão Presencial – nº011/2019** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIX DO ARAGUAIA – MT**, cuja as Detentoras da Ata são as empresas**:**

STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTO PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ: 05.870.717/0001-08.

MVR1 MOVEIS E MAT. PARA ESCRITORIO EIRELLI CNPJ: 19.071.896/0001-28, AMAURI ROBERTO DE ARAUJO – MECNPJ: 13.234.712/0001-17,

OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI CNPJ: 33.256.924/0001-02 ,

GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI CNPJ: 02.330.299/0001-78 ,

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELLI

CNPJ: 17.874.189/0001-44,

M.VEZARO ME CNPJ: 10.851.981/0001-34, a referida adesão **tem o objetivo de: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CONFRESA -MT.,** conforme as quantidades abaixo relacionadas, com um valor Global Estimado de **R$ 222.843,75 (Duzentos Vinte e Dois Mil Oitocentos Quarenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos). Conforme abaixo descritos:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
18	**BEBEDOURO ELETRICO INDUSTRIAL COM CAPACIDADE DE 100 LITROS** NO RESERVATORIO, TRES TORNEIRAS FRONTAIS CROMADAS, APARADOR DE AGUA FRONTAL, EM CHAPA DE INOX COM DRENO 220V.	UND	02	R$ 2.180,00	**R$ 4.360,00**
24	**CADEIRA GIRATÓRIA** COM ALMOFADAS MACIAS(COR AZUL) COM ENCOSTO, SEM BRAÇOS DE APOIO CONTROLE DE ALTURA PARA BANCADAS ALTAS DE LABORATÓRIO (1,50M ALTURA).	UND	14	R$ 327,00	**R$ 4.578,00**
TOTAL GERAL					**R$ 8.938,00**

R$ 8.938,00 (Oito Mil Novecentos e Trinta e Oito Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTO PARA ESCRITORIO LTDA

CNPJ: 05.870.717/0001-08

ENDEREÇO: RUA JOAQUIM MURTINHO, 1.140 - CENTRO SUL, CUIABA - MT,

CEP: 78020-290

Telefone: (65)3925-5300

REPRESENTANTE LEGAL: CLEBER LUIZ DE CONTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
38	**ESTANTE DE AÇO 40 cm COM 6 PRATELEIRAS** REGULÁVEIS. SUPORTA ATÉ 30 KG DISTRIBUIDOS POR PRATELEIRA E 120 KG NO TOTAL. ESPESSURA: PRATELEIRA DE CHAPA 26 E COLUNA DE CHAPA 20. MEDIDAS APÓS MONTAGEM: ALTURA 1830 MM X LARGURA 920MM X PROFUNDIDADE 400MM.PRATELEIRAS COM 3 DOBRAS NAS LATERAIS E REFORÇO CENTRAL PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ AUTOMATIZADA COM FOSFATIZAÇÃO.	UND	18	R$ 209,00	**R$ 3.762,00**
66	**LONGARINA 3 LUGARES** EXECUTIVA C/ BRAÇO CORSA INJETADA MEDIDAS: A - 1,00 CM / L -1,80 CM / P - 0,58 CM CARACTERÍSTICAS: LONGARINA EXECUTIVA CONFECCIONADA EM MADEIRA COMPENSADA REFLORESTADA CURVADA, ESPUMA INJETADA, PERFIL EM PVC.	UND	04	R$ 599,00	**R$ 2.396,00**
71	**MESA DE ESCRITÓRIO COM 3 GAVETAS** ME4113 CARACTERÍSTICAS: ALTURA (CM): 74,5 LARGURA (CM): 155 PROFUNDIDADE (CM): 60 MATERIAL PRINCIPAL: MDP 15 MM ACABAMENTO: BP ESCALA DE BRILHO: FOSCO	UND	02	R$ 500	**R$ 1.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 7.158,00**

R$ 7.158,00(Sete Mil Cento Cinquenta e Oito Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

MVR1 MOVEIS E MAT. PARA ESCRITORIO EIRELLI

CNPJ: 19.071.896/0001-28

ENDEREÇO: Rua TENENTE PRAEIRO, 3255 - JARDIM CALIFORNIA

CUIABA – MT

CEP: 78070-300

Telefone: 6635381262

REPRESENTANTE LEGAL: VANESSA IASMIM RODRIGUES MACHADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
78	NOBREAK 1400 VA, BIVOLT, MINIMO DE 8 TOMADAS, CONEXOES CABO 5/15 E TOMADAS PADRAO 5/15, INDICADOR LUMINOSO DE REDE, AUTONOMIA MÍNIMA DE ATÉ 30 MINUTOS (1MICRO+1MONITOR+1 IMPRESSORA COM POTENCIA TOTAL) REDE ELÉTRICA 115 V E 220V. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. MARCA TS-SHARA.	UND	19	R$ 975,00	**R$ 18.525,00**
TOTAL GERAL					**R$ 18.525,00**

R$ 18.525,00(Dezoito Mil Quinhentos Vinte e Cinco Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

AMAURI ROBERTO DE ARAUJO – ME

CNPJ: 13.234.712/0001-17

RUA DAS PRIMAVERAS, 5834 - JARDIM PRIMAVERA,

SINOP -MT,

CEP: 78550-412

Telefone: (66)3532-7043

REPRESENTANTE LEGAL: AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO

31	**COMPUTADOR DE MESA COM PROCESSADOR INTELCORE I5, 8ª GERAÇÃO, TELA 24**, 8GB DE MEMORIA, 1000TB DE HD, DVD-RW, HDMI E WINDOWS 10 Marca: OLIMPO.	UND	15	R$ 3.680,00	**R$ 55.200,00**
33	**DATA SHOW** CARACTERÍSTICAS: TIPO 2700 ANSI LUMENS; 2200:1 CONTRAST RATIO; RESOLUÇÃO SVGA (800X600); DIGITAL KEYSTONE CORRECTION; AUTO POWER OFF; VIDA ÚTIL DA LAMPADA : 3000 HOURS; CONECTIVIDADES; D- SUB 1 Marca: OPTOMA.	UND	02	R$ 1.980,00	**R$ 3.960,00**
34	**DISCO RIGIDO - HD EXTERNO, 1000GB** (1TB) DE CAPACIDADE, 2,5 POLEGADAS, USB 3.0,7.200 RPM,GARANTIA DE 12 MESES.	UND	01	R$ 303,75	**R$ 303,75**
64	**LIMPA CONTATO** - LIMPEZA DE CONTATOS ELETRO-ELETRONICOS PLACAS E COMPONENTES, TUBO SPRAY COM CANUDO EXTENSOR, CONTENDO 300 ML MARCA: MUNDIAL.	UND	08	R$ 25,00	**R$ 200,00**
77	**MOUSE SEM FIO MARCA: HP**	UND	02	R$ 65,00	**R$ 130,00**
99	**SWITCH GERENCIÁVEL 08 PORTAS** GIGABIT ETHERNET + 4 PORTAS MINI-GBIC, CHIPSET MARVELL (2 *98DX3036 + 12 * 88E1545), DIMENSÕES (CXLXA) 440 X 260 X 44 MM - RACK PADRÃO EIA 19", LEDS POWER, SYSTEM, 10/100/1000 (LINK/ACT), PADRÃO IEEE 802.3, 802.3U, 802.3AB, 802.3Z, 802.3X, 802.1P, 802.1Q , 802.1D, 802.1W, 802.1S MÉTODO DE COMUTAÇÃO ARMAZENA E ENVIA (STORE- AND-FORWARD), CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO 104 GBPS, JUMBO FRAME 10240 BYTES, TAXA DE ENCAMINHAMENTO 77,3 MPPS, TABELA MAC 16K - ENDEREÇOS MAC ESTÁTICOS E DINÂMICOS, VLAN 512 VLANS ATIVAS E 4K VLANS IDS - 802.1Q TAG VLAN E VLAN DE GERENCIAMENTO, AGREGAÇÃO DE LINK AGREGAÇÃO DE LINK ESTÁTICO. ATÉ 6 GRUPOS COM 4 PORTAS POR GRUPO, SPANNING TREE 802.1D SPANNING TREE PROTOCOL (STP) - 802.1W RAPID SPANNING TREE PROTOCOL (RSTP) - 802.1S MULTIPLE SPANNING TREE PROTOCOL (MSTP) - PROTEÇÕES STP, MULTICAST IGMP V1/V2/V3; IGMP SNOOPING, FAST LEAVE; MULTICAST VLAN E FILTRO, MULTICAST QOS 4 FILAS DE PRIORIDADE; COS BASEADO EM PORTAS, 802.1P E DSCP; ALGORITMOS DE FILA: SP, WRR, SP+WRR; CONTROLE DE BANDA POR PORTA, SEGURANÇA SEGURANÇA DAS PORTAS E ISOLAMENTO DAS PORTAS; FILTRO DE ENDEREÇO MAC; STORM CONTROL (BROADCAST, MULTICAST, UNICAST DESCONHECIDO); RESTRIÇÃO DE ACESSO WEB: BASEDO EM IP, MAC E PORTA, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO WEB (HTTP); SNMP V1/V2C/V3 E TRAP SNMP; RMON 4 GRUPOS; TESTE VIRTUAL DO CABO(VCT);ESPELHAMENTO DE PORTAS; SYSTEMA DE LOG(LOCAL E REMOTO); MONITORAMENTO DE MEMÓRIA E CPU, ALIMENTAÇÃO 100-240 VCA, 50/60 HZ.	UND	02	R$ 368,00	**R$ 736,00**
100	**SWITCH GERENCIÁVEL 16 PORTAS** GIGABIT ETHERNET + 4 PORTAS MINI-GBIC, CHIPSET MARVELL (2 *98DX3036 + 12 * 88E1545), DIMENSÕES (CXLXA) 440 X 260 X 44 MM - RACK PADRÃO EIA 19", LEDS POWER, SYSTEM, 10/100/1000 (LINK/ACT), PADRÃO IEEE 802.3, 802.3U, 802.3AB, 802.3Z, 802.3X, 802.1P, 802.1Q , 802.1D, 802.1W, 802.1S, MÉTODO DE COMUTAÇÃO ARMAZENA E ENVIA (STORE- AND-FORWARD), CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO 104 GBPS, JUMBO FRAME 10240 BYTES, TAXA DE ENCAMINHAMENTO 77,3 MPPS, TABELA MAC 16K - ENDEREÇOS MAC ESTÁTICOS E DINÂMICOS, VLAN 512 VLANS ATIVAS E 4K VLANS IDS - 802.1Q TAG VLAN E VLAN DE GERENCIAMENTO, AGREGAÇÃO DE LINK AGREGAÇÃO DE LINK ESTÁTICO. ATÉ 6 GRUPOS COM 4 PORTAS POR GRUPO, SPANNING TREE 802.1D SPANNING TREE PROTOCOL (STP) - 802.1W RAPID SPANNING TREE PROTOCOL (RSTP) - 802.1S MULTIPLE SPANNING TREE PROTOCOL (MSTP) - PROTEÇÕES STP, MULTICAST IGMP V1/V2/V3; IGMP SNOOPING, FAST LEAVE; MULTICAST VLAN E FILTRO, MULTICAST QOS 4 FILAS DE PRIORIDADE; COS BASEADO EM PORTAS, 802.1P E DSCP; ALGORITMOS DE FILA: SP, WRR, SP+WRR; CONTROLE DE BANDA POR PORTA, SEGURANÇA DAS PORTAS E ISOLAMENTO DAS PORTAS; FILTRO DE ENDEREÇO MAC; STORM CONTROL (BROADCAST, MULTICAST, UNICAST DESCONHECIDO); RESTRIÇÃO DE ACESSO WEB: BASEDO EM IP, MAC E PORTA, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO WEB (HTTP); SNMP V1/V2C/V3 E TRAP SNMP; RMON 4 GRUPOS; TESTE VIRTUAL DO CABO(VCT);ESPELHAMENTO DE PORTAS; SYSTEMA DE LOG(LOCAL E REMOTO); MONITORAMENTO DE MEMÓRIA E CPU, ALIMENTAÇÃO 100-240 VCA, 50/60 HZ.	UND	02	R$ 890,00	**R$ 1.780,00**
101	**SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS** GIGABIT ETHERNET+ 4 PORTAS MINI-GBIC, CHIPSET MARVELL (2 *98DX3036 + 12 * 88E1545), DIMENSÕES (CXLXA) 440 X 260 X 44 MM - RACK PADRÃO EIA 19", LEDS POWER, SYSTEM, 10/100/1000 (LINK/ACT), PADRÃO IEEE 802.3, 802.3U, 802.3AB, 802.3Z, 802.3X, 802.1P, 802.1Q , 802.1D, 802.1W, 802.1S, MÉTODO DE COMUTAÇÃO ARMAZENA E ENVIA (STORE- AND-FORWARD), CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO 104 GBPS, JUMBO FRAME 10240 BYTES, TAXA DE ENCAMINHAMENTO 77,3 MPPS, TABELA MAC 16K - ENDEREÇOS MAC ESTÁTICOS E DINÂMICOS, VLAN 512 VLANS ATIVAS E 4K VLANS IDS - 802.1Q TAG VLAN E VLAN DE GERENCIAMENTO, AGREGAÇÃO DE LINK AGREGAÇÃO DE LINK ESTÁTICO. ATÉ 6 GRUPOS COM 4 PORTAS POR GRUPO, SPANNING TREE 802.1D SPANNING TREE PROTOCOL (STP) - 802.1W RAPID SPANNING TREE PROTOCOL (RSTP) - 802.1S MULTIPLE SPANNING TREE PROTOCOL (MSTP) - PROTEÇÕES STP, MULTICAST IGMP V1/V2/V3; IGMP	UND	02	R$ 1.750,00	**R$ 3.500,00**
TOTAL GERAL					**R$ 65.809,75**

R$ 65.809,75(Sessenta e Cinco Mil Oitocentos e Nove Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ: 33.256.924/0001-02

RUA DOMICINIO PEREIREA BARCELO, 431 – CANJICA

CUIABA – MT

CEP: 78050-298

Telefone: (65)3028-4985

REPRESENTANTE LEGAL: JOSE LUIZ SOUSA DE PAULA JUNIOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
06	**ARMÁRIO DE AÇO**, CONFECCIONADO EM AÇO CHAPA 26 0,45, POSSUI 02 PORTAS GRANDES E 04 PRATELEIRAS REGULÁVEIS, REFORÇADO NAS PORTAS. CAPACIDADES DE 20KG POR PRATELEIRA. PINTURA ELETROSTÁTICA EPOXIPO ANTIFERRUGEM, COM FECHADURA CONJUGADA A MAÇANETA. CARACTERÍSTICA: QUANTIDADE DE PORTAS: 02 – COR:CINZA PADRÃO – CHAPA:26 / 0,45mm – FECHAMENTO:MAÇANETA COM CHAVE – PÉS REMOVÍVEIS/; NÃO – 04 PRATELEIRAS DESMONTÁVEIS.	UND	07	R$ 799,00	**R$ 5.593,00**

TOTAL GERAL	R$ 5. 593,00

R$ 5.593,00(Cinco Mil Quinhentos Noventa e Três Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI

CNPJ: 02.330.299/0001-78

AV CENTER, 1.257 - QUADRA 02 LOTE 16

GOIANIA – GO

CEP: 74369-003

Telefone: (62)32580733

REPRESENTANTE LEGAL: HERBERT RAFAEL LACERDA NECO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
17	BEBEDOURO ELÉTRICO, 220 VOLTS, COM GARRAFÃO DE 20 LITROS, REGULAGEM AUTOMÁTICA, GARRAFÃO DE 20 LITROS, COM 2 TORNEIRAS. COR BRANCA. MARCA LIBELL.	UND	02	R$ 480,00	**R$ 960,00**
TOTAL GERAL					**R$ 960,00**

R$ 960,00(Novecentos e Sessenta Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELLI

CNPJ: 17.874.189/0001-44

ENDEREÇO: AV DOMETILDES ROCHA LIMA, 03 QUADRA04 – JARDIM MOSSORO

CUIABA – MT

CEP:78090-852

Telefone: (65)9284-6790

REPRESENTANTE LEGAL: JOÃO VITOR CAVALCANTE MACHADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
21	**CABO DE FORÇA**/ALIMENTAÇÃO PARA MICROCOMPUTADOR/MONITOR MODELO EM: Y 1 MACHO X 2 FÊMEAS TENSÃO: 10 AMPERES 2 METROS.	UND	20	R$ 45,50	**R$ 910,00**
32	**CONECTOR** - PARA PLACA DE REDE, MODELO RJ45, COM 100 UNIDADES.	IND	10	R$ 49,00	**R$ 490,00**
59	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL**, FUNÇÕES IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ATÉ 40 PÁGINAS POR MINUTO, PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSA PRETO E BRANCO: EM ATÉ 5,4 SEGUNDOS; EM ATÉ 12,9 SEGUNDOS (100 V), CICLO DE TRABALHO MENSAL (A4) ATÉ 80.000 PÁGINAS, VOLUME MENSAL RECOMENDADO 750 A 4000 TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER, QUALIDADE DE IMPRESSÃO FASTRES 1200, MONITOR TELA DE TOQUE COLOR GRAPHIC DISPLAY (CGD) DE 3 POLEGADAS COLORIDO, VELOCIDADE DO PROCESSADOR 1200 MHZ, CONEXÃO IMPRESSÃO MÓVEL: EPRINT, APPLE AIR PRINT,WIRELESS DIRECT PRINTING, CERTIFICAÇÃO MOPRIA, GOOGLE CLOUD PRINT2.0, APLICATIVOS MÓVEIS PADRÃO: USB 2.0, 1 HOST USB, 1 GIGABIT ETHERNET 10/100/1000T, 802.11B/G/N SEM FIO, CAPACIDADE SEM FIO WI-FI INCORPORADO, AUTENTICAÇÃO VIA WEP, WPA/WPA2, WPA ENTERPRISE, CRIPTOGRAFIA VIA AES OU TKIP, WPS, WI-FI DIRECT, SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS COMPATÍVEIS COM O DRIVER QUE ACOMPANHA O DISPOSITIVO: WINDOWS XP SP3, TODAS AS EDIÇÕES DE 32 BITS (XP HOME, XP PRO ETC.) WINDOWS VISTA, TODAS AS EDIÇÕES DE 32 BITS(HOME BASIC, PREMIUM, PROFESSIONAL ETC.) WINDOWS 7, TODAS AS EDIÇÕES DE 32 E 64 BITS (EXCLUINDO SO RT PARA TABLETS) WINDOWS 10, TODAS AS EDIÇÕES DE 32 E 64 BITS (EXCLUINDO SO RT PARA TABLETS) SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS COMPATÍVEIS COM O DRIVER DE IMPRESSÃO UNIVERSAL (EM HTTP://WWW.HP.COM)-OUTROS ENTRADA DE PAPEL PADRÃO BANDEJA 1: 100 FOLHAS BANDEJA 2: 250 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA (STANDARD), TAMANHO DE PAPEL SUPORTADO BANDEJA 1: CARTA; OFÍCIO (LEGAL); EXECUTIVO; OFÍCIO (8,5 X 13 POL.); A4, A5, A6, B5 (JIS); OFÍCIO (216X340MM); 16K (195X270MM; 16K (184X260MM); 16K (197X273MM); CARTÃO POSTAL JAPONÊS; CARTÃO POSTAL JAPONÊS DUPLO GIRADO; ENVELOPE Nº10; ENVELOPE MONARCH; ENVELOPE B5; ENVELOPE C5; ENVELOPE DL; TAMANHO PERSONALIZADO: A5-R: 4 X 6 POL.; 5 X 8 POL.; B6 (JIS); 10 X 15 POL.; DECLARAÇÃO; BANDEJA 2: CARTA; OFÍCIO (LEGAL); EXECUTIVO; OFÍCIO (8,5X13POL.); A4, A5 A6, B5 (JIS); OFÍCIO (216X340MM); 16K(197X273MM); TAMANHO PERSONALIZADO: A5-R; 5X8POL.; B6 (JIS); DECLARAÇÃO, TIPOS DE PAPEL SUPORTADO PAPEL (COMUM, ECOEFFICIENT, LEVE, PESADO SULFITE, COLORIDO, TIMBRADO, PRÉ- IMPRESSO, PRÉ-PERFURADO, RECICLADO ASPERO); ENVELOPES; ETIQUETAS; TRANSPARENCIA, TAMANHOS DE PAPEL PERSONALIZADO BANDEJA 1: 76,2X127 A215,9X355,6MM BANDEJA 2: 104,9X148,59 A 215,9X355,6MM, GRAMATURA SUPORTADA BANDEJA 1: 60 A175G/M² BANDEJA 2: 60 A 120G/M², GRAMATURA RECOMENDADA60 A 90G/M², TIPO DO SCANNER BASE PLANA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTO, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO, ÓPTICAATÉ 1200X1200DPI, TAMANHO DA DIGITALIZAÇÃO VIDRO DO SCANNER: 297 216MM ADF (MÁXIMO): 216 X 355,6 MM ADF (MÍNIMO): 102 X 152 MM, VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO PRETO E BRANCO: ATÉ 26PPM COLORIDO: ATÉ 21PPM, VOLUME MENSAL DE DIGITALIZAÇÃO RECOMENDADO 750 A 4000, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTO (ADF), CARACTERÍSTICAS TRANSMISSÃO DIGITAL DIGITALIZA PARA E- MAIL, PASTA DE REDE E NUVEM, FORMATOS ADMITIDOS DIGITALIZA PARA USB, A PARTIR DO PAINEL FRONTAL PARA UMA PASTA NA REDE, SUPORTE SOMENTE PARA: JPG E PDF, MODOS DE ENTRADA DE DIGITALIZAÇÃO PARA SUPORTE A SOFTWARE DE DIGITALIZAÇÃO (INCLUÍDO NA CAIXA): WINDOWS [JPG, RAW (BMP), PDF, TIFF, PNG, RTF] E MAC [JPG, JPG-2000, TIFF, PNG, PDF, PDF PESQUISÁVEL, RTF, TXT], VELOCIDADE DE CÓPIA PRETO E BRANCO: ATÉ 40 CPM, RESOLUÇÃO DA CÓPIA PRETO: 600 X 600 DPI CORES: 600 X 600 DPI, REDUÇÃO/AMPLIÇÃO DE CÓPIA25 ATÉ 400%, VOLTAGEM 110-127V, CONSUMO DE ENERGIA IMPRESSÃO/CÓPIA: 583 WATTS PRONTO: 9,1WATTS LIGA/DESLIGA: 0,7 WATT DESLIGAMENTO OU DESLIGADO: 0,1 WATT, GARANTIA1 ANO DE GARANTIA, SUPRIMENTOS: CARTUCHO DE TONER PRETO 26X COM ALTO RENDIMENTO(APROX. 9.000 PÁGINAS), DIMENSÕES MINI-	UND	11	R$ 3. 090,00	**R$ 33. 990,00**

	MAS420 X 390 X 323MM (LXPXA), DIMENSÕES MÁXIMAS430 X 634 X 325MM (LXPXA), PESO12,86 KG, IGUAL OU SEMELHANTE A IMPRESSORA HP LASERJET M426DW F6W13A MULTIFUNCIONAL.				
80	**NOTEBOOK INTEL CORE I5 8ª GERAÇÃO,** TELA15,6 POLEGADAS, HD DE 1 TB , 8 GB DE RAM PROCESSADOR DE 1.60 GHZ ATÉ 3.4 GHZ.	UND	18	R$ 4. 150,00	**R$ 74. 700,00**
85	**SCANNER A4** DUPLEX RESOLUÇÃO DE SAÍDA: 1.200 DPI, VELOCIDADE EM P&B / COLORIDO A300 DPI: 25PPM / 50IPM, FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATRAVES DEA FONTE EXTERNA, SENSOR DE IMAGEM DUAL CIS COM RECURSOS SCAN TO FOLD.	UND	02	R$ 2. 885,00	**R$ 5. 770,00**
TOTAL GERAL					**R$ 115. 860,00**

R$ 115.860,00(Cento e Quinze Mil Oitocentos Sessenta Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

M.VEZARO ME CNPJ: 10.851.981/0001-34

AV CUIABA, 346 QUADRA 19 LOTE 14 - SETOR A

QUERENCIA – MT

CEP: 78.643-000

Telefone:(66)3529-2122/2781/1513

REPRESENTANTE LEGAL: MARILDO VEZARO

Confresa/MT, 04 de OUTUBRO de 2.019

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº084/2019

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 131/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 194/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 041/2019

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL NO MODELO RFID, (IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

VIGÊNCIA: 04/10/2019 a 04/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 15.390,00 (Quinze Mil e Trezentos e Noventa Reais)

DATA: Confresa, 04 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – EPP – CNPJ: 14.737.908/0001-97

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 253/2019 ADM DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo, como FISCAL DE CONTRATO.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
02-GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O. GONÇALVES	605.451. 941-72
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	700.014. 371-19
04-SEC. DE FINANÇAS	ANGELICA ALVES DE CASTRO	025.080. 761-04
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	LEANDRO PAULA DOS SANTOS	925.852. 051-34
06-SEC – SAÚDE	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	010.591. 161-54
07-SEC. OBRAS	WALTER RAMOS TELES	041.810. 571-51
08-SEC. AGRICULTURA	JUNIOR MACIEL LINS	981.913. 731-49
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	024.860. 871-17
10-SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUSA	023.742. 401-00
11-SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	059.110. 693-00

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	131/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - EPP	14.737. 908/ 0001-97	R$ 15. 390,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL NO MODELO RFID, (IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 04/10/2019 A 04/10/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto

básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 254/2019 ADM DE 04 DE OUTUBRO 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: A necessidade da comissão de avaliação, otimizar a fiscalização dos serviços e avaliar se está sendo realizados e verificar a adequação dos projetos elaborados

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a comissão de avaliação encarregada de avaliar os resultados obtidos nos Termos de Parceria, na área de Administração, Assistência Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Assuntos Fundiários, Cultura, Infraestrutura e Cidades, Meio Ambiente, Saúde e Saneamento em conformidade com os Programas de Trabalho, firmados com o Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas – IPGP.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais para fiscalizarem, acompanharem e avaliar os serviços, para atuarem com membros na comissão de Avaliação dos Termos de Parceria, conforme abaixo descriminado:

REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO
WALTER RAMOS TELES matricula 11969
MARCIA APARECIDA COSTA matricula 10450
MARISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLÉ matricula 12484

Art. 3º - Designar os representantes do Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Pública, para atuarem com membros na Comissão de Avaliação dos Termos de Parceria, conforme abaixo descriminado:

REPRESENTANTE DO INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICA
ELIZA GEOVANA GOMES LUZ

Art.4º - Atribuir à Comissão a função de emitir e encaminhar ao Município o relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o programa de trabalho estabelecido nos Termos de Parceria, podendo, para tanto utilizar os serviços de infra-estrutura das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 255/2019 ADM DE 04 DE OUTUBRO 2019.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE ATAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, **JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA**, CPF: 030.634.641-98, em substituição ao Servidor Público Municipal **RODRIGO SOUSA MARTINS**, CPF: 003.832.891-73 no seguinte documento:

ATAS: 84/2019, 85/2019, 86/2019 e 87/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a partir de 01/09/2019**.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 07/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 07/2018

CISAX – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGÚ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 02.601.738/0001-30, sediada na rua 13 de maio nr 43 centro, Confresa-MT, neste ato representado pelo Presidente Sr. **Gaspar Domingos Lazari,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade de n°. 1493514, inscrito no CPF sob o n°. 302.602.641-72, residente e domiciliado na Cidade de Confresa-MT, doravante denominado simplesmente de **LOCATÁRIO** e a senhora **Jussara Inês da Cunha Neto Pietrebon,** brasileira, casada, do lar, portador da carteira de identidade de n°. 1981159-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n°. 369.194.541-49,residente e domiciliado na rua castelo Branco nr 37 Confresa-MT, chamado simplesmente de **LOCADOR**, por este instrumento particular, as partes qualificadas celebram de comum acordo o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS**, o qual obedecerá às disposições da legislação federal e estadual sobre a matéria e casos omissos, bem como às cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente aditivo é:

Prorrogação do prazo de vigência do contrato original 07/2018 por mais 12 (doze) meses.

A Cláusula terceira terá a seguinte redação:

O prazo de execução do presente contrato será de **03/10/2019 a 04/10/2020**

O prazo de conclusão dos serviços se dará no dia **04.10.2020** com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme, clausula terceira do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VALOR

3.1 O valor do presente termo aditivo é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) referentes ao exercício de 2019 e 2020.

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária:

10.302.0003.0001 3.3.90.36.00.00.00.00 ---------- 15.000,00
10.302.0003.0003 3.3.90.36.00.00.00.00 ---------- 15.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – O presente aditivo será empenhado com recursos do Orçamento Anual de 2019 e 2020

5.2 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa – MT, 02 de outubro de 2019.

Rônio Condão de Barros Milhomem Jussara Inês da Cunha Neto Pietron

Locatário Presidente do Cisax Locador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2019

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2019

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Treze de Maio, centro, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, neste ato representado, na forma de seu Estatuto, pelo Presidente Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, **portador do CPF n. 535.561.191-53 e RG n. 08751900-SSP/MT, resi**dente e domiciliado na cidade de Confresa-MT, doravante denominado simplesmente de **DISTRATANTE, e de outro a empresa Leonardo Pereira da Silva-Serviços de Enfermagem,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.942.426/0001-25, denominada **DISTRATADA**, resolvem, neste ato efetivamente **DISTRATAR** o avençado no Contrato acima informado, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente Termo é o encerramento do Contrato Administrativo n. 01/2019, que tinha como objeto a prestação de serviços de enfermeiro para a triagem e acompanhamento de pacientes dos municípios consorciados no pré e pós operatório e em deslocamento de Confresa para os centros de Saúde de outras cidades no Estado de Mato Grosso e para outros Estados da Federação, conforme necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingú.

CLÁUSULA SEGUNDA

O encerramento do Contrato informado decorre da vontade de ambos os contratantes, para todos os efeitos legais.

CLAUSULA TERCEIRA

As partes declaram expressamente nada terem a reclamar uma da outra, com relação ao Contrato que ora finda.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa-MT, 17 de setembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM CISAX DISTRATANTE

LEONARDO PEREIRA DA SILVA-Serviços de Enfermagem

DISTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Etevaldo Vasco Soares Juliana Mara Vieira de Melo
CPF 340.085.861-72 CPF 296.314.638-85

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 013/2019.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2019.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará a reabertura da licitação de **Tomada de Preço nº 013/2019 do tipo Empreitada pelo Menor Preço Global,** no **dia 23 de Outubro de 2019, às 09h00min,** na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.org no link do Portal da Transparência, pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES, CONFORME PROJETO BASICO E ORÇAMENTARIO EM ANEXO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 04 de Outubro de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Presidente da C.P.L.

PORTARIA Nº174/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

ERRATA DO EXTRATO 076/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA DO CONTRATO 076/2019 tendo em vista que o **DATA** estava incorreto, a correção se dá na seguinte forma:

ONDE LÊ-SE: O presente contrato vigorará a partir de 01 de outubro de 2019 à 01 de outubro de 2019,

LEIA - SÊ: O presente contrato vigorará a partir de 01 de outubro de 2019 à 01 de outubro de 2020.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA FORNECIMENTO DE INTERNET NOS PREDIOS DAS SECRETARIAS NO CENTRO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU".

GISLAINE MOREIRA DE OLIVEIRA

PREGOEIRA

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 069/2019 PROCESSO 106/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 069/2019 objeto**:"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DISCOS DE GRADE ARADORA E NIVELADORA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA".** Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa:**APROCAMPO - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD CNPJ: 01.361.211/0001-12** foi vencedora da licitação do item: 1,2,3. Com o valor global de **R$ 15.712,00 (quinze mil, setecentos e doze reais).**

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 106/2019

b) Licitação Nrº: 069/2019

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 04/10/2019

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 04 de outubro de 2019.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS ¬PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 026/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 488/2018, dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovado no Processo Seletivo, para comparecer no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos **seguintes documentos**: Carteira de Identidade, CPF, Cartão de PIS/PASEP ou (Declaração que não possui), Título de Eleitor, Certidão de casamento (se for o caso) CPF e RG do Esposa ou Esposo, Documentar militar (se homem), Comprovante de quitação eleitoral, Certidões Negativas Cível e Criminal de 1° e 2° Grau da Justiça Estadual/ Justiça Federal /TRF 1, Carteira de habilitação (para cargos de motorista e operador de máquinas, Documento de escolaridade (certificado de conclusão, ou diploma ou atestado que demonstre escolaridade), Comprovante de registro perante o respectivo Conselho Profissional (para os cargos de nível superior), Comprovante de Endereço, 01 foto 3x4, Conta bancária – Banco do Brasil, declaração de bens, declaração de não acúmulo ilegal de cargos, Atestado Médico expedido por Médico do Trabalho **Para Receber Salário Família e ou declarar dependentes no IRRF**: Certidão de Nascimento de filhos, Carteira de vacina dos filhos menores de 07 anos, Declaração de matricula dos filhos de 07 a 14 anos.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

2° - Bruna Caroline Marzochi Garcia

Curvelândia, 04 de outubro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE EDITAL COMPLEMENTAR N° 008/2019

DIVULGA LISTA DE MESÁRIOS PARA ATUAR NA VOTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CURVELÂNDIA – MT.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curvelândia-MT, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, o presente Edital Complementar, como segue:

1- Lista de mesários para atuar na votação referente ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, no dia 06/10/2019, na Escola Municipal Carlos Masson Netto.

2- Os mesários designados para exercer suas funções junto às urnas serão os seguintes: Caio Felipe Nonato da Silva

Cristiano dos Santos Nascimento

Edmeire de Souza Silva Juvino

Ezenil Moraes Magalhães

Karla de Souza Avelino

Lilian Aparecida Alves do Carmo

Lucineide Correia da Rocha

Marcilane Maria Teixeira de Araújo

Margarett Rozemari de Oliveira Nunes

Maria Ediléia da Silva

Maria Lúcia Fernandes Devetak

Maria Selma dos Santos

Matheus da Silva Oliveira

Nilton Cezar dos Santos

Rosane Aparecida da Silva Pires

Tatiane Cardoso Leal

3- Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

4- Publique-se, Registre-se e Cumpre-se.

Curvelândia-MT, 04 de Outubro de 2019.

BENEDITO BORGES DE CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**CIRURGICA GONÇALVES LTDA.**

CNPJ nº: **15.371.628/0001-70**

Valor total da ata: **R$ 15.900,00 (Quinze mil e novecentos reais**).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 07 de Outubro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2019, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor preço por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICO DO TIPO ESTAÇÃO TOTAL ELETRÔNICA, SOFTWARE TOPOGRÁFICO E APARELHO DE GPS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**, que se deu no dia 04/ 10/2019, onde **sagrou-se vencedora do item de nº 48630 a empresa POWERTOP GEO TECNOLOGIAS LTDA-EPP, Inscrita no CNPJ Nº 16. 847.452/0001-43, com um valor total de R$ 19.150,00 (Dezenove mil e cento e cinqüenta reais), os itens de nº 48653 e 48634 foram fracassados. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 04 de Outubro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 015/ 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019, do tipo “Menor Preço Global”, tendo como objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO/COMPLEMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORA PARA O ASSENTAMENTO BOJUI NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 26/09/2019, onde se sagrou vencedor desta licitação a empresa WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30.515.116/0001-21, com o valor de **R$ 232. 055,70 (Duzentos e trinta e dois mil e cinquenta e cinco reais e setenta centavos**). **A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 04 de Outubro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

SETOR RH
T E R M O DE P O S S E

Aos 04 dias do mês de Outubro do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu a Senhora ***AGDA FERNANDA DA SILVA***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 1564201-1 SESP/MT e CPF sob nº 023.215.121-05, Título de Eleitor sob Nº 0275 7379 1864 - Zona 007 - Seção 0037, CTPS sob nº 280.601/Série 00015/MT, residente e domiciliada na Rua Suely Teresinha Dias Mendes, s/nº, Vale do Sol, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL*, Nível I, Classe B, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 160/2019, de 14 de Agosto o de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 04 de Outubro de 2019.

AGDA FERNANDA DA SILVA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019/ SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologada a empresa:

CIRURGICA GONÇALVES LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 15.371. 628/0001-70, para o item nº 48636 no valor total de R$ 15.900,00 (Quinze mil e novecentos reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 04 de Outubro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N° 069/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 069/2019

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2019

SUMULA: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), e dá Outras Providências.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e especialmente a Lei Municipal nº 671/2019.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de 2019, um Crédito Especial nas seguintes dotações Orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.00001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.00001.10 – SAÚDE

06.00001.10.301 - ATENÇÃO BÁSICA

06.00001.10.301.0011 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE - SUS

06.00001.10.122.0002.1034 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

449052.00.00.01920000 – Equip. e Mat. Permanente R$ 100.000,00

T O T A L .....R$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º desta Lei,serão utilizados recursos decorrentes do excesso provável de arrecadação da Receita, decorrente de Alienação, até o limite de R$ 100.000,00, a seguir distribuídos:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EXCESSO A UTILIZAR
01.92	Alienação	100.000,00

Art. 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2019.

Rafael Pavei

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 054/2019.

C**ONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 054/2019

DATA ASSINATURA: 20 DE SETEMBRO DE 2019

CREDOR: **RAFAEL DE SOUZA ARAUJO 70990966135**

VIGÊNCIA: 19 DE OUTUBRO DE 2019

VALOR: R$: 3.960,00 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2019,

OBJETO: **O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA PROFISSIONAL PARA A MANUTENÇÃO PREDIAL (PINTOR) COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÕES, REFORMAS E PINTURAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E JARDINS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT, PERFAZENDO APROXIMADAMENTE 720 M²:

A) PINTURA DAS GRADES E POSTES NA PRAÇA CENTRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 013/2019

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade de Pregão Presencial SRP nº 013/2019 – Tipo Maior Desconto por Item, cujo Objeto é: Aquisição de Produtos Alimenticios, Embutidos, conservados, frios, Massas, Agua e Gáz P-13, para atender as necessidades das secretarias municipais deste município e merenda escolar da rede municipal de ensino e programas sociais**.** Ocorrerá no dia: 16/10/2019. Entrega dos Envelopes: Até as 08:30 horas (horário de Mato Grosso), do dia 16/10/2019. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, **(quando o edital for solicitado por e-mail as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com);**Abertura do envelope Nº 01: Às 09:00 horas, do dia 16 de outubro de 2019, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 04 de outubro de 2019.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

EMERSON SABATINE

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

EMERSON SABATINE - *SECRETÁRIO DE FINANÇAS*

EMERSON SABATINE - *SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO*

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA - *SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO*

SUZANA BÊSS - *SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA*

DANIEL ORZECHOVSKI - *SECRETÁRIO DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS*

SINTIA REGINA BRANDALIZE PASCOSKI - *SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO*

ANA CLAUDIA GERMANO ALVES

OUVIDORA MUNICIPAL

FORMAS DE CONTATO

PESSOALMENTE – CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA (AV. SANTA CATARINA, Nº 314, CENTRO ITANHANGÁ – MT, 78.579-000)

LIGAÇÃO TELEFÔNICA – 066 3578 2524

E-MAIL – OUVIDORIA@ITANHANGA.MT.GOV.BR

WEBSITE - HTTPS://PREFITANHANGA.OUVIDORIABR.COM

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

SEGUNDA-FEIRA À SEXTA-FEIRA

07:00 às 11:00 - 13:00 às 17:00

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SIMPLIFICADO 3º TRIMESTRE - ANO 2019

A Ouvidoria Municipal de Itanhangá, criada em 06 de março de 2013, através da Lei Nº 299-2013 "*Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Município e dá outras providências"* vem por meio deste documento emitir o relatório da demanda de atendimentos trimestral relativo ao período de **01 de julho de 2019 à 30 de setembro de 2019**, as quais foram recebidas por seus meios de comunicação com a Sociedade Itanhangaense, sendo eles: presencialmente, e-mail, ligação telefônica, web-site, E-Sic.

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o Cidadão e a Administração Pública com a finalidade de protocolar manifestações como: sugestões, reclamações, denúncias e elogios, e após o seu recebimento, as analisa e procura encaminhá-las para os devidos setores, recomendando medidas possíveis para a solução ou a prevenção das falhas, depois da mensagem ser examinada e respondida, a Ouvidoria comunica o parecer ao manifestante. Ela funciona como um canal, mais humano, de interlocução com o público.

Em agradecimento pela participação de toda população, para a devida efetivação e melhoria da prestação dos serviços públicos em nosso município, a Ouvidoria Municipal tem buscado oferecer atendimento imediato das solicitações garantindo a acessibilidade das informações aos munícipes.

Sendo o que tínhamos para o momento,

_____

Ana Claudia Germano Alves

0uvidor Municipal

Portaria Nº 169/2017 de 01/06/2017

QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES - 01/07/2019 ATÉ 30/09/2019

Natureza	Percentual	Quantidade
Denúncia	15,79%	3
Reclamação	26,32%	5
Sugestão	15,79%	3
Elogio	15,79%	3
Pedido de Informação - E-SIC	5,26%	1
Solicitação de Serviços	21,05%	4
	Total de protocolos:	**19**

QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES POR SITUAÇÃO - 01/07/2019 ATÉ 30/09/2019

Situação	Percentual		Quantidade
Aberto	0%		0
Em andamento	36,84%		7
Fechado	63,16%		12
		Total de protocolos:	**19**

QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES POR SETOR - 01/07/2019 ATÉ 30/09/2019

Setor	Percentual	Quantidade
Nenhum	0%	0
Secretaria Municipal de Ação Social	0%	0
Secretaria Municipal de Administração	21,05%	4
Secretaria Municipal de Educação	5,26%	1
Secretaria Municipal de Obras	21,05%	4
Secretaria Municipal de Saúde	52,63%	10
	Total de protocolos:	**19**

QUANTITATIVO DE TEMPO MÉDIO PARA CONCLUSÃO - 01/07/2019 ATÉ 30/09/2019

Setor	Protocolos Fechados	Total de dias	Prazo médio por protocolo
Nenhum	0	0 dias	0 dias
Secretaria Municipal de Ação Social	0	0 dias	0 dias
Secretaria Municipal de Administração	1	4 dias	4 dias
Secretaria Municipal de Educação	0	0 dias	0 dias
Secretaria Municipal de Obras	2	50 dias	25 dias
Secretaria Municipal de Saúde	9	111 dias	12,33 dias
Total	**12**	**165 dias**	**13,75 dias**

QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES POR CANAL DE COMUNICAÇÃO - 01/07/2019 ATÉ 30/09/2019

Canal de comunicação	Percentual	Quantidade
WebSite	78,95%	15
Aplicativo	0%	0
Pessoalmente	0%	0
Telefone	21,05%	4
SIC	0%	0
Outros	0%	0
	Total de protocolos:	**19**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2019

Pregão Presencial n° 054/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n° 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Bairro: Centro, CEP: 78579-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n° 411.269.551-91, residente e domiciliado na Rua das Flores, n° 409, Centro, neste município, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **T. D. TUSSET – ME,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **13.887.993/0001-07,** situada na Rua Buritis, s/ n, bairro: Centro, CEP: 78.579-000, Itanhangá – MT, neste ato representada por sua proprietária Tatiane Denize Tusset, portadora do RG n° 3066547931 SSP/RS e inscrita no CPF sob n° 993.324.690-91, doravante e denominado **"DENTENTORA DA ATA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 001/2010, e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 054/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão Presencial n° 054/2019.

Item	Descrição	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	Docinhos do tamanho pequeno tipo Beijinho, composto de leite condensado, água, açúcar, coco ralado, pronto para o consumo em embalagem unitária.	200	Cento	R$ 84,00	R$ 16. 800,00
02	Docinhos do tamanho pequeno tipo Brigadeiro, composto de leite condensado, água, açúcar, chocolate em pó, pronto para o consumo em embalagem unitária.	200	Cento	R$ 84,00	R$ 16. 800,00
03	Pão de forma, kg, acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com no mínimo 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, peso líquido. Validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega.	370	Kg	R$ 14,20	R$ 5. 254,00
04	Pão francês, de sal, critérios de conferencia e inspeção no recebimento: visual, por cheiro, tato e pesagem.	1. 460	Kg	R$ 9,90	R$ 14. 454,00
05	Pão para cachorro quente, embalados em saco plástico atóxico, validade mínima de 3 dias a contar da data da entrega. Apresentar ficha técnica contendo informações de peso, data de fabricação, etc.	970	Kg	R$ 12,20	R$ 11. 834,00
06	Salgados do tamanho pequeno, sabores variados, sendo coxinha de carne, frango, risóles de carne, frango, presunto e mussarela, bolinha de queijo, Kibe de Carne, enroladinho de salsicha, croquete.	330	Kg	R$ 67,00	R$ 22. 110,00
Valor total dos itens: R$ 87.252,00 (oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e dois reais).					

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**,contados a partir da data de sua assinatura, de **04/10/2019** até **04/10/2020**.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 054/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos das notas fiscais apresentadas corresponderão aos serviços efetivamente executados, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira da secretaria solicitante, através de ordem bancária até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável da Secretaria Municipal solicitante.

3.2. A DETENTORA DA ATA deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Inss e FGTS, atualizada até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

3.3. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar as Notas Fiscais, correspondente à entrega dos serviços executados, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo e devidamente atestada pelo Servidor designado da Administração, devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a DETENTORA DA ATA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à DETENTORA DA ATA para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. A DETENTORA DA ATA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, descrição dos serviços realizados, o número e nome do banco, agencia e número da conta e nome da empresa contratada, onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de execução dos serviços do objeto é de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura até 04/10/2020.

4.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme quantidade contratada, sendo que o início da execução dos serviços será de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, após cada solicitação, sendo que a empresa vencedora só poderá executar os serviços após recebimento da Nota de Autorização de Despesa.

4.1.2. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhando pela secretaria solicitante que é parte integrante do presente edital.

4.3. Os serviços licitados somente serão contratados se houver necessidade por parte da Secretarias Municipais requisitantes;

4.4. Ficará a cargo da DETENTORA DA ATA todas as despesas com a execução dos serviços, incluindo a readequação das condições do local que estiverem em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.4.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos/serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.4.2. Em caso de recusa dos serviços pelas secretarias do Município de Itanhangá - MT, será lavrado o Termo de Recusa, expedido pelo responsável da Pasta, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os itens serem substituído pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.6. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.7. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

5. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. São direitos e responsabilidades do Município:

5.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos e/ou execução dos serviços, objeto da contratação;

5.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

5.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

5.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

5.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

5.1.10. Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

5.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

5.1.12. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

5.1.13. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

5.1.14. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

5.1.15. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

5.1.16. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

5.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

5.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

5.2.2. Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida no Termo de Referência;

5.2.3. Apresentar todos os meses juntamente com a nota fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2.4. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, com a qualidade exigida, bem como nas condições estabelecidas no edital.

5.2.5. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

5.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

5.2.7. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

5.2.8. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

5.2.9. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, vigilância sanitária e legais;

5.2.10. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

5.2.11. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

5.2.12. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, A empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

5.2.13. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

5.2.14. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

5.2.15. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

5.2.16. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.2.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE;

5.2.18. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

5.2.19. Não havendo possibilidade de entrega dos itens/execução dos serviços, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

5.2.20. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

5.2.21. A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

5.2.22. A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

5.2.23. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.24. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

6.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, assessória e/ou complementar

e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

8.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

a) A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa; b) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor; c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos; e) Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. f) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação. h) Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. i) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação nos Diários Oficiais da AMM e Diário Oficial de Contas (TCE-MT), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido;

8.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.6. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93;

8.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme Art. 77 da lei 8666/93.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 054/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

11. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.2. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de autorização de despesa ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo

correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os

efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski **–** Prefeito Municipal

CONTRATANTE

T. D. TUSSET – ME

Tatiane Denize Tusset - Proprietária

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL MÊS DE OUTUBRO DE 2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 032/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT CNPJ: 07.209.225/0001-00

CONTRATADO (A): FRANCIELI CAPPELLARI, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1970089-0 SEJSP/MT e do CPF nº. 050.005.371-57;

OBJETO: Psicóloga – 40 horas para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (20 HRS) e Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (20 HRS) da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT);

VALOR GLOBAL: O Valor total do contrato passa a ser de R$ 81.633,77 (oitenta e um mil e seiscentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos), dos quais o valor de 40.185,30 (quarenta mil e cento e oitenta e cinco reais e trinta centavos), refere-se ao período de 09.10.2018 a 09.10.2019 e o acréscimo de R$ 41.448,47 (quarenta e um mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), refere-se ao período da prorrogação, qual seja de 10.10.2019 a 09.10.2020.

VIGENCIA: 09 (nove) de outubro de 2018, até 09 (nove) de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2019

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT.".**

VENCEDOR:

Nome	CPF/CNPJ:
T. D. TUSSET – ME	13.887.993/0001-07

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 04 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina, n° 314, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria n° 021/2019, torna público para conhecimento dos interessados a **PRORROGAÇÃO** do **Pregão Presencial n° 056/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Instrutor de danças tradicionais gaúchas e Instrutor de condicionamento físico (zumba, ginástica rítmica e maromba) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT.".,** por não comparecer nenhum interesse para a presente licitação.Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A nova data de abertura do certame será no dia **17 de outubro de 2019, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 04 de outubro de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PORTARIA DLC N° 235/2019

DATA: 04 de outubro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Adriana Aparecida da Silva, inscrita no CPF n° 046.567.311.29, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 043/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 054/2019, qual tem por objeto a "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa T. D. TUSSET – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.887.993/0001-07.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Susana Fontana Kuzniewski – CPF: 575.244.831.04.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Pre-

ços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 04 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Suzana Bêss

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 236/2019

DATA: 04 de outubro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Silvana Matter, inscrita no CPF n° 990.540. 191.15, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 043/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 054/2019, qual tem por objeto a "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa T. D. TUSSET – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.887.993/ 0001-07.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Janaina Oliveira de Paula Villa Assad – CPF: 030.273.111.31.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 04 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 237/2019

DATA: 04 de outubro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Rosenilda de Santana, inscrita no CPF n° 862.862.501.15, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 043/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 054/2019, qual tem por objeto a "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa T. D. TUSSET – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.887. 993/0001-07.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Camila Conceição Rodrigues – CPF: 039.918.951.37.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 04 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SINTIA REGINA BRANDALIZE PASCOSKI

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 238/2019

DATA: 04 de outubro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291.69, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 043/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 054/2019, qual tem por objeto a "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos, doces, lanches e salgados para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa T. D. TUSSET – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.887. 993/0001-07.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Veronica de Souza Cavasin – CPF: 050.711.701.83.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 04 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 437/2019.

Data da vigência: 20/09/2019 a 20/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LILIAN CAPEL ERNANDES

Objeto: Contrato Administrativo nº 437/2019 firmado entre as partes de 20/09/2019 a 20/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA - OURO BRANCO DO SUL.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 135/2019

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor Público Municipal do Poder Legislativo de Itiquira-MT (Coordenador de Sonorização/Filmagem) e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR do quadro de Servidores desta Casa de Leis, o Sr. **LUIZ ANTONIO DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o n.º 049.834.451-70 do cargo de ***Coordenador de Sonorização/Filmagem*****,** a partir desta data, 04 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 075/2019.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Em 04 de outubro de 2019.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 432/2019.

Data da vigência: 11/09/2019 a 11/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARCY APARECIDA MIRANDA AYALA

Objeto: Contrato Administrativo nº 432/2019 firmado entre as partes de 11/09/2019 a 11/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 434/2019.

Data da vigência: 17/09/2019 a 17/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ROMULO NEVES DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 434/2019 firmado entre as partes de 17/09/2019 a 17/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de LUBRIFICADOR - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 433/2019.

Data da vigência: 17/09/2019 a 17/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARCELO HENRIQUE COUTINHO TIAGO

Objeto: Contrato Administrativo nº 433/2019 firmado entre as partes de 17/09/2019 a 17/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MÉDICO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 435/2019.

Data da vigência: 18/09/2019 a 18/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): FABIO JUNIOR GONÇALVES DAS CHAGAS

Objeto: Contrato Administrativo nº 435/2019 firmado entre as partes de 18/09/2019 a 18/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 438/2019.

Data da vigência: 20/09/2019 a 20/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): GUILHERME FIALHO RODRIGUES

Objeto: Contrato Administrativo nº 438/2019 firmado entre as partes de 20/09/2019 a 20/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1.071 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

LEI MUNICIPAL Nº 1.071 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre denominação ***do nome Praça Anexa ao Complexo Poliesportivo de Itiquira, Estado de Mato Grosso como (****Zefelina Giongo Bortolini****), e da outras providências".***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o nome da praça de Itiquira/MT - Zefelina Giongo Bortolini, na Avenida Cuiabá anexa ao complexo poliesportivo.

Art. 2º Caberá aos órgãos e unidades administrativas competentes do Poder Executivo ás providências pertinentes para a consumação da alteração objeto desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 04 de outubro de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 436/2019.

Data da vigência: 18/09/2019 a 18/09/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ABDEL DIEGO CACERES AZAD

Objeto: Contrato Administrativo nº 436/2019 firmado entre as partes de 18/09/2019 a 18/09/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MÉDICO - ITIQUIRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jauru comunica a Adesão **a Ata de Registro de Preço nº 018/2019** referente ao **Pregão Presencial nº 05/2019 da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos,** para futura e eventual prestação de serviços de assessoria na área administrativa do tipo contratação de serviços de assessoria e consultoria no envio das informações relativas ao APLIC, para atender a Prefeitura Municipal de Jauru MT. Empresa fornecedora **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA- INFORMÁTICA - ME.**

Jauru –MT – 04 de Outubro de 2019

PORTARIA 231/2019

PORTARIA Nº 231 DE 01 OUTUBRO DE 2019

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

EXONERAR, a partir do dia 01 de outubro de 2019, o Sr. AMILTON GONCALVES RODRIGUES, Brasileiro, portador do RG nº 05584256 SSP/MT e do CPF nº 395.999.141-04, do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO DE AD-

MINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, nomeado conforme Portaria n.º 073/2019 de 01 de março de 2019.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 142/2011 de 20 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 01 de outubro de 2019.

_____

WALDIR LUIS GARCIA DE MOURA Prefeito Em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 092/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Manutenção Completa, Aquisição de Recarga de Gás e Peças de Reposição, Reparos e Consertos de Aparelhos Condicionadores de Ar e Refrigeradores, em Atendimento a Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 04/10/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 24 de outubro de 2019 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 04 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juruena, por intermédio do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 088/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial SRP n° 030/2019, Processo Administrativo n° 051/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Pública junto aos diversos Ministérios, Secretarias e Fundações, Autarquias, Instituições, Financeiras e Demais Órgãos Públicos Federais em Brasília – DF, Compreendendo Emissão de Pareceres de Alta Complexidade, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 meses, foi dado como FRACASSADO. **Motivo:** A única Empresa participante foi Inabilitada por falta de Documento.

Juruena – MT 04 de outubro de 2019.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 088/2019, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** a Ata de Registro de Preços n.º 144/2018, oriunda do Pregão Presencial n.º 072/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Diamantino - MT**,** cuja detentora é a Empresa **REAVEL VEICULOS EIRELI CNPJ: 30.260.538/0001-04**, para Aquisição de Veículo para transporte sanitário eletivo, nas mesmas condições do Edital e Ata de Registro de Preços aderida por esta Prefeitura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juruena.

Juruena – MT 04 de outubro de 2019.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juruena, por intermédio do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 088/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico SRP n° 018/2019, Processo Administrativo n° 057/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para fornecimento e instalação de alambrado e equipamentos para um parque Temático Infantil na Escola Aline Maria Teixeira, no município de Juruena/MT, com recursos da Emenda Parlamentar Impositiva nº 165, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital, foi dado como FRACASSADO. **Motivo:** O valor da proposta do licitante estava muito acima do valor de referência.

Juruena – MT 04 de outubro de 2019.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e J Sodre Dos Santos S. Maximo - ME

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Gêneros Alimenticios, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Deste Municipio"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 152.560,00 (Cento Cinquenta Dois Mil, Quinhentos Sessenta Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e J Sodre Dos Santos S. Maximo - ME – CNPJ: 14.437.315/0001-05

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Cooperativa Mista Agropecuaria De Juscimeira Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Gêneros Alimenticios, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Deste Municipio"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 2.089.365,00 (Dois Milhões, Oitenta Nove Mil, Trezentos Sessenta Cinco Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Cooperativa Mista Agropecuaria De Juscimeira Ltda – CNPJ: 03.939.469/0013-12

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Comercial Luar Eireli - EPP

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Gêneros Alimenticios, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Deste Municipio"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 847.632,50 (Oitocentos Quarenta Sete Mil, Seiscentos Trinta Dois Reais, Cinquenta Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Comercial Luar Eireli - EPP – CNPJ: 02.545.557/0001-33

RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATVO Nº 040/2019

O Prefeito Municipal de Juscimeira/MT , torna publico Resultado Licitação Pregão Presencial nº 024/2019; **OBJETO:** Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Gêneros Alimenticios, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Deste Municipio" **Vencedores:** Cooperativa Mista Agr. Juscimeira Ltda – CNPJ: 03.939.469/0013-12 - Valor R$ 2.089.365,00 (Dois Milhões, Oitenta Nove Mil, Trezentos Sessenta Cinco Reais); Comercial Luar Eireli – EPP – CNPJ: 02.545.557/0001-33 - Valor R$ 847.632,50 (Oitocentos Quarenta Sete Mil, Seiscentos Trinta Dois Reais, Cinquenta Centavos); Cleunide Marques Da Silva ME – CNPJ: 10.762.081/0001-10 – Valor R$ 309.926,00 (Trezentos Nove Mil, Novecentos Vinte Seis Reais); J Sodre Dos Santos S. Maximo – CNPJ: 14.437.315/0001-05 – Valor R$ 152.560,00 (Cento Cinquenta Dois Mil, Quinhentos Sessenta Reais).

Juscimeira/MT., 26 De Setembro de 2.019

Moisés Dos Santos

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATVO Nº 040/2019

O Prefeito Municipal de Juscimeira/MT , torna publico Resultado Licitação Pregão Presencial nº 024/2019; **OBJETO:** Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Gêneros Alimenticios, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Deste Municipio" **Vencedores:** Cooperativa Mista Agr. Juscimeira Ltda – CNPJ: 03.939.469/0013-12 - Valor R$ 2.089.365,00 (Dois Milhões, Oitenta Nove Mil, Trezentos Sessenta Cinco Reais); Comercial Luar Eireli – EPP – CNPJ: 02.545.557/0001-33 - Valor R$ 847.632,50 (Oitocentos Quarenta Sete Mil, Seiscentos Trinta Dois Reais, Cinquenta Centavos); Cleunide Marques Da Silva - ME - CNPJ: 10.762.081/0001-10 - Valor R$ 309.926,00 (Trezentos Nove Mil, Novecentos Vinte Seis Reais); J Sodre Dos Santos S. Maximo – CNPJ: 14.437.315/0001-05 – Valor R$ 152.560,00 (Cento Cinquenta Dois Mil, Quinhentos Sessenta Reais).

Juscimeira/MT., 26 De Setembro de 2.019

Moisés Dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Cleunide Marques Da Silva - ME

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Gêneros Alimenticios, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Deste Municipio"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 309.926,00 (Trezentos Nove Mil, Novecentos Vinte Seis Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Cleunide Marques Da Silva - ME – CNPJ: 10.762.081/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 030/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 018/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 018/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 018/2019 e demais resultados apresentados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, homologo e adjudico o presente certame as Empresas **TATIANA CAPITANIO-VEICULOS inscrita no CNPJ:09.103.941/0001-25, vencedora do ITEM 1 e REAVEL VEÍCULOS EIRELI inscrita no CNPJ:30.260.538/0001-04 vencedora do ITEM 2**, para todos os efeitos previstos em lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 04 de outubro de 2019.

_____

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N.º 002/2018 - PROCESSO N.º 003/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 003/2018

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N.º 002/2018

PROCESSO N.º 003/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 003/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR: KELVIN ALVES ARAÚJO, CPF nº: 042.671.051-70

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FARMACIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS POR MAIS 3 (TRÊS) MESES, PRORROGADO ATÉ O DIA 05 DE JANEIRO DE 2020.

VALOR: R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 26 de setembro de 2019.

_____

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal de Luciara

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 367/2019

DATA: 05 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre Função Gratificada a Servidora Pública

Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A partir de 02 de Setembro de 2019, conceder Gratificação de

Função a Servidora Pública Municipal Sra. Josieli Aparecida Basseto Vieira, Assistente

Técnico Administrativo II, Matricula n° 2695, para exercer a função de Encarregada do Setor de

Transporte e Frotas, com adicional de 40% do salário base, lotada na Secretaria Municipal de

Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

ART. 2º-Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Jancarlo Rogerio Pavaneli de Lima

Secretário Mun. de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 363/2019

DATA: 03 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidora Pública

Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras

providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Nilce Biondaro, servidora efetiva no cargo

de Assistente de Controle Administrativo, 40 horas, matrícula 283, lotada na Secretaria

Municipal de Administração e Finanças, concede-lhe 01 (um) mês de Licença Prêmio em

Pecúnia, referente ao período aquisitivo de Janeiro/2014 a Janeiro/2019, a ser pago na

folha de pagamento do mês de Setembro de 2019, ficando dois meses para gozo em época

oportuna.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 364/2019

DATA: 04 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastamento de Servidor Público Municipal Regime

Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido conceder afastamento de suas funções por 36

(trinta e seis) meses para tratar de assuntos particulares, de acordo com artigo 87 da Lei

Complementar 004/2005, a partir de 04 de setembro de 2019 a 04 de setembro de 2022,

ao Sr. Jose Wagner Bembe, servidor efetivo admitido em 01 de abril de 2016, no cargo de

Motorista, Classe “A”, Nível “07”, carga horária 40 horas semanais, Matricula n° 2691,

lotado na Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

ART. 2º - No período do afastamento o Servidor não contribuirá com

a Previdência Municipal.

ART. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Jancarlo Rogerio Pavaneli de Lima

Secretário Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 365/2019

DATA: 05 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Licença Maternidade a Servidora Pública

Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Licença Maternidade a Sra. Fabiane Arruda

Duarte, servidora efetiva no cargo de Zeladora, 40 horas semanais, matrícula 2768, lotada

na Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos, conforme benefício

concedido através da Portaria da PREV n° 082/2019 e processo Administrativo do

Previlândia nº 2019.02.00000005, a partir de 02.09.2019 até 30.12.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Jancarlo Rogerio Pavaneli de Lima

Secretário Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 366/2019

DATA: 05 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Transferência de Secretaria da Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a partir de 02/09/2019 a Sra. Josieli Aparecida

Basseto Vieira, servidora efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo II, carga

horária “40” horas semanais, matrícula 2695, lotada na Secretaria Municipal de

Administração e Finanças para a Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços

Urbanos.

ART. 2º - Fica Revogada a Portaria de nº 403/2017 de 01 de agosto de

2017 que concedeu gratificação de 40% do salário base, por exercer a função de Auxiliar do

Departamento de Compras.

ART. 3º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretário Mun. de Administração e Finanças

Jancarlo Rogério Pavaneli de Lima

Sec. Mun. de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 368/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Prorroga Auxilio Doença de Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o auxílio doença da servidora Sra. Maria de

Lourdes Alves dos Santos, Professora 20hs, matrícula nº 378, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, conforme benefício concedido através da Portaria do PREV n°

083/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2018.01.00000013, até 01.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 369/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Prorroga Auxilio Doença de Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o auxílio doença da servidora Sra. Maria de

Lourdes Alves dos Santos, Professora 30hs, matrícula nº 223, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, conforme benefício concedido através da Portaria do PREV n°

084/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2018.01.00000014, até 01.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 370/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença o Servidor Público Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença o Sr. Valdir Paula Silva,

servidor efetivo no cargo de Vigia, carga horária 40 horas semanais, matrícula n° 2363,

lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, Cidadania e Cultura, conforme Portaria do

PREV n° 085/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000034, a partir

de 04.09.2019 até 20.11.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marley Pereira de Andrade

Secretária Mun. de Ação Social, Cidadania e Cultura

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 371/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Geni Steger, efetiva no

cargo de Zeladora, carga horária 40 horas semanais, matrícula n° 123, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde e Saneamento, conforme Portaria do PREV n° 086/2019 e processo

administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000035, a partir de 05.09.2019 até 20.09.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 372/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Mirian Pegoretti Miguel

Hernandez, efetiva no cargo de Assistente de Controle Administrativo, carga horária 40

horas semanais, matrícula n° 2202, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento,

conforme Portaria do PREV n° 087/2019 e processo administrativo do Previlândia nº

2019.01.00000036, a partir de 07.09.2019 até 10.12.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 373/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Retorno de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico

Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 09 de setembro de 2019, a Sra. Lucileni

Queiroz de Almeida, servidora efetiva no cargo de Apoio Administrativo Escolar -

Zeladora, carga horária 40 horas semanais, matrícula nº. 189, lotada na Secretaria Municipal

de Educação, conforme oficio PREV nº. 173/2019 que se encontrava afastada conforme

processo administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000020.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretaria Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 374/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidora Pública

Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras

providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Zuleide Aparecida dos Santos, servidora

efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, 40 horas, matrícula 2528, admitida em

06/08/2014, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, concede-lhe 03 (três)

meses de Licença Prêmio em Pecúnia, referente ao período aquisitivo de Agosto/2014 a

Agosto/2019, a serem pagos na folha de pagamento dos meses de Setembro, Outubro e

Novembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretario Municipal de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 375/2019

DATA: 16 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Retorno de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico

Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 16 de setembro de 2019, a Sra. Josiane

Lisboa dos Santos, servidora efetiva no cargo de Zeladora, carga horária 40 horas semanais,

matrícula nº. 2481, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme oficio PREV nº.

183/2019 que se encontrava afastada conforme processo administrativo do Previlândia nº

2019.01.00000031.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretaria Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 376/2019

DATA: 16 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Gozo a Servidora Pública

Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras

providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Suzane Souza Ruas, servidora efetiva no

cargo de Assistente de Controle Administrativo, carga horária de 40 horas semanais,

matrícula 2342, admitida em 25 de março de 2013, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

e Saneamento, concede-lhe 03 (três) meses de licença Prêmio em gozo, referente ao período

aquisitivo de março/2013 a março/2018, a partir de 16 de setembro de 2019 a 15 de

Dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 377/2019

DATA: 16 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Comissionado, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Claudia Lopes, servidora

comissionada no cargo de Assessora Administrativa de Gabinete, carga horária 40 horas

semanais, matrícula n° 2460, lotada no Gabinete do Prefeito, conforme Comunicado de

Decisão e Beneficio n° 629.348.075-2, a partir de 05.09.2019 até 19.09. 2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Paulo Jose Maciel Nogueira

Secretário Municipal de Gabinete

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 378/2019

DATA: 19 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Retorno de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico Comissionada, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 20 de setembro de 2019, a Sra. Claudia Lopes, servidora comissionada no cargo de Assessora Administrativa de Gabinete, 40 horas,

matrícula nº. 2460, lotada no Gabinete do Prefeito, tendo em vista o encerramento do

Benefício nº 629348075-2 junto ao INSS.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Paulo Jose Maciel Nogueira

Secretario Municipal de Gabinete

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 379/2019

DATA: 19 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Jaqueline Fermino Ferreira, efetiva no cargo de Zeladora, carga horária 40 horas semanais, matrícula n° 2785,

lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, Cidadania e Cultura, conforme Portaria do

PREV n° 088/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000038, a partir

de 18.09.2019 até 01.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marley Pereira de Andrade

Secretária Municipal de Ação Social, Cidadania e Cultura.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 380/2019

DATA: 19 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Tassia Antonia Oliveira Silva, efetiva no cargo de Agente Administrativo I, carga horária 40 horas semanais,

matrícula n° 2682, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme Portaria

do PREV n° 089/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000039, a

partir de 19.09.2019 até 10.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 381/2019

DATA: 20 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Programa Municipalidade Cidadã que prorroga licença maternidade de Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal 800/2012 de 29 de junho de 2012, prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença Maternidade da Sra. Renata

Miriam Bernardo, servidora comissionada no cargo de Chefe de Divisão, matrícula 2697,

lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período consecutivo de 30 de

Setembro de 2019 a 29 de Novembro de 2019, com direito a sua remuneração integral, nos

mesmos moldes devidos de percepção do salário – maternidade.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 382/2019

DATA: 20 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Bruna Lays Ribeiro Bernardini da Silva, efetiva no cargo de Professora, carga horária 30 horas semanais,

matrícula n° 2732, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Portaria do PREV

n° 090/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2019.01. 00000037, a partir de

13.09.2019 até 26.12.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 383/2019

DATA: 20 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Retorno de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 20 de setembro de 2019, a Sra. Geni Steger, servidora efetiva no cargo de Zeladora, carga horária 40 horas semanais, matrícula

nº. 123, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme oficio PREV nº.

187/2019 que se encontrava afastada conforme processo administrativo do Previlândia nº

2019.01.00000035.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretario Municipal de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 384/2019

DATA: 23 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal, Regime Jurídico em Cargo de Comissão, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido exonerar a partir de 23 de Setembro de 2019, o Sr. Alvaneu Navarro, portador do RG nº. 838699-4 SSP/MT e CPF nº. 581. 771.081-15, do

cargo em Comissão de Coordenador de Licitação e Compras, matrícula 2747, lotado na

Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 385/2019

DATA: 23 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Prorroga afastamento para Auxilio Doença de Servidor Público Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o afastamento para auxílio doença do Sr. Carlos Rozendo dos Santos Filho, servidor efetivo no cargo de Vigia, 40hs semanais, matrícula nº

2741, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme benefício concedido

através da Portaria do PREV n° 091/2019 e processo administrativo do Previlândia nº

2019.01.00000028, até 20.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 386/2019

DATA: 23 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Retorno de Servidor Público Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 16 de Setembro de 2019, o Sr. Joao Livrado Gonçalves, servidor efetivo no cargo de Vigia, 40 horas, Matrícula 2161, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que se encontrava afastado para assuntos particulares.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 387/2019

DATA: 23 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido exonerar a partir de 16 de Setembro de 2019, o Sr. Joao Livrado Gonçalves, brasileiro, portador do RG nº 559164 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 501.436.891-34, servidor efetivo no cargo de Vigia, Matrícula n° 2161, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 388/2019

DATA: 23 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Prorroga Beneficio de Servidor Público Municipal Regime Jurídico em cargo de comissão, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o Benefício de Auxilio Doença do Sr. Péricles Carlos Ferreira, Chefe de Departamento de Esporte, Matrícula 2387, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, conforme Benefício INSS n° 6061513864, Espécie: 31 e requerimento 157878931 e comunicado de decisão até 30 de Novembro de 2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Rogério Carlos Harres.

Secretario Municipal de Esporte e Lazer

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 389/2019

DATA: 24 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Cristiane Aparecida Bitencourt Corezola, efetiva no cargo de Técnica de Desenvolvimento Infantil, carga horária 40 horas semanais, matrícula n° 2594, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Portaria do PREV n° 092/2019 e processo administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000040, a partir de 24.09.2019 até 08.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 390/2019

DATA: 25 de Setembro de 2019.

SÚMULA: Afastar para Auxilio Doença a Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Afastar para Auxílio Doença a Sra. Sonia Suely Marcos de

Lima, efetiva no cargo de Professora, carga horária 30 horas semanais, matrícula n° 329,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Portaria do PREV n° 093/2019 e

processo administrativo do Previlândia nº 2019.01.00000041, a partir de 24.09.2019 até

09.10.2019.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Setembro de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 001- CONCURSO 001-2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº001/2019 (Edital Resumido)

O Prefeito do Município de Marcelândia - MT, Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade**, através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo **Decreto 067/2019**, torna público o Edital Complementar nº001 do Edital Complementar de Concurso Público nº 001/2019.

Art. 1º Torna Público o Anexo VI – contendo as atribuições dos cargos descritos no Edital do Concurso Público nº001/2019.

Art. 2º O Edital Completo com as atribuições dos cargos, encontram-se fixados no mural da Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT ou através do site **http://www.marcelandia.mt.gov.br/.**

Marcelândia – MT, 03 de outubro de 2019

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Alexandra Padovani David

Presidente da Comissão Conc. Público 001/2019

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA SEPLAN Nº012/2019

PORTARIA SEPLAN Nº 012/2019

DATA: Sexta-feira, 04 de outubro de 2019

SÚMULA: Nomeia FABIANA ZACARIAS RAMOS como Engenheira Responsável pela Fiscalização dos Serviços de Sondagem de Solos na Estrada Nova República no Município de Marcelândia/MT"

O Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado do Mato Grosso, no uso da competência que lhe confere a Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º. Nomear a Engenheira Civil **FABIANA ZACARIAS RAMOS**, brasileira inscrita no CREA-MT sob Nº 0.330-60, portadora do RG 21097283-3 SSP/MT e CPF sob Nº 031.679.751-05 como engenheira responsável pela **Fiscalização** dos serviços que compõem a "*Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de sondagem de solos para fins de levantamento de dados para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica da Estrada Nova República no município de Marcelândia/MT"*. **Artigo 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM, 04 de outubro de 2019.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Adriana Cristina Machado Blanc

SEC DE PLANEJAMENTO

Registra-se e afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da pessoa a **Srª**. **ANA MARIA ANDRADE LIMA**, devidamente inscrita no CPF sob o nº 771.372.561-04 e portadora do RG n° 835682 SSP/MT, situada na Rua Luis Mena, n° 1801, Bairro Centro, no Município de Matupá/MT, CEP 78525-000, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA 1º CATEGORIA PARA BASE, SUB-BASE E CASCALHAMENTO DE VIAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
362197	MATERIAL DE JAZIDA 1ª CATEGORIA (PIÇARRA DE JAZIDA, AO NATURAL), PARA BASE, SUB-BASE E CASCALHAMENTO DE VIAS.	M³ - METRO CÚBICO	8500,00	9,75	82.875,00
Total: R$ 82.875,00					

4.2 – Durante o prazo de vigência da Ata/Contrato a localidade do imóvel onde encontra-se a jazida fica em posse do Município de Matupá/MT.

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Os produtos constantes no ANEXO I deste Edital serão extraídos e transportados pela Prefeitura Municipal de Matupá, conforme sua necessidade.

5.2 - O material será retirado as expensas do Contratante, no que diz com a extração e transporte do mesmo, de acordo com suas necessidades, não havendo obrigatoriedade de aquisição de quantidade mínima durante a vigência do contrato. Caso não seja adquirido todo o produto, objeto deste contrato o saldo será cancelado.

5.3 – A Prefeitura Municipal de Matupá fará a extração e retirada do objeto até a distancia máxima de 30 km do centro urbano de Matupá, a partir desta distancia o Contratado fará a extração e entrega do objeto deste contrato no perímetro urbano de Matupá.

5.4 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 02 (dois) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – No caso do objeto deste edital estiver há mais de 30 km do centro urbano de Matupá, o prazo de entrega será de 02 (dois) dias, após a ordem de entrega;

- Recebimento dos Produtos:

- Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

- Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

- O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal e Estadual:

CÓDIGO GERAL: 10.002.26.782.0002.2.0010 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADA VICINAIS, BUEIROS E PONTES - FETHAB – 3390. 30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Obras	Célia Pereira Bueno da Silva	7993/2019

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 078/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

ANA MARIA ANDRADE LIMA

CPF nº 771.372.561-04

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2019 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 APRESENTA O RESULTADO OFICIAL RESULTADO OFICIAL DOS CLASSIFICADOS, NÃO. CLASSIFICADOS, E AUSENTES

O Prefeito do Município de Matupá - MT, **Sr. Valter Miotto Ferreira**, através da **Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público de Agentes Comunitários de Saúde Nº 001/2019*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo **Decreto nº 3014/2019**– através do presente instrumento apresentam **o Resultado oficial dos Classificados, não. Classificados, e ausentes.**

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 20) UBS UNIÃO

TODA A EXTENSÃO DAS RUAS 06, 07, 08, 09. AV. INTERPENINSULAR DA TURATI ATÉ O LAGO. RUA 21 ESQUINA (ZÉ DA LUZ) ATE O NÚMERO 22.

ORDEM	Nº INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
01	034	PAULO RICARDO DA SILVA COSTA	28	CLASSIFICADO
02	023	IRAENE NEVES SILVA	24	CLASSIFICADO
03	030	LOANA LIMA DO NASCIMENTO	23	CLASSIFICADO
04	027	MYLLENY DOS SANTOS LUZ	22	CLASSIFICADO
05	016	ADRIANA TOLOTTI	21	CLASSIFICADO
06	031	NEUZA FREITAS DO NASCIMENTO SALES	19	REPROVADO
07	035	SONIA CRISTINA ALVES	18	REPROVADO
08	048	FRANCISCA DO NASCIMENTO BATISTA	17	REPROVADO
09	054	SIMONE BARBOSA MARCELINO	13	REPROVADO
10	042	CELMA DA SILVA	08	REPROVADO
11	049	ELOISA ROSA DE MACENA	00	AUSENTE
12	054	SIMONE BARBOSA MARCELINO	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 14) UBS UNIÃO

RUA 01, 02, 05 EM TODA SUA EXTENSÃO. RUA 21 DA CASA 856 ATÉ A CASA DE Nº 36.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
13	002	MAIZA GOMES RIBEIRO	26	CLASSIFICADO
14	018	EDIANGELO PIRES FIGUEREDO DOS SANTOS	25	CLASSIFICADO
15	020	ELIENE DE OILIVEIRA SANTOS	19	REPROVADO
16	036	LORRAYNE MARIA DA COSTA MORANTI	15	REPROVADO
17	005	LIDIA LEILIANE SILVA COSTA	14	REPROVADO
18	033	LAIANE LOPES PEREIRA	14	REPROVADO
19	004	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS DE ABREU	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 10) UBS UNIÃO

RUA 1,02,04,05 (ATRÁS DA REDE SUBESTAÇÃO E CARVOEIRA). RUA 09 EM TODA SUA EXTENSÃO, AV. B. OESTE DO BAIRRO INDUSTRIAL EM TODA SUA EXTENSÃO DO LADO ESQUERDO. PARALELA DA BR 163 ATÉ A CHÁCARA ESTRELA. AV. SEBASTIÃO ALVES JUNIOR COM INICIO NA CASA RURAL ATÉ CHÁCARA DO PETINI (LAGO). AV. I LADO ESQUERDO DA AV. B. OESTE ATÉ O FINAL.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
20	041	MAYARA ANDRELEVICIUS TRISTÃO	27	CLASSIFICADO
21	009	MARCIA APARECIDA DA SILVA	23	CLASSIFICADO
22	046	RANGEL ALVES DA SILVA	21	CLASSIFICADO
23	038	CRISTIANE REGINA DA SILVA ROCHA	19	REPROVADA
24	007	ELISANDRA SANTOS LEMES DA SILVA	19	REPROVADO
25	003	VIVIANE JOAQUIM ROCHA	18	REPROVADO
26	008	ADRYAN DOS SANTOS RIBEIRO	00	AUSENTE

27	010	VANDERLI WEIAND	00	AUSENTE
28	043	ELANE DE SOUZA BORGES	00	AUSENTE
29	052	KAMILA FERNANDES MARQUES DA SILVA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 03)

UBS JARDIM DAS FLORES

TODA A EXTENSÃO DAS RUAS 08, 09, 10, 14, 15, 16, 17, 18 E 19 DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
30	050	WILAINE DUTRA DOS SANTOS	29	CLASSIFICADO
31	028	FERNANDO PEREIRA KERBER	25	CLASSIFICADO
32	014	ANDREIA SELLER FERNADES DE SOUZA	23	CLASSIFICADO
33	015	SINARA MARIANO DE OLIVEIRA	22	CLASSIFICADO
34	021	LUCIANA MARIA DOS SANTOS KOPTSKI	19	REPROVADO
35	055	JOSELY MARLI DE ASSIS	13	REPROVADO
36	025	TAYNARA DA SILVA CARLETTO	00	AUSENTE
37	029	LEIDIANE NUNES SIQUEIRA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 16)

UBS CIDADE ALTA

TODA A EXTENSÃO DA LINHA DA PEDREIRA, LINHA BALSA, LINHA DA PAZ, LINHA DO TESOURO. COMUNIDADE FLOR DA SERRA, COMUNIDADE ALTO ALEGRE E LINHA GUARANTÃ ATÉ NA CURVA GOIANA

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
38	006	SIMONE PORTE CARVALHO BORRE	30	CLASSIFICADO
39	013	SILVANIA EVANGELISTA DA SILVA	24	CLASSIFICADO
40	001	CRISTIANE BARREIRO OLIVEIRA	19	REPROVADO
41	032	CRISTINA RODRIGUES AMORIM	14	REPROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 41)

UBS CIDADE ALTA

LINHA DO RANÁRIO 01, LINHA DO RANÁRIO 02, LINHA DO COQUERAL, LINHA DO CEMITÉRIO, ZONA INDUSTRIAL 05.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
42	037	EMERSON RODRIGUES DE ARAUJO	26	CLASSIFICADO
43	047	DALETE CAMARA DE ARAUJO	26	CLASSIFICADO
44	039	PATRICIA NUNES REINALDO	26	CLASSIFICADO
45	058	GABRIEL CARDOSO LIMA	21	CLASSIFICADO
46	040	INDYANARA DOS SANTOS RIBEIRO	18	REPROVADO
47	045	CLEUDILENE PINTO SOUSA	16	REPROVADO
48	053	MARCELO VINICIUS DA SILVA PEREIRA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 11)

UBS CENTRAL

LINHA PM, FILÃO VELHO, LINHA DO BRITADOR, LINHA MARAVILHA E CHACARAS DA MT-322, LINHA AEROPORTO, CLUBE DE LAÇO, LIMHA CONFINAMENTO, LINHA FRIALTO E LINHA DO SUCÃO.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
49	051	HELDER CARLOS ARAUJO DA SILVA	27	CLASSIFICADO
50	012	WANDER CARLOS DE SOUZA	24	CLASSIFICADO
51	024	ANDREIA FELIX SANTOS RIBEIRO	24	CLASSIFICADO
52	057	PATRICIANA DE ALMEIDA BLASQUE NOGUEIRA	23	CLASSIFICADO
53	019	DEBORA PATRICIA HOFFMANN	20	CLASSIFICADO
54	011	ANA PINTO DE OLIVEIRA	20	CLASSIFICADO
55	017	CARLEANE BARROS FONSECA	00	AUSENTE
56	044	MATEUS HENRIQUE VENTURA DA SILVA	00	AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 40)

UBS CENTRAL

RUA 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 DO ZH1-001. RUA DA AVENIDA PERIFÉRICA. RESTAURANTE REFÚGIO A IGREJA MATRIZ E O POSTO SIMARELLI (ZC1-001). RUA 01, 02, 03, 04, 08 DO SERTOR REGIONAL; AVENIDA SEBASTIÃO ALVES JUNIOR (LADO DO COQUERAL ATÉ AGROBAGGIO). AVENIDA PERIFÉRICA ATÉ O POSTO TREVÃO.

ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
57	056	ALDECIANA PAIXÃO DA SILVA	22	CLASSIFICADO
58	026	SABRINA BORGES DE SOUZA	21	CLASSIFICADO
59	022	LAIS DA SILVA CARLETTO	00	AUSENTE

Matupá - MT, em 04 de Outubro de 2019.

Clarisse Maria Sala

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 018/2017

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

CONTRATADA: **V. A. BERTI - ME**

OBJETO: Constitui objeto desta rescisão o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PARLAMENTAR JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 010/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 08/2017.**

Valor/Global: O valor global do presente termo de rescisão é de **R$ 20. 370,00 (vinte mil trezentos e setenta).**

Assinatura: 01/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 090/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 18 **de outubro de 2019 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURA EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 132/2019, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019 DECLARAÇÃO DE NÃO INTERPOSIÇÃO DA DE DIVULGAÇAO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS CLASSIFICAÇOES.

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019,

através da ***Nomeação da Comissão Organizadora e Elaboração do* Processo Seletivo PÚBLICO Nº 001/2019*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo Decreto nº 3014 DE 14 DE JULHO DE 2019**.**

Declara para os devidos fins que se fizer necessário que não houve interposição de recursos contra o Ato da divulgação do resultado preliminar dos classificados, reprovados e ausentes.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Matupá – MT 04 de outubro de 2019.

Clarisse Maria Sala Presidente da Comissão do

Processo Seletivo Público 001/2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 025/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DA QUADRA DE AREIA NO LAGO II CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES. Contidas nos anexos do Edital 027/2019, TOMADA DE PREÇO 004/2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Sexta, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **29 DE NOVEMBRO DE 2019,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 29/09/2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº075/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO PADRÃO INCRA/ALIMENTADORA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PADOVANI NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT CONFORME CONVÊNIO 855968/2017 CELEBRADO COM O INCRA. Contidas nos anexos do Edital 074/2019, TOMADA DE PREÇO 019/ 2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: CONSTRUTORA KULUENE EIRELI ME

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Quinta, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

Cláusula Quinta – Vigência do Contrato

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em 367 (trezentos e sessenta e sete) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **01 DE OUTUBRO DE 2019,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 29/09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 089/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 21 **de outubro de 2019 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o **PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÕES DE TIJOLOS, EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.** Maiores informações através do Edital nº. 131/2019, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00-

min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO DE RESPOSABILIDADE

Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo de responsabilidade, eu, **Marcio Luiz Pereira**, CPF n.**629.415.181-34**, ocupante do Cargo de Secretario de **Administração e Planejamento** do Município de Mirassol d'Oeste, nos termos da ***Lei Complementar Municipal 178 de 06 de Setembro de 2018,*** regulamentada pelo ***Decreto 3460 de 25 de fevereiro de 2019***, comprometo-me promover a gestão de resultados, atendendo as diretrizes do Plano de Governo a gestão 2018-2020.

.Declaro estar ciente dos compromissos assumidos quanto a ordenação das despesas referente a pasta por mim ocupada, bem como que a inobservância das referidas normas em vigor poderá ensejar sanções administrativas, nos termos do que dispõe a Lei Complementar Municipal nº **157 de 21 de Dezembro de 2016**, (Estatuto do Servidor Público) sem prejuízo da apuração cível e/ou penal cabíveis.

Mirassol d'Oeste/ MT, 02 de Setembro de 2019.

COMPROMISSÁRIO
Marcio Luiz Pereira **CPF 629.415.181-34**

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 008/2019

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

OBJETO: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários consistente no processamento de solução tecnológica para pagamento de salários, fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores, além de contas de consumo (agua, energia, telefone), boletos de cobrança, guias de arrecadação, tributos e deposito judicial, para a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste.

CONTRATADO:

BANCO DO BRASIL SA

Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Norte.

CEP: 70040-912

CIDADE: Brasilia-DF

CNPJ: 00.000.000/0001-91

Valor da contratação: Estimasse 70 (setenta) lançamentos mensais a um valor Estimado em R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais) mensais X (vezes) 12 (doze) meses, Totalizando R$ 2.856,00 (dois mil oitocentos e cinquenta e seis reais) para condições para prestação dos serviços abaixo relacionadas:

Serviço	Valor R$
Pag Fornecedor credito em conta se aviso	R$ 3,40
Pag Fornecedor - DOC	R$ 8,20
Pag Fornecedor – TED STR	R$ 8,20
Pag Fornecedor – TED CIP	R$ 8,20
Pag salário – crédito conta sem aviso	R$ 3,40
Pag diversos – credito conta sem aviso	R$ 3,40
Pag diversos – DOC	R$ 8,20
Pag diversos – TED STR	R$ 8,20
Pag diversos – TED CIP	R$ 8,20
Pag diversos – Poupança sem aviso	R$ 5,70

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses. Data Inicio de vigência 07/10/2019 – Data fim de vigência 07/10/2020.

Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei Municipal nº 1.499 de 21/12/2018 e a Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por conseqüência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando os termos constantes no CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DO BRANCO DO BRASIL S.A, bem com o Termo de Adesão as Cláusulas do Contrato Único de Prestação de Serviços, proposta nº 1092294.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei Municipal nº 1.499 de 21/12/2018 e a Lei Estadual nº 10.534, de 13/04/2017, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Mirassol D'Oeste – MT, 04 de outubro de 2019.

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INTRODUÇÃO:

BANCO:

Banco do Brasil S/A

Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Norte

Proposta número 1092294

CNPJ: 00.000.000/0001-91

Cidade: Brasília

Agência: SETOR PUBLICO MT

UF: DF

CEP: 70040-912

Prefixo-dv: 1320-X

CONVENENTE:

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE CPF ou CNPJ: 03.756.178/0001-55

Endereço: RUA JUSCELINO KUBITSCHEK, N 3226 CAIXA POSTAL 101

Cidade: MIRASSOL D'OESTE**UF:** MT **CEP:** 78280-000

O Banco do Brasil S.A., por sua agência supra doravante denominado apenas BANCO, neste ato representado pelos senhores no final assinados, pactua com o CONVENENTE acima identificado, representado pelos senhores no final assinados, as condições adiante estabelecidas neste TERMO DE ADESÃO e nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registradas

no cartório do Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENENTE adere e declara, ao assinar este Termo, dele ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu te-

or, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

Data início de vigência: 07/10/2019 Data fim de vigência: 07/10/2020

A data de início de vigência das condições deste Termo condiciona-se à formalização do presente documento. Quando negociadas em conjunto com outra(s) empresa(s), condiciona-se à assinatura por todas as empresas integrantes da negociação e somente será efetivada quando todos os representantes legais necessários assinarem este Termo. Neste caso, se a última assinatura necessária ocorrer após a data de vigência prevista neste Termo, a mesma passará ao dia útil posterior à referida assinatura.

PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS, A FORNECEDORES E DIVERSOS (via arquivo):

Identificação do Cliente/Convênio (*1) 105972223		
Conta para débito do pagamento e crédito por devolução de pagamento recusado **Agência Conta Corrente** 1320-X 20076-X		
Conta para débito da tarifa **Agência** 1320-X	**Conta Corrente** 20076-X	
Conta para débito de ressarcimento de prejuízo e multa **Agência Conta Corrente** 1320-X 20076-X		
Tarifa inicial por evento		
Tarifa (Descrição da tarifa)		**Valor (R$)**
Pag Fornecedor credito em conta sem aviso		3,40
Pag Fornecedor - DOC		8,20
Pag Fornecedor - TED STR		8,20
Pag Fornecedor - TED CIP		8,20
Pag salário - crédito conta sem aviso		3,40
Pag diversos - crédito conta sem aviso		3,40
Pag diversos DOC		8,20
Pag diversos TED STR		8,20

Tarifa (Descrição da tarifa) Pag diversos - TED CIP Pag diversos - Poupança sem aviso			**Valor (R$)** 8,20 5,70
Periodicidade do débito da tarifa: Diário			
Valor máximo para o arquivo-remessa: R$ 100.000,00			
Valor máximo individual de cada pagamento:			
Descrição	**Valor (R$)**	**Float**	**Percentual de Retenção**
PAG. A FORNECEDORES - CONTA	88.000,00	1 dia	100,00 %
PAG. A FORNECEDORES - DOC/TED	100.000,00	1 dia	100,00 %
PAG. SALARIOS - CONTA CORRENTE	88.000,00	1 dia	100,00 %
PAG. DIVERSOS - CONTA CORRENTE	88.000,00	1 dia	100,00 %
PAG. DIVERSOS - DOC/TED	100.000,00	1 dia	100,00 %
PAG. DIVERSOS - CONTA POUPANCA	17.000,00	1 dia	100,00 %
Prazo para devolução à CONVENENTE dos recursos relativos a pagamento não efetivado na modalidade contra-recibo online serviço em desativação: 0 dia			
Responsabilidade pela liberação e confirmação de arquivos é da Empresa * Tarifa não descrita: consultar Tabela de Tarifas vigente.			

CUIABA, 03 de Outubro de 2019.

BANCO

BANCO DO BRASIL

WHELEN GONCALO DE ARRUDA LEITE

BANCARIO E ECONOMIARIO SOLTEIRO(A)

residente em CUIABA-MT

portador da cédula de identidade 945815 SSP MT inscrito no CPF/MF sob o nº 622.432.921-49

CONVENENTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA VEREADORA SOLTEIRO(A)

residente em MIRASSOL D'OESTE-MT portador da cédula de identidade 643118 SSP MT

inscrito no CPF/MF sob o nº 411.386.861-15

RINALDO VALENCIANO

SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SOLTEIRO(A)

residente em MIRASSOL D'OESTE-MT portador da cédula de identidade 248850 SSP MS

inscrito no CPF/MF sob o nº 442.605.631-49

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Observações quando contratado o serviço:

(*1) Definir os parâmetros de cada convênio cadastrado para o cliente.

(*2) Centralização de Saldo - Inserir tantas contas centralizadas quantas necessárias.

(*3) Cobrança - O convenente indica no arquivo remessa os beneficiários (até 20 diferentes). (*4) Cobrança - O convenente indica no máximo três beneficiários.

(*5) Pagamentos - Exclusivo para Pagamento a Fornecedores e Pagamentos Diversos. Não permitido para Pagamento de Salários.

"Para realizar suas transações bancárias o BANCO coloca à sua disposição os telefones de sua Central de Atendimento - CABB 4004 0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 729 0001 (demais localidades). Para eventual elogio, sugestão, dúvida, informação, reclamação, denúncia, cancelamento, o BANCO coloca à disposição do CONVENENTE o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722. Para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo do atendimento anterior, lique para a Ouvidoria BB 0800 729 5678. Para deficientes auditivos ligue 0800 729 0088. O SAC funciona 24 horas, 7 dias por semana, ou acesse o portal www.bb.com.br."

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO DE RESPOSABILIDADE

Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo de responsabilidade, eu, **Maria de Lourdes Silva Paixão**, CPF **088.629.688-92**, ocupante do Cargo de Secretária de **Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Social,** do Município de Mirassol d'Oeste, nos termos da ***Lei Complementar Municipal 178 de 06 de Setembro de 2018,*** regulamentada pelo ***Decreto 3460 de 25 de fevereiro de 2019***, comprometo-me promover a gestão de resultados, atendendo as diretrizes do Plano de Governo a gestão 2018-2020.

Declaro estar ciente dos compromissos assumidos quanto a ordenação das despesas referente a pasta por mim ocupada, bem como que a inobservância das referidas normas em vigor poderá ensejar sanções administrativas, nos termos do que dispõe a Lei Complementar Municipal nº **157 de 21 de Dezembro de 2016**, (Estatuto do Servidor Público) sem prejuízo da apuração cível e/ou penal cabíveis.

Mirassol d'Oeste/ MT, 02 de Setembro de 2019.

COMPROMISSÁRIA

Maria de Lourdes Silva Paixão
CPF. 088.629.688-92

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3576/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3576 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 12.920,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

232	12.365.0008.2022.0000	MAN. DAS DESP. COM A EDUCAÇAO INFANTIL - CRECHE	11.320,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

531	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEN	1.600,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

273	13.392.0007.2021.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS	-2.320,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
283	13.392.0007.2165.0000	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES CULTURAIS	-3.000,00
	3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
286	13.392.0007.2165.0000	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES CULTURAIS	-5.000,00
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP(	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
287	13.392.0007.2165.0000	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES CULTURAIS	-1.000,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

532	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEND.	-1.600,00
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇ	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3576 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2019 - LEI N.1493

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA
110 000 GERAL

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 03 de outubro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA N.º 491 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

EXONERA E NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA OS TERMOS DE PARCERIAS, NOMEADO PELA PORTARIA 210/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando a aposentadoria com consequente desligamento de membro representante do Conselho Municipal de Saúde e a necessidade do cumprimento do disposto no termo de parceria 001/2016,

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria nº 001/2016 – Prefeitura/ISSO Brasil, a servidora aposentada FATIMA BORGHI MARTINS, CPF nº 018.675.838-36 e RG nº 9484240 SSP/SP, membro representante do Conselho Municipal de Saúde, nomeado pela Portaria 210/2016.

Artigo 2º - Nomear em substituição ao disposto no artigo anterior, a servidora:

VALDIRENE PASQUETO PEREZ

CPF Nº 931.741.441-91, RG Nº 1132645-0 SSP-MT

Artigo 3º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria 210/2016.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 04 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESPOSABILIDADE

Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo de responsabilidade, eu, **Wesley Almeida**, CPF **046. 423.641-02**, ocupante do Cargo de Secretário de **Infraestrutura** do Município de Mirassol d'Oeste, nos termos da ***Lei Complementar Municipal 178 de 06 de Setembro de 2018,*** regulamentada pelo ***Decreto 3460 de 25 de fevereiro de 2019***, comprometo-me promover a gestão de resultados, atendendo as diretrizes do Plano de Governo a gestão 2018-2020.

.Declaro estar ciente dos compromissos assumidos quanto a ordenação das despesas referente a pasta por mim ocupada, bem como que a inobservância das referidas normas em vigor poderá ensejar sanções administrativas, nos termos do que dispõe a Lei Complementar Municipal nº **157 de 21 de Dezembro de 2016**, (Estatuto do Servidor Público) sem prejuízo da apuração cível e/ou penal cabíveis.

Mirassol d'Oeste/ MT, 02 de Setembro de 2019.

COMPROMISSÁRIO
WESLEY ALMEIDA **CPF. 046.423.641-02**

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3577 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2019/SMDS, de acordo com orelatório apresentado pela comissão nomeada pela Portaria nº 446/2019, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados constantes do anexo Único deste decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 04 de outubro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3577/2019

Ref: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2019.

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado final do Chamamento Público 006/ 2019, conclui-se pela parceria entre a Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS e as Entidades, cujos projetos foram inscritos conforme o Edital de Chamamento Público Nº 006/2019/SMDS.

RESOLVE:

1 - **TORNAR PUBLICO** a Aprovação dos projetos inscritos, conforme abaixo relacionados:

APROMÚSICA – R$30.000,00

CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II – R$70.000,00

LAR SÃO VICENTE DE PAULO – R$15.000,00

APAE – R$10.000,00

APAE –R$30.000,00

2 - **HOMOLOGAR** o resultado final do Chamamento Público 006/2019 acima referenciado para celebração de parceria.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 04 de outubro de 2019.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 66/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/ 2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 66/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 14:00hs do dia 18/10/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NA ZONA RURAL (DISTRITO DE COQUEIRAL), DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, POR PERÍODO DE 01(UM) ANO**, para atender a diversas Secretarias Municipais**.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 04 de Outubro de 2019.

Nadir da Silva

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO 325-2019

DECRETO Nº 325/2019, DE 04 de OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO 324/2019, DE 30 DE SETEMBRO/2019, QUE TRATA DO CANCELAMENTO DE EMPENHOS PROCESSADOS E LIQUIDADOS E NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM RESTO A PAGAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município - LOM, e tendo em vista o arts. 1º e 42º da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/00, art. 36 da lei 4. 320/64, Decreto Federal nº 20.910/32, art. 35, 67 ao 70 do Decreto nº 93. 872/86;

DECRETA

Art. 1º- Fica excluído da anulação o empenho n? 481/206, relacionado no Decreto 324/2019, de 30 de setembro de 2019, por ter sido processado e inscrito nos restos a pagar e pago no exercício de 2019, sendo concluindo e finalizado.

2º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias do mês de outubro de 2019 – 66º da Emancipação Político-Administrativa. 04.10.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO PORTARIA N.º 285/2019

Ementa: DISPÕE SOBRE A COM CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO férias aos servidores abaixo relacionados, amparado pela Lei 594/2008," *Subseção VII _Do Adicional de Férias_* ***Art. 99*** *Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.* ***Parágrafo único.*** *No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo".*

FÉRIAS A PARTIR

ü 3546_ZELIA MARIA DE JESUS DAMASIO_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4837_NAEGELI TEODORO BRUMATI_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 3561_ODINEI PICON_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4137_LIZANDRA PAULA DA SILVA_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4168_NATHIELE DA SILVA MARTINS_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4815_LEONICE BATISTA DA SILVA_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 3655_NATAL ALEXANDRE DE ALMEIDA_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4155_FLAVIO LUIZ DOS SANTOS_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 1353_FERNANDO LUIZ PINHEIRO_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 942_GETULIO BENEDITO_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4161_CELIO AP PEREIRA DE SOUZA_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4184_HELINDOR ROSA DOS SANTOS_01/10/2019 a 30/10/2019

ü 365_MANOEL MESSIAS ALVES_01/10/2019 a 30/10/2019

ü 4543_MARLI MARTINEZ MOLERO_15/10/2019 A 15/11/2019

ü 4726_NEIDE CECILIA BOGO_01/10/2019 A 30/10/2019

ü 4522_JOSE FRANCISCO DA SILVA FILHO, 01/10/2019 A 30/10/2019

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de OUTUBRO de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO PORTARIA N.º 264/2019

Ementa: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA PREMIO aos servidores abaixo relacionados; amparado pela lei Nº 573/2008, "*Seção XII, Da Licença Prêmio por Assiduidade, Art. 136.A. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo no serviço público municipal o servidor fará jus a (03) três meses de licença a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cardo efetivo".*

ü Paulo neves_01/08/2019 a 31/08/2019.

ü Robson Valentim Ferrarese Luppi_20.08.2019 a 20.11.2019.

ü Lucia de Souza_01.08.2019 a 30.10.2019

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de agosto de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 308/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso “”, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora CRISTIANE DE OLIVEIRA, servidora nomeada assessor especial de planejamento do GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO, para atuar como fiscal e designar a servidora ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA, servidora nomeada no cargo de chefe div. de educação especial da SECRETARIA DE EDUCACAO, para atuar como suplente de Fiscal do Contrato Administrativo nº 094/2019, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 01 de outubro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 314/2019

EMENTA: “DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso “”, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor ALEX DA SILVA RIBEIRO, servidor temporário no cargo de ENGENHEIRO FLORESTAL do gabinete da SECRETARIA DE AGRICULTURA,MEIO AMB,TEC E SANEA, para atuar como Fiscal e designar a servidora ANDRESSA ROSIANE KANITANI SENA, servidora nomeada no cargo de CHEFE DIVISAO DE MINERACAO do gabinete da SECRETARIA DE IND.,COM.,TURISMO E MINERACAO, para atuar como suplente do Contrato Administrativo nº 095/2019, tendo como objeto: Serviços especializados, com um total de 28 (vinte e oito) horas, sendo distribuídas em duas palestras com os temas de Como Obter Crédito e Sustentabilidade para os Pequenos Negócios, duas oficinas com os temas Sei Empreender e Sei Crescer, e um curso sobre Finanças:

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, em 02 de outubro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELECTRÓNICO Nº. 005/2019

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade

Pregão Presencial 005/2019

no dia **23/10/2019 às 09:00 horas,** (Horário de Brasília). Este pregão será regido pela plataforma da BLL (www.bll.org.br) e pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ODONTOLÓGICO, EM ATENDIMENTO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 04 de outubro de 2019.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº

250/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 094/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 094/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JEFFERSON F. DA SILVA ME.**

CNPJ:25.229.572/0001-78

OBJETO: O presente termo contratual consiste em CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR **R$ 23.609,00 (vinte e três mil seiscentos e nove reais).**

ASSINATURA: **20 de setembro de 2019.**

VIGENCIA: **20 de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 24/2019, cujo objeto é a: **Seleção de melhor Proposta objetivando o Registro de Preço para Aquisição de Materiais para uso nas construções e reformas em geral de todas as Secretarias do Município de Nova Guarita - MT**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **17/10/2019**, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs às 11:00 ou através do site **www.novaguarita.mt.gov.br** e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do e-mail **licitacao@novaguarita.mt.gov.br**.

Nova Guarita – MT, em 04 de Outubro de 2019.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2019 – ASS- 04/09/2019 –Vcto – 04/12/2019 - Vlr- R$ 3.600,00– Contratada (o) **MARIA DOS ANJOS GUIMARÃES FERNANDES –** OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSTRUTORA DA OFICINA DE CORTE E COSTURA NA CONFECÇÃO DE ENXOVAL PARA RECÉM- NASCIDOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL, DA PREFEITURA DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 04 DE OUTUBRO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2019 – ASS- 25/09/2019 –Vcto – 22/02/2020 - Vlr- R$ 9.000,00– Contratada (o) **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**, **–** OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE ONLINE DESTINADO AO GERENCIAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 04 DE OUTUBRO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2019 – ASS- 20/09/2019 –Vcto – 30/10/2019 - Vlr- R$ 6.000,00– Contratada (o) **CAROLINE MAGALHAES VIEIRA –** OBJ: CONTRATAÇÃO DE DUPLA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA ANIMAÇÃO NO 4° FESTIVAL DE MÚSICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 03 DE OUTUBRO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 056/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 056/2019 – ASS- 03/10/2019 –Vcto – 10/02/2020 - Vlr- R$ 155.680,00– Contratada (o) **HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA –** OBJ: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4(DIESEL) PARA A SECRETARIA DE SAÚDE – PROPOSTA Nº 11465.066000/1190-05 – RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR 29360005.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 04 DE OUTUBRO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 007/2017.

ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E A EMPRESA **G. LANZARINI - ME**, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A APURAÇÃO DO ÍNDICE E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS, COTA PARTE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), A VIGORAR NO ANO DE 2018 E APURAÇÃO E MONITORAMENTO DAS INFORMAÇÕES DOS VALORES DO ITR DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - MT.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50-E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa **G. LANZARINI - ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Waldemar Pruinelli, CEP: 78.505-000 no município de Terra Nova do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF 17.554.481/0001-80**, representado neste ato por **Jonas Streg**, inscrita no CPF sob nº 003.133.031-26, RG: 1802929-9 SSP/MT, residente e domiciliado no mesmo endereço acima indicado no município de Terra Nova do Norte - MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato nº. 07/2017 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 10 (dez) meses, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 08 de Outubro de 2019 e término em 08 de Agosto 2020.

1.2. A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato tem sua fundamentação legal no artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO SERVIÇO

2.1. O objeto do Contrato 07/2017 fica prorrogado com os valores para execução dos serviços a importância de R$ de30.000,00, que será pago em 10 (dez) parcelas no valorde R$ 3.000,00 (três mil reais) por mês, sendo o Valor 9.000,00 (nove mil reais) referente a 3 (três) parcelas empenhadas no exercício de 2019 e o restante no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) referente a 7 (sete) parcelas no exercício de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária: **EXERCICIO 2019:** 04.001.04.122.0004.2011.339039-57 - Fonte 100

3.2. EXERCÍCIO 2020: AS DEMAIS PARCELAS SERÃO EMPENHADAS NAS RESPECTIVAS DOTAÇÕES A SEREM FIXADAS NO ORÇAMENTO DE 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela fiscal de contrato **MARIA EULINA PINTO DE MATOS,** portadora do CPF/MF 016. 180.991-08, designada pela administração deste Município, ao qual efetuará a conferência dos valores designados nas Notas Fiscais e Serviços Prestados, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Contabilidade para Liquidação para que se proceda ao pagamento.

CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá-MT, 04 de Outubro de 2019.

_____ /_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT / G. LANZARINI – ME

JOÃO BRAGA NETO/ CNPJ/MF 17.554.481/0001-80

Contratante /Contratado

_____

MARIA EULINA PINTO DE MATOS

CPF/MF 016.180991-08

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____ /_____

LUCIANA GARCIA HARALA /ROBERTO DE LIMA

CPF nº 786.955.701-34 /CPF nº 827.430.611-20

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 010/2015. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015

TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 010/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E LUIZ RODRIGUES PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DO DETRAN.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37. 464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **LUIZ RODRIGUES,**brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 468.528.081-49 e portador da Cédula de Identidade RG nº 746.927, SSP/MT, filiação: Francisco Rodrigues e Maria Barbosa, natural de Paranavaí/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. O contrato nº. 010/2015 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 11 (onze) meses, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo do aditivo anterior, ou seja, com início a partir do dia 05 de outubro de 2019 e término em 05 de setembro de 2020.

01.2. A prorrogação do prazo e da vigência do referido contrato 010/2015, tem sua fundamentação legal no artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

02.1.O Valor Total de R$ **11.301,51** (onze mil trezentos e um reais e cinquenta e um centavos**) será pago ao contratado em 11 (onze) parcelas de R$ 1.027,41 (um mil e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), com pagamento até o dia 10 (dez) dos meses subsequente, sendo o Valor de** 3.082,23 (três mil oitenta e dois reais e vinte e três centavos) referente a 3 (três) parcelas empenhadas no exercício de 2019 e o restante no valor de R$ 8.219,28 (oito mil duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) referente a 8 (oito) parcelas no exercício de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Secretaria de Obras nas seguintes dotação orçamentária:

EXERCICIO 2019

Destinação	Dotação orçamentária	Meses	Vlr Mês	Vlr Total
Sec. Municipal de Obras	06.001.04.122.0017. 2037-339036 - 251 Fonte 100	03	R$ 1. 027,41	R$ 3. 082,23

03.2. EXERCÍCIO 2020: AS DEMAIS PARCELAS SERÃO EMPENHADAS NAS RESPECTIVAS DOTAÇÕES A SEREM FIXADAS NO ORÇAMENTO DE 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

04.1. A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela fiscal **VIVIANE DE SOUZA COUTO**, portadora do CPF 068.243.286-50, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral do **CONTRATADO** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

05.1. As demais cláusulas e condições do contrato nº 010/2015 permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 04 de Outubro de 2019.

_____
/_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT/ LUIZ RODRIGUES

JOÃO BRAGA NETO/CPF 468.528.081-49

Contratante /Contratado

_____

VIVIANE DE SOUZA COUTO

CPF 068.243.286-50

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS

_____/ _____

Luciana Garcia Harala/ Rosangela Melo Golarte

CPF nº 786.955.701-34/ CPF nº 036.132.621-18

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, em cumprimento do disposto no § único, do Art. 61, da Lei 8.666/93, faz a publicação resumida do extrato do seguinte contrato:

CONTRATO: 005/2019

CONTRATADO: CLEIDIANE FERREIRA DE FREITAS DOS SANTOS

OBJETO: Contratação para Prestação de Serviços de Zeladora, para atender a Câmara Municipal de Nova Monte Verde, em substituição a servidora de licença por 30 (trinta) dias por motivo de doença na pessoa da família.

PERÍODO: 01/10/2019 a 30/10/2019

VALOR GLOBAL: R$: 998,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 18/2019

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 18/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 18/2019

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 5971/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde (MT)

CONTRATADO: MARCIO SOUZA FARIA EIRELI

CNPJ: 20.151.547/0001-03.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE MEMORIAS E PEÇAS TÉCNICAS PARA ADEQUAÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT*.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso I da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL - R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) que serão pagos após a execução dos serviços e mediante a apresentação da nota fiscal dos serviços.

VIGÊNCIA – 03 DE OUTUBRO DE 2019 Á 07 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nova Monte Verde/MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Portaria 011/2019

PUBLIQUE-SE.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº: 038/2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora **AGNA URDIALE DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Contadora, lotada na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Monte Verde - MT, por 30 (trinta) dias, conforme artigo 126, da Lei 830/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde - MT, referente ao período aquisitivo de 09 de Abril de 2017 à 08 de Abril de 2018, a partir de 07 de Outubro de 2019.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, em 04 de Outubro de 2019.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Vereador Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 037/2019

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar a servidora Maria Estela Noetzold, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante no Contrato Nº 005/2019 e seus respectivos Termos Aditivos, Firmado com a Senhora Cleidiane Ferreira de Freitas dos Santos CPF 015.621.391-50, no qual a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Agna Urdiale dos Santos.

Art. 2 º - Determinar que a fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos produtos entregues pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Monte Verde-MT, 01 de outubro de 2.019

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 006/2019/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 147/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 181/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 006/2019/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DA AMPLIAÇAO DA CRECHE MUNICIPAL APARECIDA PORTILHO BENTO DE AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT**.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 01 de novembro de 2019**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro

Verde, no horário de 07:00 às 13:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 03 de outubro de 2019.

ALDENI ANTONIA DO NASCIMENTO

Presidente Da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 143/2019/ PMNO CHAMAMENTO PUBLICO Nº. 002/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da CPL devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade CHAMAMENTO PUBLICO Nº. 002/2019/ PMNO, para, tendo como objeto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DO SEGMENTO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE PROJETO E OBRAS CONSUBSTANCIADOS NA PRODUÇÃO DE 100 (CEM) UNIDADES HABITACIONAIS RESIDENCIAIS EMPREENDIMENTOS COM UMA SALA, DOIS QUARTOS, UMA COZINHA, UM BANHEIRO SOCIAL E UMA ÁREA DE SERVIÇO ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA FEDERAL “MINHA CASA MINHA VIDA” EM IMÓVEIS A SEREM ADQUIRIDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. O inicio do credenciamento se dará a partir do dia 07 de outubro a 07 de novembro de 2019. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 08:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 04 de outubro de 2019

Aldeni Antonia Do Nascimento

Presidente da CPL

Port. 181/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇAO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº61/2019/ PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 141/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que **RETIFICA** o edital de Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 61/ 2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM E SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **17 de outubro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 04 de outubro de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

LICITAÇÃO
ADITAMENTO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO Nº 044/2019

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO N. º 044/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 144/2019

REF: AO CONTRATO 023/2019, TOMADA DE PREÇOS N. º 002/2019/ PMNO.

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrito no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Av. Mato Grosso, N. º 175, centro, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio de Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000 e a empresa ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob o n.º 19.409.914/0001-39 e Inscrição Estadual nº 13.531.703-7, estabelecida AV. Tancredo Neves -nº 1567, Bairro Jardim Santa Rosa, em Nova Olímpia MT, representada neste ato pelo Srº VICTOR ALFREDO PEDERIVA JUNIOR, portador do RG nº 1202916-5 e CPF nº 049.045.801-76, residente e domiciliado no Município de Nova Olímpia MT. doravante denominada "CONTRATADA".

MOTIVO: ALTERAR A CLAUSULA QUARTA- VALOR CONTRATO, do Termo de Contrato N. º 023/2019.

VALOR GLOBAL: Passando a ser aditado com 19,58% do valor contratual, que corresponde a R$34.829,39 (trinta e quatro mil, oitocentos e vinte nove reais e trinta e nove centavos). Este termo de aditivo é para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato, conforme Parecer Técnico e planilhas.

Contudo o Valor Global passará a ser de R$212.728,52 (duzentos e doze mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos).

VIGENCIA: 03/10/2019 a 25/06/2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

05.050.0.2.12.361.0013.1024.4.4.90.51.00.00.0115000000-

Secretaria Municipal de Educação

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DA REFORMA CANTEIRO CENTRAL, LOCALIZADO NA AVENIDA MATO GROSSO- MT COMTEMPLANDO URBANIZAÇÃO VIARIA E ASSESSIBILIDADE, NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

Nova Olímpia-MT, 03 de outubro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, CNPJ nº **01.614.521/0001-00,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais em diversas Ruas no perímetro urbano do município de **Nova Ubiratã**/MT.

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 108/2019

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 108/2019

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 207/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) HEBER CONDIS DE LIMA DUTRA,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **17888670 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **022.394.281.20,** Lotado (a) na Secretaria Municipal Educação de **OPERADOR DE MÁQUINAS**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 01 de Outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Valdenir Jose dos Santos

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

HEBER CONDIS DE LIMA DUTRA

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Aurea da Silva de Mattos Mauro Odinei Soliani

CPF: 665.631.600-00 CPF: 896.212.121.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019 - PARECER Nº 01/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

PARECER Nº 01/2019

REF: RECURSOS IMPETRADOS

A Comissão Interna nomeada pela Portaria nº. 802, de 09 de julho de 2019, no uso de suas atribuições, concedidas pelo E**dital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019** e Editais Complementares, após a verificação da regularidade, emite PARECER ao recurso impetrado, constatando:

I - RECORRENTE*:* Beatriz Rodrigues Cardoso – Inscrição nº 212 – Cargo: Apoio Administrativo Educacional – Apoio Infraestrutura.

TIPO DO RECURSO: Outro – Pedido de Isenção.

CONSIDERAÇÕES: Recurso Improcedente. O documento apresentado pela candidata não corresponde a recurso e sim para solicitação de isenção da taxa de pagamento de inscrição, estando este com prazo já findado. Desta forma, segue o constante no item 12.3 do Edital do Certame.

12.3. Nas razões recursais, o candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito, devendo ainda, embasar-se teoricamente, sendo que recurso inconsistente ou intempestivo será, preliminarmente, indeferido.

Nova Xavantina, 03 de outubro de 2019.

CARLA BEATRIZ PEREIRA BERNARDES

Presidente da Comissão

Portaria nº 802/2019 de 09/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019

<table>
<tr><td>Contratante</td><td colspan="6">Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT</td></tr>
<tr><td>Contratada</td><td colspan="6">ROSALINA DE LIMA DIAS – EPP., CNPJ: 37.488.608/0001-17, Endereço Comercial: Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-00, representante legal: ROSALINA DE LIMA DIAS, CPF nº 537.431.561-72 e RG: 871695 SSP/MT.</td></tr>
<tr><td>Objeto CONTRATO</td><td colspan="6">Fornecimento de Combustível</td></tr>
<tr><td>Objeto do ADITIVO</td><td colspan="6">REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
O objetivo do presente 2º TERMO ADITIVO é MAJORAÇÃO AOS VALORES DOS ITENS 32114 E 32115 DO CONTRATO 029/2019, em razão do aumento do valor de comercialização do produto no mercado, o que gerou aumento nos custos junto aos fornecedores, portanto, se faz necessário o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para que se restabeleça as condições iniciais pactuadas entre as partes. Valores atualizados demonstrados na tabela abaixo:
<table>
<tr><th>Código Item</th><th>Unid.</th><th>Descrição do Objeto</th><th>Marca</th><th>Valor Unitário R$</th><th>Valor Atualizado R$</th></tr>
<tr><td>32114</td><td>Litros</td><td>Óleo combustível - Diesel, S-10</td><td>Shell</td><td>3,92</td><td>3,98</td></tr>
<tr><td>32115</td><td>Litros</td><td>Combustível - Óleo diesel, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP.</td><td>Shell</td><td>3,87</td><td>3,93</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>Origem</td><td colspan="6">Contrato n.º 029/2019</td></tr>
</table>

Novo Mundo/MT, 16 de setembro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 019/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**CARLOS H DA SILVA**, ***CNPJ/MF sob o nº*** 13.945.317/0003-04, localizada na Av. Airton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-000***, representada neste ato por seu proprietário Sr.*** **CARLOS HENRIQUE DA SILVA** CPF nº 617.006. 221-53 RG nº 10720960.
Objeto CONTRATO	***Gás Liquefeito De Petróleo - Para Cozinha, Acondicionado Em Recipiente Com Capacidade Para 13 Kg, Apresentado No Estado Liquido.***
Objeto do ADITIVO	O presente Contrato n° 019/2018 considera-se rescindido a partir de 19/09/2019, distrato unilateral, embasado no artigo 78, XII, da Lei 8.666/93, CONSIDERANDO que há novo Processo Licitatório para a aquisição do objeto vigente.
Origem	Contrato n.º 019/2019

Novo Mundo/MT, 18 de setembro de 2019.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº 003/2019, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REFORMA PREDIAL, CONSTRUÇÃO DE GARAGEM E CALÇAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DORICO PEREIRA DE ARAÚJO.**

Novo Mundo – MT, em 04 de outubro de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 144/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**VALÉRIA DE LIMA VALE,** portadora da cédula de identidade Nº 2042618-6 SSP/MT e CPF N° 028.325.951-54 brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação Da **Professora,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação"** com carga horária corresponde a **13** horas semanais em substituição ao professor **Jilquimbergue H. Moreira** que se encontra de Licença Prêmio.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.246,90** (ummil duzentos e quarenta e seis reais e noventa centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**23/09/2019 a 20/12/2019.**

Novo Mundo/MT, 23 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO DE SERVIDOR Nº 140/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LEONARDO MEDINA SCHEMMER,** a da cédula de identidade Nº 2587881-6 SSP/MT e CPF N°. 054.203.701-74, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(VIGIA)** ENSINO MÉDIO, lotado e a disposição da EMEB INOVAÇÃO, por retorno do servidor efetivo.
Vigência do Contrato	01/09/2019 a 24/09/2019.

Novo Mundo/MT, 24 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 03 de outubro de 2019, objetivando o registro de preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO MUNDO – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram – se vencedores do citado certame as seguintes licitantes: **JUDITE TEREZINHA UMANN RIBEIRO EPP**, com o valor de **R$ 59.230,10** (Cinquenta e Nove Mil, Duzentos e Trinta Reais e Dez Centavos), **ALISON D.S TRICHES - ME** com o valor de **R$ 157.403,03** (Cento e Cinquenta e Sete Mil, Quatrocentos e Três Reais e Três Centavos), **OVANDIR BATISTA JUNIOR**, com o valor de **R$ 47.320,55** (Quarenta e Sete Mil, Trezentos e Vinte Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), **JOELMA DA SILVA CRUZ 01995999121** com valor de **R$ 11.790,00 (**Onze Mil, Setecentos e Noventa Reais), **K.O.A DREHMER com o valor de R$ 81.207,00** (Oitenta e Um Mil e Duzentos e Sete Reais), **FERRARI CELL LTDA** com valor de **R$ 144. 247,00** (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Quarenta e Sete Reais), **GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA** com valor de **R$ 65.632,00 (**Seiscentos e Cinco Mil e Seiscentos e Trinta e Dois Reais), **OLMIR IORIS & CIA LTDA com valor de R$ 6.202,00** (Seis Mil, Duzentos e Dois Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 03 de outubro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 147/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA,** portador da cédula de identidade Nº 1741822-4 SSP/MT e CPF N°.026.093.541-77, brasileira, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo – MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **TECNICA ADMINISTRATIVA,** nível ensino médio, lotada e a disposição da Secretaria Municipal de Educação de Novo Mundo.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **998,00** (Novecentos e Noventa e Oito Reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**23/09/2019 a 23/11/2019.**

Novo Mundo/MT, 23 de Setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 145/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**TOMÁZIA ADELAIDE ALVES DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade Nº 1455229-9 SSP/MT e CPF N° 005.177. 671-55, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível SUPERIOR, lotado e a disposição **CRECHE MUNICIPAL MUNDO MÁGICO**. Em substituição a servidora Eloiza Barros Coelho que se encontra de licença prêmio.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.918,32** (Um Mil e Novecentos e Dezoito Reais e Trinta e Dois Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.

Vigência do Contrato	**23/09/2019 a 20/12/2019.**

Novo Mundo/MT, 23 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**ROSALINA DE LIMA DIAS – EPP., CNPJ: 37.488.608/0001-17**, Endereço Comercial: Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-00, representante legal: ROSALINA DE LIMA DIAS, CPF nº 537.431.561-72 e RG: 871695 SSP/MT.
Objeto CONTRATO	**Fornecimento de Combustível**
Objeto do ADITIVO	***ERRATA*** **"CORRIGIR ERRO FORMAL CONSTANTE NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1 DO CONTRATO 029/2019CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2019. "** **ONDE SE LÊ:** 3.1 – O valor global do referido contrato é de R$ 689.500,00 (Seiscentos e Oitenta e Nove Mil e Quinhentos Reais), sendo os pagamentos realizados conforme a necessidade de consumo da Contratante. **LEIA-SE:** **3.1 – O Valor Global do referido Contrato é de R$ 1.109,700,00 (hum milhão cento e nove mil e setecentos reais), sendo os pagamentos realizados conforme a necessidade de consumo da contratante.** ***REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO*** **O presente 3º TERMO ADITIVO tem o objetivo de MAJORAR OS VALORES DOS ITENS, 32114 – DIESEL S10 e 32115 – DIESEL COMUM, DO CONTRATO 029/2019, em razão da elevação de valores na comercialização do produto no mercado junto aos fornecedores, afim que se restabeleça as condições a priori pactuadas entre as partes. Valores atualizados descritos na tabela abaixo:**
Origem	Contrato n.º 029/2019

Código Item	*Unid*	*Descrição do Objeto*	*Marca*	*Valor Unitário R$*	*Valor Atualizado R$*
32114	*Litros*	*Óleo combustível - Diesel, S-10*	*Shell*	*3,98*	***4,06***
32115	*Litros*	*Combustível - Óleo diesel, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP.*	*Shell*	*3,93*	***4,02***

Novo Mundo/MT, 25 de setembro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR Nº 081/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	***DEBORA DOS SANTOS FONSECA***,portadora da cédula de identidade Nº 2332755-3 SSP/MT e CPF N° 043.029.411.54, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário de RECEPCIONISTA, a serem desempenhadas as funções na recepção da Prefeitura Municipal, lotada e à disposição da Secretaria Municipal de Administração.
Vigência do Contrato	11/03/2019 a 30/09/2019.

Novo Mundo/MT, 30 de Setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.**

CONTRATADA: **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP.**

CNPJ: 07.461.414/0001-67

OBJETO: A REFERIDA PRORROGAÇÃO NO CONTRATO DE 90 (NOVENTA DIAS) SE JUSTIFICA QUE A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA FUNCIONAR PERFEITAMENTE NECESSITA DO ULTIMO PASSO QUE É A AUTOMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, ESSE SERVIÇO NECESSITA DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO, E NÃO PODERIA SER FEITO ANTES DA LIGAÇÃO TRIFÁSICA NA ADUTORA, POIS AS DUAS PARTES DA ESTAÇÃO TEM QUE ESTÁ EM FUNCIONAMENTO, SEGUNDO A EMPRESA RESPONSÁVEL O PROFISSIONAL PARA TAL SERVIÇO ESTÁ APENAS TERMINANDO OUTRAS AUTOMAÇÕES PARA QUE SEJA FEITA A DESTE MUNICÍPIO, E SEGUNDO ELES ESSE TIPO DE PROFISSIONAL É DIFÍCIL DE ENCONTRAR. NECESSITAMOS DE MAIS TEMPO DE CONTRATO PARA ALÉM DO QUE JÁ FOI CITADO, PARA FAZER TESTE NA REDE LOGO APÓS A AUTOMAÇÃO E LEVANTAMENTO GERAL DO QUE JÁ FOI DANIFICADO PELO TEMPO DE INSTALAÇÃO SEM UTILIZAÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS.

VIGÊNCIA: 30/09/2019 A 30/12/2019

Novo Santo Antônio – MT, em 28 de Setembro de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER: PROCESSO Nº 05/2019

texto:

A Comissão de Processo Permanente Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Ben-

vinda Rodrigues Galdino: Membro**,** com incumbência de apurar os fatos e analisar os relatórios, autos/termos e notificações apresentados a esta Comissão por meio de Relatório de Inspeção Sanitária elaborado pela equipe de Fiscalização da Vigilância Sanitária formada pelas servidoras Marli T. Silva, Sonilze Regina Ramos e Leticia Vaz de Souza. O relatório ora apresentado a esta Comissão tem por objetivo instaurar Processo Administrativo Sanitário Fiscal em desfavor ao estabelecimento Celeiros Carnes e Conveniência do proprietário Adriano da Silva CPF: 550.631.441-87, situada na Rua Travessa Campos, S/Nº Bairro Jardim Primavera, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, nesta cidade de Paranatinga, e aplicar a punição ou multa cabível nos termos e determinações das leis municipais 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, lei 1068/2013, lei 1069/2014, o Código Tributário do Município Lei 098/2004 e o Código de Postura do Município, Lei 1063/2013 e Decreto Federal 70.235 de 6 de março de 1972 que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e da outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de defesa do Consumidor.

Faz prova documental: Oficio da VISA/10/2019; Termo de Notificação n° 0891 de 19/02/2019; Auto de Infração n° 0892 de 19/02/2019; Termo de Apreensão 0372 de 19/02/2019; Termos de Depoimentos número 160,161 e 162/2019 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT.

Conclusão:

A Comissão processante concluiu que o estabelecimento Celeiros Carnes e Conveniência do proprietário Adriano da Silva CPF: 550.631.441-87, situada na Rua Travessa Campos, S/N Bairro Jardim Primavera, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, nesta cidade de Paranatinga, opinando pela aplicação da penalidade de **multa triplicada** ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a lei municipal 003/2002 capitulo XVI, sessão I, artigo 204 e 205, III (gravíssima). Portanto, após analisar este processo com base legal na lei municipal 003/2002, bem como o código de processo civil, artigo 334 (*se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo o autor*), fica determinado **MULTA DE 600 UPF/UPM- Paranatinga**. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Com relação aos demais órgãos que se faz necessário ter conhecimento será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA- Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, Secretaria Municipal de Saúde e Ministério Público. Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá com o arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde.

Paranatinga/MT, 12 de abril de 2019.

Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente

VIVIAN MICAELLI STACKE: Secretária

BENVINDA RODRIGUES GALDINO: Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL, PROCESSO Nº 024/2019

Aos quatro (04) dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, em uma das salas da Estratégia da Saúde da Família ESF III, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o **Termo de Notificação n° 1087 de 11/09/2019; Termo de Infração n° 1088 de 11/09/2019; Termo de Apreensão nº 0452 de 11/09/2019 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT e fotos,** referente ao estabelecimento Conveniência e Casa de Carnes Celeiros do (a) responsável Ananias Alves Pinto Filho, cujo o CNPJ nº: 28.475.232/0001-15, situado na Rua Travessa Campos s/nº, Jardim Primavera, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão (avenida Brasil, 1562, Centro, Paranatinga-MT), conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **024/2019.**

Paranatinga/MT, 04 de outubro de 2019.

Adriana A. de O. Salazar: presidente

Vivian Micaelli Stacke: secretária

Benvinda Rodrigues Galdino: membro

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 296/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 44/2019, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Combustível (Óleo Diesel S10), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes do Município de Paranatinga - MT, sendo com Recursos do FETHAB, com fulcro no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93.

Contratado: J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.

Valor do Contrato: R$: 192.450,00 (cento e noventa e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência DO CONTRATO:06/09/2019 A 04/10/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR o Servidor **Emerson Cesar Moretto**, Matrícula nº **3810**, lotado na Secretaria Municipal de Transporte, Fiscal do Contrato nº **105/2019 - Portaria 296/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontra-

dos, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **Afonso Viola Neto,** Matrícula nº 3, lotado e representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 06 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 04 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Emerson Cesar Moretto e Afonso Viola Neto, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Emerson Cesar Moretto

Fiscal de Contrato

Afonso Viola Neto

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 297/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 62/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Empresa Especializada para Locação de 01 (um) Caminhão Pipa para atender o Distrito do Salto da Alegria,a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Contratado: JOÃO INACIO MOELLMANN 34462830130, CNPJ 27.691. 585/0001-90.

Valor do Contrato: R$: 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Vigência DO CONTRATO:09/09/2019 A 09/03/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, o Servidor **Afonso Viola Neto,** Matrícula nº 3, lotado e representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos., Fiscal do Contrato nº **106/2019 - Portaria 297/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas

partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **Marcelo Braz Venuti**, Matrícula nº 5659, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 09 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 04 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Afonso Viola Neto e Marcelo Braz Venuti, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Afonso Viola Neto

Fiscal de Contrato

Marcelo Braz Venuti

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Onde se lê:

REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Reequilíbrio Financeiro nº 02 a Ata de Registro de Preço nº 064/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.** Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol), atendendo as necessidades da Secretaria de administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Justificativa jurídica: Salienta-se que a empresa está sofrendo prejuízo em relação ao Pregão Presencial nº 064/2019, conforme demostrado nas notas fiscais anexo ao requerimento, uma vez que, diante dos aumentos dos combustíveis informados a mesma não pode suportar os mesmos sem repasse do referido aumento ao consumo. Importante ainda, informar que a atualização do valor dos referidos combustíveis deverá valer a partir da data de 30/09/2019 conforme comprovam as notas fiscais junto ao requerimento da empresa. Justifica-se a retroatividade do referido parecer, em função do rápido e sucessivo aumento de valores dos combustíveis no país, que ocorrem de forma rápida e sem aviso prévio. Vigência até a data do dia 12/09/2020.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Homologado (R$)	Valor Aditivado (R$)
1	20327	GASOLINA - Combustível produzido por processo de refino de petróleo ou formulado por meio da mistura de correntes provenientes do refino de petróleo, destinado aos veículos automotivos dotados de motores isento de componentes	LITRO	R$: 4,28	R$: 4,39 - 2,56%

Departamento de Licitações e Contratos, em 30 de setembro de 2019.

Leia-se:

REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Reequilíbrio Financeiro nº 02 a Ata de Registro de Preço nº 064/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.** Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol), atendendo as necessidades da Secretaria de administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Justificativa jurídica: Salienta-se que a empresa está sofrendo prejuízo em relação ao Pregão Presencial nº 064/2019, conforme demostrado nas notas fiscais anexo ao requerimento, uma vez que, diante dos aumentos dos combustíveis informados a mesma não pode suportar os mesmos sem repasse do referido aumento ao consumo. Importante ainda, informar que a atualização do valor dos referidos combustíveis deverá valer a partir da data de 30/09/2019 conforme comprovam as notas fiscais junto ao requerimento da empresa. Justifica-se a retroatividade do referido parecer, em função do rápido e sucessivo aumento de valores dos combustíveis no país, que ocorrem de forma rápida e sem aviso prévio. Vigência até a data do dia 12/09/2020.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Referente ao Aditivo 1 (R$)	Valor Aditivado (R$)

1	20327	GASOLINA - Combustível produzido por processo de refino de petróleo ou formulado por meio da mistura de correntes provenientes do refino de petróleo, destinado aos veículos automotivos dotados de motores isento de componentes	LITRO	R$: 4,39	R$: 4,43 – 0,932%

Departamento de Licitações e Contratos, em 30 de setembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO: REFERENTE AO PROCESSO Nº 05/2019

Aos doze (12) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, em uma das salas da Estratégia da Saúde da Família ESF III Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o Processo Administrativo Sanitário Fiscal 05/2019, em desfavor ao estabelecimento Celeiros Carnes e Conveniência do proprietário Adriano da Silva CPF: 550.631.441-87, situada na Rua Travessa Campos, S/N Bairro Jardim Primavera, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o proprietário e ou responsável pelo estabelecimento Celeiros Casa de Carnes e Conveniências, recebeu o mandado de citação, porem o mesmo **NÃO APRESENTOU DEFESA.**

Para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga/MT, 12/04/2019.

Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2019

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, considerando o erro de digitação no valor total dos itens do Termo de Homologação e Adjudicação, considerando a transparências nos atos Praticados por essa Administração. Desta forma **RETIFICA** o valor total dos itens da Empresa Licitante,passando para a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

Razão Social: **GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA** Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com .

VALOR DA PROPOSTA

Item	Qtd	Unidade	Código	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
1	140	KG	63220	BISCOITO DE NATA RECHEADO COM GOIABADA, TIPO CASADINHO, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. KG	Da Casa	27,75	3.885,00
2	1210	UND	65869	PAO DE FORMA FATIADO INTEGRAL, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGM COM NO MINIMO 400G, CONTENDO DATA DE FABICACAO E VALIDADE, PESO LIQUIDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRIACANTE	Puma	8,35	10.103,50
3	4100	KG	62487	PAO DE LEITE TIPO CAREQUINHA, OU SOVADO, COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, UNIDADE DE FORNECIMENTO KG	Da Casa	17,60	72.160,00
4	1770	KG	62488	PAO DE QUEIJO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGEM ACEITAVEIS PARA ENTREGA, ETIQUETADO COM DESCRICAO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO DATA DE FABRICACAO E TIMBRE DO FABRICANTE. UF: KG	Da Casa	22,70	40.179,00
5	10030	KG	34884	PAO TIPO FRANCES, COM 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. UF: KG	Da Casa	11,32	113.940,80
6	100	KG	65577	BOLO RECHEADO CONFEITADO, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG, EM EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO ADEQUADO, TIPO PET, TRANSPARENTE, ETIQUETADO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, DATA DA FABRICAÇÃO E TIMBRE DO FABRICANTE.	Da Casa	37,08	3.712,00
7	320	KG	65578	BOLO SIMPLES, SABORES DIVERSOS (FUBÁ, CHOCOLATE, COCO, LARANJA, BANANA), FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG, EM EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO ADEQUADO, TIPO PET, TRANSPARENTE, ETIQUETADO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, DATA DA FABRICAÇÃO E TIMBRE DO FABRICANTE.	Da Casa	15,83	5.075,20
8	60	PCT400	53176	PAO DE FORMA FATIADO, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGM COM NO MINIMO 400G, CONTENDO DATA DE FABICACAO E VALIDADE, PESO LIQUIDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRIACANTE	Puma	7,40	445,20
9	1980	KG	59536	PAO DOCE TIPO ROSCA, COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA. DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. UF: KG	Da Casa	10,28	20.394,00

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA: R$ 269.894,70 (Duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos)

LEIA – SE:

Razão Social: **GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA** Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com .

VALOR DA PROPOSTA

Item	Qtd	Unidade	Código	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total

1	140	KG	63220	BISCOITO DE NATA RECHEADO COM GOIABADA, TIPO CASADINHO, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. KG	Da Casa	27,75	3.885,00
2	1210	UND	65869	PAO DE FORMA FATIADO INTEGRAL, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGM COM NO MINIMO 400G, CONTENDO DATA DE FABICACAO E VALIDADE, PESO LIQUIDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRIACANTE	Puma	8,35	10.103,50
3	4100	KG	62487	PAO DE LEITE TIPO CAREQUINHA, OU SOVADO, COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QLALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, UNIDADE DE FORNECIMENTO KG	Da Casa	17,60	72.160,00
4	1770	KG	62488	PAO DE QUEIJO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGEM ACEITAVEIS PARA ENTREGA, ETIQUETADO COM DESCRICAO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO DATA DE FABRICACAO E TIMBRE DO FABRICANTE. UF: KG	Da Casa	22,70	40.179,00
5	10030	KG	34884	PAO TIPO FRANCES, COM 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. UF: KG	Da Casa	11,32	113.539,60
6	100	KG	65577	BOLO RECHEADO CONFEITADO, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG, EM EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO ADEQUADO, TIPO PET, TRANSPARENTE, ETIQUETADO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, DATA DA FABRICAÇÃO E TIMBRE DO FABRICANTE.	Da Casa	37,08	3.708,00
7	320	KG	65578	BOLO SIMPLES, SABORES DIVERSOS (FUBÁ, CHOCOLATE, COCO, LARANJA, BANANA), FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG, EM EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO ADEQUADO, TIPO PET, TRANSPARENTE, ETIQUETADO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, DATA DA FABRICAÇÃO E TIMBRE DO FABRICANTE.	Da Casa	15,83	5.065,60
8	60	PCT400	53176	PAO DE FORMA FATIADO, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGM COM NO MINIMO 400G, CONTENDO DATA DE FABICACAO E VALIDADE, PESO LIQUIDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRIACANTE	Puma	7,40	444,00
9	1980	KG	59536	PAO DOCE TIPO ROSCA, COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA. DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. UF: KG	Da Casa	10,28	20.354,40

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA: R$ 269.439,10 (Duzentos e sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e nove reais e dez centavos)

Pedra Preta - MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

LUCAS CALDEIRA DE ABREU

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 514/2019 - FÉRIAS REGULARES CRISTIANO DOS SANTOS VIANA

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/09/2018 à 31/08/2019.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor CRISTIANO DOS SANTOS VIANA, lotado na Controladoria Geral do Município de Pedra Preta - MT, ocupante do cargo de Controlador Geral, a serem usufruídas nos períodos de **14/10/2019 à 23/10/2019 e 11/05/2020 à 20/05/2020,** sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

ART.2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 509/2019 - FÉRIAS REGULARES DANIEL TEIXEIRA RODRIGUES

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **07/11/2017 à 07/11/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor DANIEL TEIXEIRA RODRIGUES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta - MT, ocupante do cargo de Enfermeiro, a serem usufruídas no período de **03/10/2019 à 01/11/2019**.

ART.2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 513/2019 - FÉRIAS REGULARES CLEUDECI MARIA DE SOUZA

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **23/12/2016 à 23/12/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora CLEUDECI MARIA DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **08/10/2019 à 07/11/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 512/2019 - FÉRIAS REGULARES JOELMA LEMES DE SOUZA

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **16/08/2016 à 16/08/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora JOELMA LEMES DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **07/10/2019 à 05/11/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 507/2019 - FÉRIAS REGULARES PAULO EDSON NATES

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **18/02/2015 à 18/02/2016.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor PAULO EDSON NATES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta - MT, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **02/10/2019 à 31/10/2019**.

ART.2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 010/2019

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da Chefe do Departamento de Licitação e Contratos, Instituída pela Portaria n° **445/2019, de 19 de Agosto de 2019**, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **TOMADA DE PREÇO**

Objeto. Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em construção civil para execução da obra de engenharia com vista à seleção "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PROFUNDA DO BAIRRO JARDIM MORUMBI (1º ETAPA), CONFORME CONTRATO DE REPASSE MDR 829908/2016 – OPERAÇÃO 1031839-27".**

Data da Abertura: Dia 24/10/2019 ÀS 09hrs30min.

Data de Cadastramento e Atualização de Cadastro das Empresas: Do Dia 08/10/2019 a 18/10/2019.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h00min). Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br , junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PORTARIA Nº 506/2019 - FÉRIAS REGULARES SILVIA DESIDERIO CRUZ

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **15/10/2016 à 15/10/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora SILVIA DESIDERIO CRUZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **01/10/2019 à 30/10/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 511/2019 - FÉRIAS REGULARES ELÍSIA MARTINS

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/04/2017 à 01/04/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora ELÍSIA MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Contínua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **03/10/2019 à 01/11/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 505/2019 - FÉRIAS REGULARES LUCIA APARECIDA BUENO DA SILVA

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **04/10/2017 à 04/10/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora LUCIA APARECIDA BUENO DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Contínua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **30/09/2019 à 29/10/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30/09/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 030/2019.

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pela Prefeita, Sr. **JUVENAL PEREIRA BRITO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Porto Murtinho, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e CPF nº 406.594.881-91, doravante denominada simplesmente **Órgão Gerenciador**, **Resolve registrar os preços** das empresas abaixo relacionadas, doravante denominadas simplesmente **Fornecedores Registrados**, de acordo com a classificação por elas alcançadas nos lotes abaixo relacionados, tendo em vista que, atenderam todas as condições previstas no edital e seus anexos**,** com fundamento na Lei 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal n.º 050, de 20 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 21 de junho de 2017, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislações correlatadas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual Aquisição Panificáveis (Pães, Biscoitos e Bolos) para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Pedra Preta - MT, especificados nos Itens do Termo de Referência, do Edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2019 e todos seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado, independentemente de transcrição.

3. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO:

3.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedor por Item, e os preços registrados nessa Ata estão em conformidade com a proposta melhor classifica, são os indicados na tabela abaixo:

Razão Social: **GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA** Inscrita no CNPJ**: 09.166.609/0001-00** com endereço na Avenida Frei Servacio, Nº 194 – Bairro Centro – Pedra Preta - MT – CEP: 78795-000 - fone: (66) 99910 - 0828 / (66) 99953 - 9443 e e-mail: tatiany.arrudas@gmail.com .

Item	Qtd	Unidade	Código	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
1	140	KG	63220	BISCOITO DE NATA RECHEADO COM GOIABADA, TIPO CASADINHO, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. KG	Da Casa	27,75	3.885,00
2	1210	UND	65869	PAO DE FORMA FATIADO INTEGRAL, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGM COM NO MINIMO 400G, CONTENDO DATA DE FABICACAO E VALIDADE, PESO LIQUIDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRIACANTE	Puma	8,35	10.103,50
3	4100	KG	62487	PAO DE LEITE TIPO CAREQUINHA, OU SOVADO, COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QLALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, UNIDADE DE FORNECIMENTO KG	Da Casa	17,60	72.160,00
4	1770	KG	62488	PAO DE QUEIJO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGEM ACEITAVEIS PARA ENTREGA, ETIQUETADO COM DESCRICAO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO DATA DE FABRICACAO E TIMBRE DO FABRICANTE. UF: KG	Da Casa	22,70	40.179,00
5	10030	KG	34884	PAO TIPO FRANCES, COM 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. UF: KG	Da Casa	11,32	113.940,80
6	100	KG	65577	BOLO RECHEADO CONFEITADO, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG, EM EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO ADEQUADO, TIPO PET, TRANSPARENTE, ETIQUETADO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, DATA DA FABRICAÇÃO E TIMBRE DO FABRICANTE.	Da Casa	37,08	3.712,00
7	320	KG	65578	BOLO SIMPLES, SABORES DIVERSOS (FUBÁ, CHOCOLATE, COCO, LARANJA, BANANA), FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG, EM EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO ADEQUADO, TIPO PET, TRANSPARENTE, ETIQUETADO COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, DATA DA FABRICAÇÃO E TIMBRE DO FABRICANTE.	Da Casa	15,83	5.075,20
8	60	PCT400	53176	PAO DE FORMA FATIADO, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGM COM NO MINIMO 400G, CONTENDO DATA DE FABICACAO E VALIDADE, PESO LIQUIDO, IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRIACANTE	Puma	7,40	445,20
9	1980	KG	59536	PAO DOCE TIPO ROSCA, COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA. DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. UF: KG	Da Casa	10,28	20.394,00

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA: R$ 269.894,70 (Duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos)

4. VALIDADE DA ATA:

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.3.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.3.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.5 O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.5.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.5.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.5.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.5.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.6 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.7 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.7.1 por razão de interesse público; ou

5.7.2 a pedido do fornecedor.

6. ***CONDIÇÕES GERAIS:***

6.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Pedra Preta-MT, 04 de Outubro de 2019.

_____

Juvenal Pereira Brito

Prefeito

Órgão Gerenciador

_____

GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA

CNPJ**: 09.166.609/0001-00**

Fornecedor Registrado

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 043/2019

A Chefe do Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **Pregão Presencial - SRP nº 043/2019**

Objeto:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (DIESEL COMUM S 500, DIESEL S 10, ETANOL E GASOLINA COMUM) E ARLA 32 DE 20 LITROS, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, A SEREM FORNECIDOS DIARIAMENTE EM BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS INSTALADAS NO PERÍMETRO URBANO DE PEDRA PRETA – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Data da Abertura: Dia 17/10/2019 às 09h30min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br .

Pedra Preta - MT, 04 de Outubro de 2019.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PORTARIA Nº 508/2019 - FÉRIAS REGULARES KARINE LOPES ALVES

04 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **30/11/2017 à 30/11/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora KARINE LOPES ALVES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Enfermeira, a serem usufruídas no período de **03/10/2019 à 01/11/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EDITAL 015/2019/CMDCA/PAZ

EDITAL 015/2019/CMDCA/PAZ

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PEIXOTO DE AZEVEDO – CMDCA/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT e a COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE PEIXOTO DE

AZEVEDO-MT, nomeada por meio da Resolução nº 001/2019-CMDCA, RESOLVE:

MESAS RECEPTORAS DE VOTOS

1. Nomear os mesários que atuarão nas mesas receptora de votos: **1.1.** Para a **mesa receptora de votos 01**, que será instalada na Escola Estadual 19 de Julho, os seguintes mesários: a) Jucicleude dos Santos Sodré (Presidente); b) Maria Doralice Brito (Secretária); c) Bruno Rafael Rodrigues Fernandes (Mesário 01); d) Lionice Dornelas Laurentino Silva (Mesário 02). **1.2.** Para a **mesa receptora de votos 02**, que será instalada na Escola Estadual 19 de Julho, os seguintes mesários: a) José Gonzaga Jorge Vasconcelos (Presidente); b) Miriam da Conceição Souza Oliveira (Secretário); c) Isabel Missassi (Mesário 01); d) Roseli dos Santos (Mesário 02). **1.3.** Para a **mesa receptora de votos 03**, que será instalada na Escola Municipal Vida e Esperança, os seguintes mesários: a) Francisca Pereira Vieira (Presidente); b) José Maurício Pereira (Secretário); c) Ronilse Fátima da Silva (Mesário 01); d) Terezinha Boeing (Mesário 02).

NOMEAR ESCRUTINADORES

2. Nomear os escrutinadores, responsáveis pela apuração dos votos: a) José Gonzaga Jorge Vasconcelos; b) Lionice Dornelas Laurentino Silva; c) Maria Doralice Brito.

DISPOSIÇÕES GERAIS

3. Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores até 15/7/2019.

3.1. Os eleitores votarão na Zona Urbana ou Rural de acordo com a seção eleitoral a que estão vinculados.

3.1.1. Os eleitores vinculados às seções eleitorais distribuídas na Zona Urbana deverão votar na Escola Estadual 19 de Julho, localizada na Rua Cristal, 314, Centro, Peixoto de Azevedo-MT.

3.1.2. Os eleitores vinculados às seções eleitorais distribuídas na Zona Rural deverão votar na Escola Municipal Vida e Esperança, localizada no Distrito União do Norte.

4. Na votação e na contagem de votos aplicam-se, no que couber, as disposições da RESOLUÇÃO TSE Nº 23.554, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 e do Código Eleitoral – Lei 4737/1965.

Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 2 de outubro de 2019.

Adriana Gonçalves Pinheiro Ojeda

Presidente do CMDCA

Alzerina Martins da Mota

Presidente da Comissão Especial

DECRETO Nº 086/2019

DECRETO Nº 086, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

"DÁ NOVA REDAÇÃO DO DECRETO Nº 13, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019, QUE HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2018 – EDITAL Nº 001/2018 DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Público – Edital de Retificação nº 001/2019, publicado em 25 de setembro de 2019;

Considerando o Oficio nº 01/2019, de 30/09/2019, da Comissão Processo Seletivo 001/2018;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica **Retificado**, o Decreto nº 013, de 11 de Fevereiro de 2019, qual passa ter seguinte redação:

"**Art. 1º** - Fica Homologado, o Resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2018, de 21 de Fevereiro de 2018, à vista do relatório apresentado pela Comissão do Processo Seletivo Público, para preenchimento dos cargos descritos no Anexo I, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados constantes nas listagens do Relatório de conclusão, conforme relação anexa em conformidade do edital 01/2019 qual faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - O Processo Seletivo Público terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da homologação, para atender o interesse público da Administração.

Art. 3º - As vagas existentes no Anexo I, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo Público, serão preenchidas, mediante convocação, nos termos do Edital, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias de Outubro de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS, ODONTOLÓGICOS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 04 DE OUTUBRO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 1.169.400,48 (UM MILHÃO CENTO E SESSENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2019

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço pa-

ra AQUISIÇÃO FUTURA DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA ATENDER A SEC. DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPAROS EM ESTRADAS, BUEIROS E PONTES DENTRE OUTRAS OCASIÕES, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 17/10/2019, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 04 de Outubro de 2019.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 023/2019**, tendo como objetoREGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MADEIRA PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, cuja a abertura ocorreu as oito horas, do dia 04 de Outubro de 2019.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – MELOC COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ n° 09.212.586/0001-22, situada à Rua Oliverio Porta nº 960, Bairro Centro Leste, na cidade de Primavera – MT com valor total de **R$ 1.301.440,00** (Hum milhão, trezentos e um mil e quatrocentos e quarenta reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 04 de Outubro de 2019.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PORTARIA N° 237/2019, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N° 237/2019, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de servidor efetivo no cargo de Professor de Pedagogia da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 39, inciso V, da Lei Complementar n.º 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR**,a pedido**,** para fins de aposentadoria**,** a partir desta data (01/OUTUBRO/2019), o servidor efetivo no cargo de Professor de Pedagogia, o senhor **DANIEL BERNARDINO DE RIBEIRO**, matrícula nº 70-2, registro nº 93**,** portador do RG n. º 679859 - SSP/MT e inscrito no CPF n. º 459.671.131-34.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigora partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Outubro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 240/2019, 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n° 240/2019, 02 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER** 20 dias de férias, a partir de **01 de OUTUBRO de 2019** e converter 10 dias em abono pecuniário aos (as) servidor (a) abaixo relacionados;

WELINTON CESAR DE LIMA CARRERA CURRIEL– matricula 1177-6, período aquisitivo 01/02/2017 a 31/01/2018.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Outubro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 238/2019, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N° 238/2019, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de servidora efetiva no cargo de Merendeira da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 39, inciso V, da Lei Complementar n.º 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR**,a pedido**,** para fins de aposentadoria**,** a partir desta data (01/OUTUBRO/2019), a servidora efetiva no cargo de Merendeira, a senhora **VILMA APARECIDA ROSA GONCALVES**, matrícula nº 19-1, registro nº 23-4**,** portador do RG n. º 14818140 - SSP/MT e inscrita no CPF n. º 017.293.781-70.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigora partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Outubro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 239/2019, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA n° 239/2019, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O**Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER**, a partir de **01 de OUTUBRO de 2019**, 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

ERIVALDO DE CAMPOS –matrícula 167, períodoaquisitivo02/01/2017 A 02/01/2018.

JUCIARA DAYDE DA SILVA – matricula – 11947-1, período aquisitivo20/02/2018 A 19/02/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 03 de outubro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 235/2019, 02 DE OUTUBRO 2019

PORTARIA N°. 235/2019, 02 de Outubro 2019.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8.666/93, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data 19/09/2019 (19 de SETEMBRO de 2019), para fiscalizar contrato, a Senhora **RUTE VIEIRA DE SOUZA CARLOS**, matrícula 14-4, inscrito no CPF nº 011.914.611-81.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
CONTRATO Nº 102/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS.	M.J BALBINO VIEIRA – LABORATÓRIO – ME CNPJ N° 00.897.0533/0001-57

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor com efeito reatroativo a data de 19 de setembro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004, de 04 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

DINARI PEREIRA DA SILVA 560.519.991-91 9875/00028/2019

ANGELO IGNACIO DE MATOS 205.464.078-62 9875/00029/2019

ANGELO IGNACIO DE MATOS 205.464.078-62 9875/00039/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Luiz Henrique Rauber Matrícula: 00011274

Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:

Data de afixação: 04/10/2019

Data de desafixação: 19/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 162/2019 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO EDMILSON LUCAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar 076/2017 "Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37, Criação e Transformação de Cargo Comissionado, Ampliação de vagas e Alteração do §2º Do Art. 56 da Lei Complementar nº024/2009).

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o **Sr. EDMILSON LUCAS**, portador da cédula de Identidade **n.º 24.234.166-4 SSP/SP,inscrito noCPF sob o n.º 129.971.628-82**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2019.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de outubro de 2019.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº. 011/2019

1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº. 011/2019

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.323.121 SSP/PR e do CPF nº 424. 930.999-15, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Hitler Sansão s/n. Centro, nesta cidade de Porto Estrela - MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, a empresa **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA-ME**, CNPJ: 11.601.924/0001-60, com sede na Rua Martim Pescador, nº 14, quadra 87, CPA IV, primeira etapa B, Bairro Morada da Serra, Cuiabá – MT, 78.058-078, neste ato representado pelo Srº **Marcio de Freitas Correa**, portador do RG. Nº. 2048018-0 SSP/MT e CPF Nº 094.915.058-40, residente e domiciliado na Rua Martim Pescador, nº 14, quadra 87, CPA IV, primeira etapa B, Bairro Morada da Serra, Cuiabá – MT, 78.058-078, neste ato denominado de **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo tem por objeto a supressão do valor do contrato original 011/2019, com **vigência** a partir do dia 01 de outubro de 2019.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude de negociação entre a Contratante e a Contratada. **2.2.** Vigência de 03 meses contados a partir do dia 01 de outubro de 2019, com o termino previsto para o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado com o atual valor conforme disposição da Lei 8.666/93. **2.3.** O Valor mensal inicial era de R$ 5.120,00 (Cinco mil cento e vinte reais) por mês, passando agora para o **Valor mensal atualizado de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) por mês**, (especificado no ANEXO I deste Termo.) **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1.** O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante em comum acordo com a Contratada e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso II e no Artigo 57, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. **4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS 4.1.** Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 011/2019.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram**.**

Porto Estrela – MT, 01 de outubro de 2019.

EUGÊNIO PELACHIM Prefeito Municipal **Contratante**	**TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA-ME** CNPJ: 11.601.924/0001-60 **Contratada**

Testemunhas:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (SISTEMA)	UNIDADE	QTDE	VALOR MÊS	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DO SUS	MÊS	3	R$ 226,50	R$ 679,50
2	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	MÊS	3	R$ 2. 656,00	R$ 7.968,00
3	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MÊS	3	R$ 320,00	R$ 960,00
4	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	MÊS	3	R$ 226,50	R$ 679,50
5	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	MÊS	3	R$ 258,00	R$ 774,00
6	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	MÊS	3	R$ 172,00	R$ 516,00
7	LOCAÇÃO DE SISTEMA PARA SERVIÇO DE MENSAGENS PARA CELULAR (15000 UNIDADES MENSAIS)	MÊS	3	R$ 141,00	R$ 423,00
		TOTAL		**R$ 4.000,00**	**R$ 12.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
PORTARIA MUNICIPAL Nº 163/2019 - NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL PARA AVALIAÇÃO DA BASE DA CAIXA D'AGUA.

(NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL PARA AVALIAÇÃO DA BASE DA CAIXA D'AGUA E DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA COZINHA DA ESCOLA MUNICIPAL IZABEL DOS SANTOS FARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS).

O Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso**, EUGENIO PELACHIM**, no uso e gozo de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a **Comissão Municipal para Avaliação da base da caixa d'agua e do Sistema de Esgotamento Sanitário da cozinha da Escola Municipal Izabel dos Santos Faria e da outras providencias.**

Parágrafo unico. Fica nomeado os membros abaixo, para comporem a referida comissão:

Presidente: VINICIUS CESAR MENDES ASSUNÇÃO (AGENTE ADMINISTRATIVO)

Secretaria: ELENIR APARECIDA LOPES VIANA (APOIO DE INFRAESTRUTURA)

Membro: EDSON ANTUNES (DESENHISTA CADISTA)

Membro: LINDOMAR PAULA DA SILVA (VEREADOR)

Membro: IVANETE MAGALHÃES COSTA (PROFESSORA)

Membro: ANA CAROLINA FERREIRA LIMA DE JESUS (ARQUITETA)

Art. 2º. A Comissão terá o prazo máximo de 3(três) dias para emitir 1(um) relatório da atual situação dos itens solicitados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contario.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 03 de Outubro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

(NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL PARA AVALIAÇÃO DA BASE DA CAIXA D'AGUA E DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA COZINHA DA ESCOLA MUNICIP

AL IZABEL DOS SANTOS FARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS).

O Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso**, EUGENIO PELACHIM**, no uso e gozo de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a **Comissão Municipal para Avaliação da base da caixa d'agua e do Sistema de Esgotamento Sanitário da cozinha da Escola Municipal Izabel dos Santos Faria e da outras providencias.**

Parágrafo unico. Fica nomeado os membros abaixo, para comporem a referida comissão:

Presidente: VINICIUS CESAR MENDES ASSUNÇÃO (AGENTE ADMINISTRATIVO)

Secretaria: ELENIR APARECIDA LOPES VIANA (APOIO DE INFRAESTRUTURA)

Membro: EDSON ANTUNES (DESENHISTA CADISTA)

Membro: LINDOMAR PAULA DA SILVA (VEREADOR)

Membro: IVANETE MAGALHÃES COSTA (PROFESSORA)

Membro: ANA CAROLINA FERREIRA LIMA DE JESUS (ARQUITETA)

Art. 2º. A Comissão terá o prazo máximo de 3(três) dias para emitir 1(um) relatório da atual situação dos itens solicitados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contario.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 03 de Outubro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 009/2019.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futuro e eventual fornecimento de Marmitex e Comida por Quilo, visando atender as demandas das Secretarias Municipais de Porto Estrela - MT, **acontecerá no dia 18 de outubro de 2019, às 09:00h**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 04 de outubro de 2019.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 008/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 008/2019

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2019

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2019, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 05/09/2019, homologado em 09/09/2019, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2019, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovante);

05. Cartão de vacinação atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B (Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos).

06. Cartão Nacional de Saúde

07. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

08 . Título de eleitor;

09. Certidão de Quitação Eleitoral;

10. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

12. Comprovante de escolaridade exigido para a posse;

13. Comprovante de residência

14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

15. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

16. Declaração de bens;

17. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

18. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

19. Foto 3X4 (atual, colorida);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

B) Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu, após a análise dos resultados obtidos em exames clínicos e laboratoriais elencados abaixo:

a) Hemograma com plaquetas;

b) Tipo sanguíneo – Fator RH;

c) Exame parcial de urina;

d) Exame parasitológico de fezes;

e) Glicemia, ureia e creatina;

O não comparecimento do (a) convocado (a),no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

CUIDADOR INFANTIL

Classificação	Nome	CPF	Pontuação
3º	**Daniel Costa Barbosa**	005.126.081-09	**63**

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 04 de outubro de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº01/2019, 03 OUTUBRO DE 2019.

Resolução CMDCA nº 01/2019, 03 outubro de 2019.

Disciplina a quantidade de votos para a escolha dos membros do conselho tutelar de Ribeirão Cascalheira-MT, Relativa à Eleição de 2019

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE(CMDCA) do município de Ribeirão Cascalheira -MT uso de suas atribuições conferirias pelo art,139 lei federal nº 8.069/90(estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art.7 da resolução CONANDA nº 170/14,

Considerando o disposto nos art 132 e 139 do estatuto da criança e do adolescente ECA (lei federal nº 8.069/90

Considerando o disposto no art 44 que prevê resolução regulamentadora do processo de escolha dos membros do conselho tutelar;

Resolve:

Art1º O eleitor poderá votar em até (03) candidatos ou opção de escolha.

Ribeirão Cascalheira-MT, 03 de outubro de 2019.

Deusuita Ferreira dos Santos

Presidente do conselho municipal de direito da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CONTABILIDADE
RGF 2º QUADRIMESTRE DE 2.019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.451.245,26	883.758,77	742.368,19	1.181.693,20	716.348,03	720.746,88	776.715,41	797.412,05	762.495,04	314.134,67	1.291.279,80	890.307,10	10.528.504,40	2.300,00
Pessoal Ativo	1.451.245,26	883.758,77	742.368,19	1.181.693,20	716.348,03	720.746,88	776.715,41	797.412,05	762.495,04	314.134,67	1.291.279,80	890.307,10	10.528.504,40	2.300,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.308.160,09	643.601,61	601.105,09	982.339,88	596.904,26	598.844,84	629.632,14	659.693,77	639.499,02	311.090,61	1.036.664,05	730.435,21	8.737.970,57	0,00
Obrigações Patronais	143.085,17	240.157,16	141.263,10	199.353,32	119.443,77	121.902,04	147.083,27	137.718,28	122.996,02	3.044,06	254.615,75	159.871,89	1.790.533,83	2.300,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.451.245,26	883.758,77	742.368,19	1.181.693,20	716.348,03	720.746,88	776.715,41	797.412,05	762.495,04	314.134,67	1.291.279,80	890.307,10	10.528.504,40	2.300,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	22.414.108,16	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	312.014,92	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.102.093,24	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	10.530.804,40	47,65
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.935.130,35	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.338.373,83	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.741.617,32	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	493.306,99	514.074,27	496.590,55	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	493.306,99	514.074,27	496.590,55	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.075.390,87	4.679.156,66	4.781.943,61	0,00
Disponibilidade de Caixa	4.075.390,87	4.679.156,66	4.781.943,61	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.721.904,39	5.245.559,52	6.026.413,05	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	646.513,52	566.402,86	1.244.469,44	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.582.083,88	-4.165.082,39	-4.285.353,06	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.118.220,21	21.183.593,57	22.414.108,16	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,45	2,43	2,22	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-17,81	-19,66	-19,12	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	24.141.864,25	25.420.312,28	26.896.929,79	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	21.727.677,83	22.878.281,06	24.207.236,81	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	117.883,44	148.942,17	153.599,45	0,00
RP Não-Processados	3.387.490,36	4.292.944,07	4.182.683,33	0,00
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º quadrimestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	20.118.220,21	21.183.593,57	22.414.108,16	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	4.426.008,45	4.660.390,59	4.931.103,80	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	3.983.407,61	4.194.351,53	4.437.993,42	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	22.414.108,16	
Operações Vedadas (V)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	3.586.257,31	16,00
Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.227.631,58	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	1.568.987,57	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	22.414.108,16
Receita Corrente Líquida Ajustada	22.102.093,24

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º quadrimestre

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.530.804,40	47,65
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	11.935.130,35	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	11.338.373,83	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.741.617,32	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-4.285.353,06	-19,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.896.929,79	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.931.103,80	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.586.257,31	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.568.987,57	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	2.073.074,72	447.116,67

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 039/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de março de 2019, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 039/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 117/2019, cujo Objeto:**Registro de preço para futura e Eventual Contratação de Empresa especializada para prestar serviços de coleta de resíduos sólidos (lixo) como: coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos hospitalares (infectantes)".** Sagrou-se vencedora do item licitado a empresa: **Preserva Soluções LTDA-ME, CNPJ: 15.515.617/0001-17**, com a Proposta no valor total da licitação de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).**

Rondolândia - MT, 04 de Setembro de 2019.

Keila Taiane

Pregoeira

CONTABILIDADE
RREO 2º BIMESTRE DE 2.019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.170.724,01	15,13	6.528.580,31	31,16	14.421.608,31
RECEITAS CORRENTES	19.929.864,66	19.929.864,66	3.167.042,47	15,89	6.524.898,77	32,74	13.404.965,89
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	888.983,70	888.983,70	220.769,92	24,83	305.516,24	34,37	583.467,46
Impostos	776.108,70	776.108,70	220.769,92	28,45	305.516,24	39,37	470.592,46
Taxas	7.875,00	7.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.875,00
Contribuição de Melhoria	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	52.500,00	52.500,00	25.681,33	48,92	47.834,71	91,11	4.665,29
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	25.681,33	48,92	47.834,71	91,11	4.665,29
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.921.180,96	18.921.180,96	2.915.591,22	15,41	6.159.547,82	32,55	12.761.633,14
Transferências da União e de suas Entidades	9.427.769,63	9.427.769,63	1.053.277,59	11,17	2.348.288,71	24,91	7.079.480,92
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.493.411,33	9.493.411,33	1.613.294,83	16,99	3.288.078,76	34,64	6.205.332,57
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	249.018,80	0,00	523.180,35	0,00	-523.180,35
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.500,00	52.500,00	5.000,00	9,52	12.000,00	22,86	40.500,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	5.000,00	0,00	12.000,00	0,00	-12.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	3.681,54	0,36	3.681,54	0,36	1.016.642,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	3.681,54	0,36	3.681,54	0,36	1.016.642,42
Transferências da União e de suas Entidades	378.000,00	378.000,00	3.681,54	0,97	3.681,54	0,97	374.318,46
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	642.323,96	642.323,96	0,00	0,00	0,00	0,00	642.323,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.170.724,01	15,13	6.528.580,31	31,16	14.421.608,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.170.724,01	15,13	6.528.580,31	31,16	14.421.608,31
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.170.724,01	15,13	6.528.580,31	31,16	14.421.608,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.341.154,90	6.545.611,05	13.452.227,57	2.777.428,84	4.911.058,00	15.086.780,62	4.529.172,80	
DESPESAS CORRENTES	18.238.511,73	18.158.511,73	3.221.161,90	6.182.340,05	11.976.171,68	2.645.573,03	4.661.759,73	13.496.752,00	4.316.554,53	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.314.546,49	8.314.546,49	1.572.889,46	3.012.134,37	5.302.412,12	1.574.127,46	3.011.222,37	5.303.324,12	2.842.417,88	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.923.965,24	9.843.965,24	1.648.272,44	3.170.205,68	6.673.759,56	1.071.445,57	1.650.537,36	8.193.427,88	1.474.136,65	
DESPESAS DE CAPITAL	1.549.825,01	1.629.825,01	119.993,00	363.271,00	1.266.554,01	131.855,81	249.298,27	1.380.526,74	212.618,27	
INVESTIMENTOS	1.438.825,01	1.518.825,01	119.993,00	263.271,00	1.255.554,01	115.788,00	216.796,00	1.302.029,01	180.116,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	111.000,00	111.000,00	0,00	100.000,00	11.000,00	16.067,81	32.502,27	78.497,73	32.502,27	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	209.501,88	209.501,88			209.501,88			209.501,88		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.341.154,90	6.545.611,05	13.452.227,57	2.777.428,84	4.911.058,00	15.086.780,62	4.529.172,80	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.341.154,90	6.545.611,05	13.452.227,57	2.777.428,84	4.911.058,00	15.086.780,62	4.529.172,80	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			1.617.522,31		1.999.407,51	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.341.154,90	6.545.611,05		2.777.428,84	6.528.580,31		6.528.580,31	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.341.154,90	6.545.611,05	100,00	13.452.227,57	2.777.428,84	4.911.058,00	100,00	15.086.780,62	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
Ação Judiciária	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	6.540.916,48	6.470.416,48	877.712,46	2.022.307,17	30,90	4.448.109,31	889.290,51	1.605.114,71	32,68	4.865.301,77	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	6.130.816,48	6.060.816,48	858.003,32	1.828.094,83	27,93	4.232.721,65	845.596,31	1.537.656,18	31,31	4.523.160,30	
Administração Financeira	382.100,00	381.600,00	19.709,14	194.212,34	2,97	187.387,66	43.694,20	67.458,53	1,37	314.141,47	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.066.575,00	1.066.575,00	122.371,89	227.378,03	3,47	839.196,97	108.527,98	198.673,58	4,05	867.901,42	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	219.600,00	225.600,00	11.901,01	27.646,15	0,42	197.953,85	11.487,06	26.730,85	0,54	198.869,15	
Assistência Comunitária	411.975,00	411.975,00	30.399,52	37.474,41	0,57	374.500,59	17.634,86	22.450,72	0,46	389.524,28	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	435.000,00	429.000,00	80.071,36	162.257,47	2,48	266.742,53	79.406,06	149.492,01	3,04	279.507,99	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.413.850,00	3.413.850,00	830.921,47	1.481.142,86	22,63	1.932.707,14	674.493,45	1.130.842,83	23,03	2.283.007,17	
Atenção Básica	1.620.000,00	1.642.000,00	458.365,77	675.862,33	10,33	966.137,67	348.673,22	493.421,78	10,05	1.148.578,22	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	248.100,00	248.100,00	74.141,00	147.105,30	2,25	100.994,70	45.969,88	84.341,38	1,72	163.758,62	
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00	20.342,50	35.573,05	0,54	24.426,95	11.164,01	18.694,01	0,38	41.305,99	
Vigilância Sanitária	136.899,99	136.899,99	1.698,75	1.698,75	0,03	135.201,24	258,75	258,75	0,01	136.641,24	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.187.350,01	1.165.350,01	252.351,45	567.320,45	8,67	598.029,56	244.405,59	480.543,93	9,78	684.806,08	
FU10 - Demais Subfunções	161.500,00	161.500,00	24.022,00	53.582,98	0,82	107.917,02	24.022,00	53.582,98	1,09	107.917,02	
Trabalho	204.600,00	205.100,00	500,00	205.100,00	3,13	0,00	26.506,24	74.529,50	1,52	130.570,50	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	204.600,00	205.100,00	500,00	205.100,00	3,13		26.506,24	74.529,50	1,52	130.570,50	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	5.425.620,25	5.425.620,25	1.284.988,97	2.115.636,80	32,32	3.309.983,45	863.482,74	1.544.998,92	31,46	3.880.621,33	
Ensino Fundamental	3.322.570,25	3.322.570,25	833.809,39	1.275.809,34	19,49	2.046.760,91	468.361,31	834.112,55	16,98	2.488.457,70	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	199.650,00	199.650,00	16.940,00	16.940,00	0,26	182.710,00	16.940,00	16.940,00	0,34	182.710,00	
Educação Infantil	445.100,00	445.100,00	142.778,06	276.998,33	4,23	168.101,67	142.778,06	273.818,33	5,58	171.281,67	
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	60.000,00	21.174,37	43.819,77	0,67	16.180,23	21.174,37	43.819,77	0,89	16.180,23	
Educação Especial	36.200,00	36.200,00	6.551,56	12.796,67	0,20	23.403,33	6.551,56	12.796,67	0,26	23.403,33	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.227.400,00	1.227.400,00	205.091,16	418.619,70	6,40	808.780,30	187.350,38	343.184,54	6,99	884.215,46	
FU12 - Demais Subfunções	134.700,00	134.700,00	58.644,43	70.652,99	1,08	64.047,01	20.327,06	20.327,06	0,41	114.372,94	
Cultura	119.150,00	119.150,00	12.990,00	45.490,00	0,69	73.660,00	1.790,00	34.290,00	0,70	84.860,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	109.150,00	109.150,00	12.990,00	45.490,00	0,69	63.660,00	1.790,00	34.290,00	0,70	74.860,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	278.300,00	278.300,00	0,00	11.900,00	0,18	266.400,00	11.900,00	11.900,00	0,24	266.400,00	
Infra-Estrutura Urbana	246.300,00	246.300,00		11.900,00	0,18	234.400,00	11.900,00	11.900,00	0,24	234.400,00	
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	275.000,00	275.000,00	8.840,00	13.740,00	0,21	261.260,00	8.840,00	13.740,00	0,28	261.260,00	
Saneamento Básico Rural	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Saneamento Básico Urbano	166.000,00	166.000,00				166.000,00				166.000,00	
FU17 - Administração Geral	108.000,00	108.000,00	8.840,00	13.740,00	0,21	94.260,00	8.840,00	13.740,00	0,28	94.260,00	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	800.200,00	800.200,00	49.837,11	84.844,86	1,30	715.355,14	49.837,11	84.844,86	1,73	715.355,14	
Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Controle Ambiental	80.000,00	80.000,00				80.000,00				80.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	200,00	200,00				200,00				200,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	706.000,00	706.000,00	49.837,11	84.844,86	1,30	621.155,14	49.837,11	84.844,86	1,73	621.155,14	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	233.525,01	303.525,01	0,00	0,00	0,00	303.525,01	0,00	0,00	0,00	303.525,01	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	140.750,00	140.750,00				140.750,00				140.750,00	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	92.775,01	162.775,01				162.775,01				162.775,01	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	
Promoção Industrial	2.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	30.000,00	30.000,00	12.941,00	21.486,00	0,33	8.514,00	12.941,00	21.486,00	0,44	8.514,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	30.000,00	30.000,00	12.941,00	21.486,00	0,33	8.514,00	12.941,00	21.486,00	0,44	8.514,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.207.400,00	1.207.400,00	140.052,00	216.585,33	3,31	990.814,67	113.752,00	158.135,33	3,22	1.049.264,67	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.207.400,00	1.207.400,00	140.052,00	216.585,33	3,31	990.814,67	113.752,00	158.135,33	3,22	1.049.264,67	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	75.700,00	75.700,00	0,00	0,00	0,00	75.700,00	0,00	0,00	0,00	75.700,00	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	33.700,00	33.700,00				33.700,00				33.700,00	
Lazer	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU27 - Administração Geral	41.000,00	41.000,00				41.000,00				41.000,00	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	111.000,00	111.000,00	0,00	100.000,00	1,53	11.000,00	16.067,81	32.502,27	0,66	78.497,73	
Refinanciamento da Dívida Interna	111.000,00	111.000,00		100.000,00	1,53	11.000,00	16.067,81	32.502,27	0,66	78.497,73	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	209.501,88	209.501,88				209.501,88				209.501,88	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.341.154,90	6.545.611,05	100,00	13.452.227,57	2.777.428,84	4.911.058,00	100,00	15.086.780,62	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/[illegible] b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/[illegible] d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Documento gerado em 06/09/2019 17:31:27

Página 11 de 32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2,250,267.77	1,555,137.82	2,113,595.47	1,883,014.09	1,574,647.68	2,271,344.68	1,969,874.28	2,388,155.65	1,991,350.85	1,896,230.62	1,753,014.00	1,818,455.64	23,465,088.55	21,082,267.77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	68,364.53	28,529.40	31,004.09	125,006.22	46,271.55	40,789.17	32,288.22	59,237.35	56,455.94	28,290.38	131,001.78	89,768.14	737,006.77	884,258.70
IPTU	13,267.16	15,453.57	5,380.60	1,237.00	2,359.17	5,180.78	2,657.89	1,086.13	39,196.46	8,840.45	111,320.08	68,839.07	274,818.36	57,750.00
ISS	18,887.93	9,440.59	8,194.41	8,850.76	6,475.59	14,627.90	10,316.38	32,121.56	602.01	270.17	600.75	158.80	110,346.85	233,133.69
ITBI	0.00	0.00	0.00	99,406.22	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	99,406.22	126,000.00
IRRF	35,034.44	3,635.24	17,429.08	15,712.24	36,161.01	19,496.49	19,313.95	26,029.66	16,657.47	19,179.76	19,080.95	20,396.74	248,127.03	291,500.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,175.00	0.00	0.00	0.00	1,275.78	1,484.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	373.53	4,308.31	175,875.01
Contribuições	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Patrimonial	6,008.85	6,300.88	7,174.49	8,341.11	9,253.46	10,333.76	8,095.69	8,841.72	4,158.07	9,748.01	11,052.02	6,503.01	95,811.07	52,500.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	6,008.85	6,300.88	7,174.49	8,341.11	9,253.46	10,333.76	8,095.69	8,841.72	4,158.07	9,748.01	11,052.02	6,503.01	95,811.07	52,500.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	14,700.00
Transferências Correntes	2,172,059.83	1,516,700.42	2,073,337.04	1,744,402.88	1,513,744.90	2,213,595.98	1,921,328.42	2,311,576.29	1,926,736.84	1,855,192.23	1,605,960.20	1,722,184.49	22,576,819.52	20,078,309.07
Cota-Parte do FPM	635,788.83	595,386.01	685,859.11	510,137.85	384,746.36	437,069.37	549,011.11	960,773.17	673,947.19	739,709.34	553,852.26	540,343.84	7,266,624.44	8,348,670.65
Cota-Parte do ICMS	889,928.26	609,413.12	971,138.90	825,943.80	706,579.02	1,169,914.43	813,389.64	797,486.79	902,546.85	754,478.73	712,195.78	783,531.99	9,936,547.31	8,584,920.65
Cota-Parte do IPVA	4,940.70	6,804.35	7,261.58	1,368.23	1,511.31	2,750.57	725.33	503.79	2,137.47	6,049.38	7,131.49	9,040.99	50,225.19	47,250.00
Cota-Parte do ITR	0.00	282.61	2,033.82	15,393.77	43,498.85	178,738.71	61,756.54	83,988.26	28,510.70	3,280.97	9,649.31	157.35	427,200.89	241,500.00
Transferências da LC nº 87/1996	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	0.00	0.00	0.00	0.00	23,444.24	120,750.00
Transferências da LC nº 61/1989	5,490.96	4,874.19	4,414.72	4,924.78	4,373.92	5,264.69	3,795.26	5,084.40	0.00	0.00	0.00	0.00	38,222.92	7,607.75
Transferências do FUNDEB	129,553.46	97,521.51	122,580.31	111,322.06	93,169.53	149,170.22	110,786.05	116,141.61	140,110.05	134,051.50	119,607.82	129,410.98	1,453,425.10	0.00
Outras Transferências Correntes	503,427.09	199,488.10	277,118.07	272,381.86	277,025.38	267,757.46	378,933.96	344,667.74	179,484.58	217,622.31	203,523.54	259,699.34	3,381,129.43	2,727,610.02
Outras Receitas Correntes	3,834.56	3,607.12	2,079.85	5,263.88	5,377.77	6,625.77	8,161.95	8,500.29	4,000.00	3,000.00	5,000.00	0.00	55,451.19	52,500.00
DEDUÇÕES (II)	306,717.59	242,963.26	277,547.10	271,154.75	227,835.15	358,280.65	285,562.56	311,433.92	0.00	0.00	0.00	0.00	2,281,494.98	0.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	306,717.59	242,963.26	277,547.10	271,154.75	227,835.15	358,280.65	285,562.56	311,433.92	0.00	0.00	0.00	0.00	2,281,494.98	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1,943,550.18	1,312,174.56	1,836,048.37	1,611,859.34	1,346,812.53	1,913,064.03	1,684,311.72	2,076,721.73	1,991,350.85	1,896,230.62	1,753,014.00	1,818,455.64	21,183,593.57	21,082,267.77

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	52.500,00	52.500,00	8,54	25.266,25
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	52.500,00	8,54	25.266,25
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	8,54	25.266,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	115.500,00	115.500,00	3.681,54	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	115.500,00	115.500,00	3.681,54	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	168.000,00	168.000,00	3.690,08	25.266,25

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	168.000,00	168.000,00	3.690,08	25.266,25	3.690,08	25.266,25		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	19.929.864,66	6.524.898,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	888.983,70	305.516,24
IPTU	57.750,00	228.196,06
ISS	233.133,69	1.631,73
ITBI	126.000,00	0,00
IRRF	291.500,00	75.314,92
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	180.600,01	373,53
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	47.834,71
Aplicações Financeiras (II)	52.500,00	47.834,71
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	18.921.180,96	6.159.547,82
Cota-Parte do FPM	6.871.320,65	2.006.282,21
Cota-Parte do ICMS	7.009.920,65	2.524.776,89
Cota-Parte do IPVA	37.800,00	19.487,52
Cota-Parte do ITR	193.200,00	33.278,69
Transferências da LC 87/1996	96.600,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	7.607,75	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	523.180,35
Outras Transferências Correntes	4.704.731,91	1.052.542,16
Demais Receitas Correntes	67.200,00	12.000,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	67.200,00	12.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	19.877.364,66	6.477.064,06
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.020.323,96	3.681,54
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.020.323,96	3.681,54
Convênios	1.009.823,96	3.681,54
Outras Transferências de Capital	10.500,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.020.323,96	3.681,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	20.897.688,62	6.480.745,60

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.158.511,73	6.182.340,05	4.661.759,73	4.316.554,53	506.754,18	497.634,33	478.623,86
Pessoal e Encargos Sociais	8.314.546,49	3.012.134,37	3.011.222,37	2.842.417,88	132.268,53	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.843.965,24	3.170.205,68	1.650.537,36	1.474.136,65	374.485,65	497.634,33	478.623,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.158.511,73	6.182.340,05	4.661.759,73	4.316.554,53	506.754,18	497.634,33	478.623,86
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.629.825,01	363.271,00	249.298,27	212.618,27	22.948,00	231.465,01	231.465,01
Investimentos	1.518.825,01	263.271,00	216.796,00	180.116,00	22.948,00	231.465,01	231.465,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	111.000,00	100.000,00	32.502,27	32.502,27	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.518.825,01	263.271,00	216.796,00	180.116,00	22.948,00	231.465,01	231.465,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	209.501,88						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	19.886.838,62	6.445.611,05	4.878.555,73	4.496.670,53	529.702,18	729.099,34	710.088,87

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	744.284,02

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	47.834,71
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	792.118,73

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	493.306,99	514.074,27
DEDUÇÕES (XXIX)	4.075.390,87	4.679.156,66
Disponibilidade de Caixa	4.075.390,87	4.679.156,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.721.904,39	5.196.863,67
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	646.513,52	517.707,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-3.582.083,88	-4.165.082,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	582.998,51

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	128.806,51
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	454.192,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	406.357,29

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	43.473,94	603.039,58	529.702,18	0,00	116.811,34	206.328,97	3.181.161,39	729.099,34	710.088,87	0,00	2.677.401,49	2.794.212,83
PODER EXECUTIVO	43.473,94	603.039,58	529.702,18	0,00	116.811,34	206.328,97	3.181.161,39	729.099,34	710.088,87	0,00	2.677.401,49	2.794.212,83
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.473,94	603.039,58	529.702,18	0,00	116.811,34	206.328,97	3.181.161,39	729.099,34	710.088,87	0,00	2.677.401,49	2.794.212,83

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.950.188,62
Previsão Atualizada	20.950.188,62
Receitas Realizadas	6.528.580,31
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	19.997.838,62
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	19.997.838,62
Despesas Empenhadas	6.545.611,05
Despesas Liquidadas	4.911.058,00
Despesas Pagas	4.529.172,80
Superávit Orçamentário	1.617.522,31

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	6.545.611,05
Despesas Liquidadas	4.911.058,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	21.183.593,57

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	3.690,08
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	3.690,08
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	744.284,02	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	792.118,73	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	646.513,52	0,00	529.702,18	116.811,34
Poder Executivo	646.513,52	0,00	529.702,18	116.811,34
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 2º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.387.490,36	0,00	710.088,87	2.677.401,49
Poder Executivo	3.387.490,36	0,00	710.088,87	2.677.401,49
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	4.034.003,88	0,00	1.239.791,05	2.794.212,83

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.258.576,79	25,00	20,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	327.480,32	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	249.298,27	1.380.526,74

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.077.259,85	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 2º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Documento gerado em 06/09/2019 17:31:27

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTABILIDADE
RREO 1º BIMESTRE DE 2.019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.357.856,30	16,03	3.357.856,30	16,03	17.592.332,32
RECEITAS CORRENTES	19.929.864,66	19.929.864,66	3.357.856,30	16,85	3.357.856,30	16,85	16.572.008,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	888.983,70	888.983,70	84.746,32	9,53	84.746,32	9,53	804.237,38
Impostos	776.108,70	776.108,70	84.746,32	10,92	84.746,32	10,92	691.362,38
Taxas	7.875,00	7.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.875,00
Contribuição de Melhoria	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	52.500,00	52.500,00	22.153,38	42,20	22.153,38	42,20	30.346,62
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	22.153,38	42,20	22.153,38	42,20	30.346,62
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.921.180,96	18.921.180,96	3.243.956,60	17,14	3.243.956,60	17,14	15.677.224,36
Transferências da União e de suas Entidades	9.427.769,63	9.427.769,63	1.295.011,12	13,74	1.295.011,12	13,74	8.132.758,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.493.411,33	9.493.411,33	1.674.783,93	17,64	1.674.783,93	17,64	7.818.627,40
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	274.161,55	0,00	274.161,55	0,00	-274.161,55
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.500,00	52.500,00	7.000,00	13,33	7.000,00	13,33	45.500,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	-7.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020.323,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020.323,96
Transferências da União e de suas Entidades	378.000,00	378.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	642.323,96	642.323,96	0,00	0,00	0,00	0,00	642.323,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.357.856,30	16,03	3.357.856,30	16,03	17.592.332,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.357.856,30	16,03	3.357.856,30	16,03	17.592.332,32
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.950.188,62	20.950.188,62	3.357.856,30	16,03	3.357.856,30	16,03	17.592.332,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.204.456,15	3.204.456,15	16.793.382,47	2.133.629,16	2.133.629,16	17.864.209,46	1.555.895,55	
DESPESAS CORRENTES	18.238.511,73	18.238.511,73	2.961.178,15	2.961.178,15	15.277.333,58	2.016.186,70	2.016.186,70	16.222.325,03	1.477.672,09	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.314.546,49	8.314.546,49	1.439.244,91	1.439.244,91	6.875.301,58	1.437.094,91	1.437.094,91	6.877.451,58	1.188.913,31	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.923.965,24	9.923.965,24	1.521.933,24	1.521.933,24	8.402.032,00	579.091,79	579.091,79	9.344.873,45	288.758,78	
DESPESAS DE CAPITAL	1.549.825,01	1.549.825,01	243.278,00	243.278,00	1.306.547,01	117.442,46	117.442,46	1.432.382,55	78.223,46	
INVESTIMENTOS	1.438.825,01	1.438.825,01	143.278,00	143.278,00	1.295.547,01	101.008,00	101.008,00	1.337.817,01	61.789,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	111.000,00	111.000,00	100.000,00	100.000,00	11.000,00	16.434,46	16.434,46	94.565,54	16.434,46	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	209.501,88	209.501,88			209.501,88			209.501,88		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.204.456,15	3.204.456,15	16.793.382,47	2.133.629,16	2.133.629,16	17.864.209,46	1.555.895,55	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.204.456,15	3.204.456,15	16.793.382,47	2.133.629,16	2.133.629,16	17.864.209,46	1.555.895,55	
SUPERÁVIT (XIII)				153.400,15			1.224.227,14		1.801.960,75	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.204.456,15	3.357.856,30		2.133.629,16	3.357.856,30		3.357.856,30	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.204.456,15	3.204.456,15	100,00	16.793.382,47	2.133.629,16	2.133.629,16	100,00	17.864.209,46	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
Ação Judiciária	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	6.540.916,48	6.540.916,48	1.144.594,71	1.144.594,71	35,72	5.396.321,77	715.824,20	715.824,20	33,55	5.825.092,28	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	6.130.816,48	6.130.816,48	970.091,51	970.091,51	30,27	5.160.724,97	692.059,87	692.059,87	32,44	5.438.756,61	
Administração Financeira	382.100,00	382.100,00	174.503,20	174.503,20	5,45	207.596,80	23.764,33	23.764,33	1,11	358.335,67	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.066.575,00	1.066.575,00	105.006,14	105.006,14	3,28	961.568,86	90.145,60	90.145,60	4,22	976.429,40	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	219.600,00	219.600,00	15.745,14	15.745,14	0,49	203.854,86	15.243,79	15.243,79	0,71	204.356,21	
Assistência Comunitária	411.975,00	411.975,00	7.074,89	7.074,89	0,22	404.900,11	4.815,86	4.815,86	0,23	407.159,14	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	435.000,00	435.000,00	82.186,11	82.186,11	2,56	352.813,89	70.085,95	70.085,95	3,28	364.914,05	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.413.850,00	3.413.850,00	650.221,39	650.221,39	20,29	2.763.628,61	456.349,38	456.349,38	21,39	2.957.500,62	
Atenção Básica	1.620.000,00	1.620.000,00	217.496,56	217.496,56	6,79	1.402.503,44	144.748,56	144.748,56	6,78	1.475.251,44	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	248.100,00	248.100,00	72.964,30	72.964,30	2,28	175.135,70	38.371,50	38.371,50	1,80	209.728,50	
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00	15.230,55	15.230,55	0,48	44.769,45	7.530,00	7.530,00	0,35	52.470,00	
Vigilância Sanitária	136.899,99	136.899,99				136.899,99				136.899,99	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.187.350,01	1.187.350,01	314.969,00	314.969,00	9,83	872.381,01	236.138,34	236.138,34	11,07	951.211,67	
FU10 - Demais Subfunções	161.500,00	161.500,00	29.560,98	29.560,98	0,92	131.939,02	29.560,98	29.560,98	1,39	131.939,02	
Trabalho	204.600,00	204.600,00	204.600,00	204.600,00	6,38	0,00	48.023,26	48.023,26	2,25	156.576,74	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	204.600,00	204.600,00	204.600,00	204.600,00	6,38		48.023,26	48.023,26	2,25	156.576,74	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	5.425.620,25	5.425.620,25	830.647,83	830.647,83	25,92	4.594.972,42	681.516,18	681.516,18	31,94	4.744.104,07	
Ensino Fundamental	3.322.570,25	3.322.570,25	441.999,95	441.999,95	13,79	2.880.570,30	365.751,24	365.751,24	17,14	2.956.819,01	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	199.650,00	199.650,00				199.650,00				199.650,00	
Educação Infantil	445.100,00	445.100,00	134.220,27	134.220,27	4,19	310.879,73	131.040,27	131.040,27	6,14	314.059,73	
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	60.000,00	22.645,40	22.645,40	0,71	37.354,60	22.645,40	22.645,40	1,06	37.354,60	
Educação Especial	36.200,00	36.200,00	6.245,11	6.245,11	0,19	29.954,89	6.245,11	6.245,11	0,29	29.954,89	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.227.400,00	1.227.400,00	213.528,54	213.528,54	6,66	1.013.871,46	155.834,16	155.834,16	7,30	1.071.565,84	
FU12 - Demais Subfunções	134.700,00	134.700,00	12.008,56	12.008,56	0,37	122.691,44				134.700,00	
Cultura	119.150,00	119.150,00	32.500,00	32.500,00	1,01	86.650,00	32.500,00	32.500,00	1,52	86.650,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	109.150,00	109.150,00	32.500,00	32.500,00	1,01	76.650,00	32.500,00	32.500,00	1,52	76.650,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	278.300,00	278.300,00	11.900,00	11.900,00	0,37	266.400,00	0,00	0,00	0,00	278.300,00	
Infra-Estrutura Urbana	246.300,00	246.300,00	11.900,00	11.900,00	0,37	234.400,00				246.300,00	
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	275.000,00	275.000,00	4.900,00	4.900,00	0,15	270.100,00	4.900,00	4.900,00	0,23	270.100,00	
Saneamento Básico Rural	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Saneamento Básico Urbano	166.000,00	166.000,00				166.000,00				166.000,00	
FU17 - Administração Geral	108.000,00	108.000,00	4.900,00	4.900,00	0,15	103.100,00	4.900,00	4.900,00	0,23	103.100,00	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	800.200,00	800.200,00	35.007,75	35.007,75	1,09	765.192,25	35.007,75	35.007,75	1,64	765.192,25	
Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Controle Ambiental	80.000,00	80.000,00				80.000,00				80.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	200,00	200,00				200,00				200,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	706.000,00	706.000,00	35.007,75	35.007,75	1,09	670.992,25	35.007,75	35.007,75	1,64	670.992,25	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	233.525,01	233.525,01	0,00	0,00	0,00	233.525,01	0,00	0,00	0,00	233.525,01	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	140.750,00	140.750,00				140.750,00				140.750,00	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	92.775,01	92.775,01				92.775,01				92.775,01	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	
Promoção Industrial	2.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	30.000,00	30.000,00	8.545,00	8.545,00	0,27	21.455,00	8.545,00	8.545,00	0,40	21.455,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	30.000,00	30.000,00	8.545,00	8.545,00	0,27	21.455,00	8.545,00	8.545,00	0,40	21.455,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.207.400,00	1.207.400,00	76.533,33	76.533,33	2,39	1.130.866,67	44.383,33	44.383,33	2,08	1.163.016,67	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.207.400,00	1.207.400,00	76.533,33	76.533,33	2,39	1.130.866,67	44.383,33	44.383,33	2,08	1.163.016,67	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	75.700,00	75.700,00	0,00	0,00	0,00	75.700,00	0,00	0,00	0,00	75.700,00	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	33.700,00	33.700,00				33.700,00				33.700,00	
Lazer	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU27 - Administração Geral	41.000,00	41.000,00				41.000,00				41.000,00	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	111.000,00	111.000,00	100.000,00	100.000,00	3,12	11.000,00	16.434,46	16.434,46	0,77	94.565,54	
Refinanciamento da Dívida Interna	111.000,00	111.000,00	100.000,00	100.000,00	3,12	11.000,00	16.434,46	16.434,46	0,77	94.565,54	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	209.501,88	209.501,88				209.501,88				209.501,88	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	19.997.838,62	19.997.838,62	3.204.456,15	3.204.456,15	100,00	16.793.382,47	2.133.629,16	2.133.629,16	100,00	17.864.209,46	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/[illegible] b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/[illegible] d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Documento gerado em 06/09/2019 11:32:28

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1,583,088.95	1,696,099.88	2,250,267.77	1,555,137.82	2,113,595.47	1,883,014.09	1,574,647.68	2,271,344.68	1,969,874.28	2,388,155.65	1,991,350.85	1,896,230.62	23,162,807.74	21,082,267.77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40,627.28	29,766.82	68,364.53	28,529.40	31,004.09	125,006.22	46,271.55	40,789.17	32,288.22	59,237.35	56,455.94	28,290.38	586,830.95	884,258.70
IPTU	1,667.33	21,956.56	13,267.16	15,453.57	5,380.60	1,237.00	2,359.17	5,180.78	2,657.89	1,086.13	39,196.46	8,840.45	118,283.10	57,750.00
ISS	19,153.90	5,408.36	18,887.93	9,440.59	8,194.41	8,650.76	6,475.59	14,627.90	10,316.38	32,121.56	602.01	270.17	134,149.56	233,133.69
ITBI	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	99,406.22	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	99,406.22	126,000.00
IRRF	15,826.05	2,214.40	35,034.44	3,635.24	17,429.08	15,712.24	36,161.01	19,496.49	19,313.95	26,029.66	16,657.47	19,179.76	226,689.79	291,500.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3,980.00	187.50	1,175.00	0.00	0.00	0.00	1,275.78	1,484.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8,102.28	175,875.01
Contribuições	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Patrimonial	6,121.50	5,867.81	6,008.85	6,300.88	7,174.49	8,341.11	9,253.46	10,333.76	8,095.69	8,841.72	4,158.07	9,748.01	90,245.35	52,500.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	6,121.50	5,867.81	6,008.85	6,300.88	7,174.49	8,341.11	9,253.46	10,333.76	8,095.69	8,841.72	4,158.07	9,748.01	90,245.35	52,500.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	14,700.00
Transferências Correntes	1,532,728.60	1,646,494.55	2,172,059.83	1,516,700.42	2,073,337.04	1,744,402.88	1,513,744.90	2,213,595.98	1,921,328.42	2,311,576.29	1,926,736.84	1,855,192.23	22,427,897.98	20,078,309.07
Cota-Parte do FPM	494,114.29	518,062.73	635,788.83	595,386.01	685,859.11	510,137.85	384,746.36	437,069.37	549,011.11	960,773.17	673,947.19	739,709.34	7,184,605.36	8,348,670.65
Cota-Parte do ICMS	690,229.95	609,872.41	889,928.26	609,413.12	971,138.90	825,943.80	706,579.02	1,169,914.43	813,389.64	797,486.79	902,546.85	754,478.73	9,740,921.90	8,584,920.65
Cota-Parte do IPVA	5,376.44	6,943.55	4,940.70	6,804.35	7,261.58	1,368.23	1,511.31	2,750.57	725.33	593.79	2,137.47	6,049.38	46,372.70	47,250.00
Cota-Parte do ITR	559.37	184.50	0.00	282.61	2,033.82	15,393.77	43,406.85	178,738.71	61,756.54	83,988.26	28,310.70	3,280.97	418,138.10	241,500.00
Transferências da LC nº 87/1996	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	0.00	0.00	29,305.30	120,750.00
Transferências da LC nº 61/1989	5,210.40	4,595.11	5,490.96	4,874.19	4,414.72	4,924.78	4,373.92	5,264.69	3,795.26	5,084.40	0.00	0.00	48,028.43	7,607.75
Transferências do FUNDEB	101,563.92	94,947.40	129,553.46	97,521.51	122,580.31	111,322.06	93,169.53	149,170.22	110,786.05	116,141.61	140,110.05	134,051.50	1,400,917.62	0.00
Outras Transferências Correntes	232,743.70	408,958.32	503,427.09	199,488.10	277,118.07	272,381.86	277,025.38	267,757.46	378,933.96	344,667.74	179,484.58	217,622.31	3,559,608.57	2,727,610.02
Outras Receitas Correntes	3,611.57	3,970.70	3,834.56	3,607.12	2,079.85	5,263.88	5,377.77	6,625.77	8,161.95	8,500.29	4,000.00	3,000.00	58,033.46	52,500.00
DEDUÇÕES (II)	238,642.04	227,598.67	306,717.59	242,963.26	277,547.10	271,154.75	227,835.15	358,280.65	285,562.56	311,433.92	0.00	0.00	2,747,735.69	0.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	238,642.04	227,598.67	306,717.59	242,963.26	277,547.10	271,154.75	227,835.15	358,280.65	285,562.56	311,433.92	0.00	0.00	2,747,735.69	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1,344,446.91	1,468,501.21	1,943,550.18	1,312,174.56	1,836,048.37	1,611,859.34	1,346,812.53	1,913,064.03	1,684,311.72	2,076,721.73	1,991,350.85	1,896,230.62	20,415,072.05	21,082,267.77

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	52.500,00	52.500,00	4,33	13.412,82
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	52.500,00	4,33	13.412,82
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	4,33	13.412,82
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	115.500,00	115.500,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	115.500,00	115.500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	168.000,00	168.000,00	4,33	13.412,82

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	168.000,00	168.000,00	4,33	13.412,82	4,33	13.412,82		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	19.929.864,66	3.357.856,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	888.983,70	84.746,32
IPTU	57.750,00	48.036,91
ISS	233.133,69	872,18
ITBI	126.000,00	0,00
IRRF	291.500,00	35.837,23
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	180.600,01	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	22.153,38
Aplicações Financeiras (II)	52.500,00	22.153,38
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	18.921.180,96	3.243.956,60
Cota-Parte do FPM	6.871.320,65	1.130.925,29
Cota-Parte do ICMS	7.009.920,65	1.327.072,59
Cota-Parte do IPVA	37.800,00	6.549,50
Cota-Parte do ITR	193.200,00	25.433,35
Transferências da LC 87/1996	96.600,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	7.607,75	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	274.161,55
Outras Transferências Correntes	4.704.731,91	479.814,32
Demais Receitas Correntes	67.200,00	7.000,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	67.200,00	7.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	19.877.364,66	3.335.702,92
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.020.323,96	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.020.323,96	0,00
Convênios	1.009.823,96	0,00
Outras Transferências de Capital	10.500,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.020.323,96	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	20.897.688,62	3.335.702,92

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.238.511,73	2.961.178,15	2.016.186,70	1.477.672,09	473.612,20	382.248,61	285.764,58
Pessoal e Encargos Sociais	8.314.546,49	1.439.244,91	1.437.094,91	1.188.913,31	130.242,87	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.923.965,24	1.521.933,24	579.091,79	288.758,78	343.369,33	382.248,61	285.764,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.238.511,73	2.961.178,15	2.016.186,70	1.477.672,09	473.612,20	382.248,61	285.764,58
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.549.825,01	243.278,00	117.442,46	78.223,46	13.620,00	107.361,04	107.361,04
Investimentos	1.438.825,01	143.278,00	101.008,00	61.789,00	13.620,00	107.361,04	107.361,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	111.000,00	100.000,00	16.434,46	16.434,46	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.438.825,01	143.278,00	101.008,00	61.789,00	13.620,00	107.361,04	107.361,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	209.501,88						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	19.886.838,62	3.104.456,15	2.117.194,70	1.539.461,09	487.232,20	489.609,65	393.125,62

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	915.884,01

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	22.153,38
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	938.037,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	493.306,99	530.142,08
DEDUÇÕES (XXIX)	4.075.390,87	4.697.952,13
Disponibilidade de Caixa	4.075.390,87	4.697.952,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.721.904,39	5.531.451,09
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	646.513,52	833.498,96
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-3.582.083,88	-4.167.810,05

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	585.726,17

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-186.985,44
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	772.711,61

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	750.558,23

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	43.473,94	603.039,58	487.232,20	0,00	159.281,32	206.328,97	3.181.161,39	489.609,65	393.125,62	0,00	2.994.364,74
PODER EXECUTIVO	43.473,94	603.039,58	487.232,20	0,00	159.281,32	206.328,97	3.181.161,39	489.609,65	393.125,62	0,00	2.994.364,74
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.473,94	603.039,58	487.232,20	0,00	159.281,32	206.328,97	3.181.161,39	489.609,65	393.125,62	0,00	2.994.364,74

Poder/Órgão	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	3.153.646,06
PODER EXECUTIVO	3.153.646,06
PODER LEGISLATIVO	0,00
Câmara Municipal	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.153.646,06

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Poder/Órgão - Intra	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00
Câmara Municipal	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.950.188,62
Previsão Atualizada	20.950.188,62
Receitas Realizadas	3.357.856,30
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	19.997.838,62
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	19.997.838,62
Despesas Empenhadas	3.204.456,15
Despesas Liquidadas	2.133.629,16
Despesas Pagas	1.555.895,55
Superávit Orçamentário	1.224.227,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	3.204.456,15
Despesas Liquidadas	2.133.629,16

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	20.415.072,05

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	4,33
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	4,33
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	915.884,01	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	938.037,39	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	646.513,52	0,00	487.232,20	159.281,32
Poder Executivo	646.513,52	0,00	487.232,20	159.281,32
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.387.490,36	0,00	393.125,62	2.994.364,74
Poder Executivo	3.387.490,36	0,00	393.125,62	2.994.364,74
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	4.034.003,88	0,00	880.357,82	3.153.646,06

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	649.998,60	25,00	20,34
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	172.411,75	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	117.442,46	1.432.382,55

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	426.788,40	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTABILIDADE
RREO 4º BIMESTRE DE 2.019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.950.188,62	20.950.188,62	5.142.927,45	24,55	13.653.628,22	65,17	7.296.560,40
RECEITAS CORRENTES	19.929.864,66	19.929.864,66	5.142.927,45	25,81	13.634.122,68	68,41	6.295.741,98
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	888.983,70	888.983,70	278.914,62	31,37	636.064,39	71,55	252.919,31
Impostos	776.108,70	776.108,70	241.113,74	31,07	586.333,92	75,55	189.774,78
Taxas	7.875,00	7.875,00	36.097,85	458,39	48.027,44	609,87	-40.152,44
Contribuição de Melhoria	105.000,00	105.000,00	1.703,03	1,62	1.703,03	1,62	103.296,97
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	52.500,00	52.500,00	29.074,27	55,38	96.029,65	182,91	-43.529,65
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	29.074,27	55,38	96.029,65	182,91	-43.529,65
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.921.180,96	18.921.180,96	4.826.938,56	25,51	12.867.028,64	68,00	6.054.152,32
Transferências da União e de suas Entidades	9.427.769,63	9.427.769,63	2.760.056,07	29,28	5.289.018,64	56,10	4.138.750,99
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.493.411,33	9.493.411,33	1.803.289,89	19,00	6.549.001,98	68,98	2.944.409,35
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	263.592,60	0,00	1.029.008,02	0,00	-1.029.008,02
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.500,00	52.500,00	8.000,00	15,24	35.000,00	66,67	17.500,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	8.000,00	0,00	35.000,00	0,00	-35.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	0,00	0,00	19.505,54	1,91	1.000.818,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	0,00	0,00	19.505,54	1,91	1.000.818,42
Transferências da União e de suas Entidades	378.000,00	378.000,00	0,00	0,00	9.905,54	2,62	368.094,46
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	642.323,96	642.323,96	0,00	0,00	9.600,00	1,49	632.723,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.950.188,62	20.950.188,62	5.142.927,45	24,55	13.653.628,22	65,17	7.296.560,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.950.188,62	20.950.188,62	5.142.927,45	24,55	13.653.628,22	65,17	7.296.560,40
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.950.188,62	20.950.188,62	5.142.927,45	24,55	13.653.628,22	65,17	7.296.560,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.997.838,62	20.294.272,02	3.678.352,94	13.145.813,67	7.148.458,35	4.003.373,44	11.072.738,95	9.221.533,07	9.981.983,69	
DESPESAS CORRENTES	18.238.511,73	18.280.307,13	3.178.982,94	12.232.912,67	6.047.394,46	3.446.772,72	10.253.729,96	8.026.577,17	9.647.882,70	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.314.546,49	8.588.926,49	1.670.958,68	6.269.438,98	2.319.487,51	2.181.586,90	6.269.438,98	2.319.487,51	6.058.625,63	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.923.965,24	9.691.380,64	1.508.024,26	5.963.473,69	3.727.906,95	1.265.185,82	3.984.290,98	5.707.089,66	3.589.257,07	
DESPESAS DE CAPITAL	1.549.825,01	1.804.463,01	499.370,00	912.901,00	891.562,01	556.600,72	819.008,99	985.454,02	334.100,99	
INVESTIMENTOS	1.438.825,01	1.693.463,01	499.370,00	812.901,00	880.562,01	539.117,00	769.023,00	924.440,01	284.115,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	111.000,00	111.000,00	0,00	100.000,00	11.000,00	17.483,72	49.985,99	61.014,01	49.985,99	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	209.501,88	209.501,88			209.501,88			209.501,88		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.997.838,62	20.294.272,02	3.678.352,94	13.145.813,67	7.148.458,35	4.003.373,44	11.072.738,95	9.221.533,07	9.981.983,69	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.997.838,62	20.294.272,02	3.678.352,94	13.145.813,67	7.148.458,35	4.003.373,44	11.072.738,95	9.221.533,07	9.981.983,69	
SUPERÁVIT (XIII)				507.814,55			2.580.889,27		3.671.644,53	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.997.838,62	20.294.272,02	3.678.352,94	13.653.628,22		4.003.373,44	13.653.628,22		13.653.628,22	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.997.838,62	20.294.272,02	3.678.352,94	13.145.813,67	100,00	7.148.458,35	4.003.373,44	11.072.738,95	100,00	9.221.533,07	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
Ação Judiciária	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	6.540.916,48	6.428.861,88	893.134,41	3.909.455,18	29,74	2.519.406,70	1.195.035,95	3.332.302,39	30,09	3.096.559,49	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	6.130.816,48	6.029.261,88	873.865,77	3.669.463,46	27,91	2.359.798,42	1.150.943,70	3.170.771,74	28,64	2.858.490,14	
Administração Financeira	382.100,00	371.600,00	19.268,64	239.991,72	1,83	131.608,28	44.092,25	161.530,65	1,46	210.069,35	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.066.575,00	1.018.625,00	163.225,39	536.791,50	4,08	481.833,50	167.366,90	431.340,60	3,90	587.284,40	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	219.600,00	187.650,00	56.244,47	103.107,50	0,78	84.542,50	26.884,75	62.332,41	0,56	125.317,59	
Assistência Comunitária	411.975,00	391.975,00	17.896,11	81.976,19	0,62	309.998,81	32.526,09	71.436,57	0,65	320.538,43	
FU08 - Administração Geral	435.000,00	439.000,00	89.084,81	351.707,81	2,68	87.292,19	107.956,06	297.571,62	2,69	141.428,38	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.413.850,00	3.572.500,00	596.351,82	2.627.002,65	19,98	945.497,35	800.098,22	2.401.028,47	21,68	1.171.471,53	
Atenção Básica	1.620.000,00	1.755.650,00	271.557,04	1.153.187,32	8,77	602.462,68	267.801,94	993.237,32	8,97	762.412,68	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	248.100,00	268.100,00	41.907,54	198.681,84	1,51	69.418,16	55.702,04	192.618,92	1,74	75.481,08	
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00	5.828,50	58.996,55	0,45	1.003,45	22.392,90	49.935,05	0,45	10.064,95	
Vigilância Sanitária	136.899,99	136.899,99	18.927,20	53.356,45	0,41	83.543,54	36.477,98	36.736,73	0,33	100.163,26	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.187.350,01	1.190.350,01	238.027,24	1.061.899,07	8,08	128.450,94	391.161,74	1.027.820,53	9,28	162.529,48	
FU10 - Demais Subfunções	161.500,00	161.500,00	20.104,30	100.881,42	0,77	60.618,58	26.561,62	100.679,92	0,91	60.820,08	
Trabalho	204.600,00	205.100,00	0,00	205.100,00	1,56	0,00	49.470,31	150.826,16	1,36	54.273,84	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	204.600,00	205.100,00		205.100,00	1,56		49.470,31	150.826,16	1,36	54.273,84	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	5.425.620,25	5.706.780,25	1.396.642,14	4.500.835,36	34,24	1.205.944,89	1.285.261,95	3.703.567,35	33,45	2.003.212,90	
Ensino Fundamental	3.322.570,25	3.369.685,25	722.345,92	2.412.576,18	18,35	957.109,07	508.560,04	1.835.914,93	16,58	1.533.770,32	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	199.650,00	33.957,00		33.957,00	0,26			33.957,00	0,31		
Educação Infantil	445.100,00	571.530,00	153.797,93	564.313,58	4,29	7.216,42	222.159,70	564.313,58	5,10	7.216,42	
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	92.950,00	27.027,29	92.146,49	0,70	803,51	27.027,29	92.146,49	0,83	803,51	
Educação Especial	36.200,00	36.000,00	6.901,64	26.203,81	0,20	9.796,19	7.466,16	26.203,81	0,24	9.796,19	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.227.400,00	1.468.158,00	473.543,14	1.274.344,19	9,69	193.813,81	494.334,79	1.080.530,41	9,76	387.627,59	
FU12 - Demais Subfunções	134.700,00	134.500,00	13.026,22	97.294,11	0,74	37.205,89	25.713,97	70.501,13	0,64	63.998,87	
Cultura	119.150,00	45.490,00	0,00	45.490,00	0,35	0,00	0,00	45.490,00	0,41	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	109.150,00	45.490,00		45.490,00	0,35			45.490,00	0,41		
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções	10.000,00										
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	278.300,00	278.300,00	0,00	15.983,00	0,12	262.317,00	0,00	15.983,00	0,14	262.317,00	
Infra-Estrutura Urbana	246.300,00	246.300,00		15.983,00	0,12	230.317,00		15.983,00	0,14	230.317,00	
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											

Documento gerado em 19/09/2019 09:03:13

Página 8 de 32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	275.000,00	141.350,00	6.957,00	20.697,00	0,16	120.653,00	6.957,00	20.697,00	0,19	120.653,00	
Saneamento Básico Rural	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Saneamento Básico Urbano	166.000,00	32.350,00				32.350,00				32.350,00	
FU17 - Administração Geral	108.000,00	108.000,00	6.957,00	20.697,00	0,16	87.303,00	6.957,00	20.697,00	0,19	87.303,00	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	800.200,00	706.200,00	52.218,78	185.759,46	1,41	520.440,54	56.582,18	163.780,46	1,48	542.419,54	
Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Controle Ambiental	80.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	200,00	200,00				200,00				200,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	706.000,00	662.000,00	52.218,78	185.759,46	1,41	476.240,54	56.582,18	163.780,46	1,48	498.219,54	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	233.525,01	579.913,01	343.350,00	351.431,00	2,67	228.482,01	343.352,00	351.431,00	3,17	228.482,01	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	140.750,00	150.750,00	8.350,00	16.431,00	0,12	134.319,00	8.352,00	16.431,00	0,15	134.319,00	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	92.775,01	429.163,01	335.000,00	335.000,00	2,55	94.163,01	335.000,00	335.000,00	3,03	94.163,01	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	
Promoção Industrial	2.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	30.000,00	55.000,00	0,00	51.901,00	0,39	3.099,00	21.905,00	51.901,00	0,47	3.099,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções	30.000,00	55.000,00		51.901,00	0,39	3.099,00	21.905,00	51.901,00	0,47	3.099,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.207.400,00	1.202.400,00	208.510,00	577.404,12	4,39	624.995,88	58.896,81	353.442,13	3,19	848.957,87	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.207.400,00	1.202.400,00	208.510,00	577.404,12	4,39	624.995,88	58.896,81	353.442,13	3,19	848.957,87	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	75.700,00	26.750,00	17.963,40	17.963,40	0,14	8.786,60	963,40	963,40	0,01	25.786,60	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	33.700,00	7.150,00				7.150,00				7.150,00	
Lazer	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU27 - Administração Geral	41.000,00	18.600,00	17.963,40	17.963,40	0,14	636,60	963,40	963,40	0,01	17.636,60	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	111.000,00	111.000,00	0,00	100.000,00	0,76	11.000,00	17.483,72	49.985,99	0,45	61.014,01	
Refinanciamento da Dívida Interna	111.000,00	111.000,00		100.000,00	0,76	11.000,00	17.483,72	49.985,99	0,45	61.014,01	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	209.501,88	209.501,88				209.501,88				209.501,88	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	19.997.838,62	20.294.272,02	3.678.352,94	13.145.813,67	100,00	7.148.458,35	4.003.373,44	11.072.738,95	100,00	9.221.533,07	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto de Rendimento											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1,574,847.68	2,271,344.68	1,969,874.28	2,388,155.65	1,991,350.85	1,896,230.62	1,753,014.00	1,818,455.64	1,118,108.11	1,017,013.17	3,692,971.60	2,106,054.16	23,597,220.44	21,082,267.77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46,271.55	40,789.17	32,288.22	59,237.35	56,455.94	28,290.38	131,001.78	89,768.14	32,284.49	19,349.04	243,146.56	35,768.06	814,650.68	884,258.70
IPTU	2,359.17	5,180.78	2,657.89	1,086.13	39,196.46	8,840.45	111,320.08	68,839.07	7,915.25	8,218.16	905.25	8,732.73	265,251.42	57,750.00
ISS	6,475.59	14,627.90	10,316.38	32,121.56	602.01	270.17	600.75	158.80	1,658.07	221.51	159.38	3,013.01	70,425.13	233,133.69
ITBI	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	172,307.00	0.00	172,307.00	126,000.00
IRRF	36,161.01	19,496.49	19,313.95	26,029.66	16,657.47	19,179.76	19,080.95	20,396.74	16,869.08	4,621.87	34,303.13	21,693.24	253,803.35	291,500.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,275.78	1,484.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	373.53	5,642.09	6,287.50	35,471.80	2,329.08	52,863.78	175,875.01
Contribuições	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Patrimonial	9,253.46	10,333.76	8,095.69	8,841.72	4,158.07	9,748.01	11,052.02	6,503.01	5,295.87	6,892.74	17,939.80	6,878.94	104,993.09	52,500.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	9,253.46	10,333.76	8,095.69	8,841.72	4,158.07	9,748.01	11,052.02	6,503.01	5,295.87	6,892.74	17,939.80	6,878.94	104,993.09	52,500.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	14,700.00
Transferências Correntes	1,513,744.90	2,213,595.98	1,921,328.42	2,311,576.29	1,926,736.84	1,855,192.23	1,605,960.20	1,722,184.49	1,080,527.75	975,771.39	3,431,885.24	2,055,407.16	22,613,910.89	20,078,309.07
Cota-Parte do FPM	384,746.36	437,069.37	549,011.11	960,773.17	673,947.19	739,709.34	553,852.26	540,343.84	0.00	0.00	1,986,608.96	545,224.28	7,371,285.88	8,348,670.65
Cota-Parte do ICMS	706,579.02	1,169,914.43	813,389.64	797,486.79	902,546.85	754,478.73	712,195.78	783,531.99	751,233.35	638,523.42	951,166.92	824,240.89	9,805,287.81	8,584,920.65
Cota-Parte do IPVA	1,511.31	2,750.57	725.33	503.79	2,137.47	6,049.38	7,131.49	9,040.99	9,327.85	7,512.13	2,474.30	1,901.12	51,065.73	47,250.00
Cota-Parte do ITR	43,408.85	178,738.71	61,756.54	83,988.26	28,510.70	3,280.97	9,648.31	157.35	13,165.61	6,678.14	3,560.39	9,211.65	441,306.48	241,500.00
Transferências da LC nº 87/1996	2,930.53	2,930.53	2,930.53	2,930.53	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	11,722.12	120,750.00
Transferências da LC nº 61/1989	4,373.92	5,264.69	3,795.26	5,084.40	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	18,518.27	7,607.75
Transferências do FUNDEB	93,169.53	149,170.22	110,786.05	116,141.61	140,110.05	134,051.50	119,607.82	129,410.98	131,982.77	110,252.30	137,876.43	125,716.17	1,498,275.43	0.00
Outras Transferências Correntes	277,025.38	267,757.46	378,933.96	344,667.74	179,484.58	217,622.31	203,523.54	259,699.34	174,818.17	213,405.40	350,198.24	549,113.05	3,416,249.17	2,727,610.02
Outras Receitas Correntes	5,377.77	6,625.77	8,161.95	8,500.29	4,000.00	3,000.00	5,000.00	0.00	0.00	15,000.00	0.00	8,000.00	63,665.78	52,500.00
DEDUÇÕES (II)	227,835.15	358,280.65	285,562.56	311,433.92	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1,183,112.28	0.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	227,835.15	358,280.65	285,562.56	311,433.92	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1,183,112.28	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1,346,812.53	1,913,064.03	1,684,311.72	2,076,721.73	1,991,350.85	1,896,230.62	1,753,014.00	1,818,455.64	1,118,108.11	1,017,013.17	3,692,971.60	2,106,054.16	22,414,108.16	21,082,267.77

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	52.500,00	52.500,00	35,48	52.687,88
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	52.500,00	35,48	52.687,88
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	35,48	52.687,88
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	115.500,00	115.500,00	9.905,54	1.044.569,84
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	115.500,00	115.500,00	9.905,54	1.044.569,84
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	168.000,00	168.000,00	9.941,02	1.097.257,72

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	168.000,00	168.000,00	9.941,02	1.097.257,72	9.941,02	1.097.257,72		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	19.929.864,66	13.634.122,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	888.983,70	636.064,39
IPTU	57.750,00	253.967,45
ISS	233.133,69	6.883,70
ITBI	126.000,00	172.307,00
IRRF	291.500,00	152.802,24
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	180.600,01	50.104,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	96.029,65
Aplicações Financeiras (II)	52.500,00	96.029,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	18.921.180,96	12.867.028,64
Cota-Parte do FPM	6.871.320,65	4.091.290,31
Cota-Parte do ICMS	7.009.920,65	5.061.105,21
Cota-Parte do IPVA	37.800,00	36.459,91
Cota-Parte do ITR	193.200,00	58.891,36
Transferências da LC 87/1996	96.600,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	7.607,75	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	1.029.008,02
Outras Transferências Correntes	4.704.731,91	2.590.273,83
Demais Receitas Correntes	67.200,00	35.000,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	67.200,00	35.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	19.877.364,66	13.538.093,03
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.020.323,96	19.505,54
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.020.323,96	19.505,54
Convênios	1.009.823,96	13.281,54
Outras Transferências de Capital	10.500,00	6.224,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.020.323,96	19.505,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	20.897.688,62	13.557.598,57

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.280.307,13	12.232.912,67	10.253.729,96	9.647.882,70	508.801,90	636.716,61	597.766,05
Pessoal e Encargos Sociais	8.588.926,49	6.269.438,98	6.269.438,98	6.058.625,63	132.268,53	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.691.380,64	5.963.473,69	3.984.290,98	3.589.257,07	376.533,37	636.716,61	597.766,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.280.307,13	12.232.912,67	10.253.729,96	9.647.882,70	508.801,90	636.716,61	597.766,05
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.804.463,01	912.901,00	819.008,99	334.100,99	22.948,00	641.165,14	641.165,14
Investimentos	1.693.463,01	812.901,00	769.023,00	284.115,00	22.948,00	641.165,14	641.165,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	111.000,00	100.000,00	49.985,99	49.985,99	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.693.463,01	812.901,00	769.023,00	284.115,00	22.948,00	641.165,14	641.165,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	209.501,88						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	20.183.272,02	13.045.813,67	11.022.752,96	9.931.997,70	531.749,90	1.277.881,75	1.238.931,19

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	1.854.919,78

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	100.009,27
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	27.973,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.926.955,86

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	493.306,99	496.590,55
DEDUÇÕES (XXIX)	4.075.390,87	4.781.943,61
Disponibilidade de Caixa	4.075.390,87	4.781.943,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.721.904,39	6.026.413,05
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	646.513,52	1.244.469,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-3.582.083,88	-4.285.353,06

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	703.269,18

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-597.955,92
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	1.301.225,10

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	1.229.189,02

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	43.473,94	603.039,58	531.749,90	0,00	114.763,62	206.328,97	3.181.161,39	1.277.881,75	1.238.931,19	0,00	2.148.559,17
PODER EXECUTIVO	43.473,94	603.039,58	531.749,90	0,00	114.763,62	206.328,97	3.181.161,39	1.277.881,75	1.238.931,19	0,00	2.148.559,17
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.473,94	603.039,58	531.749,90	0,00	114.763,62	206.328,97	3.181.161,39	1.277.881,75	1.238.931,19	0,00	2.148.559,17

Poder/Órgão	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.263.322,79
PODER EXECUTIVO	2.263.322,79
PODER LEGISLATIVO	0,00
Câmara Municipal	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.263.322,79

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.950.188,62
Previsão Atualizada	20.950.188,62
Receitas Realizadas	13.653.628,22
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	19.997.838,62
Créditos Adicionais	296.433,40
Dotação Atualizada	20.294.272,02
Despesas Empenhadas	13.145.813,67
Despesas Liquidadas	11.072.738,95
Despesas Pagas	9.981.983,69
Superávit Orçamentário	2.580.889,27

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	13.145.813,67
Despesas Liquidadas	11.072.738,95

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	22.414.108,16

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	9.941,02
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	9.941,02
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	1.854.919,78	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	1.926.955,86	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	646.513,52	0,00	531.749,90	114.763,62
Poder Executivo	646.513,52	0,00	531.749,90	114.763,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 4º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.387.490,36	0,00	1.238.931,19	2.148.559,17
Poder Executivo	3.387.490,36	0,00	1.238.931,19	2.148.559,17
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	4.034.003,88	0,00	1.770.681,09	2.263.322,79

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.504.831,95	25,00	20,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	643.813,26	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	819.008,99	985.454,02

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.304.924,58	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 4º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2019
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTABILIDADE
RREO 3º BIMESTRE DE 2.019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.950.188,62	20.950.188,62	1.982.120,46	9,46	8.510.700,77	40,62	12.439.487,85
RECEITAS CORRENTES	19.929.864,66	19.929.864,66	1.966.296,46	9,87	8.491.195,23	42,61	11.438.669,43
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	888.983,70	888.983,70	51.633,53	5,81	357.149,77	40,18	531.833,93
Impostos	776.108,70	776.108,70	39.703,94	5,12	345.220,18	44,48	430.888,52
Taxas	7.875,00	7.875,00	11.929,59	151,49	11.929,59	151,49	-4.054,59
Contribuição de Melhoria	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	52.500,00	52.500,00	19.120,67	36,42	66.955,38	127,53	-14.455,38
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	19.120,67	36,42	66.955,38	127,53	-14.455,38
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.921.180,96	18.921.180,96	1.880.542,26	9,94	8.040.090,08	42,49	10.881.090,88
Transferências da União e de suas Entidades	9.427.769,63	9.427.769,63	180.673,86	1,92	2.528.962,57	26,82	6.898.807,06
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.493.411,33	9.493.411,33	1.457.633,33	15,35	4.745.712,09	49,99	4.747.699,24
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	242.235,07	0,00	765.415,42	0,00	-765.415,42
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.500,00	52.500,00	15.000,00	28,57	27.000,00	51,43	25.500,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	15.000,00	0,00	27.000,00	0,00	-27.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	15.824,00	1,55	19.505,54	1,91	1.000.818,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.020.323,96	1.020.323,96	15.824,00	1,55	19.505,54	1,91	1.000.818,42
Transferências da União e de suas Entidades	378.000,00	378.000,00	6.224,00	1,65	9.905,54	2,62	368.094,46
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	642.323,96	642.323,96	9.600,00	1,49	9.600,00	1,49	632.723,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.950.188,62	20.950.188,62	1.982.120,46	9,46	8.510.700,77	40,62	12.439.487,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.950.188,62	20.950.188,62	1.982.120,46	9,46	8.510.700,77	40,62	12.439.487,85
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.950.188,62	20.950.188,62	1.982.120,46	9,46	8.510.700,77	40,62	12.439.487,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.997.838,62	20.294.272,02	2.921.849,68	9.467.460,73	10.826.811,29	2.158.307,51	7.069.365,51	13.224.906,51	6.538.125,08	
DESPESAS CORRENTES	18.238.511,73	18.157.251,73	2.871.589,68	9.053.929,73	9.103.322,00	2.145.197,51	6.806.957,24	11.350.294,49	6.285.746,81	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.314.546,49	8.324.596,49	1.586.345,93	4.598.480,30	3.726.116,19	1.076.629,71	4.087.852,08	4.236.744,41	3.770.716,76	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.923.965,24	9.832.655,24	1.285.243,75	4.455.449,43	5.377.205,81	1.068.567,80	2.719.105,16	7.113.550,08	2.515.030,05	
DESPESAS DE CAPITAL	1.549.825,01	1.927.518,41	50.260,00	413.531,00	1.513.987,41	13.110,00	262.408,27	1.665.110,14	252.378,27	
INVESTIMENTOS	1.438.825,01	1.816.518,41	50.260,00	313.531,00	1.502.987,41	13.110,00	229.906,00	1.586.612,41	219.876,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	111.000,00	111.000,00	0,00	100.000,00	11.000,00	0,00	32.502,27	78.497,73	32.502,27	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	209.501,88	209.501,88			209.501,88			209.501,88		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.997.838,62	20.294.272,02	2.921.849,68	9.467.460,73	10.826.811,29	2.158.307,51	7.069.365,51	13.224.906,51	6.538.125,08	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.997.838,62	20.294.272,02	2.921.849,68	9.467.460,73	10.826.811,29	2.158.307,51	7.069.365,51	13.224.906,51	6.538.125,08	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			1.441.335,26		1.972.575,69	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.997.838,62	20.294.272,02	2.921.849,68	9.467.460,73		2.158.307,51	8.510.700,77		8.510.700,77	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00			0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.997.838,62	20.294.272,02	2.921.849,68	9.467.460,73	100,00	10.826.811,29	2.158.307,51	7.069.365,51	100,00	13.224.906,51	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
Ação Judiciária	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	6.540.916,48	6.445.416,48	994.013,60	3.016.320,77	31,86	3.429.095,71	532.151,73	2.137.266,44	30,23	4.308.150,04	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	6.130.816,48	6.035.816,48	967.502,86	2.795.597,69	29,53	3.240.218,79	482.171,86	2.019.828,04	28,57	4.015.988,44	
Administração Financeira	382.100,00	381.600,00	26.510,74	220.723,08	2,33	160.876,92	49.979,87	117.438,40	1,66	264.161,60	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.066.575,00	1.066.575,00	146.188,08	373.566,11	3,95	693.008,89	65.300,12	263.973,70	3,73	802.601,30	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	219.600,00	225.600,00	19.216,88	46.863,03	0,49	178.736,97	8.716,81	35.447,66	0,50	190.152,34	
Assistência Comunitária	411.975,00	391.975,00	26.605,67	64.080,08	0,68	327.894,92	16.459,76	38.910,48	0,55	353.064,52	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	435.000,00	449.000,00	100.365,53	262.623,00	2,77	186.377,00	40.123,55	189.615,56	2,68	259.384,44	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.413.850,00	3.480.850,00	549.507,97	2.030.650,83	21,45	1.450.199,17	470.087,42	1.600.930,25	22,65	1.879.919,75	
Atenção Básica	1.620.000,00	1.689.000,00	205.767,95	881.630,28	9,31	807.369,72	232.013,60	725.435,38	10,26	963.564,62	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	248.100,00	268.100,00	9.669,00	156.774,30	1,66	111.325,70	52.575,50	136.916,88	1,94	131.183,12	
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00	17.595,00	53.168,05	0,56	6.831,95	8.848,14	27.542,15	0,39	32.457,85	
Vigilância Sanitária	136.899,99	136.899,99	32.730,50	34.429,25	0,36	102.470,74		258,75		136.641,24	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.187.350,01	1.165.350,01	256.551,38	823.871,83	8,70	341.478,18	156.114,86	636.658,79	9,01	528.691,22	
FU10 - Demais Subfunções	161.500,00	161.500,00	27.194,14	80.777,12	0,85	80.722,88	20.535,32	74.118,30	1,05	87.381,70	
Trabalho	204.600,00	205.100,00	0,00	205.100,00	2,17	0,00	26.826,35	101.355,85	1,43	103.744,15	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	204.600,00	205.100,00		205.100,00	2,17		26.826,35	101.355,85	1,43	103.744,15	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	5.425.620,25	5.504.020,25	988.556,42	3.104.193,22	32,79	2.399.827,03	873.306,48	2.418.305,40	34,21	3.085.714,85	
Ensino Fundamental	3.322.570,25	3.325.720,25	414.420,92	1.690.230,26	17,85	1.635.489,99	493.242,34	1.327.354,89	18,78	1.998.365,36	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	199.650,00	34.340,00	17.017,00	33.957,00	0,36	383,00	17.017,00	33.957,00	0,48	383,00	
Educação Infantil	445.100,00	432.100,00	133.517,32	410.515,65	4,34	21.584,35	68.335,55	342.153,88	4,84	89.946,12	
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	70.050,00	21.299,43	65.119,20	0,69	4.930,80	21.299,43	65.119,20	0,92	4.930,80	
Educação Especial	36.200,00	36.200,00	6.505,50	19.302,17	0,20	16.897,83	5.940,98	18.737,65	0,27	17.462,35	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.227.400,00	1.471.110,00	382.181,35	800.801,05	8,46	670.308,95	243.011,08	586.195,62	8,29	884.914,38	
FU12 - Demais Subfunções	134.700,00	134.500,00	13.614,90	84.267,89	0,89	50.232,11	24.460,10	44.787,16	0,63	89.712,84	
Cultura	119.150,00	64.100,00	0,00	45.490,00	0,48	18.610,00	11.200,00	45.490,00	0,64	18.610,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	109.150,00	64.100,00		45.490,00	0,48	18.610,00	11.200,00	45.490,00	0,64	18.610,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções	10.000,00										
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	278.300,00	278.300,00	4.083,00	15.983,00	0,17	262.317,00	4.083,00	15.983,00	0,23	262.317,00	
Infra-Estrutura Urbana	246.300,00	246.300,00	4.083,00	15.983,00	0,17	230.317,00	4.083,00	15.983,00	0,23	230.317,00	
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	275.000,00	208.000,00	0,00	13.740,00	0,15	194.260,00	0,00	13.740,00	0,19	194.260,00	
Saneamento Básico Rural	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Saneamento Básico Urbano	166.000,00	99.000,00				99.000,00				99.000,00	
FU17 - Administração Geral	108.000,00	108.000,00		13.740,00	0,15	94.260,00		13.740,00	0,19	94.260,00	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	800.200,00	800.200,00	48.695,82	133.540,68	1,41	666.659,32	22.353,42	107.198,28	1,52	693.001,72	
Preservação e Conservação Ambiental	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Controle Ambiental	80.000,00	80.000,00				80.000,00				80.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	200,00	200,00				200,00				200,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	706.000,00	706.000,00	48.695,82	133.540,68	1,41	572.459,32	22.353,42	107.198,28	1,52	598.801,72	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	233.525,01	599.958,41	8.081,00	8.081,00	0,09	591.877,41	8.079,00	8.079,00	0,11	591.879,41	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	140.750,00	140.750,00	8.081,00	8.081,00	0,09	132.669,00	8.079,00	8.079,00	0,11	132.671,00	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	92.775,01	459.208,41				459.208,41				459.208,41	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	
Promoção Industrial	2.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	30.000,00	55.000,00	30.415,00	51.901,00	0,55	3.099,00	8.510,00	29.996,00	0,42	25.004,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	30.000,00	55.000,00	30.415,00	51.901,00	0,55	3.099,00	8.510,00	29.996,00	0,42	25.004,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.207.400,00	1.207.400,00	152.308,79	368.894,12	3,90	838.505,88	136.409,99	294.545,32	4,17	912.854,68	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.207.400,00	1.207.400,00	152.308,79	368.894,12	3,90	838.505,88	136.409,99	294.545,32	4,17	912.854,68	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	75.700,00	52.350,00	0,00	0,00	0,00	52.350,00	0,00	0,00	0,00	52.350,00	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	33.700,00	20.350,00				20.350,00				20.350,00	
Lazer	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU27 - Administração Geral	41.000,00	31.000,00				31.000,00				31.000,00	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	111.000,00	111.000,00	0,00	100.000,00	1,06	11.000,00	0,00	32.502,27	0,46	78.497,73	
Refinanciamento da Dívida Interna	111.000,00	111.000,00		100.000,00	1,06	11.000,00		32.502,27	0,46	78.497,73	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	209.501,88	209.501,88				209.501,88				209.501,88	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	19.997.838,62	20.294.272,02	2.921.849,68	9.467.460,73	100,00	10.826.811,29	2.158.307,51	7.069.365,51	100,00	13.224.906,51	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Documento gerado em 06/09/2019 17:55:39

Página 11 de 32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Documento gerado em 06/09/2019 17:55:39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2.113.595,47	1.883.014,09	1.574.647,68	2.271.344,68	1.969.874,28	2.386.155,65	1.991.350,85	1.896.230,62	1.753.014,00	1.818.455,64	1.118.108,11	1.017.013,17	21.794.804,24	21.082.267,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.004,09	125.006,22	46.271,55	40.789,17	32.288,22	59.237,35	56.455,94	28.290,38	131.001,78	89.768,14	32.284,49	19.349,04	691.746,37	884.258,70
IPTU	5.380,60	1.237,00	2.359,17	5.180,78	2.657,89	1.086,13	39.196,46	8.840,45	111.320,08	68.839,07	7.915,25	8.218,16	262.231,04	57.750,00
ISS	8.194,41	8.650,76	6.475,59	14.627,90	10.316,38	32.121,56	602,01	270,17	600,75	158,80	1.858,07	221,51	84.097,91	233.133,69
ITBI	0,00	99.406,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.406,22	126.000,00
IRRF	17.429,08	15.712,24	36.161,01	19.496,49	19.313,95	26.029,66	16.657,47	19.179,76	19.080,95	20.396,74	16.869,08	4.621,87	230.948,30	291.500,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	1.275,78	1.484,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373,53	5.642,09	6.287,50	15.062,90	175.875,01
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.174,49	8.341,11	9.253,46	10.333,76	8.095,69	8.841,72	4.158,07	9.748,01	11.052,02	6.503,01	5.295,87	6.892,74	95.689,95	52.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.174,49	8.341,11	9.253,46	10.333,76	8.095,69	8.841,72	4.158,07	9.748,01	11.052,02	6.503,01	5.295,87	6.892,74	95.689,95	52.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.700,00
Transferências Correntes	2.073.337,04	1.744.402,88	1.513.744,90	2.213.595,98	1.921.328,42	2.311.576,29	1.926.736,84	1.855.192,23	1.605.960,20	1.722.184,49	1.080.527,75	975.771,39	20.944.358,41	20.078.309,07
Cota-Parte do FPM	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	553.852,26	540.343,84	0,00	0,00	6.035.449,60	8.348.670,65
Cota-Parte do ICMS	971.138,90	825.943,80	706.579,02	1.169.914,43	813.389,64	797.486,79	902.546,85	754.478,73	712.195,78	783.531,99	751.233,35	638.523,42	9.826.962,70	8.584.920,65
Cota-Parte do IPVA	7.261,58	1.368,23	1.511,31	2.750,57	725,33	503,79	2.137,47	6.049,38	7.131,49	9.040,99	9.327,85	7.512,13	55.320,12	47.250,00
Cota-Parte do ITR	2.033,82	15.393,77	43.408,85	178.738,71	61.756,54	63.988,26	28.510,70	3.280,97	9.649,31	157,35	13.165,61	6.078,14	446.162,03	241.500,00
Transferências da LC nº 87/1996	2.930,53	2.930,53	2.930,53	2.930,53	2.930,53	2.930,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.583,18	120.750,00
Transferências da LC nº 61/1989	4.414,72	4.924,78	4.373,92	5.264,69	3.795,26	5.084,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.857,77	7.607,75
Transferências do FUNDEB	122.580,31	111.322,06	93.169,53	149.170,22	110.786,05	116.141,61	140.110,05	134.051,50	119.607,82	129.410,98	131.982,77	110.252,30	1.468.585,20	0,00
Outras Transferências Correntes	277.118,07	272.381,86	277.025,38	267.757,46	378.933,96	344.667,74	179.484,58	217.622,31	203.523,54	259.699,34	174.818,17	213.405,40	3.066.437,81	2.727.610,02
Outras Receitas Correntes	2.079,85	5.263,88	5.377,77	6.625,77	8.161,95	8.500,29	4.000,00	3.000,00	5.000,00	0,00	0,00	15.000,00	63.009,51	52.500,00
DEDUÇÕES (II)	277.547,10	271.154,75	227.835,15	358.280,65	285.562,56	311.433,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.731.814,13	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	277.547,10	271.154,75	227.835,15	358.280,65	285.562,56	311.433,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.731.814,13	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.836.048,37	1.611.859,34	1.346.812,53	1.913.064,03	1.684.311,72	2.076.721,73	1.991.350,85	1.896.230,62	1.753.014,00	1.818.455,64	1.118.108,11	1.017.013,17	20.062.990,11	21.082.267,77

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	52.500,00	52.500,00	10,83	37.373,76
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	52.500,00	10,83	37.373,76
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	52.500,00	52.500,00	10,83	37.373,76
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	115.500,00	115.500,00	9.905,54	1.044.569,84
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	115.500,00	115.500,00	9.905,54	1.044.569,84
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	168.000,00	168.000,00	9.916,37	1.081.943,60

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	168.000,00	168.000,00	9.916,37	1.081.943,60	9.916,37	1.081.943,60		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	19.929.864,66	8.491.195,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	888.983,70	357.149,77
IPTU	57.750,00	244.329,47
ISS	233.133,69	3.711,31
ITBI	126.000,00	0,00
IRRF	291.500,00	96.805,87
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	180.600,01	12.303,12
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	52.500,00	66.955,38
Aplicações Financeiras (II)	52.500,00	66.955,38
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	18.921.180,96	8.040.090,08
Cota-Parte do FPM	6.871.320,65	2.006.282,21
Cota-Parte do ICMS	7.009.920,65	3.638.591,51
Cota-Parte do IPVA	37.800,00	32.959,55
Cota-Parte do ITR	193.200,00	48.673,71
Transferências da LC 87/1996	96.600,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	7.607,75	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	765.415,42
Outras Transferências Correntes	4.704.731,91	1.548.167,68
Demais Receitas Correntes	67.200,00	27.000,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	67.200,00	27.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	19.877.364,66	8.424.239,85
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.020.323,96	19.505,54
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.020.323,96	19.505,54
Convênios	1.009.823,96	13.281,54
Outras Transferências de Capital	10.500,00	6.224,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.020.323,96	19.505,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	20.897.688,62	8.443.745,39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.157.251,73	9.053.929,73	6.806.957,24	6.285.746,81	508.801,90	549.564,85	538.583,09
Pessoal e Encargos Sociais	8.324.596,49	4.598.480,30	4.087.852,08	3.770.716,76	132.268,53	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.832.655,24	4.455.449,43	2.719.105,16	2.515.030,05	376.533,37	549.564,85	538.583,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.157.251,73	9.053.929,73	6.806.957,24	6.285.746,81	508.801,90	549.564,85	538.583,09
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.927.518,41	413.531,00	262.408,27	252.378,27	22.948,00	310.465,01	310.465,01
Investimentos	1.816.518,41	313.531,00	229.906,00	219.876,00	22.948,00	310.465,01	310.465,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	111.000,00	100.000,00	32.502,27	32.502,27	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.816.518,41	313.531,00	229.906,00	219.876,00	22.948,00	310.465,01	310.465,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	209.501,88						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	20.183.272,02	9.367.460,73	7.036.863,24	6.505.622,81	531.749,90	860.029,86	849.048,10

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	557.324,58

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	66.955,38
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	27.051,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	597.228,77

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	493.306,99	514.074,27
DEDUÇÕES (XXIX)	4.075.390,87	4.204.317,17
Disponibilidade de Caixa	4.075.390,87	4.204.317,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.721.904,39	4.861.302,98
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	646.513,52	656.985,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-3.582.083,88	-3.690.242,90

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	108.159,02

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-10.472,29
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	118.631,31

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	78.727,12

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	43.473,94	603.039,58	531.749,90	0,00	114.763,62	206.328,97	3.181.161,39	860.029,86	849.048,10	0,00	2.538.442,26	2.653.205,88
PODER EXECUTIVO	43.473,94	603.039,58	531.749,90	0,00	114.763,62	206.328,97	3.181.161,39	860.029,86	849.048,10	0,00	2.538.442,26	2.653.205,88
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.473,94	603.039,58	531.749,90	0,00	114.763,62	206.328,97	3.181.161,39	860.029,86	849.048,10	0,00	2.538.442,26	2.653.205,88

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.950.188,62
Previsão Atualizada	20.950.188,62
Receitas Realizadas	8.510.700,77
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	19.997.838,62
Créditos Adicionais	296.433,40
Dotação Atualizada	20.294.272,02
Despesas Empenhadas	9.467.460,73
Despesas Liquidadas	7.069.365,51
Despesas Pagas	6.538.125,08
Superávit Orçamentário	1.441.335,26

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	9.467.460,73
Despesas Liquidadas	7.069.365,51

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	20.062.990,11

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	9.916,37
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	9.916,37
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	557.324,58	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	597.228,77	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	646.513,52	0,00	531.749,90	114.763,62
Poder Executivo	646.513,52	0,00	531.749,90	114.763,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.387.490,36	0,00	849.048,10	2.538.442,26
Poder Executivo	3.387.490,36	0,00	849.048,10	2.538.442,26
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	4.034.003,88	0,00	1.380.798,00	2.653.205,88

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.778.424,25	25,00	23,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	437.916,91	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	262.408,27	1.665.110,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.526.811,95	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTABILIDADE
RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2.019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.594.628,84	29.346,05	835.409,64	668.806,40	1.451.245,26	883.758,77	742.368,19	1.181.693,20	716.348,03	720.746,88	776.715,41	797.412,05	10.398.478,72	2.300,00
Pessoal Ativo	1.594.628,84	29.346,05	835.409,64	668.806,40	1.451.245,26	883.758,77	742.368,19	1.181.693,20	716.348,03	720.746,88	776.715,41	797.412,05	10.398.478,72	2.300,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.322.839,75	24.252,97	702.449,94	554.480,05	1.308.160,09	643.601,61	601.105,09	982.339,88	596.904,26	598.844,84	629.632,14	659.693,77	8.624.304,39	0,00
Obrigações Patronais	271.789,09	5.093,08	132.959,70	114.326,35	143.085,17	240.157,16	141.263,10	199.353,32	119.443,77	121.902,04	147.083,27	137.718,28	1.774.174,33	2.300,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.594.628,84	29.346,05	835.409,64	668.806,40	1.451.245,26	883.758,77	742.368,19	1.181.693,20	716.348,03	720.746,88	776.715,41	797.412,05	10.398.478,72	2.300,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	21.183.593,57	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	1.840,77	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	21.181.752,80	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	10.400.778,72	49,10
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.438.146,51	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.866.239,18	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.294.331,86	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	493.306,99	514.074,27	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	493.306,99	514.074,27	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.075.390,87	4.679.156,66	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	4.075.390,87	4.679.156,66	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.721.904,39	5.196.863,67	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	646.513,52	517.707,01	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.582.083,88	-4.165.082,39	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.118.220,21	21.183.593,57	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,45	2,43	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-17,81	-19,66	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	24.141.864,25	25.420.312,28	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	21.727.677,83	22.878.281,06	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	117.883,44	148.942,17	0,00	0,00
RP Não-Processados	3.387.490,36	4.292.944,07	0,00	0,00
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º quadrimestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	20.118.220,21	21.183.593,57	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	4.426.008,45	4.660.390,59	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	3.983.407,61	4.194.351,53	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	21.183.593,57	
Operações Vedadas (V)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	3.389.374,97	16,00
Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.050.437,47	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	1.482.851,55	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	21.183.593,57
Receita Corrente Líquida Ajustada	21.181.752,80

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º quadrimestre

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.400.778,72	49,10
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	11.438.146,51	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	10.866.239,19	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.294.331,86	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-4.165.082,39	-19,66
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.420.312,28	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.660.390,59	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.389.374,97	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.482.851,55	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	1.634.553,05	239.724,26

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO

Para fins de restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante na Ata de Registro de Preços nº 021/2018 (apenas nos itens 05 e 06), proveniente do Pregão Presencial nº 030/2018, respectivamente a empresa **B. ROSA BISPO – EPP, CNPJ: 09.403.3015/0001-54** e a Prefeitura de Salto do Céu – MT, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento do combustível (álcool, diesel comum, diesel S10, gasolina aditivada), destinado aos veículos da prefeitura, durante o exercício de 2018/2019, realiza-se através do presente termo, o apostilamento relativo à INFLAÇÃO/AUMENTO verificadas no preço do combustível (diesel comum e diesel S10); e a REDUÇÃO/DEFLAÇÃO verificadas no preço do combustível (álcool e gasolina aditivada), conforme a seguir. Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c & 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.648 de 27/05/98 e cláusula oitava, parágrafos primeiro, segundo e terceiro - do Reajuste da Ata de Registro de Preços nº 021/2018.

Fica retificado os preços praticados no período de **02/10/2019 à 09/11/2019**, com o valor a ser praticado a partir desta data.

PERÍODO	VALOR POR LITRO DE ÁLCOOL R$	VALOR POR LITRO DE DIESEL COMUM R$	VALOR POR LITRO DE DIESEL S10 R$	VALOR POR LITRO DE GASOLINA R$
05/12/2018 à 01/10/2019	R$ 3,05	R$ 3,94	R$ 3,98	R$ 4,85
A partir de 02/10/2019 à 09/11/2019	R$ 2,81	R$ 4,18	R$ 4,28	R$ 4,77

Salto do Céu – MT, 30 de Setembro 2019**.**

WEMERSON ADÃO PRATA

- Prefeito -

B. ROSA BISPO – EPP

CNPJ: 09.403.315/0001-54

Bruna Rosa Bispo

Proprietária

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 140/SAD/2019

PORTARIA N° 140/SAD/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DOS SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedida **Elevação de Nível,** para os servidores efetivos do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, para os servidoresrelacionados abaixo.

Nome dos Servidores	Cargo	Matricula	Elevação de Nível
Irnay Caetano F. Cunha	Professor Ensino Fundamental	621	Nível 1,03 para Nível 1,06

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 04 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 136/SAD/2019

PORTARIA N° 136/SAD/2019 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DA LICENÇA PARTICULAR PARA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **Marcos de Sá Fernandes da Silva**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Dispõe o **Retorno Da Licença Particular** da servidora a **Sra. JORCILÉIA VASCONCELOS PINHO**, no dia 03 outubro de 2019, nomeada via portaria nº0106/SAD/20012, de 17 de dezembro de 2012 no cargo ou função de **TECNICO ADMINISTRATIVO**do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e em especial a portaria nº. 130/SAD/2016 de 03 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

EM 02 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 137/SAD/2019

PORTARIA N° 137/SAD/2019 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para servidora efetiva a **Sra IVANI LAMBRECHT COLBEK,** inscrito no **CPF: 817.113.281-20,** Matrícula 44 no período de **07/10/2019** a **05/01/2020**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 03 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 138/SAD/2019

PORTARIA N° 138/SAD/2019 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedida **Promoção de Classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Administração Geral do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeado pelo decreto 073/2016 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral, para o servidorrelacionado abaixo.

Nome do Servidor	Cargo	Matricula	Promoção de Classe
JOCELITO CARLOS LINK	MOTORISTA	593	Classe A para Classe B

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 03 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0139/SAD/2019

PORTARIA N° 0139/SAD/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa sobre Remoção do servidor efetivo de uma Secretaria para outra.

O Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**;

RESOLVE:

Art. 1ª - Fazer **REMOÇÃO** do servidor efetivo **MARCIO CARDOSO DA SILVA**, **CPF 012.877.461.44** Matricula 268 lotado na secretaria de Obras Públicas no cargo de guarda, para Secretaria de Saúde. Por conveniências Administrativas fica removido para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, o Servidor, efetivado no cargo de Guarda. O mesmo tem o prazo de 03 dias para se apresentar no local de trabalho e exercer suas funções.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM ,04 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 14/2018 DO PROCESSO SELETIVO 02/2018

O Sr. **Egon Hoepers**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2018**, realizado no dia 30/09/2018 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF e RG

h) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

i) Certidão de nascimento ou casamento.

j) Pis/pasep

k) Carteira de trabalho

l) Comprovante de residencia.

m) Cópia do Cpf dos dependentes.

n) Documento Militar (sexo masculino)

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

NOME	CLASS
ALLAN CAMPOS COSTA	2º
MARIA AUDILENE DA SILVA VALÕES	3°

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 04 de Outubro de 2019.

_____ _____

MARILZETE AGUSTINHA DA SILVA EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE RESULTADO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 048/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2019

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PARA ENQUADRAMENTO DO MUNICIPÍO PERANTE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL MDR PARA ATENDER O GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: CONSTRUTORA SÃO JERONIMO EIRELI-ME

CNPJ Nº 12.303.331/0001-80

VALOR GLOBAL: R$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: **31 de Dezembro de 2019.**

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de Outubro de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 04/2019 DO PROCESSO SELETIVO 01/2019

O Sr. **Egon Hoepers**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019**, realizado no dia 07/07/2019 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF e RG

h) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

i) Certidão de nascimento ou casamento.

j) Pis/pasep

k) Carteira de trabalho

l) Comprovante de residencia.

m) Cópia do Cpf dos dependentes.

n) Documento Militar (sexo masculino)

OPERADOR DE MAQUINAS

NOME	CLASS
WELLINGTON PAULO DA SILVA	4°
FLÁVIO ROQUE DA CRUZ	5°

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 04 de Setembro de 2019.

_____ _____

CAMILA TAQUES FERREIRA EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO UNIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, *no uso de suas atribuições legais, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado, através da Portaria nº 431/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases, para todos os efeitos, a saber:

I. Considerando que não houve recursos;

II. Considerando que foram executadas todas as fases previstas no Edital do Processo Seletivo Unificado nº 001/2019;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Processo Seletivo Unificado nº 001/2019;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o RELATÓRIO FINAL, contendo o Resultado Final, por ordem de classificação dos candidatos, os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida homologação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Unificado nº 001/2019, em anexo, organizado por ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais aprovados ou classificados.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Processo Seletivo Unificado (Edital nº 001/2019);

VII. O presente Edital está disponível no endereço eletrônico: https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transpar... e afixado no Mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Outubro de 2019.

Ronaldo Martins de Amorim

Gerente de Cidades

Paula Layslany Oliveira Delmon

Presidente da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo

Cynthia Flavia Morais Carrijo

Secretária da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo

João Pedro Ramos de Oliveira

Membro da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo

ANEXO

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	RESULTADO
03	MATEUS SANTOS FARIAS	30/07/2002	15.00	10.00	35.00	60.00	CLASSIFICADO
23	AUGUSTO ALBERTO LANGNER DA SILVA	30/04/2002	05.00	10.00	40.00	55.00	CLASSIFICADO
24	ELIOENAI NOGUEIRA TORQUATO	04/09/2003	15.00	10.00	25.00	50.00	CLASSIFICADO
04	NATAYANA PIEDADE MENDES DA SILVA	12/01/2002	25.00	05.00	20.00	50.00	CLASSIFICADO
14	ERICK SANDER PENHA DE GODOY	02/08/2003	10.00	05.00	30.00	45.00	CLASSIFICADO
18	PEDRO MATEUS NOGUEIRA BERNARDES SILVANO	06/06/2003	15.00	05.00	25.00	45.00	CLASSIFICADO
13	MARCOS FELIPE ALVES GODOY	26/02/2003	20.00	10.00	15.00	45.00	CLASSIFICADO
07	IZAINE SILVA DA SILVA	08/04/2003	20.00	10.00	15.00	45.00	CLASSIFICADO
17	DANIELLE LORRAINY DE OLIVEIRA CARVALHO	31/01/2003	15.00	15.00	15.00	45.00	CLASSIFICADO
15	JULIANO DIAS VASQUES	08/06/2003	15.00	15.00	15.00	45.00	CLASSIFICADO
09	ALVARO TAVARES CECATTO	12/06/2002	15.00	5.00	20.00	40.00	CLASSIFICADO
05	MAÍSA FERNANDA ROBE DOS SANTOS	07/02/2002	10.00	10.00	20.00	40.00	CLASSIFICADO
01	LARISSA APARECIDA MELO MEDEIROS	02/10/2002	15.00	15.00	10.00	40.00	CLASSIFICADO
02	GIOVANNA ASSUNÇÃO SANDRIM	13/05/2002	15.00	05.00	15.00	35.00	CLASSIFICADO
21	GEOVANNA CRISTINA FERREIRA OLIVEIRA	04/11/2002	00.00	05.00	25.00	30.00	CLASSIFICADO
12	MARIA LAURA VENANCIA C. DOS SANTOS FORNAZA	06/08/2003	10.00	05.00	15.00	30.00	CLASSIFICADO
26	LARISSA VIEIRA DA SILVA	29/08/2001	15.00	00.00	15.00	30.00	CLASSIFICADO
10	LAION SANTANA CHAVEIRO	28/11/2002	10.00	5.00	10.00	25.00	CLASSIFICADO
22	AMANDA NATHALIE UMBELINO SOBRINHO MARTINS	03/01/2000	-	-	-	00.00	AUSENTE
16	HIAGO HENRIQUE PEREIRA BENTENCURT	11/07/2003	-	-	-	00.00	AUSENTE
20	JULIANA KETLYM LEMES LEITE	10/10/2003	-	-	-	00.00	AUSENTE
25	LARISSA LOPES DOS SANTOS	20/01/2002	-	-	-	00.00	AUSENTE
27	LETICIA VILELA DE OLIVEIRA	12/12/2002	-	-	-	00.00	AUSENTE

06	LUIDY RECALDE FERREIRA	22/04/2003	-	-	-	00.00	AUSENTE
08	MARIA EDUARDA SANTANA SILVA	18/03/2001	-	-	-	00.00	AUSENTE
11	NATHALIA FERREIRA BARBOZA	08/11/2003	-	-	-	00.00	AUSENTE
19	THIAGO LEANDRO RIBEIRO HELLSTROM	09/04/2002	-	-	-	00.00	AUSENTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 458/2019 DE: 02 OUTUBRO DE 2019

Altera Portaria nº 080/2019 que Nomeia comissão permanente de controle e avaliação de bens patrimoniais no exercício de 2019 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Alterar a Portaria nº 080/2019 de 14 de janeiro de 2019 que nomeia a comissão permanente de controle e avaliação de bens patrimoniais no exercício de 2019.

Artigo 2º - A Comissão que se refere o artigo 1º passa a ter a seguinte composição:

Sônia Nívia Brunetta Mulbeier

Maximiliano de Almeida Ribeiro

Cilsa Aparecida de Sousa Crecencio

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 428/2019 e 442/2019.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 02 DE OUTUBRO DE 2.019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 460/2019 DE: 04 DE OUTUBRO DE 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santo Antonio do Leste/MT – CMDCA no uso de suas atribuições e com base na deliberação do Colegiado em Assembléia Extraordinária realizada no dia 03 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR as Mesárias que irão trabalhar no Processo de Escolha do Conselho Tutelar, do Edital sob nº 003/2019

1ª Presidente da Comissão Eleitoral

Jarineide Resplande Marques

2ª Presidente da Comissão Eleitoral

Telma Ribeiro da Silva

Mesaria

Sandra Mateus Bagetti da Silva

Mesaria

Maria Eunice de Carvalho Silva

Mesária

Jussara C. M. Cardoso

Mesária

Jessica de Almeida Biff

Artigo 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Santo Antonio do Leste, usando as atribuições que lhe conferem a Lei Federal 8.069/90 de 13 de Junho de 1990 e suas alterações, tem direito a dispensa de serviço por UM DIA DE CONVOCAÇÂO, o qual poderá ser negociado para gozo em momento oportuno no ano de 2019.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Leste - MT, 04 de Outubro de 2019.

Jarineide Resplande Marques

Presidente do Conselho Municipal

Dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2019 - TOMADA DE PREÇOS N º 004/2019

PROCESSO LICITATÓRIO

TOMADA DE PREÇOS N º 004/2019

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2019

Tem pôr finalidade o presente expediente determinar a esse conceituado Senhor: **KLEVERSON CINTRA CARDOSO,** ***representante da empresa K C CARDOSO CONSTTRUÇÃO CIVIL – EIRELI, CNPJ 07.872.022/0001-90,*** o início do serviço do objeto da **Tomada de Preços 004/2019**, conforme o abaixo exposto.

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO MUNIÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE- MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 00810/2017 – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO –FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO.***

Observando-se as especificações da proposta de preços **GLOBAL**, conforme Ata de Abertura de Envelope de Proposta de Preços apresentada a Tomada de Preços nº. 004/2019, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

Do Valor:

Pelo serviço a ser realizado pelo licitante será pago o valor de ***R$ 406. 066,70 (Quatrocentos e seis mil sessenta e seis reais e setenta centavos).***

Do prazo de inicio da obra e sua conclusão:

O licitante terá 5 dias a partir do recebimento desta para início do serviço.

Da Forma de Pagamento:

Será realizado **mensalmente** de acordo com a folha de pagamento e mediante recibo.

Da Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

15.452.5011.138.00004.4. 90.51.00 – Obras e Instalações

Atenciosamente,

Santo Antonio do Leste - MT, 16 de setembro de 2019.

AMINADALB ALVES DE SOUZA JÚNIOR	**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**
ENGENHEIRO CIVIL	**PREFEITO MUNICIPAL**

Recebido pelo Sr. Kleverson Cintra Cardoso: _____/_____/_____

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 046/2019

DE: 04 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre homologação do resultado do Processo Seletivo Unificado de Santo Antônio do Leste - MT, e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal;

Considerando a realização das provas no dia 29 de Setembro de 2019, com base nas exigências estabelecidas no Regulamento e Editais;

D E C R E T A:

= = = = = = = =

Art. 1.º - Fica homologado o Resultado do Processo Seletivo Unificado n.º 001/2019.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 04 DE OUTUBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 459/2019 DE: 04 DE OUTUBRO DE 2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE FILHO DE SERVIDOR, O SERVIDOR VOLNEI CERICATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta documentação referente a necessidade de tratamento de saúde de seu filho, e respectivo parecer jurídico;

Com fundamento no artigo 50, da Lei Municipal nº 387/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º-Conceder licença para acompanhamento de tratamento de saúde de seu filho, o servidor público ESTÁVEL **VOLNEI CERICATO** pelo período de 90 dias, sendo o vencimento em 04/01/2020;

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 04 DE OUTUBRO DE 2.019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total R$ 16. 554,00. Dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais). Tendo como objeto a **Aquisição de papel sulfite A4, visando atender as necessidades dos setores administrativos das secretarias e prefeitura,** sendo Secretaria de Saúde, Obras, Finanças, Assistência Social e Administração, conforme termo de referência em anexo. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor **R. M. DOS REIAS COMERCIAL – CNPJ: 33.947. 168/0001-68** com sede na Av. Brasil, nº 17, bairro: Morada da Serra – Cuiabá / MT - CEP: 78055-508, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
ITR - EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, DE 04 DE OUTUBRO 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - SAO FELIX DO ARAGUAIA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, de 04 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
LUIZ ANTONIO RIBEIRO	**294.796.149-87**	**9183/00007/2019**
AGROPECUARIA SARANDI LTDA	**18.205.481/ 0001-37**	**9183/00013/2019**
RAYMUNDO MAGLIANO FILHO	**032.883.078-04**	**9183/00033/2019**

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA Matrícula: 881Cargo Efetivo: Fiscal de TributosResponsável pelo Convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB) - Portaria nº 226/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 252/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Transferir a Lotação dos servidores abaixo, conforme descrito:

NOME	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	PARA O ÓRGÃO	DATA TRANSF.
Antônio Ferreira de Lima	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde e Saneamento Básico	Secretaria de Admin. e Coordenação Geral	2/9/2019
Oséias de Paiva Leal	Motorista	Secretaria de Infraestrutura	Secretaria de Saúde e Saneamento Básico	2/9/2019
Simone Aparecida Santos Oliveira	Agente Administrativo	Secretaria de Finanças	Setcretaria de Educação e Cultura	2/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 274/2019, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Servidora abaixo para exercer o cargo comissionado, conforme discriminado:

NOME	CARGO	A PARTIR DE
Tatiane Ilma Silva Grolli	Coordenadora do CRAS	1º/10/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de outubro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 273/2019, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo comissionado abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Claudinéia Gotardo de Novais	Coordenador do CRAS	1º/10/2019	21- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de outubro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 272/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 008/2019 QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E MEMBROS DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar a Portaria nº 008/2019 de 7 de janeiro de 2019, que **DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E MEMBROS DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019**, nomeando a Servidora Adenir Cristina de Moura Nunes para a função de Membro de Apoio ao Pregoeiro, em substituição à Servidora Tatiane Ilma Silva Grolli, a partir da presente data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 30 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 271/2019, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão Vertical ao servidor da Administração do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2019**, de acordo com a Lei n° 989, de 21 de janeiro de 2014, conforme discriminado:

PROGRESSÃO				
SERVIDOR	**CARGO**	**CLAS/ NIV ATUAL**	**CLAS/ NIV PROGREDIDA**	**A PARTIR DO MÊS DE:**
ANTONIO FERREIRA DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	B 2	B 3	-

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 25 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 270/2019, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO DE SERVIDOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Promoção à servidora da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setembro/2019**, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado:

PROMOÇÃO				
SERVIDOR	*CARGO*	CLAS/ REF ATUAL	CLAS/ REF PROMOVIDA	A PARTIR DO MÊS DE:
LUZINETE BATISTA DA SILVA	AUX. DE SERV. GERAIS (EDUC)	A I	B I	Retroativo à 7/2019

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento à servidora descrita no artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva promoção.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 25 de setembro de 2019.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 269/2019, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão aos servidores da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **setebro/2019**, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado:

PROGRESSÃO				
SERVIDOR	CARGO	CLAS/ NIV ATUAL	CLAS/ NIV PROGREDIDA	A PARTIR DE:
Rosineide Cristina Dias	Monitor I	C I	C II	-
Edna Calvario	Professor	C III	C IV	Retroat. à 8/2019

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento à servidora descrita no artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva proprogressão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 25 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 268/2019, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Márcia Rosa da Silva	30 dias	24/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 24 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 267/2019, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Inês Aparecida Saviani	Prof. Magistério	23/9/2019	70- Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 23 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 09/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 040/2019. ASS: 12/09/2019. VCT: 12/10/2019. Contratado**:COPEMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA ME**Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço com fornecimento de peças para manutenção de PC ESCAVADEIRA HIDRAULICA XE 210.Valor: **R$ 38.000,00 Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 266/2019, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar à servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Mírian Yoshida Ramos	Após cumprimento de licença à gestante	18/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 265/2019, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores FRANCISCO CARLOS AYELLO e GILBERTO MARCOS ZIELINSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro nº 047/2019, assinada em 17/9/2019, referente ao Pregão Presencial nº 021/2019, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E REAGENTES ARLA 32 PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 17 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 264/2019, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a servidora efetiva abaixo, conforme discriminado, a qual foi aprovada no Concurso Público n° 001/2015:

NOME	CARGO	DATA NOM.
Maria José da Cruz Nobre	Prof. Curso Superior S/E	16/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 16 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 263/2019, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019, Nº 044/2019, Nº 045/2019 e Nº 046/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores ADRIANO BATISTA e GILBERTO MARCOS ZIELINSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços **nº 043/2019, nº 044/2019, nº 045/2019 e nº 046/2019**, referente ao Pregão Presencial nº 012/2019, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÁTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 16 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO MÊS 09/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO 060/2018. ASS: 03/09/2019. VCT: 04/09/2020. Contratado: **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**. Objeto: fornecimento de licenças de uso de softwares de gestão pública, no Município de São José do Rio Claro MT**.** Valor: **R$ 370. 202,52Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 262/2019, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 040/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores EVERALDO MENDES PEDROSO e GILBERTO MARCOS ZIELINSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 040/2019**, assinado em 12/9/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PC ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XE 210.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro/MT, 12 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 261/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Raimunda Cândida de Oliveira Almeida	22 dias	11/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 11 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 260/2019, DE 7 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar à servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Nereci Alamini	Após cumprimento de licença para tratamento de saúde	7/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 7 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 259/2019, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos servidores abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Claudia Ribeiro de Jesus	Conforme Perícia Médica	6/9/2019
Maria Benice dos Santos Ribas	Conforme Perícia Médica	6/9/2019
Marli Gomes da Silva	Conforme Perícia Médica	6/9/2019
Marta Arruda Pinto	Conforme Perícia Médica	6/9/2019
Rosangela Alves de Oliveira	Conforme Perícia Médica	6/9/2019
Rozilda de Oliveira Ramos Barbosa	Conforme Perícia Médica	6/9/2019
Sílvia Aparecida Silva Zagonel	Conforme Perícia Médica	6/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 6 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 258/2019, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Transferir a Lotação da servidora abaixo, conforme descrito:

NOME	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	PARA O ÓRGÃO	DATA TRANSF.
Adriana de Assis	Aux. de Serv. Gerais	Secretaria de Promoção e Assist. Social	Secretaria de Ind., Com. e Turismo	6/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 6 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 257/2019, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar à servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Valquíria Aparecida Bezerra	Interrupção de licença por motivo de doença em pessoa da família	5/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 5 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 256/2019, DE 4 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a servidora efetiva abaixo, conforme discriminado, a qual foi aprovada no Concurso Público n° 001/2015:

NOME	CARGO	DATA NOM.
Myrtilla Doico	Prof. Curso Superior S/E	4/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 4 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 255/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os servidores efetivos abaixo, conforme discriminado, os quais foram aprovados no Concurso Público n° 001/2015:

NOME	CARGO	DATA NOM.
Cristiane Macedo da Silva Guimarães	Prof. Curso Superior S/E	2/9/2019
Jaqueline Corrêa Berto	Prof. Curso Superior S/E	2/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 254/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo comissionado abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Célia Batista Chrusczak	Encarregado de Departamento	2/9/2019	21- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 253/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES DE CARGOS EFETIVOS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar os servidores de cargos efetivos abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Eliza Aparecida Rizzato	Agente Administrativo	2/9/2019	70- Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual
Ivone Antonia da Rosa Almeida	Professor Magistério	2/9/2019	70- Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual
Josefa Ferreira de Lima Turra	Professor Magistério	2/9/2019	79- Aposentadoria Especial
Josefa Tenciano Bezerra	Aux. de Serv. Gerais (Educ)	2/9/2019	70- Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 251/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para trato de interesse particular à servidora abaixo, conforme discrimina, de acordo com o disposto nos Artigos 118 a 122, da Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	FUNÇÃO	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR
Suzana Carolina Ramos Silva	Odontóloga	3 anos	1º/9/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 250/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES À SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Férias Regulares pelo período de 30 (trinta) dias, de acordo com a legislação, aos Servidores abaixo, no mês de setembro/ 2019, conforme descrito:

NOME
ADRIANO BATISTA
ALBERTO CARDOSO DE CASTRO
ALTAIDES CONSALTER
ANTONIO ATAIDE DA SILVA
CELIA BATISTA CHRUSCZAK
CLAUDEMIR MARCOS COLOMBO
CLAUDINEI CASTAO DE OLIVEIRA
DEBORA SLEDER ENGEL
DIRCELENE MARIA RODRIGUES
EDNA MARIA ZARDO PORTILHO
EDVALDO TAVARES DA SILVA
ELAINE PEREIRA SATEL
ELIZA APARECIDA RIZZATO
EMILIA JUVENTINA DO NASCIMENTO
INES APARECIDA SAVIANI
IVONE ANTONIA DA ROSA ALMEIDAJOSE DE FREITAS E SILVA FILHO
JOSE DE FREITAS E SILVA FILHO
JOSE JOAQUIM PEIXOTO
JOSE REINALDO RODRIGUES GOUVEIA
JOSE XAVIER FILHO
JOSEFA FERREIRA DE LIMA TURRA
JOSILEIDE ADRIANA CASTAO RIBEIRO
LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO
LOVAINE DE OLIVEIRA LIMA
LUAN PABLO MENDONCA SANTOS
MARCELO FERNANDES MARQUES
MARIA DE LOURDES BRITO NUNES
MARIA ROSA DA SILVA SOUZA
MARISA BRITO NUNES
MEIRE JOSIANE MOREIRA
NATALICIO VIDAL
ROZELI APARECIDA IZAIAS
SEBASTIANA BERTO PINTO
TAKESHI TAKANO
VALSI FRANCISCO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 249/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Joaquim de Oliveira	42 dias	1º/8/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 248/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 114, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Valquíria Aparecida Bezerra	27 dias	27/8/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 247/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 039/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores SÉRGIO ALVES DA SILVA e ROBERTO BAYER, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 039/2019**, assinado em 28/8/2019, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLA DOS ALUNOS NA ÁREA RUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT, de acordo com a Ata de Registro de Preços nº 040/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro/MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 246/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores EDER FÁBIO MAGRI e DANIEL TAVARES DA SILVA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro nº 042/2019, assinada em 9/8/2019, referente ao Pregão Presencial nº 019/2019, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ESMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES DE AR CONDICIONADO PREDIAL (SPLIT/AR DE JANELA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 245/2019, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores GILBERTO MARCOS ZIELINSKI e MÁRCIO APARECIDO, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro nº 041/2019, assinada em 7/8/2019, referente ao Pregão Presencial nº 016/2019, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÃO DO TIPO MARMITEX, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 2 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.245, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

INSTITUI A TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E ESGOTO PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no Município de São José do Rio Claro-MT a TARIFA SOCIAL de água e de esgoto, com regras definidas de acordo com a legislação vigente em especial a Lei Federal nº 11445/2007, cujo o consumo mensal não ultrapasse a 10 m³ /mês.

Art. 2º - A Tarifa Social de Água e Esgoto aplica-se, exclusivamente, a unidades habitacionais familiares, utilizadas apenas para fins residenciais.

Art. 3º - Considera-se baixa renda, para efeito desta Lei, a renda conjunta familiar composta dos valores alferidos mensalmente pelas pessoas que residem sob o mesmo teto, que não ultrapasse a um salário mínimo nacional ou renda *percapta* de meio salário mínimo nacional.

Art. 4º - Os valores da Tarifa Social devidas pelos usuários dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto sanitário prestados pela concessionária serão correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da tarifa cobrada pelo consumo de até 10m³ no mês ou a 0,5 da TRA (Tarifa Referencial de Água) e 0,4 da TER (Tarifa Referencial de Esgoto), vigentes.

Art. 5º - Os usuários dos serviços de fornecimento de água e Esgoto para tem direito a tarifa social de água e de esgoto, deverão requere-la junto à concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município de São José do Rio Claro-MT.

§ 1º - A Concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município estabelecerá procedimentos sumários e simplificados para os deferimentos e a aplicação da tarifa social de água e esgoto, sendo vedado o repasse e aumento da tarifa normal aplicada aos demais consumidores por conta da implementação da tarifa social de água e esgoto no Município de São José do Rio Claro-MT.

§ 2º - A concessão do benefício da Tarifa Social será limitada ao percentual de 20% (vinte por cento) do numero total de ligações de água existentes no sistema de abastecimento do Município.

Art. 6º - Terão direito a requerer o benefício da tarifa social as pessoas que atenderem aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – Residam, ou seja proprietários de um único imóvel, com destinação residencial exclusiva, utilizando especificamente para fins de moradia;

II – Possuir cadastro na categoria residencial, junto a concessionário de água e esgoto de São José do Rio Claro-MT;

III – Estejam inscritos ou cadastrados como beneficiários nos programas de proteção social do Governo Federal, Estadual ou Municipal;

IV – Nãopossuam débitos pendentes junto à Concessionário de Serviço Público, exceto aqueles que estejam sendo objeto de parcelamento, com pagamento em dia;

V – Não consumir, dentro da média dos seis últimos meses, mais de 10m³ mensais;

VI – Nos casos do interessado residir em lote com mais de uma edificação, deverá a concessionária realizar a individualização da medição do consumo para efeitos da concessão da tarifa social.

Parágrafo Único – Caberá ao usuário interessado comprovar, ser usuário beneficiário de algum programa de proteção sócia, entregando cópia dos mesmos à concessionária.

Art. 7º - A Unidade residencial beneficiada com a Tarifa Social de água e esgoto que ultrapassar por três vezes, dentro do período de 12 meses, consumo mensal superior a 10m³ mensais **perderá** o direito ao benefício, passando a pagar pela tarifa normal, **salvo** em casos de comprovado erro de leitura ou vazamento.

§ 1º - A concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município **deverá** proceder à notificação pessoal do usuário na segunda vez que este ultrapassar o limite de consumo mensal de 10m³ , alertando-o que, se ultrapassar mais uma vez esse limite , perderá o benefício na forma do caput.

§2º - A concessão da tarifa social se limita ao consumo de 10m³ mensais por família e, caso este limite seja eventualmente extrapolado, acima de três vezes conforme disposições do parágrafo anterior, a integralidade da tarifa será cobrada conforme a tarifa normal vigente.

§3º - Decorrido o período de 12 meses da ocorrência da perda do benefício o usuário poderá novamente requerer a concessão do benefício, preenchido os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º - O subsídio de que trata esta Lei será concedido enquanto vigorarem os documentos que comprovem as condições anexadas às solicitações dos benefícios, os quais deverão ser reapresentados a cada dois anos.

Art. 9º - No caso de atraso do pagamento de três faturas ou mais, relativas ao serviço de água e/ou esgoto, o benefício será cancelado, podendo ocorrer o recadastramento somente após a quitação integral do débito ou, a critério da concessionária, mediante o parcelamento do mesmo.

Art. 10 - Em caso de fraude, irregularidade ou infração as normas dos serviços de água e esgoto, o usuário perderá o benefício, podendo ser recadastrado somente depois de decorridos três anos da data do cancelamento.

Art. 11 - A Concessionária de serviços de água e esgoto, deverá realizar campanhas de divulgação referente ao estabelecimento da tarifa social, por meio de mensagens inseridas nas faturas de água e esgoto, bem como através de vinculação nas redes sociais e demais meios de comunicação existentes no Município, em especial aos usuários que se enquadrem no consumo mensal não superior a 10m³.

Art. 12 - Ficam excluídos da aplicação da tarifa social os usuários que possuam mais de uma residência, proprietários de kitinet, mas não os locatários.

Art. 13 - fica o chefe do Poder Executivo autorizado a informar a concessionária dos disposto na presente Lei, bem como, fiscalizar seu cumprimento e regulamentá-la no que for necessário, para sua melhor execução.

Parágrafo Único - Caberá recurso ao chefe do Poder Executivo das decisões da concessionária que indeferirem as solicitações da tarifa social.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na da ta de sua publicação, tendo seus efeitos noventa dias após a sua aplicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de outubro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

EDITAL COMPLEMENTAR 11

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2019 - 11

DISPÕE SOBRE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL-NIVEL SUPERIOR PEDAGOGIA

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado edital 001/2019, Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público que houve alteração nos resultados finais para o cargo de professor de pedagogo do distrito de santo Antônio do Fontoura, sendo a lista a seguir como classificação correta, desta forma, fica a disposição do Prefeito Municipal de São José do Xingu para decretar a homologação.

PROFESSOR PEDAGOGO - DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO FONTOURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1662339	Dayanne Dos Santos Ferreira	6,00	12,00	18,00	5,00	23,00
2	1675115	Edna Marcia Neves Lima	3,00	9,00	12,00	5,00	17,00
3	1660642	Maria Ivete Lopes Dos Santos	7,00	9,00	16,00	S/Nota	16,00
4	1670312	Leandra Laura Das Neves	4,00	9,00	13,00	S/ Nota	13,00
5	1665679	Ioneide Neves Da Silva	3,00	9,00	12,00	S/ Nota	12,00
Reprovado	1662387	Sandra Alves Da Silva	6,00	6,00	12,00	5,00	17,00
Reprovado	1664250	Maria Daque Rosa	3,00	6,00	9,00	5,00	14,00
Reprovado	1662774	Maria Conceicao De Souza Faustino Silva	3,00	6,00	9,00	5,00	14,00
Reprovado	1660304	Jorqueane Aparecida Souza Costa	5,00	6,00	11,00	S/ Nota	11,00
Reprovado	1663243	Rosely Rodrigues De Bessa Marmet	2,00	3,00	5,00	5,00	10,00
Reprovado	1664098	Noelma Silva De Oliveira	4,00	3,00	7,00	S/ Nota	7,00
Reprovado	1662650	Alexsandra Pereira Das Chagas	1,00	6,00	7,00	S/ Nota	7,00
Reprovado	1674378	Silvia Cristina Souza Ornelos	2,00	3,00	5,00	S/ Nota	5,00
Reprovado	1670699	Nubia Correa Da Costa	0,00	3,00	3,00	S/ Nota	3,00
Reprovado	1674445	Flaviana Alves De Castro	2,00	0,00	2,00	S/ Nota	2,00

São Jose do Xingu-MT, 04 de outubro de 2019.

Fernanda Alves Bezerra

Coordenadora do processo seletivo simplifiado edital 001/2019.

EDITAL COMPLEMENTAR 10

EDITAL COMPLEMENTAR 01/2019 - 10

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DIVULGAÇÃO DE JULGAMENTO AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO GERAL PROFESSOR DE PEDAGOGIA- DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA.

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado do município de São José do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que após analise do recurso apresentado contra a classificação geral contagem de pontos por titulação para o cargo de professor de pedagogia Distrito Santo Antônio do Fontoura, realizada pela empresa responsável pela execução dos trabalhos, segue o julgamento do recurso citado. O texto a seguir será afixado no mural da prefeitura municipal e publicado na página, www.assepublica.listaeditais.com.br e na amm.org.br.

Edital:	Processo Seletivo Simplificado – 0012019
Inscrição:	1675115
Cargo:	Professor de Pedagogia
Tipo do recurso:	Recurso contra a recontagem de pontos de titulação da candidata que se inscreveu sob o nº 1271796.
Fundamentação:	Recorrer do Resultado do processo seletivo publico simplificado para contratação temporária, no que se refere a contagem de pontos para a prova de títulos, sendo que

	foi atribuído 05 (cinco) pontos a candidata Maria Ivete Lopes dos Santos inscrição nº 16660642 indevidamente, pois a concorrente não é portadora de diploma de pós-graduação como exige o edital.
Pedidos:	Solicito a correção da classificação geral para o cargo de pedagogo do distrito de Santo Antônio do Fontoura em virtude de que a candidata classificada em 2º lugar não é portadora de certificado de pós-graduação.
JULGAMENTO	**DEFERIDO em razão do documento que fora enviado pela candidadta maria ivete lopes dos santos, trata-se de sua graduação e não de pos-graduação, desta forma, os pontos atribuidos como prova de titulo foram descontados.**

Fernanda Alves Bezerra

Coordenadora do Processo seletivo

Edital 001/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
DECRETO MUNICIPAL N.º 095/2019, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PELO DESABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NAS RESIDÊNCIAS E COMÉRCIOS DE DIVERSOS BAIRROS NO MUNICÍPIO, EM DECORRÊNCIA DO EVENTO DE SECA - COBRADE: 1.4.1.2.0 (SECA).

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, bem como pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, da Instrução Normativa nº 02, de 20 de dezembro de 2016 do Ministério da Integração Nacional e:

CONSIDERANDO que compete ao município a preservação do bem-estar da população e das atividades socioeconômicas das regiões atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

CONSIDERANDO que na maioria das áreas do município, o abastecimento de água potável para atender as necessidades básicas da população é feito por meio de sistema público de fornecimento de água, através de tubulações e esse sistema não tem sido suficiente para atendimento a esta população, sendo necessário o emprego de carros pipas para o seu abastecimento, feito de forma precária;

CONSIDERANDO que no período da estiagem o sistema de abastecimento de água potável apresenta maiores problemas, sendo estes de grandes proporções, comprometendo o direito básico e essencial de fornecimento de água para a população;

CONSIDERANDO que a população quatromarquense há décadas vem sofrendo com a falta de fornecimento regular de água potável;

CONSIDERANDO que as residências de diversos bairros permanecem padecendo com a falta de fornecimento regular de água potável, inclusive com frequência de desabastecimento por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

CONSIDERANDO que o município tem buscado como alternativa fornecer água potável através de caminhões pipas, porém estes são insuficientes para atender a demanda e os mesmos tem custo muito alto, comprometendo drasticamente o orçamento e o financeiro das finanças municipais;

CONSIDERANDO que é dever do município zelar pela integridade das pessoas, adotando todas as medidas necessárias à proteção da comunidade local;

CONSIDERANDO que o município não possui capacidade técnica, financeira e operacional para resolver com forças próprias o problema da falta de abastecimento de água que assola milhares de residências e comércios locais;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência em todo território do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, decorrente da existência de situação anormal, em virtude do desabastecimento contínuo de água potável em milhares de residências e comércios locais.

Art. 2º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta à falta de abastecimento de água, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários prejudicados ou deficitários, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de (180) cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger por um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, 17 de setembro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação da relação de candidatos inscritos.

II. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação da relação de candidatos com pedidos de isenção.

III. Divulgar o parecer sobre a impugnação do Edital do Conselho Regional de Administração (CRA) – OFICIO/FISC/0185/CRAMT/2019;

IV. Comunicar que não houve candidatos na condição de PNE.

V. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas.

VI. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2-consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 09 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Comunicar que não houve recursos sobre a publicação do Edital Normativo do Processo Seletivo.

II. Divulgar a relação de candidatos com pedido de isenção.

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 02 de Agosto de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas.

II. Divulgar o Resultado Parcial.

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 19 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Considerando que todos os recursos administrativos protocolados foram devidamente analisados e publicados;

II. Considerando que foram executadas todas as fases do Concurso previsto no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o RELATÓRIO FINAL, contendo o Resultado Final, por ordem de cargo e classificação dos candidatos “CLASSIFICADOS/APROVADOS, CLASSIFICADOS/EXCEDENTE”, os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida homologação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Público nº 001/2019, em anexo, organizado por área, cargo e ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate e os cargos que não houve candidatos aprovados e classificados. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais aprovados ou classificados. O mapa com o número de inscritos, aprovados, reprovados e vagas, por cargo, está em forma de anexo ao presente relatório.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Processo Seletivo Público (Edital nº 001/2019);

VII. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 30 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Resultado Parcial.

II. Divulgar o Resultado Classificatório.

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 25 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar a relação de candidatos inscritos.

II. Divulgar o local de realização de provas (anexo).

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 27 de Agosto de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 011/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI- ME ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27. 948.452/0001-56, estabelecida , Localizada Na Rua Av. Piracicaba, 1387, Bairro: Centro –JACIARA MT, CEP:78.820-000, neste ato representado pelo Sr. NILTON SERGIO GONÇALVES , portador da Cédula de Identidade nº11951248/SSP-MT, expedida pela SSP/MT e do CPF nº451.902. 241-04**,** Que venceu o item 01 do certame cujo Objeto. **"Registro de preço para eventual Contratação de empresa especializada em realização de analises físico-química e microbiológicas da qualidade da água utilizada para abastecimento público no município de São Pedro da Cipa – MT." O valor total registrado foi deR$ 19.334,40** (**dezenove mil trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).** Conforme mapa de apuração. **Assinatura: 06/05/2019**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 06 de Maio de 2019. **MARCIANA DA SILVA CHERUBIM - PREGOEIRA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA ME**, Inscrito no CNPJ: nº 09.315.996/0001-07, estabelecida Situada na Rua IPÊ, nº 70, bairro CENTRO, Cep 85935-000, CIDADE de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR neste ato representada pelo Senhor ANDERSON LUCIANO DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade nº1131387-0 SJ-MT EXPEDIDA PELA SJ-MT e do CPF nº 695.757.541-15**,** Que venceu todos os itens 01,03,05,08,10,15,17,18,20,25,28,32,33,35,37,38,39,43,45,49,52,54,56,57,59,60,62,63,64,65,66,68,69,70,71,73,74,75,81,83,84,85,86,89,92,94,98,100,101,104,106,108,109,110,113,114,116,117,118,119,121,127,129,133,136,138,139,140,143,144,145,150,151,152,154,155,167,169 e 170 do certame cujo Objeto. **"Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para Psf e Unidade de Saúde deste Município". O valor total registrado foi de182.606,50** (**cento e oitenta e dois mil seiscentos e seis reais cinqüenta centavos).** Conforme mapa de apuração. **Assinatura: 07 de maio de 2019**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 07 de maio de 2019. **MARCIANA DA SILVA CHERUBIM - PREGOEIRA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, **Inscrito no CNPJ: nº 03.250.803/0001-92, estabelecida na Rua: PROFESSOR JOÃO FÊLIX, Nº635, Bairro: Baú, CUIABÁ-MT, Cep: 78008-435 neste ato representada pelo SenhorGEAN CARLO DE MOURA SANTANA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº1520683-1 SSP/MTEXPEDIDA PELA SSP/MT E DO CPF Nº002.426.811-90,** Que venceu todos os itens 02,04,06,07,09,12,14,16,19,21,22,23,24,27,29,30,31,34,36,41,42,44,46,47,48,50,51,53,55,58,61,72,76,77,78,79,80,87,88,90,91,93,95,96,97,99,102,103,105,107,111,112,115,120,122,123,124,125,126,128,130,131,132,134,135,141,142,146,147,148,149,153,156,157,158,159,160,161,162,163,165,166,168,171 e 172 do certame cujo Objeto. **"Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para Psf e Unidade de Saúde deste Município". O valor total registrado foi de143.970,70** (**cento e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e setenta centavos).** Conforme mapa de apuração. **Assinatura: 07 de maio de 2019**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 07 de maio de 2019. **MARCIANA DA SILVA CHERUBIM - PREGOEIRA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 012/2019- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa TOKESPECIAL OSSUNA LTDA -ME, ME, Av. JK, Centro - Juscimeira -MT, CEP: 78.810-00, Inscrita no CNPJ N°. 04.834.140/0001-16 neste ato representado pelo Srta. Yasmin Alice Ossuna de Souza Cruz, Portadora do RG: 2263656 SESP/MT e CPF Nº 010.087.611-09**. Que venceu os itens 03,04,06,07,09,12,14,15,17,20,22,25,30,31,32 e 33 do certame cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO ATENDENDO AO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS-PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº201305781 E PROCESSO Nº 23400017757201358 DO FUNDO**

NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO".O valor total registrado foi de **R$ 9.221,10(nove mil duzentos e vinte e um reais e dez centavos)**.Conforme mapa de apuração. Assinatura:17/05/2019. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 17 de Maio de 2019. MARCIANA DA SILVA CHERUBIM- PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 012/2019 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa EDUCA FACIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº15.644.619/0001-06, estabelecida Av. Gonçalo Antunes de Barros nº 560, Bosque da Saúde II Cuiabá - MT CEP: 778050-186, neste ato representada pela Srta. Ana Maria do Nascimento, portador da Cédula de Identidade nº1146679-0, expedida pela SSP/AC e do CPF nº 105.162.805-97**que venceu os itens 01,02,05,08,10,11,13,16,18,19,21,23,24,26,27,28,29,34, e 35 do certame cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO ATENDENDO AO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS-PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº201305781 E PROCESSO Nº 23400017757201358 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**". O valor total registrado foi de **R$ 4.846,15 (quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)**.Conforme mapa de apuração. Assinatura:17/05/2019. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 17 de Maio de 2019. MARCIANA DA SILVA CHERUBIM-PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 016/2019 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa ALFAIATARIA DE UNIFORME LTDA-ME,inscrita no CNPJ/MF sob o nº23.603.476/0001-12, estabelecida Rua Rio Grande do Sul, nº 1376, Cidade Salmem – Rondonópolis- MT CEP: 78.705-154 ,neste ato representada pela Senhorita, Natally de Oliveira Fagotti,portadora da Cédula de Identidade nº , expedida pela 2005850-0 SSP/MT e do CPF nº043.002.801-69** que venceu os itens 01, certame cujo objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, UNIFORMES, ASSESSORIOS E SERVIÇOS DE INSTRUTOR E ORIENTADOR DE TEATRO PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO "ENSINANDO ATRAVES DA ARTE COMPANHIA DE ARTE TRAPÉZIO", FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC**". O valor total registrado foi de R$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais). Conforme mapa de apuração. Assinatura: 20/08/2019. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA. SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 20 de Agosto de 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 016/2019 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa,CIA DE ARTES VINICIUS MOURA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº28.050.116/0001-54, estabelecida Rua Floriano Peixoto nº 269, centro, São Pedro da Cipa- MT CEP: 78.835-000,neste ato representada pela Senhor, Vinicius Emighdyo Moura de Almeida, portador da Cédula de Identidade nº 2427466-6, expedida pela SSP/MT e do CPF nº 49.515.861-50,** que venceu os itens 05,06 certame cujo objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, UNIFORMES, ASSESSORIOS E SERVIÇOS DE INSTRUTOR E ORIENTADOR DE TEATRO PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO "ENSINANDO ATRAVES DA ARTE COMPANHIA DE ARTE TRAPÉZIO", FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC**". O valor total registrado foi de R$ 22.700,00 (vinte e dois mil setecentos reais).Conforme mapa de apuração. Assinatura: 20/08/2019. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 20 de Agosto de 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 022/2019 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa,MARCOS ANTONIO ALVES TRANSPORTES E CONSTRUÇÃO-ME, situada na Rua: Osvaldo Fulador, Nº320, Bairro: Vila Érica, São Pedro da Cipa, MT, CEP: 78.835-000, inscrita no CNPJ Nº 22.058.099/0002-04, neste ato representado pela Srª Luciana Aparecida Augusta de Oliveira portadora do RG Nº 16453123 SJSP/MT e CPF Nº 010.233.681-45**, que venceu os itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,13,14,15,16,18,20,21,22,26,27,30,31,32,33,34,35,36,38,46,52,53, 54,66, 72,74,75, 77,79, 82,88,89,93,94,98,103,104,107,110,111,112,113,115,116,121,122,125,127,130,131,132,138,139,146,149,151,certame cujo objeto "**Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para todas as secretarias deste município"**.O valor total registrado foi de R$136. 390,00 (cento e trinta e seis mil e trezentos e noventa reais) Conforme mapa de apuração. Assinatura: 20/08/2019. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA. SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 20 de Agosto de 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 022/2019 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa,,MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP,inscrita no CNPJ/MF sob o nº14.888.303/0001-05 estabelecida Av. Beira Rio nº 1.700, Bairro: Praeiro Cuiabá MT, CEP: 78.070-500,neste ato representada pelo Senhor Maxson Evangelista Ribeiro, Portador do RG: 2027829-2 SSP/MT e CPF Nº 045.080.581-67,que venceu os itens 10,11,12,17,19,23,24,25,28, 29,37,39,40,41,42,43,44,45,47, 48,49,50,51,55,
56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,67,68,69,70,71,73,76,78,80,81,83,84,85,86,87,90,91,92,95,96,97,99,100,101,102,
105,106,108,109,114,117,118,119,120,123,124,126,128,129,133,134,135,136,137,140,141,142,143,144,145,147,148,150,152,153,154certame cujo objeto "Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para todas as secretarias deste município".O valor total registrado foi de **R$ 103.806,00 (cento e três mil e oitocentos seis reais),**Conforme mapa de apuração. Assinatura: 20/08/2019. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA. SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 20 de Agosto de 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, **Inscrito no CNPJ: nº 03.250.803/0001-92, estabelecida na Rua: PROFESSOR JOÃO FÊLIX, Nº635, Bairro: Baú, CUIABÁ-MT, Cep: 78008-435 neste ato representada pelo SenhorGEAN CARLO DE MOURA SANTANA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº1520683-1 SSP/MTEXPEDIDA PELA SSP/MT E DO CPF Nº002.426.811-90,** Que venceu todos os itens 01,04,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,17,18,19,20,22,24,26,27,28,32,
33,35,36,37,42,43,44,46,48,50,55,57,58,59,60,61,63,64,65,67,68,71,74,75,78,79,80,81,83,86,87,88,89,91,92,93,94,95,96,97,100,101,104,105,107,

108,113,114,115,116,117,118,119,120,123,124,126,128,129,130,131,132,133,134,135,136,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,153,154,156,157,158,159,161,172,173,175,176,177,179,180,183,184,185,186,188,190,191,197e 198 do certame cujo Objeto. **"Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Material Hospitalar e Odontológico para Psf e Unidade de Saúde deste Município".** O valor total registrado foi de**220.006,58** (**duzentos e vinte mil seis reais e cinqüenta e oito centavos).** Conforme mapa de apuração. **Assinatura: 27 de agosto de 2019**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 27 de agosto de 2019. **ELIANE GARCIA DE ALMEIDA - PREGOEIRA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa**COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA ME**, **Inscrito no CNPJ: nº 09.315.996/0001-07, estabelecida Situada na Rua IPÊ, nº 70, bairro CENTRO, Cep 85935-000, CIDADE de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR neste ato representada pelo Senhor ANDERSON LUCIANO DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade nº1131387-0 SJ-MT EXPEDIDA PELA SJ-MT e do CPF nº 695.757.541-15,** Que venceu os itens 02,03,05,10,16,21,23,25,29,30,31,34,38,39,40,41,45,47,49,51,52,53,54,56,62,66,69,70,72,73,76,77,82,84,85,98,99,102,103,106,111,112,121,122,127,150,165,166,167,168,169,
170,171,178,181,182,187,189,193,194,195 e 196, do certame cujo Objeto. **"Registro de preço para Futura e Eventual Aquisição de Material Hospitalar e Odontológico para Psf e Unidade de Saúde deste Município".** O valor total registrado foi de**113.815,78** (**cento e treze mil oitocentos e quinze reais e setenta e oito centavos).** Conforme mapa de apuração. **Assinatura: 27 de agosto de 2019**. **Vigência: 12 meses.** A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 27 de agosto de 2019. **ELIANE GARCIA DE ALMEIDA – PREGOEIRA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 024/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa **SÉRGIO ALVES DE SOUZA 92255175134, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.202.716/0001-00, estabelecida na Av. Presidente Dutra, Centro nº 670, Cidade São Pedro da Cipa -MT, CEP: 78.835-000, neste ato representado pelo Senhor Sergio Alves de Souza, portador do RG nº. 12064394/SSP/MT e CPF nº. 922.551.751-34**, que venceu os itens 05,06,07,08 do certame, cujo Objeto.**"Registro de preço para futura e eventual prestação de serviços especializados em reparo de funilaria, torno e solda, dos veículos e maquinários da frota municipal"**. O valor total registrado foi de **R$ 159.000,00 (Cento e cinqüenta e nove mil reais)** conforme mapa de apuração. Assinatura:13/08/2019, Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 13 de Agosto de 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA – PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 024/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT resolve registrar os preços da empresa **JOSELEY VIRGINIO DE LIMA 56867999115, inscrita no CNPJ/MF sob o nº17.917.513/0001-64, estabelecida na Rua Marcio Cassiano, Centro nº 195, Cidade São Pedro da Cipa -MT, CEP: 78.835-000, neste ato representado pelo Senhor Joseley Virginio de Lima, portador do RG nº. 858091/SSP/MT e CPF nº.568.679.991-15,** que venceu os itens 01,02,03,04 do certame cujo Objeto. "**Registro de preço para futura e eventual prestação de serviços especializados em reparo de funilaria, torno e solda, dos veículos e maquinários da frota municipal**". O valor total registrado foi de R$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil quinhentos reais) conforme mapa de apuração. Assinatura: 13/08/2019, Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA.SÃO PEDRO DA CIPA-MT, 13 de Agosto de 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA – PREGOEIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar a relação de candidatos inscritos.

II. Divulgar o local de realização de provas (anexo).

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 27 de Agosto de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Considerando que todos os recursos administrativos protocolados foram devidamente analisados e publicados;

II. Considerando que foram executadas todas as fases do Concurso previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o RELATÓRIO FINAL, contendo o Resultado Final, por ordem de cargo e classificação dos candidatos "CLASSIFICADOS/APROVADOS, CLASSIFICADOS/EXCEDENTE", os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida

homologação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, em anexo, organizado por área, cargo e ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate e os cargos que não houve candidatos aprovados e classificados. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais aprovados ou classificados. O mapa com o número de inscritos, aprovados, reprovados e vagas, por cargo, está em forma de anexo ao presente relatório.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 001/2019);

VII. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 30 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Prorrogar o prazo de inscrições até as 17h00min (horário de Brasília) do dia 19 de Agosto de 2019.

II. Prorrogar o prazo para pagamento da taxa de inscrição para o dia 20 de Agosto de 2019.

III. Mantém-se os demais itens do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019.

IV. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 15 de Agosto de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Comunicar que não houve recursos sobre a publicação do Edital Normativo do Processo Seletivo.

II. Divulgar a relação de candidatos com pedido de isenção.

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 02 de Agosto de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas.

II. Divulgar o Resultado Parcial.

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 19 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Resultado Parcial.

II. Divulgar o Resultado Classificatório.

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 25 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO nº 020/2015

Espécie: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2015

Objeto:prorrogação da vigência da prestação de Serviços

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada**: LUA SERVIÇOS LTDA-ME**

Data Aditivo: 10 de Setembro de 2019.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Prorrogar o prazo de inscrições até as 17h00min (horário de Brasília) do dia 19 de Agosto de 2019.

II. Prorrogar o prazo para pagamento da taxa de inscrição para o dia 20 de Agosto de 2019.

III. Mantém-se os demais itens do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019.

IV. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 15 de Agosto de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da* Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 041/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público, torna público, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação da relação de candidatos inscritos.

II. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação da relação de candidatos com pedidos de isenção.

III. Comunicar que não houve candidatos na condição de PNE.

IV. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas.

V. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 09 de Setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI – Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA DA SILVA - Presidente da Comissão

DEA LUCIA RIBEIRO - Secretária da Comissão

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019

AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019, que fará realizar no dia **21 DE OUTUBRO DE 2019, às 08:00** horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA COMPOR ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PARA ATENDER AS BIBLIOTECAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital**.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **08 de Outubro de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 04 de Outubro de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 013/2019 - PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 013/2019 - PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Professor **Fabio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e/ou classificados mediante** o resultado final Homologado através do Edital Complementar nº. 011/2019, referente ao Processo Seletivo nº 001/2019, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Para que compareçam na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação.**

1.1 – Para Atribuição de local de trabalho: Dia 07/10/2019 às 09h00min para atribuição de local de trabalho, para o cargo relacionado abaixo:

0790 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - SEMEC						
Nº	**INSC. Nº**	**NOME**	**DATA NASC.**	**ACERTOS**	**PROVA OBJETIVA**	**RESULTADO**
1	623	MAISA CRISTINA DA SILVA	15/06/1993	37	92,5	CLASSIFICADO
2	315	CAMILA CRISTINA NEVES VEREDIANO	27/07/2001	36	90	CLASSIFICADO
3	1184	RITA MARIA FELIPE DE SOUSA	24/09/1969	35	87,5	CLASSIFICADO
4	1418	OZIENE LEITE DA SILVA	16/01/1992	35	87,5	CLASSIFICADO
5	289	SAMYRA ALABI	21/03/2001	35	87,5	CLASSIFICADO
6	459	RENATA RIO DA SILVA	17/01/1978	34	85	CLASSIFICADO
7	1681	ALESSANDRA NEVES DAS CANDEIAS ANDRADE	27/11/1989	33	82,5	CLASSIFICADO
8	1497	CAROLINE RAIANE FERREIRA PERREIRA	15/11/1998	33	82,5	CLASSIFICADO
9	801	FERNANDA MORAIS DA SILVA	08/07/1980	32	80	CLASSIFICADO
10	1494	ADRIANA SOUZA DA SILVA	30/07/1981	32	80	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 07 e 08/10/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) Certificado de Curso para condução de veículos de emergência;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2019/Ano - Calendário 2018 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

x) Cartão SUS;

y) Foto 3x4

3. O prazo de apresentação segue o Item 1 e 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no Item 2 do presente Edital;

c) for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Outubro de 2019

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Me. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAMAE
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2019/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO, AO QUE TANGE A DINÂMICA DE FLUXO, MANOBRAS E PROGRAMAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONTROLE DE SISTEMA DE COLETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OPERAÇÃO REMOTA DOS PONTOS DE ABASTECIMENTO, PLANEJAMENTO E REARRANJO DE REDES, CONTROLE DE PRODUÇÃO E PERCAS DO SISTEMA, OTIMIZAÇÃO DE USO ENERGÉTICO E OPERACIONAL DO SAMAE, BEM COMO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATRAVÉS DE COMODATO.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 21 de Outubro de 2019**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 04 de Outubro de 2019.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação-SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 197/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 197/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: A.S. VIEIRA DE MIRANDA – ME

OBJETO: EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PASSEIO PUBLICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS WERNO BARKET, G1, RUA DA LIBERDADE, RUA GUANABARA, PORTO ALEGRE, CRISTOVÃO COLOMBO, CASTELO BRANCO E PEDRO ALVARES CABRAL CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E CRONOGRAMAS PERTINENTES AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1005842-67.

VALOR: R$311.412,85

VIGÊNCIA: 04/10/2019 ATE 04/06/2020

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 196/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 196/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: K3 COMÉRCIOVAREJISTADEJORNAISREVISTASE OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA – ME

OBJETO: PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS OFICIAIS EM JORNAIS DIÁRIOS,

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - PADRÃO: LARGURA 14 CM FONTE 10 – DOE,

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – PADRÃO: LARGURA 08 CM FONTE 08 – DOU.

VALOR: R$ 6.970,00

VIGÊNCIA: 10/09/2019 ATÉ 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:131

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 196/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 196/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: K3 COMÉRCIOVAREJISTADEJORNAISREVISTASE OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA – ME

OBJETO: PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS OFICIAIS EM JORNAIS DIÁRIOS,

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - PADRÃO: LARGURA 14 CM FONTE 10 – DOE,

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – PADRÃO: LARGURA 08 CM FONTE 08 – DOU.

VALOR: R$ 6.970,00

VIGÊNCIA: 10/09/2019 ATÉ 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:131

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 196/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 196/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: K3 COMÉRCIOVAREJISTADEJORNAISREVISTASE OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA – ME

OBJETO: PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS OFICIAIS EM JORNAIS DIÁRIOS,

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - PADRÃO: LARGURA 14 CM FONTE 10 – DOE,

PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – PADRÃO: LARGURA 08 CM FONTE 08 – DOU.

VALOR: R$ 6.970,00

VIGÊNCIA: 10/09/2019 ATÉ 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:131

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO N° 44-2019

Extrato de Contrato: 44/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO
Contratada:J. MARQUES CONSTRUTORA
Objeto: Contratação de empresa especializada na implantação de galeria e bueiros (colocação de tubos e Aduelas) para prestar serviços no município de Tesouro – MT
Vigência: 01/10/2019 a 01/12/2019
Valor Global: R$: 60.300,00
Data da Assinatura: 01/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 65.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 65

Em, 04 de outubro de 2019.

"Dispõe sobre a composição da mesa escrutinadora para apuração dos votos da Eleição dos Conselheiros Tutelares para gestão 2020-2024 e dá outras providencias".

INÊS MORAES MESQUITA COELHO, Prefeita Municipal de Torixoréu – MT, e POLIANNA MATOS DIAS, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei;

RESOLVEM:

Art. 1º Compor a mesa escrutinadora para apuração dos votos da Eleição dos Conselheiros Tutelares para gestão 2020 – 2024 que será realizado no dia 06 de outubro de 2019 as 17 horas e 15 minutos horário de Brasília, sendo:

Comissão Eleitoral:

I) Polianna Matos Dias II) Caroline Sousa Brito III) Rosilda Rodrigues de Santana IV) Ibraim Lourenço de Figueiredo V) Edivaldo Pereira Brito VI) Théo Barbosa Viana

Escrutinadores:

I) Guilherme Coelho Gerônimo II) Waligton Rainner J. Ferreira III) Dhully de Sousa Vilela Gouveia IV) Antônio Victor Mesquita Lopes V) Rodrigo Martins Lemes VI) Elvan de Paula Boranga

Fiscais dos Candidatos:

I) Ondino Pereira de Sousa Filho II) João Batista da Silva Trindade III) Zilma Jardim de Paula IV) Edivaldo Pereira Ribeiro V) Delcion Madureira Bento da Purificação 01 Representante do Ministério Público. 02 Plantonistas da Polícia Militar.

Art. 02º. Os candidatos que não trouxeram a documentação dos Fiscais de Candidato até o prazo de 48 horas que antecedem o inicio da votação **Conforme Edital** perderam o direito de representação na contagem dos votos.

Art. 03º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições contrarias.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

POLIANNA MATOS DIAS

PRESIDENTE CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CERTIDÃO

Vale de São Domingos - MT, 21 de Agosto de 2019.

Certifico para os devidos fins e efeitos de direitos que notifiquei a empresa (qualificar) na pessoa de seu representante legal Jose Marcelo da Silva do inteiro teor da notificação extra judicial para execução do contrato Nº 83/2015, sendo que execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando, portanto, a obra em atraso, para que no prazo improrrogável de 10 dias retorne as obras conforme cronograma físico/financeiro estipulado no contrato sob pena de rescisão contratual e demais penas previstas em lei.

Certifico Ainda que o notificado se recusou a assinar a presente notificação.

_____ NATIELLE MACEDO MAIA

ENGENHARIA CIVIL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Vale de São Domingos - MT, 25 de Junho de 2019.

Ilustríssimo Senhor

Jose Marcelo da Silva

Representante Legal perante o contrato administrativo 83/2015.

São Paulo Terraplanagem Ltda – ME – CNPJ – 10.335.350/0001-62.

Rua Terezinha Coura Garbin, 1411, Jardim Burite.

Pontes e Lacerda - MT.

Através do presente, na qualidade de CONTRATANTE, da obra da Quadra Coberta com Vestiário, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2015, onde vossa empresa configura como CONTRATADA. Venho, informa-lhe que, a execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando, portanto, a obra em atraso.

Salientamos que a concedente o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, vem constantemente cobrando o município da continuidade da obra.

Ressaltamos que a referida obra é financiada por ações do Governo Federal o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e consequentemente a perda dos valores pelo Município.

Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo o inicio da execução da obra dentro do prazo de dez (10) dias a contar do recebimento deste e seguindo os prazos previstos no cronograma físico/financeiro, o contrato será rescindido conforme determina a Lei 8.666/93.

Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades prevista no contrato bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

_____ GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO 83/2015

Vale de São Domingos - MT, 24 de Julho de 2019.

Ilustríssimo Senhor

Jose Marcelo da Silva

Representante Legal perante o contrato administrativo 83/2015.

São Paulo Terraplanagem Ltda – ME – CNPJ – 10.335.350/0001-62.

Rua Terezinha Coura Garbin, 1411, Jardim Burite.

Pontes e Lacerda - MT.

Através do presente, na qualidade de CONTRATANTE, da obra da Quadra Coberta com Vestiário, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2015, onde vossa empresa configura como CONTRATADA. Venho, informa-lhe que, a execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando, portanto, a obra em atraso.

Salientamos que a concedente o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, vem constantemente cobrando o município da continuidade da obra.

Ressaltamos que a referida obra é financiada por ações do Governo Federal o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e consequentemente a perda dos valores pelo Município.

Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo o inicio da execução da obra dentro do prazo de dez (10) dias a contar do recebimento deste e seguindo os prazos previstos no cronograma físico/financeiro, o contrato será rescindido conforme determina a Lei 8.666/93.

Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades prevista no contrato bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

_____ NATIELLE MACEDO MAIA

Engenheira civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº. 999/2019

***PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA*, Secretário Municipal de Administração**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **JACIRA POMPEU DE OLIVEIRA**, Gerente DNS 06, em substituição a servidora **HELENA SILVA DE FRANÇA PAULA,** Coordenador - DNS 04, da Secretaria Municipal de Administração, em gozo de férias **no período compreendido entre 28/10/2019 a 29/12/2019**, com efeitos financeiros.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 04 de outubro de 2019.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE POSSE

No trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **MICHELE DA SILVA ARAUJO, RG n 15269442/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUS PERFIL Farmacéutico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

MICHELE DA SILVA ARAUJO

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No trigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **GUSTAVO PIMENTA FERREIRA, RG n 2510213-3/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUS PERFIL Farmacéutico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

GUSTAVO PIMENTA FERREIRA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No vigésimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **PRISCILLA DE SOUZA SILVA, RG n 18026842/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUS PERFIL Gestor Público - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

PRISCILLA DE SOUZA SILVA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No vigésimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr **CARLOS EDUARDO PROENÇA, RG n° 20290551/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente de apoio dos serviços do SUS PERFIL Agente de Segurança e Manutenção - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

CARLOS EDUARDO PROENÇA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No trigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **JÉSSICA WEIS BONFANTI, RG n 3088946904/SJS/RS**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUS PERFIL Farmacéutico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

JÉSSICA WEIS BONFANTI

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No vigésimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª. **BRUNA BATISTA MENDES, RG n 28536045/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Agente de Saúde Municipal do SUS PERFIL Agente Administrativo - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

BRUNA BATISTA MENDES

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 60/2019 - MENOR PREÇOPOR ITEM

Processo nº 622808/2019. ObjetoRegistro de Preços para futura e eventual Aquisição de Moletons, Calças, Camisetas, Bermudas, Bonés, Jalecos, Coletes, Sapatos e Meias, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.A realização está prevista para o **dia 22 de outubro de 2019, às 10h00min (horário Brasília - DF)**. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 04 de outubro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira - *Secretária de Administração***

DAE/VG
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 009/2019

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 009/2019

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEAR**, com efeito, a partir de 04 de OUTUBRO 2019, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

NAYARA CONCEIÇÃO DE AMORIM CAMPOS BARROS	COORDENADORA CONTÁBIL	DGA – 04

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de Outubro de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 37/2019

Aos sete dias do mês de outubro de 2019, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa WN Construções Ltda – ME**, inscrita no CNPJ n°. 19.699.306/0001-06**, representado por sua sócia administradora Wanderléia Martins Amorim **a iniciar** os serviços decontratação de empresa de engenharia para execução de obra de Construção de Posto de Transformação de 75kVA e 112,5kVA e Rede de Derivação em Média Tensão, para Alimentar as Instalações Elétricas com Segurança e Confiabilidade na **EMEB Mário Antunes de Almeida,** localizado na Rua Garibaldi, s/n, Bairro Jardim União, neste municípiode acordo com o Projeto Básico de cada local, memorial descritivo, projetos, planilhas e demais anexos do Edital da Tomada de Preços n°. 19/2018 e, em consonância com o disposto no **Contrato n°. 061/2019.**

Várzea Grande, 07 de outubrode 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2016

CONTRATADA: TORNEARIA E FRESADORA SANTO INACIO LTDA - ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES

Constitui objeto deste: **4º Termo Aditivo é a Prorrogação de Prazo por mais 12 (doze) meses**, passando sua vigência de **05/10/2019 a 05/10/2020** com valor de **R$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais),** ou até que seja homologado o novo certame, conforme amparo legal da Lei de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II e parágrafo 2º, concomitante com o parágrafo II e inciso I do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Assinatura: 04/10/2019

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 38/2019

Aos sete dias do mês de outubro de 2019, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa WN Construções Ltda – ME**, inscrita no CNPJ n°. 19.699.306/0001-06**, representado por sua sócia administradora Wanderléia Martins Amorim **a iniciar** os serviços decontratação de empresa de engenharia para execução de obra de Construção de Posto de Transformação de 75kVA e 112,5kVA e Rede de Derivação em Média Tensão, para Alimentar as Instalações Elétricas com Segurança e Confiabilidade na **EMEB Bianka Lorena Capilé,** localizado na Rua Principal, Distrito Sadia III (Agrovila São Miguel), neste municípiode acordo com o Projeto Básico de cada local, memorial descritivo, projetos, planilhas e demais anexos do Edital da Tomada de Preços n°. 19/2018 e, em consonância com o disposto no **Contrato n°. 061/2019.**

Várzea Grande, 07 de outubrode 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 39/2019

Aos sete dias do mês de outubro de 2019, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa WN Construções Ltda – ME**, inscrita no CNPJ n°. 19.699.306/0001-06**, representado por sua sócia administradora Wanderléia Martins Amorim **a iniciar** os serviços decontratação de empresa de engenharia para execução de obra de Construção de Posto de Transformação de 75kVA e 112,5kVA e Rede de Derivação em Média Tensão, para Alimentar as Instalações Elétricas com Segurança e Confiabilidade na **EMEB Antonio Gomes da Cruz,** localizada na Rua 07 de setembro, s/n, Bairro Jardim Glória I, neste municípiode acordo com o Projeto Básico de cada local, memorial descritivo, projetos, planilhas e demais anexos do Edital da Tomada de Preços n°. 19/2018 e, em consonância com o disposto no **Contrato n°. 062/2019.**

Várzea Grande, 07 de outubro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 122/2018.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa HABIL CONSTRUTORA EIRELI -ME, inscrito no CNPJ N. 26. 541.631/0001-01. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no art. 57, §1º, III e V da Lei nº. 8.666/1993, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, na justificativa exarada pela Secretária Gestora, no Termo de Contrato nº 122/2018, bem como nos demais documentos acostados no Processo Gespro n°. 623747/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA DÉCIMA – DO SEGURO, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a Contratação de empresa capacitada em execução de obra, para reforma e adequação da edificação existente, atendendo os critérios do padrão SMECEL-VG, com uma intervenção aproximada de 2.074,39m², contemplando serviços de demolição, elevação de alvenaria, pintura interna e externa, revestimento cerâmico e esquadrias, na EMEB "Júlio Domingos de Campos" localizado Rua Luís Pedro de Lima, S/nº, Distrito: Capão Grande no Município de Várzea Grande/MT, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor R$ 1.089.166,71 (hum milhão oitenta e nove mil cento e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), decorrente do saldo remanescente do Contrato, tendo sido pago o valor de R$ 671.325,80 (Seiscentos e setenta e um mil trezentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA:. Fica prorrogado pelo período de 04 (quatro) meses, o prazo de vigência do Contrato, contados a partir de seu vencimento. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12. 361.0103. P/A: 1.526. ND: 4.4.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE 0101.

DATA DE ASSINATURA: 03.10.2019.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Contratante

HABIL CONSTRUTORA EIRELLI ME

Contratada

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 32/2019

Processo nº 613289/2019. Objeto:Dispensa de licitação para aquisição de medicamentos em caráter de urgência para atender as necessidades da rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. em nome das empresas **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR** - CNPJ: 26.792. 580/0001-90, com valor de **R$ 104.797,5**0 (cento e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); **FAMA DISTRIBUIDORA** - CNPJ: 03.250.803/0001-92, com valor de **R$ 384.590,00** (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e noventa reais); **COSTA CAMARGO COM. DE PRODUTOS HOSPTIALARES** - CNPJ: 36.325.157/0001-34, com valor de **R$ 101.149,50** (cento e um mil cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos); **ABL ANBIÓTICOS DO BRASIL LTDA** - CNPJ: 05.439. 635/0004-56, com valor de **R$ 227.000,00** (duzentos e vinte e sete mil reais) E **CENTRO OESTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** - CNPJ: 02.683.235/0001-50, com o valor de **R$ 262.300,00** (duzentos e sessenta e dois mil e trezentos reais), o valor estimado totaliza a importância global de **R$ 1.079.837,00** (Um milhão e setenta e nove mil e oitocentos e trinta e sete reais), o prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias. Publique-se e cumpra-se. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 03 de outubro de 2019.**DIÓGENES MARCONDES -** Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº. 188/2019

"***Retifica a Portaria nº 047/2019**, que dispôs sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade ao Sr. **GERALDO AUGUSTO RODRIGUES".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº 2018.02.26575P, **resolve:**

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 047/2019, apenas no que diz respeito ao perfil do cargo do servidor ***GERALDO AUGUSTO RODRIGUES*** a fim de que, onde se lê: Técnico de Suporte Administrativo Educacional Perfil – **Auxiliar de Serviços Gerais** leia-se: Técnico de Suporte Administrativo Educacional Perfil – **Agente de Segurança e Manutenção**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de outubro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PORTARIA Nº. 189/2019

"***Retifica a Portaria nº 094/2019**, que dispôs sobre a concessão de pensão por morte a **ANA LUIZA PEREIRA LIMA em nome próprio e também representando seu filho menor PEDRO MIGUEL LIMA DA SILVEIRA.***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº 2019.0727401P, **resolve:**

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 094/2019, apenas no que diz respeito ao nome do beneficiário ***PEDRO MIGUEL LIMA DA SILVEIRA*** a fim de que, onde se lê: **PEDRO MIGUEL LIMA DA SILVA,** leia-se: **PEDRO MIGUEL LIMA DA SILVEIRA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de outubro de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 36/2019

Aos sete dias do mês de outubro de 2019, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a Empresa WN Construções Ltda – ME**, inscrita no CNPJ n°. 19.699.306/0001-06**, representado por sua sócia administradora Wanderléia Martins Amorim **a iniciar** os serviços decontratação de empresa de engenharia para execução de obra de Construção de Posto de Transformação de 75kVA e 112,5kVA e Rede de Derivação em Média Tensão, para Alimentar as Instalações Elétricas com Segurança e Confiabilidade na **EMEB Abdalla José de Almeida,** localizado na Rua 32, do Bairro São Mateus, neste municípiode acordo com o Projeto Básico de cada local, memorial descritivo, projetos, planilhas e demais anexos do Edital da Tomada de Preços n°. 19/2018 e, em consonância com o disposto no **Contrato n°. 061/2019.**

Várzea Grande, 07 de outubrode 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 27/2019/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios - MT.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social - (sede em frente à Câmara Municipal de VG)

Endereço: Av. Castelo Branco s/n, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 11:00h. das 14:00h às 17:00h

Data da Entrega dos documentos: 07/10/2019 a 05/11/2019

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: ENGENHEIRO SANITARISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
6	47623	MARCEL MEDINAS DE CAMPOS	1908144-8 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
20	9486	VICTOR SANTOS DA SILVA	20954115 - SSP/MT	APROVADO
21	53263	RAFAEL OLIMPIO DA SILVA	2233875-6 - SSP/MT	APROVADO
22	48467	AUGUSTO FABIO KLEIN	21356653 - SE-JUSP/MT	APROVADO

não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

17. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

17.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo ou cargo/perfil;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

17.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea “m” do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

17.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 17.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 - Eletrocardiograma

14 - Avaliação Psiquiátrica

15 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 03 de outubro de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CONTRATO DE RATEIO - CONSPREV

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N. 26.469.179/0001-14, sediado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representando pelo seu presidente o Sr. Pedro Ferreira de Souza, brasileiro, residente e domiciliado Rua 07 de setembro, n° 259, centro, na cidade de Jauru/MT, portador da Cédula de Identidade n.º 07565909 SSP/MT e do CPF n.º 522.356.531-20 e o **FUNDO *MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – PREVILA,*** *com natureza jurídica de Fundo Contábil,* devidamente inscrito no CNPJ nº 10.630.626/0001-35 situado na Rua Dr. Mario Correa, n°205, Bairro Centro, Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, representado neste ato pela Sra. **Marta Meire da Costa Lima,** *brasileira, casada, portadora do CPF nº 199.820.892-34 e do RG* nº *55.296 SSP/RR, Secretária Municipal de Administração,* residente e domiciliada no Município Vila Bela da Santíssima Trindade/MT; celebram Contrato de Rateio conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº. 11.107/05 e do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA. É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05.

Parágrafo único. Consideram-se despesas do CONSÓRCIO entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

a) despesas de instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;

b) despesas de execução do objeto e das finalidades do CONSÓRCIO previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios;

c) despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais (INSS) patronais;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

O CONSORCIADO fica obrigado a repassar ao CONSÓRCIO recurso financeiro para custear as despesas consorciais, denominado de cota de rateio, definida em uma parte fixa.

Parágrafo Primeiro: A parte fixa da cota de rateio corresponderá às despesas de manutenção do CONSÓRCIO, sendo rateada igualmente por todos os CONSORCIADOS, à razão de uma quantia mensal resultante da multiplicação do total de seus servidores efetivos ativos, inativos e pensi-

onistas existentes em 31/12/2018 (647) pelo valor de R$ 0,50 (cinquenta centavos), que corresponderá à cota parte relativa ao exercício financeiro de 2019.

Parágrafo segundo: A parte variável corresponderá aos serviços prestados por empresas privadas contratadas via procedimento licitatório compartilhado, das quais resultarão benefício exclusivo ao PREVILA.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a parte fixa da cota de rateio das despesas consorciais que o *PREVILA* repassará durante o ano de 2019 será no valor de R$ 2.264,50 (dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) divididos em 07 (sete) parcelas mensais de R$ 323,50 (trezentos e vinte e três reais e cinqüenta centavos).

Parágrafo Quarto: O valor da parte fixa da cota de rateio estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos celebrados entre o CONSPREV e o PREVILA nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO.

Parágrafo Quinto: A parte variável será fixada mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de acordo com os serviços que serão utilizados pelo PREVILA junto às empresas contratadas.

CLÁUSULA QUINTA. O montante do valor a ser repassado mensalmente, representado pelo somatório da parte fixa pelo PREVILA, deverá ser depositado na conta corrente do CONSPREV, na Caixa Econômica Federal, Agência 3276, Conta Corrente 71002-3, operação 006 ou outro que vier a ser indicado, até o dia 01 do mês subsequente.

Parágrafo único. A parte variável deverá ser paga diretamente às empresas prestadoras dos serviços administrativos contratados via procedimento licitatório compartilhado.

CLÁUSULA SEXTA. DAS PENALIDADES

O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o RPPS do município CONSORCIADO faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do CONSÓRCIO e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos).

CLÁUSULA SÉTIMA. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Vila Bela da Santíssima Trindade – *PREVILA*.

Parágrafo único. A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa insculpido no art. 10, inc. XV, da Lei Federal no 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA NONA. O presente instrumento vigorará de 01/06/2019 até 31/12/2019, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSPREV, desde que atendidas as formalidades estabelecidas nos arts. 8º, § 5º, 11 e 12, § 2º, da Lei Federal n.º 11.107/05.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Cuiabá/MT para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Cuiabá/MT, 31 de maio de 2019.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

Pedro Ferreira de Souza

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – PREVILA

Marta Meire da Costa Lima

Secretário de Administração

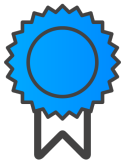
Testemunhas:

Renato Ferreira de Santana Lara Débora Simone Rocha Faria

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT OAB/MT. n.º 4198

CPF n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 442.328.611-49

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Oct 06 22:32:30 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)